



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

HEBERT DE PAULA GIESTEIRA VILLELA

**QUADROS DO APAGAMENTO:  
POLÍTICA LGBTQIA+ SEM CONSELHO EM MARINGÁ**

HEBERT DE PAULA GIESTEIRA VILLELA

**QUADROS DO APAGAMENTO:  
POLÍTICA LGBTQIA+ SEM CONSELHO EM MARINGÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Profa. Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida.

Londrina  
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

V735q Villela, Hebert de Paula Giesteira.  
Quadros do apagamento: política LGBTQIA+ sem Conselho em Maringá / Hebert de Paula Giesteira Villela. - Londrina, 2025.  
280 f. : il.

Orientador: Carla Cecília Rodrigues Almeida Almeida.  
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2025.  
Inclui bibliografia.

1. enquadramentos interpretativos - Tese. 2. contramovimento - Tese. 3. LGBTQIA+ - Tese. 4. Maringá - Tese. I. Almeida, Carla Cecília Rodrigues Almeida . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 316

HEBERT DE PAULA GIESTEIRA VILLELA

**QUADROS DO APAGAMENTO:  
POLÍTICA LGBTQIA+ SEM CONSELHO EM MARINGÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina — UEL, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Matheus Mazzilli Pereira  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul -  
UFRGS

---

Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Prof. Dr. Fábio Lanza  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Cleyton Feitosa Pereira  
(Sem vínculo acadêmico institucional)

Londrina, 4 de dezembro de 2025.

## AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao fim desta etapa tão intensa de formação e descoberta, reconheço que nada teria sido possível sem as muitas pessoas que atravessaram meu caminho. Cada uma, à sua maneira, deixou marcas, abriu horizontes e sustentou meus passos ao longo desta jornada.

Agradeço, antes de tudo, à espiritualidade que me guia e à minha ancestralidade, que sustentaram cada passo da minha trajetória. É dessas forças que emergiram a lucidez, a firmeza e o equilíbrio necessários para superar os obstáculos nem sempre leves deste doutorado.

À minha família, aos que estão comigo e aos que já partiram, deixo minha gratidão mais profunda. Minha mãe e minha avó, Dinha, permanecem como presença constante, mesmo na ausência física. Foram meu alicerce, minhas maiores incentivadoras e o motivo pelo qual a educação sempre foi horizonte possível. Tudo o que construí se apoia na confiança que elas depositaram em mim.

Ao meu marido, Clever, meu amor maior, minha fortaleza e repouso, registro um agradecimento que nenhuma palavra alcança por inteiro. Obrigado por permanecer ao meu lado nesses anos intensos, convivendo com meus altos e baixos, crises, a ansiedade e as renúncias que o doutorado impôs. Fiz e faço por nós, porque desejo que você se orgulhe da pessoa e do pesquisador que me tornei.

À minha Mãe de Santo, Mãe Gi, e a todos os meus irmãos e irmãs de santo, deixo meu carinho e respeito. Cada gesto, cada axé, cada palavra de apoio manteve meu caminho firme quando o desgaste parecia maior do que a vontade de seguir.

Agradeço profundamente aos coletivos LGBTQIA+ que me permitiram aprender o que significa estar, sentir e construir a luta. Foram essas experiências que moldaram minha compreensão sobre resistência, solidariedade e ação coletiva. Da mesma forma, agradeço a todas as pessoas LGBTQIA+ que passaram e seguem em minha vida. É por vocês, por cada história, por cada conquista e por cada dor compartilhada que mergulhei nesta pesquisa. É pela nossa comunidade que escolhi, e escolherei sempre, lutar por direitos, reconhecimento e dignidade.

Sou igualmente grato a todas as pessoas que atravessaram minha formação desde a pré-escola até o doutorado: professoras, professores,

amigas, amigos, colegas. Cada contribuição, afetiva, intelectual ou pedagógica, compõe quem me tornei.

Agradeço à Universidade Estadual de Londrina, instituição que honra o compromisso com a educação pública de qualidade e transformadora. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL, seus professores e servidoras e servidores, minha gratidão pelo acolhimento, pelo rigor acadêmico e pelo ambiente de formação crítica que encontrei.

À minha orientadora, professora Carla Almeida, agradeço pela referência intelectual e humana que se tornou para mim. Seus ensinamentos, rigor, generosidade acadêmica e direção segura foram fundamentais para que esta tese encontrasse forma, sentido e caminho.

Registro também minha gratidão à banca examinadora, Matheus Mazzilli Pereira, Eder Rodrigo Gimenes, Cleyton Feitosa e Fabio Lanza, pela leitura cuidadosa, pelas críticas que fortalecem este trabalho e pelo diálogo respeitoso que ajudou a dar mais consistência à pesquisa.

A todas e todos que, de algum modo, tocaram este percurso, meu muito obrigado. Sem vocês, nenhuma linha desta tese existiria.

*“A resistência nasce quando entendemos que nosso ser merece existir com plenitude, apesar de todas as tentativas de silenciamento”  
(hooks, 1994, p. 37).*

## RESUMO

VILLELA, Hebert de Paula Giesteira. **Quadros do apagamento:** política LGBTQIA+ sem conselho em Maringá. 2025. 280 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

A presente pesquisa investiga as disputas em torno do Projeto de Lei que instituiria o Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIA+ de Maringá/PR, interpretando-as como expressão de um embate simbólico e político mais amplo sobre cidadania sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. A pesquisa leva em conta o descompasso entre a ampliação normativa dos direitos LGBTQIA+ em esfera nacional, impulsionada por decisões judiciais e avanços institucionais desde os anos 2000, e a crescente capacidade de setores conservadores de bloquear políticas públicas, sobretudo na esfera municipal. A escolha de Maringá justifica-se por combinar forte presença religiosa conservadora e histórico de mobilização LGBTQIA+ organizada, configurando um caso paradigmático para compreender os limites da institucionalização em contextos moralmente tensionados. O objetivo geral consiste em analisar como os movimentos locais mobilizaram enquadramentos interpretativos para defender a criação do Conselho e como grupos conservadores produziram contraenquadramentos para inviabilizá-lo. Entre os objetivos específicos destacam-se: examinar estratégias discursivas e simbólicas dos movimentos; analisar contra-argumentos religiosos e políticos; investigar o processo legislativo e a cobertura midiática; avaliar a incidência do contexto nacional conservador sobre a arena local; e compreender as estratégias de reorganização pós-derrota. O trabalho focaliza a intensa disputa de significados que atravessou o trâmite burocrático e a correlação de forças políticas, na qual quadros de cidadania e direitos humanos foram confrontados por narrativas baseadas na “ideologia de gênero” e na defesa da família tradicional. Essa disputa revelou os limites de estratégias institucionalistas em ambientes conservadores. A metodologia é qualitativa e interpretativa, fundamentada na análise de conteúdo de documentos legislativos, pronunciamentos públicos, matérias jornalísticas, programas de rádio e TV, redes sociais e produções audiovisuais locais. A análise utiliza a abordagem teórico-metodológica dos enquadramentos interpretativos, articulada a estudos brasileiros sobre movimentos sociais e contramovimentos. Os resultados indicam que, embora os movimentos tenham produzido enquadramentos consistentes e ancorados em direitos humanos e democracia participativa, enfrentaram barreiras internas (fragmentação e divergências discursivas) e externas (hegemonia conservadora, uso midiático da “pressão popular” e juridificação da moralidade). Após a derrota legislativa, adotaram estratégias de resiliência interpretativa para preservar sua identidade política e disputar sentidos públicos. A tese contribui ao relacionar os enquadramentos interpretativos às dinâmicas locais de retração democrática e avanço conservador, oferecendo uma leitura relacional e afetiva das lutas por reconhecimento em contextos municipais, ampliando a compreensão sobre os limites e possibilidades da ação coletiva LGBTQIA+ no Brasil atual.

**Palavras-chave:** enquadramentos interpretativos; contramovimento; LGBTQIA+; Maringá; conselho municipal.

## ABSTRACT

VILLELA, Hebert de Paula Giesteira. **Panels of erasure: LGBTQIA+ politics without a council in Maringá.** 2025. 280 p. Thesis (PhD in Sociology) —Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

This research examines the disputes surrounding the Bill that would have established the Municipal Council for LGBTQIA+ Rights in Maringá/PR, interpreting them as expressions of a broader symbolic and political struggle over sexual and gender citizenship in contemporary Brazil. The study takes into account the mismatch between the national expansion of LGBTQIA+ rights—driven by judicial decisions and institutional advances since the 2000s—and the growing capacity of conservative sectors to block public policies, particularly at the municipal level. Maringá was chosen as a paradigmatic case because it combines a strong conservative religious presence with a history of organized LGBTQIA+ mobilization, making it a strategic site to understand the limits of institutionalization in morally contested contexts. The general objective is to analyze how local movements mobilized interpretive *frames* to advocate for the Council's creation, and how conservative groups produced counter-*frames* to prevent it. Specific objectives include examining the discursive and symbolic strategies of the movements; analyzing religious and political counter-arguments; investigating the legislative process and media coverage; assessing the impact of the national conservative context on the local arena; and understanding post-defeat reorganization strategies. The analysis focuses on the intense struggle over meanings that intertwined with bureaucratic procedures and political power dynamics, in which citizenship and human rights *frames* were confronted by narratives based on “gender ideology” and the defense of the traditional family. This dispute revealed the limits of institutionalist strategies in conservative environments. Methodologically, the research adopts a qualitative and interpretive approach, drawing on content analysis of legislative documents, public statements, news articles, radio and television programs, social media, and local audiovisual productions. The theoretical-methodological framework relies on interpretive framing theory, articulated with Brazilian studies on social movements and counter-movements. The findings indicate that, although local movements developed consistent *frames* anchored in human rights and participatory democracy, they faced internal barriers (fragmentation and discursive divergences) and external obstacles (conservative hegemony, the media's use of “popular pressure,” and the juridification of morality). Following the legislative defeat, they adopted interpretive resilience strategies to preserve their political identity and contest public meanings. The thesis contributes to the field by connecting interpretive framing processes with local dynamics of democratic backsliding and conservative advance, offering a relational and affective reading of struggles for recognition in municipal contexts and broadening the understanding of the limits and possibilities of LGBTQIA+ collective action in contemporary Brazil.

**Key-words:** *frames*; countermovement; LGBTQIA+; Maringá; municipal council.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> –	Linha do tempo do processo do Conselho LGBTQIA+ em Maringá.....	80
<b>Figura 2</b> –	Publicação <i>site</i> da prefeitura, “Secretaria da Juventude promove mapeamento da população LGBTQIA+”, publicada em 17/03/2021.....	112
<b>Figura 3</b> –	Publicação no perfil do Instagram da Secretaria da Juventude e Cidadania (@juventudeecidadania), noticiando a reunião entre representantes de grupos lgbtqia+ e membros do Poder Público, incluindo vereadores e o prefeito Ulisses Maia, publicada em 04/05/2021.....	117
<b>Figura 4</b> –	Publicação no <i>site</i> da prefeitura: “Prefeitura implantará conselho municipal lgbtqia+ em maringá”, publicada em 22/06/2021.....	121
<b>Figura 5</b> –	Publicação no Instagram da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Maringá (@cdsg_oabmga), publicada em 19/08/2021.....	138
<b>Figura 6</b> –	Publicação/cartaz mobilizatório da Coalização LGBTI+ no Instagram (@coalizãolgbt) em 18/08/2021, convocando para a votação do PL n. 16.058/2021.....	146
<b>Figura 7</b> –	<i>Card</i> de apoio institucional à criação do Conselho Municipal LGBTQIA+.....	149
<b>Figura 8</b> –	Amostragem dos <i>cards</i> de apoio institucional à criação do Conselho Municipal LGBTQIA+.....	151
<b>Figura 9</b> –	Notícia do Jornal GMC Online de 19/08/2021 informa a retirada de pauta do PL da criação do Conselho LGBT.....	154
<b>Figura 10</b> –	Publicações no Instagram do vereador Rafael Roza – perfil @rafaelrozaoficial.....	173
<b>Figura 11</b> –	Publicação no Instagram do vereador Rafael Roza – O abajur e a tirania do exclusivismo.....	175
<b>Figura 12</b> –	Publicação no Instagram do deputado estadual Rafael Roza.....	182
<b>Figura 13</b> –	Publicação Instagram deputado estadual Homero Marchese.....	188
<b>Figura 14</b> –	Artigo do jornal Maringá Post – Coluna Queer, publicado em	

	03/09/2021 .....	214
<b>Figura 15 -</b>	Chamada jornalística do Observatório G, publicada em	
	18/08/2021.....	215

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	-	Categorias de análise de <i>frames</i> e suas definições teóricas .....	102
<b>Quadro 2</b>	-	Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos mobilizados no Ofício Conjunto n. 07/2021 .....	110
<b>Quadro 3</b>	-	Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos na matéria "Secretaria da Juventude promove mapeamento da população LGBTQIA+" .....	115
<b>Quadro 4</b>	-	Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos na reunião entre movimento LGBTQIA+ e Executivo Municipal.....	144
<b>Quadro 5</b>	-	Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos na matéria "Prefeitura implantará Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá" .....	124
<b>Quadro 6</b>	-	Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos na reação estratégica dos coletivos LGBTQIA+ ao anúncio da implantação do conselho .....	127
<b>Quadro 7</b>	-	Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos no Processo Administrativo n. 43.463/2021 e no Projeto de Lei n. 16.058/2021.....	135
<b>Quadro 8</b>	-	Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos na publicação da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Maringá.....	139
<b>Quadro 9</b>	-	Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos (Observação Participante – 17-18/08/2021) .....	144
<b>Quadro 10</b>	-	Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos (cartaz da Coalizão LGBTI+ e publicações de mobilização – 18/08/2021) .....	147
<b>Quadro 11</b>	-	Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos – publicações de apoio institucional e ocupação midiática .....	152
<b>Quadro 12</b>	-	Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos – matéria <i>GMC Online</i> sobre retirada de pauta do PL n. 16.058/2021 – 19/08/2021.....	156
<b>Quadro 13</b>	-	Emendas parlamentares ao PL n. 16.058/2021 (18/08/2021).....	161
<b>Quadro 14</b>	-	Vídeo da Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá	

(OPEM) – pastor Tiago Almeida (circulação em redes sociais, 08/2021).....	167
<b>Quadro 15</b> – Esquema analítico sobre o vídeo de Matheus Moreno Coleoni (18/08/2021).....	171
<b>Quadro 16</b> - Esquema analítico das postagens do vereador Rafael Roza (Instagram).....	177
<b>Quadro 17</b> – Análise dos enquadramentos na publicação <i>O abajur e a tirania do exclusivismo</i> (Rafael Roza, Instagram) .....	184
<b>Quadro 18</b> – Elementos de enquadramento e estratégias discursivas do deputado estadual Homero Marchese .....	190
<b>Quadro 19</b> - Análise dos elementos de enquadramento e estratégias discursivas nas falas parlamentares durante a tramitação do PL do Conselho Municipal LGBTQIA+ .....	207
<b>Quadro 20</b> – Resultado das votações nominais do Projeto de Lei Ordinária n. 16.058/2021 (Conselho Municipal de Direitos LGBTI+).....	210
<b>Quadro 21</b> – Elementos de enquadramento e estratégias discursivas nas matérias jornalísticas, <i>blogs</i> e programas audiovisuais locais sobre o Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá.....	237
<b>Quadro 22</b> – Enquadramentos e estratégias discursivas no documentário <i>O Quase Conselho</i> (2021) .....	246

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADF	Alliance Defending Freedom
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AMLGBT	Associação Maringaense LGBT
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
APP	Associação dos Professores do Paraná
CDSG OAB	Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil
COMAD	Conselho Municipal de Política sobre Drogas
COMLGBTI+	Conselho Municipal de Direitos LGBTI+
FMLGBTI+	Fundo Municipal de Promoção dos Direitos
LGBTI+ FPE	Frente Parlamentar Evangélica
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana (do inglês <i>Human Immunodeficiency Virus</i> )
ICM	Igreja da Comunidade Metropolitana
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais / Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais (além de outras identidades representadas pelo sinal "+")
MPT	Ministério Público do Trabalho
NMS	Novos Movimentos Sociais
NOVO	Partido Novo
NUDISEX	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual
ONG	Organização não Governamental
OPEM	Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PR	Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores
PROGE	Procuradoria-Geral do Município

PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
SD	Partido Solidariedade
SEJUC	Secretaria Municipal da Juventude e Cidadania
STF	Supremo Tribunal Federal
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNALGBT	União Nacional LGBT

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
2	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ENQUADRAMENTOS INTERPRETATIVOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTRAMOVIMENTOS</b> .....	22
2.1	<b>Enquadramentos interpretativos: uma abordagem para se compreender a ação coletiva</b> .....	23
2.2	<b>Disputas simbólicas e a reconfiguração da ação coletiva: movimentos, contramovimentos e enquadramentos interpretativos</b> .....	35
2.3	<b>Entre a rua e a instituição: disputas de enquadramento, resistência e limites da inclusão</b> .....	46
3	<b>TRAJETÓRIAS E DISPUTAS: MOVIMENTOS LGBTQIA+, CONTRAMOVIMENTOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	51
3.1	<b>Trajetória histórica dos movimentos LGBTQIA+ no Brasil</b> .....	53
3.2	<b>A luta LGBTQIA+ em Maringá: tensões locais e desafios institucionais</b> .....	60
3.3	<b>Cidades médias como arenas de conflito: escalas locais e especificidades da mobilização LGBTQIA+</b> .....	68
4	<b>METODOLOGIA</b> .....	73
4.1	<b>Delimitação empírica e operacionalização da pesquisa</b> .....	79
4.2	<b>Dimensões e dinâmicas dos frames</b> .....	82
4.3	<b>Ferramentas conceituais para a investigação empírica</b> .....	83
5	<b>ANÁLISE EMPÍRICA: ENQUADRAMENTOS EM CONFLITO NO CASO DE MARINGÁ</b> .....	104
5.1	<b>A gênese ropositiva: enquadramentos da criação do conselho (pré-primeira votação)</b> .....	104
5.2	<b>A trajetória legislativa da proposta: da elaboração</b>	

	<b>colaborativa à aprovação preliminar</b> .....	129
<b>5.3</b>	<b>O confronto aberto: a ascensão do contramovimento e a batalha pela narrativa (pós-primeira votação à rejeição)</b> .....	141
5.3.1	A rearticulação dos proponentes: ampliando redes de apoio e enfrentando os primeiros obstáculos .....	142
5.3.2	As emendas legislativas: a materialização da disputa no Parlamento .....	158
5.3.3	A voz do contramovimento: enquadramentos, mobilização e pânico moral.....	164
5.3.4	A batalha na Câmara: discursos parlamentares e o voto final.....	194
<b>5.4</b>	<b>A mídia local como espelho da disputa</b> .....	213
<b>5.5</b>	<b>A construção de uma memória coletiva da disputa</b> .....	242
<b>5.6</b>	<b>Síntese do confronto e dos fatores de rejeição</b> .....	249
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	259
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	266
	<b>APÊNDICE A – Quadro geral de fontes analisadas</b> .....	279

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem testemunhado um crescimento dos direitos civis e políticos da população LGBTQIA+, ainda que com altos e baixos. A criação de políticas de ação afirmativa, o estabelecimento de leis de reconhecimento e a formalização de espaços de participação, frutos da luta constante dos movimentos sociais, deram a impressão de que a cidadania sexual e de gênero estava em constante progresso. Esse quadro se consolidou, principalmente, a partir dos anos 2000, com a execução de programas federais de apoio à diversidade sexual, a formação de conselhos e comissões específicas e a inclusão de questões de gênero em projetos de ministérios e planos nacionais de direitos humanos. Contudo, essa caminhada se mostrou instável, vulnerável a mudanças políticas e retrocessos morais que ameaçam sua duração.

A partir de 2018, com a chegada de Jair Bolsonaro (PL) à Presidência, intensificou-se no plano nacional uma agenda explicitamente contrária às pautas de gênero e sexualidade, ancorada em discursos que apresentavam a diversidade como ameaça à família e à moralidade. Ainda nos primeiros anos de governo, observou-se o enfraquecimento ou a extinção de conselhos e instâncias participativas, como o Conselho Nacional LGBT, além da redução de investimentos e da descontinuidade de políticas voltadas à população LGBTQIA+<sup>1</sup>. Somaram-se a isso a suspensão de materiais educativos, campanhas de prevenção à violência e orientações que interditavam o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, sob a justificativa de combate à chamada “ideologia de gênero”, narrativa fortemente promovida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, então chefiado por Damares Alves.

---

<sup>1</sup> Ao longo desta tese, adota-se como padrão analítico o uso do acrônimo LGBTQIA+ para se referir, de modo abrangente e contemporâneo, às diversidades sexuais e de gênero. Essa escolha reflete tanto o estado atual do debate acadêmico quanto a ampliação política e conceitual das identidades e experiências historicamente mobilizadas pelos movimentos sociais. No entanto, quando a análise incide sobre documentos oficiais, eventos específicos, denominações institucionais, materiais empíricos ou falas de atores sociais situados historicamente, preserva-se a sigla tal como aparece nesses registros — como LGBT, LGBTI, LGBTI+, entre outras variações. Essa opção não indica inconsistência conceitual, mas um procedimento analítico consciente, que respeita os contextos históricos, políticos e discursivos de produção das fontes examinadas, permitindo captar com maior precisão as disputas de sentido, os enquadramentos interpretativos e as transformações internas do próprio campo das lutas por reconhecimento.

Esse contexto produziu uma reconfiguração profunda das condições políticas de atuação dos movimentos sociais, ao fragilizar canais institucionais de interlocução, elevar os custos da participação e ampliar a percepção de bloqueio político. A ofensiva conservadora não operou apenas como fator externo, mas atravessou as dinâmicas internas da ação coletiva, tensionando alianças, estratégias e formas de engajamento, ao mesmo tempo em que ampliou o desgaste militante e impôs a necessidade de redefinir metas, repertórios e modos de presença pública.

É nesse ponto que a noção de “ideologia de gênero” adquire centralidade analítica como parte constitutiva da gramática política contemporânea. Conforme alerta Corrêa (2018a), essa expressão não opera como categoria explicativa neutra, mas como um dispositivo retórico construído em redes conservadoras transnacionais, voltado à produção de pânico moral, confusão semântica e deslegitimação política das agendas feministas e dos direitos sexuais. Ao redefinir “gênero” como ameaça civilizatória e familiar, esse enquadramento desloca o debate do campo dos direitos para o terreno da moralidade, criando condições discursivas para bloquear políticas públicas e interditar processos de institucionalização. Em direção convergente, Birolli, Machado e Vaggione (2020) demonstram como coalizões entre católicos conservadores e segmentos evangélicos mobilizam esse vocabulário para redefinir o sentido de direitos, sustentar estratégias de juridificação da moralidade e legitimar mecanismos de censura e contenção, configurando um ambiente no qual demandas LGBTQIA+ passam a ser interpretadas como privilégios identitários, expressão de “aparelhamento estatal” ou ameaça à ordem social.

Nesse contexto, esta pesquisa analisa as disputas de significados que atravessaram o processo legislativo que levou a Câmara Municipal de Maringá, Paraná (PR) a rejeitar a proposta de criação do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIA+. Embora concebido como um instrumento de ampliação da voz e da participação política dessa população, o projeto foi progressivamente reinterpretado no espaço público. Os movimentos sociais o enquadraram como uma política de reconhecimento e inclusão democrática, enquanto setores conservadores produziram contraenquadramentos que o apresentaram como ameaça a valores tradicionais, mecanismo de “aparelhamento estatal” ou expressão de privilégios identitários. Esses embates discursivos, articulados a dinâmicas políticas locais e a um contexto nacional conservador, foram decisivos para inviabilizar a institucionalização do Conselho.

Esta investigação parte da premissa de que compreender o resultado da votação exige deslocar o olhar da tramitação formal para os enquadramentos interpretativos que estruturaram a disputa. Analisa-se como significados foram produzidos, circulados e estabilizados no debate público local, moldando percepções sobre o Conselho e sobre a legitimidade da população LGBTQIA+ como sujeito de direitos. Nesse sentido, examinam-se tanto as estratégias de enquadramento mobilizadas pelos movimentos em defesa da proposta quanto os mecanismos discursivos acionados por seus opositores para deslegitimá-la e bloquear sua ressonância pública. A rejeição do Conselho, assim, não se limita a um revés legislativo, mas expressa um conflito estrutural no qual reivindicações de reconhecimento e dispositivos de apagamento identitário se confrontam, produzindo efeitos duradouros sobre as possibilidades de institucionalização de direitos em contextos moralmente polarizados.

A análise está ancorada na abordagem teórica metodológica dos enquadramentos interpretativos, conforme desenvolvida por Goffman (1974; 2012) e reformulada nos estudos de Benford e Snow (2000), Pereira (2014a, 2014b, 2018) e Snow e Benford (1988). Essa abordagem permite investigar como atores sociais constroem sentidos compartilhados, organizam narrativas e disputam legitimidades no espaço público, particularmente em contextos de alta polarização moral e política. A pesquisa concentrou-se na reconstrução dos enquadramentos formulados por movimentos LGBTQIA+ locais e por seus opositores, tendo como objeto empírico a disputa em torno do Projeto de Lei que visava instituir o Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIA+.

Nesse contexto analítico, expressões e gramáticas como “ideologia de gênero”, “defesa da família”, “neutralidade do Estado” e acusações de “privilégios identitários” foram compreendidas não como argumentos isolados, mas como componentes estruturantes de contraenquadramentos voltados a reduzir a ressonância pública de agendas de direitos humanos. Além disso, a análise mobilizou o conceito de quadro interpretativo resiliente para compreender como movimentos e coletivos reconfiguraram narrativas e estratégias após a derrota legislativa, tensionando limites entre mobilização simbólica, preservação identitária e reinvenção política diante do bloqueio institucional.

A escolha de Maringá como cenário empírico não se justifica apenas por traços de conservadorismo político-cultural e pela presença socialmente significativa de

grupos religiosos, mas pela forma como o município expressa, em escala local, tensões mais amplas entre pluralidade e norma, reconhecimento e silenciamento. A cidade abriga coletivos LGBTQIA+ com trajetórias relevantes, ainda que atravessadas por dificuldades de articulação, conflitos internos e barreiras institucionais persistentes, elementos que também impactam a capacidade de coordenação e de produção de ressonância. Ao mesmo tempo, observa-se a atuação de atores conservadores que, ao reterritorializarem a gramática antigênero no espaço municipal, disputam o sentido do reconhecimento e tensionam limites da democracia participativa. Nesse sentido, a rejeição da proposta de criação do Conselho não deve ser compreendida como episódio isolado, mas como expressão localizada de um movimento mais amplo de resistência às agendas progressistas, sustentado por retóricas moralistas e por estratégias de apagamento simbólico.

A questão central que orienta esta tese reside em compreender como os grupos LGBTQIA+ de Maringá expressaram suas perspectivas interpretativas ao pleitearem a criação do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIA+, e, paralelamente, como atores conservadores opositores organizaram contraenquadramentos capazes de enfraquecer a proposta. Para além do mapeamento das posições discursivas, busca-se examinar como essa disputa repercutiu sobre a capacidade de mobilização dos movimentos, sobre suas restrições estratégicas e sobre as transformações nos significados públicos da cidadania sexual em âmbito municipal. Ao reconhecer que direitos LGBTQIA+ não se constituem como garantias lineares, mas como arenas instáveis de disputa simbólica e institucional, esta pesquisa procura aprofundar a compreensão sobre mecanismos discursivos e estruturais que limitam, reconfiguram ou bloqueiam a efetivação desses direitos no plano local, sem idealizar a ação coletiva como homogênea ou internamente coesa. Ao contrário, considera-se que tensões internas, precariedades afetivas<sup>2</sup> e dilemas táticos atravessam a mobilização, influenciando repertórios, expectativas e possibilidades de resistência democrática.

Ainda que marcada por descontinuidades, a trajetória do movimento LGBTQIA+ no Brasil consolidou-se a partir da redemocratização, com a emergência de grupos precursores ainda sob o final do regime militar, como o Movimento Homossexual Brasileiro (FACCHINI, 2003). Com a Constituição Federal de 1988

---

<sup>2</sup> Entendidas aqui como os desgastes emocionais, desilusões e conflitos subjetivos que atravessam a militância e impactam sua coesão (Ahmed, 2004; Gould, 2009; Butler, 2015).

(BRASIL, 1988), ampliaram-se os canais de interlocução Estado-sociedade e os mecanismos participativos, criando condições institucionais para que demandas relativas à sexualidade e ao gênero ganhassem maior visibilidade e gradativa inserção em conferências, conselhos e arenas deliberativas. Nas décadas seguintes, os movimentos ampliaram sua atuação no interior do Estado, ocupando espaços participativos e contribuindo para políticas públicas que reconheciam diversidade sexual e de gênero como dimensão da cidadania. Contudo, a ascensão de projetos políticos conservadores evidenciou a vulnerabilidade desses arranjos, tornando-os suscetíveis a desmonte, bloqueio e reorientação moral do debate público.

No caso de Maringá, embora coletivos LGBTQIA+ tenham mobilizado argumentos consistentes vinculados à cidadania plena, aos direitos humanos e à integração social, sua capacidade de influenciar o processo legislativo encontrou barreiras relevantes, derivadas tanto de fatores internos quanto da força do contexto externo adverso. Dificuldades de articulação, ações pouco coordenadas, divergências sobre conceitos estratégicos e limitações de capilaridade social coexistiram com a presença de um contramovimento apto a traduzir a gramática antigênero em narrativas localmente ressonantes, centradas na ameaça à família tradicional e na suspeita de aparelhamento político. Nessa direção, Birolli, Machado e Vaggione (2020) contribuem para compreender como tais termos funcionam estrategicamente para fragilizar liberdades democráticas e bloquear demandas por igualdade em contextos análogos.

A perspectiva adotada não pressupõe o fracasso da mobilização LGBTQIA+, mas sua reconfiguração diante de um ciclo institucional adverso. Sustenta-se que a ação coletiva, atravessada por constrangimentos internos e externos, tende a assumir formatos mais defensivos, voltados à preservação de conquistas e à contenção de danos, em detrimento de estratégias de transformação estrutural. Embora cidadania, igualdade e direitos humanos permaneçam como gramáticas centrais, observa-se seu deslocamento para uma lógica de proteção mínima frente à retração do apoio institucional e à intensificação da hostilidade social. Nesse contexto, a judicialização e as respostas imediatas ganham centralidade como mecanismos de resistência, em consonância com o diagnóstico de Rios (2022) sobre o descompasso entre o reconhecimento jurídico de direitos e o avanço de um ciclo político neoconservador.

Observa-se, ainda, uma transformação no modo pelo qual a mobilização passa a produzir sua presença pública, sendo que em vez de depender apenas da

performance orientada à mudança institucional, torna-se mais evidente a dimensão emocional ligada à preservação de legitimidade, identidade e reconhecimento social. Em contextos locais de forte influência conservadora, a crença de que o Estado é mediador suficiente do reconhecimento encontra limites concretos. Como indicam Miskolci e Campana (2017), “líderes morais”, articulando segmentos religiosos católicos e evangélicos, compartilham valores simbólicos e morais e convertem-nos em estratégias de enfrentamento à chamada “ideologia de gênero”, vista como ameaça. Tais táticas contribuem para impor ao movimento uma postura defensiva recorrente, na qual a luta por reconhecimento se realiza também como disputa por legitimidade pública e por permanência simbólica.

Esse argumento é sustentado por abordagens que destacam que a eficácia dos enquadramentos interpretativos depende de sua capacidade de gerar ressonância cultural e inteligibilidade pública. Benford e Snow (2000) mostram que frames excessivamente técnicos ou distantes de símbolos compartilhados tendem a perder força mobilizadora, favorecendo narrativas concorrentes mais simples e emocionalmente eficazes. Pereira (2014a) enfatiza que os enquadramentos são também arenas de disputas simbólicas internas, atravessadas por tensões interpretativas. Em contextos de repressão ou bloqueio político, Goodwin, Jasper e Polletta (2001; 2004) ressaltam o papel central das emoções na ação coletiva, indicando que derrotas e rupturas não produzem apenas ajustes táticos (SNOW; BENFORD, 1988), mas reconfigurações subjetivas nas quais medo, indignação e solidariedade se convertem em recursos de persistência.

Nesse cenário, a contribuição de Birolli (2020) é particularmente relevante ao explicitar como o neoconservadorismo<sup>3</sup>, em ascensão na América Latina, opera por meio da juridificação da moralidade, convertendo preceitos religiosos em argumentos legais e normas públicas. Esse processo simultaneamente bloqueia políticas progressistas voltadas à diversidade sexual e de gênero e desqualifica simbolicamente os sujeitos políticos que as demandam, deslocando-os das arenas

---

<sup>3</sup> Neoconservadorismo é um movimento político-ideológico contemporâneo caracterizado pela defesa de valores tradicionais e pela oposição ativa a pautas progressistas, especialmente aquelas vinculadas aos direitos sexuais, de gênero e reprodutivos. Na América Latina, conforme analisa Flávia Birolli (2020), o neoconservadorismo articula setores religiosos e seculares em torno da ideia de “defesa da família”, “moralidade cristã” e “neutralidade do Estado”, promovendo a *juridificação da moralidade* e atuando como força de veto às políticas de diversidade. Esse fenômeno se distingue do conservadorismo clássico por sua atuação transnacional, seu uso estratégico das instituições democráticas para fins autoritários e sua capacidade de mobilizar afetos e retóricas identitárias em contextos de polarização cultural.

institucionais e corroendo sua legitimidade pública. Para coletivos LGBTQIA+, isso implica não apenas a contenção de projetos legislativos, mas a tentativa de recusar sua condição de atores legítimos de representação.

Ao analisar o episódio de Maringá, esta pesquisa contribui para o debate sobre limites e possibilidades da institucionalização de políticas voltadas à diversidade sexual e de gênero no Brasil. Defende-se que a disputa por direitos não depende apenas da justeza das propostas, mas da capacidade de construir sentidos compartilháveis, politicamente inteligíveis e ressonantes com o ambiente discursivo. Em tempos de fortalecimento de projetos antigênero no plano nacional e local, compreender mecanismos de enfrentamento simbólico torna-se indispensável para refletir sobre condições de reinstitucionalização de direitos e sobre estratégias democráticas possíveis diante do bloqueio moral.

Esta tese organiza-se em uma introdução, cinco capítulos centrais e considerações finais. A introdução apresenta o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa do caso empírico e o referencial teórico-metodológico. O capítulo 1 discute cidadania sexual, institucionalização da diferença e os limites da inclusão, articulando os enquadramentos interpretativos. Já o capítulo 2 aborda teorias dos movimentos sociais e contramovimentos, com foco em repertórios, estratégias e disputas simbólicas. O capítulo 3 traça a trajetória dos movimentos LGBTQIA+ no Brasil e em Maringá, enfatizando mobilizações e resistências locais. No capítulo 4, são explicitados os procedimentos metodológicos, com base em análise documental, midiática e etnográfica. O capítulo 5 analisa os dados empíricos à luz dos quadros interpretativos mobilizados, evidenciando disputas e reconfigurações da institucionalização de políticas LGBTQIA+ em nível municipal. As considerações finais sintetizam os achados, discutem tensões entre reconhecimento, participação e apagamento, e sugerem caminhos para futuras investigações sobre democracia sexual em contextos locais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ENQUADRAMENTOS INTERPRETATIVOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTRAMOVIMENTOS**

O presente capítulo estabelece o alicerce conceitual que sustenta a análise desta tese. Seu objetivo é oferecer ferramentas capazes de compreender como movimentos sociais constroem sentidos, orientam estratégias e disputam legitimidades em arenas públicas atravessadas por conflito. No caso empírico aqui analisado, a controvérsia em torno da criação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ em Maringá, a disputa não se esgota em procedimentos legislativos ou correlações institucionais, pois se organiza também como uma batalha de significados, na qual diferentes atores buscam definir o que está em jogo, quem pode falar em nome do interesse público e quais demandas podem ser reconhecidas como legítimas. Por isso, adota-se como eixo central a abordagem dos enquadramentos interpretativos, articulada à literatura sobre movimentos sociais e contramovimentos, por seu potencial de examinar a produção simbólica da ação coletiva e os modos pelos quais narrativas, categorias e imagens tornam reivindicações inteligíveis e socialmente plausíveis (Snow; Benford, 1988; Benford; Snow, 2000; Tarrow, 2013).

Essa opção não implica desconsiderar a relevância das estruturas políticas e das oportunidades institucionais, mas parte do entendimento de que tais dimensões, isoladamente, não explicam a dinâmica concreta do confronto. Como argumentam McAdam, Tarrow e Tilly (2001), a ação coletiva se produz em processos interativos nos quais interpretações, alianças, identidades e estratégias são continuamente ajustadas ao longo do conflito. Nesse sentido, os enquadramentos interpretativos permitem observar como certos quadros se estabilizam e adquirem ressonância, como outros são desautorizados ou deslocados, e de que modo atores conservadores podem operar por meio de contraenquadramentos capazes de reorganizar o debate público e elevar custos simbólicos e políticos para movimentos progressistas. Essa perspectiva é particularmente útil para compreender o modo como gramáticas morais e repertórios reativos se articulam a estratégias de incidência institucional, convertendo disputas por direitos em narrativas de ameaça, ordem e desvio.

Com base nisso, este capítulo apresenta, inicialmente, o arcabouço teórico dos enquadramentos interpretativos no campo mais amplo dos estudos sobre movimentos sociais, detalhando seus fundamentos, elementos constitutivos e principais operações

analíticas. Em seguida, discute-se a literatura sobre contramovimentos, enfatizando sua relevância para compreender formas organizadas de oposição às agendas de direitos sexuais e de gênero e sua capacidade de produzir contraquadros de alta ressonância social. O capítulo encerra delineando como essa chave teórico-metodológica orienta a leitura do caso de Maringá, no qual a disputa pela institucionalização do Conselho é analisada como confronto político-simbólico que atravessa tanto antagonismos externos quanto dilemas internos da ação coletiva contemporânea.

## 2.1 ENQUADRAMENTOS INTERPRETATIVOS: UMA ABORDAGEM PARA SE COMPREENDER A AÇÃO COLETIVA

Nesta pesquisa, a abordagem teórico-metodológica dos enquadramentos interpretativos é mobilizada como instrumento analítico para compreender a ação coletiva em Maringá, especialmente em um cenário de elevada polarização política e tensionamentos morais. Tal perspectiva permite investigar como atores sociais constroem narrativas, definem o que está em disputa, atribuem responsabilidades e disputam legitimidades no espaço público, produzindo sentidos capazes de orientar estratégias e consolidar identidades coletivas. O conceito de *frame*, formulado inicialmente por Erving Goffman (1974; 2012), refere-se a estruturas simbólicas e cognitivas por meio das quais a experiência social se torna inteligível. Para o autor, acontecimentos não são percebidos de forma neutra, mas interpretados a partir de “molduras de experiência” que organizam a leitura do contexto, delimitam o que está “acontecendo” e orientam as respostas possíveis. Assim, a interpretação não é apenas um recurso posterior ao fato, mas parte constitutiva da própria realidade social, uma vez que cada situação é enquadrada por códigos culturais e expectativas compartilhadas.

Essa sensibilidade goffmaniana foi decisiva para o deslocamento da análise dos movimentos sociais em direção aos processos simbólicos de construção de sentido. É nesse registro que Snow e Benford (1988) e Benford e Snow (2000) reformulam os frames como mecanismos por meio dos quais atores coletivos transformam experiências difusas em diagnósticos públicos de injustiça, organizam prognósticos e formulam apelos motivacionais à mobilização. A contribuição desses autores consiste em demonstrar que a ação coletiva não depende apenas de recursos

materiais ou de oportunidades políticas, mas também da capacidade de produzir interpretações socialmente plausíveis, culturalmente ressonantes e politicamente mobilizadoras.

Compreendidos dessa forma, os enquadramentos interpretativos não devem ser tratados como simples técnicas comunicacionais voltadas à persuasão. Trata-se de uma lente crítica capaz de revelar disputas semânticas, conflitos de interpretação e processos de estabilização ou contestação de sentidos, tanto entre movimentos e contramovimentos quanto no interior dos próprios sujeitos coletivos. Ao analisar como quadros são produzidos e disputados, torna-se possível observar não apenas o conteúdo dos discursos mobilizados, mas também os limites, silêncios, exclusões e reconfigurações afetivas que marcam a construção política do “nós” e do “outro”, especialmente em tempos de retração democrática e avanço conservador. Nesse sentido, a abordagem dos enquadramentos se consolida como alternativa a leituras estritamente estruturalistas, pois destaca a agência simbólica dos atores e a centralidade da produção de significado na dinâmica do confronto, reconhecendo movimentos sociais como produtores ativos de narrativas, diagnósticos e mundos possíveis (Snow; Benford, 1988; Gamson, 1992).

Conforme argumenta Gamson (1992), a análise dos quadros de ação coletiva exige compreender os enquadramentos menos como esquemas cognitivos estáticos e mais como processos contínuos de construção de significado. Para o autor, eles operam de modo semelhante a narrativas em desenvolvimento, que organizam a experiência social, ordenam acontecimentos dispersos e os transformam em histórias inteligíveis. É justamente essa capacidade de dar coerência e sentido ao mundo vivido que confere aos enquadramentos sua força mobilizadora.

Entretanto, a consolidação da abordagem dos enquadramentos interpretativos nas Ciências Sociais também veio acompanhada de apropriações estreitas, por vezes excessivamente pragmáticas. Em leituras mais restritas, os *frames* passam a ser tratados como ferramentas de comunicação voltadas primordialmente à persuasão, como se fossem apenas escolhas retóricas destinadas a influenciar públicos e moldar a opinião pública (Polletta, 1998; Johnston, 2002). Essa redução empobrece a potência analítica do enquadramento, porque apaga aquilo que o torna sociologicamente interessante, a disputa pelos critérios de inteligibilidade do mundo social, os conflitos de interpretação e os custos morais e afetivos envolvidos na produção de um “nós” coletivo (Eliasoph; Lichterman, 2003). Ao reter apenas a

dimensão instrumental, perde-se a possibilidade de observar as exclusões e hierarquizações que podem ser produzidas pelo próprio trabalho de significação, inclusive no interior dos movimentos.

Retomar os fundamentos goffmanianos é decisivo justamente para evitar esse empobrecimento. Em vez de oferecer apenas uma teoria sobre molduras simbólicas, Goffman (2012) fornece uma sensibilidade metodológica voltada ao caráter situado da experiência e ao modo como os sujeitos, nas interações, buscam estabilizar interpretações plausíveis para responder à pergunta que organiza a vida social: “o que está acontecendo aqui?”. Nessa perspectiva, a experiência não se apresenta como dado bruto, mas como realidade interpretada por meio de códigos culturais, expectativas compartilhadas e negociações situacionais que orientam condutas e delimitam sentidos. Como afirma o autor:

Minha perspectiva é situacional, o que significa aqui uma preocupação com aquilo a que um indivíduo pode estar atento em determinado momento, [...] muitas vezes envolve alguns outros indivíduos determinados e não se restringe necessariamente à arena mutuamente controlada de um encontro face a face. Pressuponho que, quando os indivíduos se interessam por qualquer situação usual, eles se confrontam com a pergunta: “O que é que está acontecendo aqui?” [...] Quer formulada explicitamente, como em momentos de confusão ou dúvida, ou tacitamente, em certeza habitual, a pergunta é feita e a resposta a ela é presumida na maneira como os indivíduos passam então a tocar os assuntos que têm diante de si (Goffman, 2012, p. 30).

É a partir dessa matriz interacionista que Snow e Benford (1988) e Benford e Snow (2000) deslocam a noção de moldura para o terreno da ação coletiva. Nessa transposição, os atores coletivos não apenas interpretam acontecimentos, eles os traduzem em diagnósticos públicos de injustiça, atribuem responsabilidades, delineiam estratégias e produzem apelos de engajamento. O enquadramento, portanto, não é a descrição do conflito, mas parte do próprio conflito, pois organiza fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”, disputa autoridade de fala e define quais demandas podem ser reconhecidas como legítimas no espaço público. Trata-se de uma prática contenciosa e dinâmica, na qual sentidos são elaborados e reajustados em interação com adversários, instituições e públicos distintos, em meio a assimetrias de poder, disputas internas e negociações identitárias.

Estudiosos de movimentos sociais conceituam esse trabalho significativo ou construção de significado empregando o verbo “enquadramento” [...]: o

enquadramento é ativo no sentido de que algo está sendo feito, e processual no sentido de um processo dinâmico e evolutivo. Implica agência no sentido de que o que está evoluindo é o trabalho de organizações ou ativistas de movimentos sociais. E é controverso no sentido de que envolve a geração de enquadramentos interpretativos que não apenas diferem dos existentes, mas também podem desafiá-los. Os produtos resultantes dessa atividade de enquadramento são chamados de “enquadramentos de ação coletiva”. [...] Os enquadramentos de ação coletiva também desempenham essa função interpretativa simplificando e condensando aspectos do “mundo lá fora”, mas de maneiras que visam “mobilizar potenciais adeptos e constituintes, angariar apoio de espectadores e desmobilizar antagonistas (Benford; Snow, 2000, p. 614, tradução nossa).

Essa passagem do plano situacional para a arena pública não elimina a dimensão de pluralidade interpretativa destacada por Goffman, mas a reposiciona em chave política. Movimentos sociais podem mobilizar mais de um enquadramento simultaneamente e reajustá-los conforme públicos, canais de comunicação e oportunidades institucionais, combinando, por exemplo, gramáticas de direitos humanos, saúde pública e diversidade cultural. Essa capacidade de alternância e composição não implica um relativismo ilimitado, ela opera dentro de repertórios culturais e morais que estruturam o reconhecimento público e impõem critérios de credibilidade. Por isso, embora múltiplos quadros possam coexistir e competir, a análise pode isolar molduras interpretativas centrais, relativamente estabilizadas, que organizam a experiência social e condicionam o que se torna audível, plausível e legitimável no espaço público. Como apontam Mendonça e Simões (2012, p. 190):

Goffman ressalta que, evidentemente, na maioria das situações, muitas coisas diferentes estão acontecendo ao mesmo tempo, ou seja, pode haver sobreposição de quadros. Mas, para o autor, é possível isolar alguns dos quadros básicos disponibilizados pela cultura, a fim de compreender a organização da experiência.

Consolidada a partir dos anos 1980, a abordagem dos enquadramentos interpretativos deslocou os estudos sobre movimentos sociais ao enfatizar que a mobilização envolve disputas ativas por sentido, e não apenas respostas a condições externas. Essa perspectiva evidencia que conflitos políticos são organizados por meio de diagnósticos, projeções de solução e apelos à ação que estruturam a compreensão pública do problema em disputa. Desse modo, a ação coletiva é apreendida como um processo interpretativo no qual significados são continuamente produzidos, ajustados e confrontados em arenas institucionais e simbólicas.

Snow e Benford (1988) foram centrais nesse processo ao criticarem aquilo que denominaram de visão estática da participação, argumentando que a adesão a uma causa depende, em larga medida, de como o problema é enquadrado e tornado socialmente plausível. Nessa perspectiva, *frames* funcionam como andaimes interpretativos, onde eles organizam a experiência, estabelecem causalidades, definem adversários, justificam estratégias e ativam compromissos morais. Esse trabalho de significação também atua sobre a formação de identidades coletivas, na medida em que delimita fronteiras simbólicas, produz pertencimento e orienta expectativas sobre quem fala, em nome de quem, e com que autoridade. Desse modo, a disputa política deixa de ser compreendida apenas como embate por recursos ou posições institucionais, passando a ser interpretada como disputa pela própria definição legítima do real.

É justamente por reconhecer essa dimensão processual e contestada do sentido que os autores propõem a noção de *framing process*, um trabalho dinâmico por meio do qual os enquadramentos são elaborados, ajustados e confrontados em interação constante com adversários, instituições e públicos diversos. A lógica do enquadramento é, portanto, relacional e instável, ela depende de contextos, de mediações e de disputas, e seu êxito não é garantido pela coerência interna do argumento, mas por sua capacidade de gerar ressonância, credibilidade e adesão. Em síntese, os enquadramentos interpretativos permitem compreender como movimentos sociais constroem inteligibilidade pública para suas reivindicações e, simultaneamente, como seus discursos são tensionados por disputas externas e por conflitos internos, condição indispensável para analisar arenas polarizadas e moralmente saturadas, como as lutas contemporâneas em torno de gênero e sexualidade.

Os movimentos sociais produzem *frames* por meio de um processo dinâmico e interativo denominado processo de enquadramento (*framing process*), no qual significados são constantemente elaborados, ajustados e disputados em resposta às mudanças nos contextos sociais, políticos e culturais. Essa perspectiva reconhece que os enquadramentos são flexíveis, instáveis e sensíveis às reações de públicos distintos, aos desafios de legitimação e às transformações no campo político (Snow; Benford, 1992, p. 139).

Dessa forma, Snow e Benford (1988; 1992) sistematizam uma tipologia amplamente utilizada para compreender como movimentos sociais constroem inteligibilidade pública e orientam a mobilização coletiva. Os autores distinguem três dimensões analíticas complementares: os quadros diagnósticos, responsáveis por

definir uma condição como injusta ou problemática, atribuir causalidades e identificar responsáveis; os quadros prognósticos, voltados à formulação de alternativas, estratégias e caminhos de enfrentamento; e os quadros motivacionais, que fornecem justificativas morais, afetivas e simbólicas capazes de sustentar o engajamento, convocar solidariedades e transformar o diagnóstico e o prognóstico em imperativos de ação. Em conjunto, esses elementos permitem compreender como narrativas de injustiça se tornam politicamente operativas, ou seja, como deixam de ser experiências dispersas e passam a ser articuladas como causas coletivas.

Movimentos sociais constroem estrategicamente seus discursos por meio de três tipos principais de enquadramento: os quadros diagnósticos, que são responsáveis por identificar uma condição social percebida como injusta ou problemática e atribuir responsabilidades por sua existência ou manutenção [...]; os quadros prognósticos, que envolvem a formulação de alternativas para superar o problema diagnosticado, delineando estratégias de enfrentamento e reivindicando políticas, mudanças institucionais ou culturais [...]; e os quadros motivacionais, que fornecem as razões morais, os apelos simbólicos e os vínculos emocionais que mobilizam indivíduos à ação. Têm como função estimular o engajamento, ativar solidariedades e transformar o diagnóstico e o prognóstico em imperativos morais ou políticos (Snow; Benford, 1988, p. 203).

A relevância dessa tipologia reside no fato de que ela evidencia a dimensão produtiva dos movimentos sociais, onde ao enquadrar acontecimentos, eles não apenas descrevem o mundo, mas constroem interpretações orientadas à ação, definindo aquilo que deve ser visto como problema público, quais soluções são aceitáveis e quem pode falar legitimamente em nome do interesse coletivo. Por isso, a análise dos *frames* desloca o foco da explicação da ação coletiva de variáveis exclusivamente materiais ou institucionais para os processos pelos quais significados são organizados, comunicados e disputados. Trata-se de reconhecer que a luta política envolve também a luta pela nomeação do real.

Ao mesmo tempo, Snow e Benford (1988; 2000) destacam que enquadramentos não operam em um vácuo cultural, pois sua força depende de sua capacidade de produzir ressonância, isto é, de se conectar a valores, crenças e experiências socialmente reconhecíveis. Essa ressonância não é automática e tampouco se reduz à racionalidade do argumento. Ela depende, entre outros fatores, da compatibilidade cultural do *frame*, da credibilidade atribuída aos atores que o mobilizam e da clareza narrativa com que o problema e a ação são apresentados. É nesse ponto que se torna possível compreender por que enquadramentos bem

estruturados podem fracassar politicamente quando não encontram pontos de ancoragem no repertório moral e simbólico de uma coletividade, ao passo que contraenquadramentos simplificadores podem adquirir força pública justamente por acionarem afetos e valores amplamente compartilhados. Em arenas moralmente polarizadas, como as disputas envolvendo gênero e sexualidade, essa dimensão é decisiva para explicar a circulação e a eficácia política de frames concorrentes.

A partir dessas premissas, a abordagem dos enquadramentos se torna um aparato conceitual promissor para se investigar tanto como os movimentos sociais se expressam quanto como disputam hegemonia simbólica e transformam sensibilidades públicas. Ao mapearem os processos discursivos, estratégicos e contestados por meio dos quais os *frames* são construídos, ajustados e confrontados, Snow e Benford (1992) revelam as dimensões tática e política da produção de sentido coletivo. E ao proporem o conceito de quadros mestres (*master frames*), ampliam essa inteligibilidade ao mostrarem como certas molduras ideológicas, como os direitos humanos, a justiça social ou a moralidade cristã, servem como referência discursiva transversal para múltiplos movimentos sociais em distintos contextos históricos.

Quando um quadro de ação coletiva orienta mais de um movimento sozinho – transcendendo os significados específicos do movimento – é geralmente chamado de “quadro mestre”. Um quadro mestre tem um escopo amplo e pode orientar uma série de movimentos, por exemplo, por meio de um discurso de direitos (quadro mestre de direitos) ou de um de hegemonia (Snow; Benford, 1992, p. 143, tradução nossa).

Vale notar que a abordagem dos *frames*, com sua natureza estratégica e complexa, ganhou destaque e foi aprofundada por autores ligados à tradição dos processos políticos, com McAdam, Tarrow e Tilly (2001) à frente. Ao combinarem a análise simbólica dos enquadramentos com os aspectos históricos, institucionais e práticos da ação coletiva, eles expandiram a capacidade de análise dessa perspectiva e destacaram sua importância para entender como a agência política se desenvolve em cenários nos quais a validade e o sentido são temas de debate.

Em *Political process and the Development of Black Insurgency*, McAdam (1982) apresenta a ideia de libertação cognitiva, explicando que a mobilização só acontece quando as pessoas, em grupo, dão um novo significado a situações que antes pareciam imutáveis, passando a ver uma injustiça como algo que pode ser mudado. Esse processo se baseia em quadros interpretativos que identificam problemas

estruturais, como o racismo presente nas instituições, apontam os responsáveis, como o governo, e sugerem ações coletivas específicas, como as campanhas para incentivar o voto. Em outras palavras, a criação de significado não é somente uma consequência das oportunidades políticas, mas, sim, uma condição essencial para que elas realmente surjam.

Segundo McAdam (1982), o protesto coletivo não emerge automaticamente de condições adversas, mas depende de um processo prévio de redefinição compartilhada da realidade. Os indivíduos precisam interpretar suas circunstâncias como injustas e, ao mesmo tempo, como passíveis de transformação por meio da ação coletiva. O autor denomina esse processo de libertação cognitiva, entendida como uma disposição para agir que resulta tanto da interpretação subjetiva das condições políticas quanto da percepção de oportunidades estruturais que tornam a contestação plausível.

Charles Tilly (1995) aprofunda a articulação entre enquadramentos e práticas materiais de mobilização, ao conceituar os repertórios de contestação como formas históricas concretas de expressão política, incluindo marchas, ocupações, boicotes e rituais de protesto, que encenam e tornam visíveis os sentidos reivindicados pelos movimentos. Em obras como *Repertoires and cycles of collective action* (Tilly, 1995) e *Regimes and repertoires* (Tilly, 2006), ele demonstra que os enquadramentos são inseparáveis da performatividade histórica, entendendo que *frames* são formas encarnadas de ação, condicionadas por meios materiais e contextos institucionais, e só ganham significado político pleno por meio de sua encenação social.

Sidney Tarrow (2013), em *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*, enfatiza que os enquadramentos não são apenas instrumentos retóricos, mas mecanismos que articulam a mobilização coletiva com narrativas culturais e repertórios de ação, criando inteligibilidade política e estruturando ciclos de protesto. Ele mostra que esses quadros simplificam realidades complexas, mantendo a dignidade das causas e adaptando-se a diferentes escalas territoriais. Já em *The new transnational activism*, Tarrow (2005) amplia essa perspectiva para o âmbito transnacional, destacando como a mobilização atravessa fronteiras e estabelece pontes simbólicas e organizativas em contextos globais.

A análise de Tarrow (2013) sobre os ciclos de confronto revela que os enquadramentos interpretativos precisam ser constantemente revisitados e atualizados para manter sua relevância política. À medida que os contextos mudam,

seja por repressão estatal, mudanças culturais ou disputas internas, os *frames* que antes mobilizavam podem se tornar obsoletos, exigindo novas narrativas, novos sentidos e novas performances. Assim, a permanência da ação coletiva depende de recursos ou oportunidades políticas e da capacidade contínua de reelaborar as molduras simbólicas que sustentam sua legitimidade pública.

Para Tarrow (2013), ciclos de protesto favorecem a expansão da mobilização, a circulação de repertórios e a disseminação de enquadramentos entre diferentes movimentos, criando referências comuns que conectam campanhas e fortalecem redes. Contudo, esses quadros não operam como consensos estáveis, mas como terrenos de disputa simbólica, nos quais atores rivais competem para definir o sentido legítimo dos acontecimentos. O alinhamento interpretativo, portanto, constitui simultaneamente um mecanismo de solidariedade e um espaço de conflito político.

Os movimentos sociais não se limitam a refletir interesses, eles atuam como produtores ativos de significados culturais. Para cumprirem essa função, dependem de quadros interpretativos e construções simbólicas coletivas que orientam recrutamento, legitimam ações e mobilizam apoio. Esses quadros são tanto produtos culturais quanto instrumentos políticos. Inspirados na abordagem teórico-metodológica de enquadramentos, pode-se afirmar que eles são vitais para tornar inteligíveis demandas difusas e transformar causas em narrativas coesas que promovem mobilização pública (Benford; Snow, 2000; Tarrow, 2009).

Embora oriundos de perspectivas distintas, McAdam, Tilly e Tarrow (2001) convergem ao tratar os enquadramentos interpretativos como dispositivos centrais na dinâmica da ação coletiva. Eles mostraram que os *frames* não operam em um vácuo, mas em meio a restrições políticas, disputas simbólicas, contingências históricas e conflitos de interpretação. Ao fazê-lo, consolidaram uma leitura crítica que compreende os enquadramentos como campos de luta, não apenas contra adversários externos, mas também no interior dos próprios movimentos, em que discursos hegemônicos podem silenciar vozes dissidentes ou impor narrativas normativas. Essa perspectiva relacional, histórica e crítica torna os enquadramentos interpretativos uma chave indispensável para se compreender a complexidade das lutas sociais contemporâneas.

Ainda que a abordagem dos enquadramentos interpretativos tenha sido consolidada nos Estados Unidos a partir das décadas de 1980 e 1990, sua inserção no Brasil ocorreu de forma mais tardia e desigual. No entanto, ao longo das últimas

duas décadas, estudiosos brasileiros têm realizado um esforço vigoroso de adaptação crítica da abordagem às especificidades políticas, culturais e discursivas do país. Esse movimento tem ampliado significativamente a capacidade analítica da abordagem teórico-metodológica dos *frames*, enriquecendo-a com categorias sensíveis à desigualdade estrutural, à moralidade pública e à complexidade das disputas simbólicas no Sul Global.

Inicialmente empregada para analisar campanhas políticas, meios de comunicação e interações cotidianas, a abordagem teórico-metodológica dos enquadramentos foi progressivamente aplicada ao estudo de movimentos sociais no Brasil, incluindo sindicatos, movimentos rurais e, mais recentemente, movimentos feministas, ambientais e LGBTQIA+. Esse processo de apropriação instrumental não foi meramente pela adaptação, ele implicou reinterpretções profundas, com ênfase nas relações entre enquadramentos, afetos, agências e estruturas de poder. Movimentos contemporâneos no Brasil, como os que reagiram à crise democrática ou às políticas ambientais, encontraram na abordagem dos *frames* uma perspectiva eficaz para explicitar as disputas de sentido e a luta por legitimidade no espaço público.

Dentre os nomes que se destacam nessa vertente brasileira, entre tantos, Matheus Mazzilli Pereira, Marcelo Kunrath Silva, Ricardo Fabrino Mendonça e Paula Guimarães Simões, e João Horta Nunes. Suas contribuições têm sido essenciais para reposicionar a abordagem dos enquadramentos no campo dos estudos sobre movimentos sociais, ao incorporar tanto uma crítica ao viés cognitivista da literatura tradicional quanto um diálogo com perspectivas interacionistas, pragmatistas e afetivas.

Matheus Mazzilli Pereira (2014), por exemplo, tem se dedicado a examinar os vínculos entre ação coletiva, comunicação e produção de sentidos. Em sua dissertação de mestrado com o título *Enquadramento interpretativo, lógicas de ação e dinâmicas interativas: dilemas em interações entre o movimento pelos direitos animais e a grande mídia*<sup>4</sup>, Pereira (2014) critica o enfoque excessivamente

---

<sup>4</sup> Nessa dissertação, Pereira (2014) investiga como os ativistas do movimento pelos direitos animais interagem com a grande mídia, analisando como constroem e negociam seus enquadramentos interpretativos diante de estruturas midiáticas dominantes. O estudo destaca contradições entre lógicas táticas e dinâmicas interativas, demonstrando como os movimentos se veem pressionados a conciliar coerência discursiva com exigências de repercussão pública. Pereira (2014) argumenta que essas tensões influenciam diretamente a capacidade dos *frames* de gerar ressonância cultural e mobilizar apoio, revelando os dilemas estratégicos vividos por movimentos sociais em arenas de alta exposição pública.

racionalista das teorias hegemônicas, propondo uma abordagem que integre emoção, identidade e *performance*. Em *Molduras do protesto: debates e desafios da abordagem do enquadramento interpretativo nos estudos dos movimentos sociais* (2014), ele realiza uma revisão crítica da coletânea *Frames of protest: social movements and the framing perspective* (Johnston; Noakes, 2005)<sup>5</sup>, apontando os limites metodológicos da literatura e defendendo o papel central da mídia e do Estado nos processos de enquadramento. O autor sustenta que os enquadramentos devem ser analisados de forma relacional, articulando repertórios de ação, estruturas de oportunidade e contextos institucionais. Essa proposta permite superar as visões que tratam os *frames* como simples estratégias discursivas e desconsideram os embates simbólicos e materiais que os moldam.

Pereira (2014a) propõe ainda uma metodologia que combina análise de conteúdo, discurso e interações, visando captar como os sentidos são disputados nas práticas cotidianas dos movimentos. Ele argumenta que a agência dos atores é fundamental para a construção de *frames*, e que a análise deve considerar os processos interativos nos quais tais sentidos emergem e se estabilizam. Essa abordagem relacional permite observar os enquadramentos não somente como produtos de estratégias conscientes, mas como efeitos de encontros, negociações e confrontos.

João Horta Nunes (2013) também oferece uma contribuição importante ao enfatizar a relação entre enquadramentos e identidade coletiva a partir de uma perspectiva interacionista. Para ele, além de estruturarem discursos, os *frames* constituem sujeitos políticos, delimitam fronteiras simbólicas e organizam as expectativas de pertencimento. Em seu trabalho, os enquadramentos são vistos como atos performativos que produzem “nós” e “eles”, portanto implicam diretamente estratégias de visibilidade e reconhecimento. Essa aproximação com os estudos da performatividade permite se pensar os enquadramentos não como estruturas fixas, mas como práticas em constante renegociação.

O quadro conceitual do *frame* do protesto, um desdobramento emergente da análise interacionista dos movimentos sociais, nos levaria a interpretar a estratégia ativista [...] como uma instância de alinhamento do *frame* (*frame*

---

<sup>5</sup> Editado por Hank Johnston e John A. Noakes (2005), reúne contribuições que aprofundam a teoria dos *frames*, articulando análise teórica e estudo de casos sobre enquadramento, estratégias emocionais, relações com mídia e Estado, além de orientar metodologias para análise discursiva em movimentos sociais.

*alignment*). Snow e Benford conceituaram o alinhamento do *frame* como a associação de orientações interpretativas do indivíduo e do movimento social, de forma que algum conjunto de interesses, valores, crenças e atividades individuais e as atividades, metas e a ideologia da organização do movimento social sejam congruentes e complementares [...]. No entanto, o *frame* da ação coletiva não apenas orienta crenças e sentidos que inspiram e legitimam as atividades e campanhas organizadas pelo movimento social, como querem as vertentes mais construcionistas das teorias de movimentos sociais, mas também constitui os próprios resultados desses significados compartilhados e em negociação (Nunes, 2013, p. 268-269).

Ricardo Fabrino Mendonça e Paula Guimarães Simões (2012), por sua vez, oferecem uma sistematização das principais vertentes da abordagem dos enquadramentos, distinguindo quatro perspectivas: a interacional, inspirada em Goffman (2012); a discursiva, ligada a Gamson (1992); a estratégica, de inspiração comunicacional; e a simbólica, mais próxima da antropologia interpretativa. Os autores defendem uma abordagem integrada que reconheça o papel das estruturas culturais, dos contextos de produção do discurso e da agência dos atores. Em sua análise, os enquadramentos operam em campos semânticos relativamente estabilizados, nos quais diferentes atores tentam cristalizar seus sentidos ou desestabilizar narrativas concorrentes. Essa perspectiva é especialmente útil para compreender os processos pelos quais certos discursos se institucionalizam, sob a forma de leis, políticas públicas ou conselhos, enquanto outros são marginalizados ou silenciados.

A disputa por enquadramentos no espaço público ocorre dentro de estruturas de sentido relativamente estabilizadas, que os atores sociais buscam cristalizar ou desestabilizar, de modo a legitimar seus interesses. Essa luta simbólica permite que alguns quadros interpretativos se consolidem como dominantes e influenciem processos de institucionalização de políticas, enquanto outros permanecem marginais ou são combatidos (Mendonça; Simões, 2012, p. 9).

Ao discutir essas diferentes contribuições, é possível perceber que a produção brasileira não só aplica os modelos desenvolvidos por Snow e Benford, mas os reinterpreta a partir das especificidades locais. Ao articular *frames* com identidades, afetos, moralidades públicas e conflitos institucionais, esses autores demonstram que o enquadramento não é uma operação técnica de persuasão, sendo, na verdade, uma disputa radical pelos termos do reconhecimento. Essa disputa ganha contornos ainda mais complexos em contextos como o brasileiro, marcado por desigualdades históricas, racismo estrutural e ataques constantes às agendas de direitos.

Dessa forma, ao se recuperar a capacidade de análise crítica da abordagem teórico-metodológica do enquadramento, tal como propõem os pesquisadores brasileiros, busca-se evitar interpretações simplistas que reduzem os *frames* a meros chavões ou meras táticas. Mais importante, implica entender que enquadrar envolve também omitir, abafar e controlar as emoções. Assim, qualquer estudo dos enquadramentos precisa questionar: quem se manifesta? Em representação de quem? O que é que se ignora?

É nesse terreno que a tese se ancora. Com a adoção da abordagem dos enquadramentos interpretativos como lente teórico-metodológica, o objetivo não é apenas mapear os discursos mobilizados pelos coletivos LGBTQIA+ de Maringá, mas também revelar os silêncios, as tensões e os impasses que estruturam sua produção simbólica. Trata-se de uma escolha epistemológica e política de se recusar a neutralidade, tensionar os sentidos estabilizados e explorar os conflitos semânticos que atravessam a luta por reconhecimento em contextos marcados por conservadorismo moral e retração democrática.

## 2.2 DISPUTAS SIMBÓLICAS E A RECONFIGURAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA: MOVIMENTOS, CONTRAMOVIMENTOS E ENQUADRAMENTOS INTERPRETATIVOS

O estudo dos movimentos sociais passou por importantes reformulações ao longo do século XX. Após décadas dominadas por abordagens centradas na estrutura social, como nas formulações de Marx, Durkheim e Weber, que privilegiavam fatores como classe, coesão e racionalidade instrumental, a virada dos anos 1960 e 1970 exigiu novas lentes para interpretar as dinâmicas emergentes de mobilização. Movimentos protagonizados por estudantes, mulheres, ambientalistas e grupos LGBTQIA+ já não podiam ser compreendidos apenas pela ótica da luta econômica ou das instituições formais. Nesse contexto, surge o campo dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que enfatiza a centralidade das identidades, dos estilos de vida, dos valores e das subjetividades como vetores da ação coletiva (Touraine, 1984; Melucci, 1996; Gohn, 2011).

Essa reconfiguração teórica desloca o olhar do Estado e da economia como únicos polos de análise, abrindo espaço para se compreender os movimentos como produtores de cultura e sentido. As disputas, nesse novo cenário, não se reduzem à

conquista de recursos ou espaços institucionais, mas se tornam também simbólicas, onde os sujeitos em movimento lutam para nomear o mundo, legitimar suas existências e disputar visões de futuro. Como destaca Alberto Melucci (1996), os movimentos são “produtores de significados”, e não apenas reativos às estruturas estabelecidas.

Contudo, a ascensão desses movimentos e de suas linguagens identitárias provocou reações organizadas. A partir dos anos 1990, e com maior intensidade nas duas últimas décadas, o campo político passou a ser tensionado pela presença de contramovimentos conservadores, que, além de resistirem às pautas progressistas, igualmente mobilizam gramáticas morais, religiosas e nacionalistas para reconquistar hegemonia. Essas forças atuam em defesa da família tradicional, da autoridade religiosa e da moral sexual, construindo narrativas que enquadram os movimentos de gênero e sexualidade como ameaças aos “valores da nação” (Birolli, 2020; Corrêa; Parker, 2021).

Como observa Melucci (1989), os movimentos sociais atuam como laboratórios de inovação cultural e criação de significados, mas também são atravessados por disputas de poder e tensões internas. Gohn (2011), por sua vez, destaca que eles constituem arenas conflituosas onde projetos distintos de sociedade se confrontam. No caso de movimentos LGBTQIA+, essas clivagens envolvem, frequentemente, tensões entre agendas normativas e *queer*<sup>6</sup> (Butler, 2018; Miskolci, 2012), entre estratégias institucionais e performativas (Colling, 2015), ou ainda entre representações midiáticas e vivências dissidentes (Facchini, 2005).

Essa disputa não se dá apenas no campo institucional ou jurídico, uma vez que se materializa em uma batalha discursiva, na qual diferentes atores buscam enquadrar eventos, identidades e demandas sob chaves interpretativas antagônicas. É nesse terreno que os estudos sobre enquadramentos interpretativos (*frames*) se tornam fundamentais para se compreender os processos de significação envolvidos nas mobilizações contemporâneas.

A perspectiva dos enquadramentos permite investigar tanto como os movimentos LGBTQIA+ de Maringá formularam suas estratégias discursivas em

---

<sup>6</sup> A *agenda queer* refere-se a uma perspectiva crítica que questiona normas fixas de gênero e sexualidade, valorizando a dissidência, a subversão das identidades e a desestabilização das normas sociais. Em contraste com pautas normativas voltadas à inclusão institucional, a agenda *queer* propõe estratégias performativas e culturais que desafiam a lógica da assimilação.

defesa do Conselho quanto como setores opositores, igrejas, parlamentares conservadores e grupos religiosos produziram contraquadros que reinterpretaram a proposta como ameaça moral ou forma de privilégio.

A análise dos contramovimentos adotada neste trabalho parte do pressuposto de que tais atores não podem ser compreendidos como reações meramente episódicas ou defensivas, mas como projetos ideológicos articulados, orientados à disputa por hegemonia política e simbólica. Longe de atuarem apenas no plano retórico, esses grupos mobilizam estratégias sistemáticas de ocupação institucional, investindo na presença em conselhos, parlamentos e agências públicas, ao mesmo tempo em que produzem contraquadros discursivos capazes de reorientar o debate público. A eficácia desses enquadramentos reativos reside, em grande medida, na sua capacidade de acionar gramáticas morais amplamente compartilhadas, como o medo, a proteção da infância, a defesa da moralidade e a invocação da soberania nacional, convertendo disputas por direitos em narrativas de ameaça e desordem. Nesse sentido, o que se convencionou chamar de pânico moral (Cohen, 1989<sup>7</sup>) não é um desvio irracional, mas uma tecnologia política eficaz de captura simbólica e deslegitimação do dissenso.

Nessa direção, observa-se que os contramovimentos não se limitam à rejeição pontual de pautas progressistas, mas atuam ativamente na redefinição dos contornos do debate público, incidindo sobre a formação de alianças políticas, a linguagem institucional e os limites do que pode ser legitimamente enunciado em nome do interesse público. Essa capacidade de incidência não se explica apenas por sua presença em estruturas religiosas ou midiáticas, ainda que tais espaços sejam estratégicos, mas sobretudo pela habilidade desses atores em produzir contraenquadramentos simbólicos dotados de elevada ressonância social. Em contextos marcados por crise moral, insegurança política ou fragilização institucional, esses enquadramentos operam como mecanismos de reorganização do conflito, deslocando disputas por direitos para narrativas de ameaça, desordem ou risco à coesão social.

No Brasil, esse fenômeno assume formas peculiares. Os contramovimentos articulam uma linguagem reacionária camuflada sob o discurso democrático, utilizando os mesmos instrumentos da participação popular, como audiências públicas

---

<sup>7</sup> Ver também Rubin (1989) para debates sobre regimes sexuais de moralidade.

e conselhos municipais, para bloquear, distorcer ou esvaziar políticas de diversidade. O que se observa, portanto, é uma espécie de desalinhamento democrático, no qual mecanismos concebidos para ampliar direitos são instrumentalizados para reforçar exclusões. A gramática da participação é reconfigurada por esses atores para legitimar retrocessos; um paradoxo que desafia boa parte da teoria sobre democracia participativa.

A disputa entre movimentos e contramovimentos, portanto, não é apenas institucional. Ela é ontológica. Trata-se de uma batalha por mundos possíveis e por valores que definem o que é família, o que é corpo legítimo e o que é moralidade pública. McAdam, Tarrow e Tilly (2001) concebem essa dinâmica como interação contenciosa, um processo no qual as estratégias, os discursos e até as identidades dos atores são continuamente reformulados em reação às ações do oponente. Os *frames* mobilizados por um lado afetam diretamente a gramática de ação do outro, gerando um jogo de espelhos assimétrico que redefine os termos do conflito.

Segundo Tilly e Tarrow (2006), a política contenciosa refere-se a processos de interação nos quais atores formulam reivindicações que incidem sobre os interesses de outros, envolvendo direta ou indiretamente os governos como alvos, promotores ou terceiros. Trata-se, portanto, de um domínio de ação que articula conflito, mobilização coletiva e disputas propriamente políticas, conectando formas de confronto social às arenas institucionais do poder.

Assumir essa perspectiva relacional e crítica é essencial para compreender as disputas em torno dos direitos LGBTQIA+ em Maringá, foco empírico da tese. A rejeição da criação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, como será analisado, não pode ser compreendida apenas como produto da força dos movimentos ou da fraqueza da mobilização. Trata-se de um episódio em que ambos os lados operaram em contextos de restrição, sobrecarga simbólica e dilemas estratégicos. A análise das disputas de sentido que se instauraram nesse processo revela não só as táticas dos conservadorismos locais, mas também os impasses vividos pelos movimentos LGBTQIA+, divididos entre o desejo de reconhecimento institucional e a recusa à domesticação política.

A noção de contramovimentos sociais tornou-se central para compreender formas organizadas de oposição a agendas de mudança, deslocando a interpretação dessas reações do registro do episódio para o da estratégia. Em vez de respostas meramente defensivas, a literatura descreve contramovimentos como modalidades de

ação coletiva dotadas de intencionalidade política, capacidade organizativa e projeto normativo, cuja emergência se dá em relação direta com mobilizações anteriores percebidas como ameaça (McCARTHY; ZALD, 1982; AHO, 1990; STAGGENBORG, 2014). Esse caráter relacional é decisivo, pois contramovimentos não existem “sozinhos”, mas se constituem em oposição a movimentos que buscam alterar regras, valores e distribuições de reconhecimento, ajustando táticas e discursos conforme o campo de disputa se transforma (ZALD; USEEM, 1983; MEYER; STAGGENBORG, 1996).

No contexto latino-americano, Ruibal (2015) evidencia um padrão recorrente dessa disputa ao destacar o uso estratégico de arenas jurídicas e legislativas como forma de bloquear avanços progressistas, fenômeno que descreve como contramobilização legal. Em chave convergente, McAdam, Tarrow e Tilly (2001) situam movimento e contramovimento no interior de processos contenciosos, nos quais a interação produz redefinições de alianças, escolhas táticas e disputas de legitimidade pública.

No Brasil, Silva e Pereira (2020) enfatizam que contramovimentos se constituem de modo relacional, em oposição direta a movimentos sociais, organizando enquadramentos interpretativos, estruturas organizativas e repertórios de ação referidos ao adversário. Esses atores não devem ser tratados como reações difusas, mas como formas organizadas de ação coletiva que emergem em contextos de ameaça percebida a interesses, valores ou modos de vida, produzindo disputas simbólicas e institucionais nas arenas do conflito. Assim, a relação entre movimentos e contramovimentos deve ser compreendida como dinâmica interativa e interdependente, na qual ambos ajustam estratégias, alianças e quadros interpretativos ao longo do confronto.

Em suma, a literatura parece apontar para um consenso na definição de contramovimentos como esforços de oposição a movimentos sociais, bem como na defesa de que ferramentas analítico-conceituais utilizadas para o estudo de movimentos também podem ser aplicadas para contramovimentos (Silva; Pereira, 2020, p. 35).

A originalidade da abordagem relacional de Silva e Pereira (2020) reside em romper com modelos simplificadores e movimentocêntricos dos conflitos sociais. Para os autores, os contramovimentos devem ser analisados como parte de uma dinâmica estratégica de confronto, em que ambos os movimentos e seus opositores ajustam

seus enquadramentos interpretativos, seus repertórios de ação e suas alianças políticas em resposta às ações do outro. Em outras palavras, o campo da disputa é interativo, fluido e mutuamente constitutivo, o que implica também uma disputa pela definição legítima do conflito e seus enquadramentos.

Verifica-se que os contramovimentos podem atuar estrategicamente também em arenas institucionais, mobilizando recursos e oportunidades políticas disponíveis no próprio regime democrático para disputar sentidos e influenciar decisões públicas. Nesse processo, legislações e arenas públicas tornam-se espaços de disputa relacional, nos quais a institucionalidade pode ser acionada tanto para expandir quanto para conter mudanças, a depender das coalizões em jogo.

O que se evidencia aqui é que o Estado dificilmente pode ser tratado como instância neutra ou simplesmente técnica, pois se configura como um espaço permanentemente atravessado por disputas, interesses e projetos de poder em concorrência. Nessa chave, torna-se possível ler fenômenos recentes do cenário brasileiro, como o enfraquecimento e o desmonte de conselhos participativos no período do Governo Bolsonaro (2019-2022), quando atores conservadores passaram a operar institucionalmente para esvaziar canais de diálogo e limitar a incidência pública de movimentos feministas e antirracistas. Essa compreensão parte do reconhecimento de que a interação entre Estado e sociedade não se resume a modalidades cooperativas, mas inclui também dinâmicas de obstrução, veto e exclusão, nas quais o aparato institucional pode ser apropriado como instrumento de contenção de demandas democráticas e de reversão de avanços normativos.

Assim, um elemento comum a todas as definições de contramovimentos é que estes se constroem em relação de oposição e conflito com movimentos sociais que desafiam ou ameaçam interesses, valores, modos de vida, posição social, entre outros aspectos, de determinado segmento da sociedade.

Nesse sentido, dialogando com a literatura internacional que compreende contramovimentos como atores estrategicamente constituídos no confronto (Meyer; Staggenborg, 1996), Silva e Pereira (2020) destacam que as definições do conceito convergem ao apontar sua formação em relação de oposição a movimentos sociais percebidos como ameaça a interesses, valores, modos de vida e posições sociais estabelecidas.

Dessa forma, nessa proposta analítica adota-se o entendimento de que a dinâmica entre movimentos e contramovimentos se dá por meio de batalhas de

enquadramento, nas quais diferentes atores disputam a definição legítima dos problemas públicos, das soluções aceitáveis e dos sujeitos autorizados a falar em nome do interesse coletivo. Nesse cenário, os contramovimentos operam com discursos próprios, muitas vezes ancorados em repertórios morais, religiosos, nacionalistas ou securitários, que servem para deslegitimar as pautas e identidades dos movimentos que contestam. Como destacam Silva e Pereira (2020), esses atores não podem ser compreendidos como reações difusas, mas como agentes estratégicos que constroem enquadramentos interpretativos em oposição ao movimento, influenciando a disputa pública e a definição dos sentidos em jogo. A disputa em torno da chamada ideologia de gênero exemplifica esse processo, pois enquanto movimentos feministas e LGBTQIA+ enquadram a questão como parte da luta por direitos humanos e cidadania, contramovimentos religiosos a ressignificam como ameaça à família, à moral e à ordem social, em um claro esforço de mobilização simbólica (Corrêa, 2018a).

Silva e Pereira (2020) ressaltam que os contramovimentos não devem ser analisados apenas como fenômenos restritos à sociedade civil, pois podem operar também por meio de recursos institucionais e em articulação com agentes estatais, compondo coalizões e disputando oportunidades políticas no interior do Estado. Nessa perspectiva, a conflitualidade entre movimentos e contramovimentos não se reduz a embates simbólicos ou discursivos, envolvendo igualmente disputas por arenas formais de decisão e pela capacidade de influenciar cursos de ação pública.

A perspectiva relacional do conflito proposta por Silva e Pereira (2020) enfatiza o exame das disputas entre movimentos e contramovimentos como processos em permanente transformação, estruturados por vínculos de antagonismo, competição e interdependência. Nessa ótica, os atores ajustam estrategicamente seus enquadramentos interpretativos, repertórios de ação e alianças em função das iniciativas do adversário, produzindo efeitos recíprocos na dinâmica do confronto. Essa chave analítica permite compreender que tais embates não se reduzem a episódios isolados, podendo repercutir também na definição pública dos sentidos de cidadania, direitos e legitimidade democrática em disputa.

Abordar as disputas entre movimentos e contramovimentos não apenas no âmbito societário, mas também por e com apoios de agentes estatais possibilita complexificar as análises sobre processos conflitivos que envolvem coalizões de atores estatais e societários contra coalizões

oponentes que também atuam na sociedade e no Estado (Silva; Pereira, 2020, p. 42).

Os autores evidenciam que os enquadramentos interpretativos mobilizados por contramovimentos se constituem em referência direta aos quadros acionados pelos movimentos a que se opõem, configurando disputas interpretativas em torno da definição legítima dos problemas sociais, das soluções aceitáveis e dos atores autorizados a falar em nome do interesse público. Nesse sentido, tanto o Estado quanto o espaço público podem ser compreendidos como arenas de confrontação e assimetria, nas quais coalizões, recursos institucionais e disputas simbólicas influenciam as condições de institucionalização, bloqueio ou reversão de agendas e políticas.

Essa perspectiva também ajuda a questionar a noção de um Estado uniforme e imutável. Em vez disso, o Estado é visto como um espaço repleto de divergências internas, influenciado pelas demandas de diversos grupos sociais, e palco de disputas em suas várias instâncias e seus vários órgãos. Desse modo, entender os contramovimentos em sua totalidade requer analisar como eles atuam em conjunto nos âmbitos da fala, das instituições e da cultura, e como se colocam em relação aos movimentos sociais com os quais mantêm embates de valores e representações em diferentes cenários.

Os contramovimentos conservadores não apenas reagem às demandas por direitos LGBTQIA+ ou feministas, mas reconfiguram o próprio campo de disputa simbólica por meio de discursos que combinam valores religiosos, moralidade e soberania nacional. Conforme mostram Corrêa (2018b) e Miskolci (2017), a noção de ideologia de gênero opera como o eixo mobilizador de uma gramática política reacionária, que associa os direitos sexuais e reprodutivos a uma ameaça às crianças, à família e à nação. Nessa articulação, o nacionalismo e os repertórios religiosos funcionam como mecanismos potentes de legitimação de exclusões sociais, deslocando o debate para uma lógica de defesa contra inimigos internos e externos e fortalecendo a eficácia política desses contramovimentos.

No Brasil, diferentes estudos mostram como grupos pró-família mobilizam uma retórica de defesa de valores tradicionais para bloquear avanços legislativos, como o reconhecimento do casamento homoafetivo, e para estigmatizar sistematicamente as dissidências sexuais, apresentando-as como ameaça à família e à soberania cultural (Corrêa, 2018a; Junqueira, 2018).

Esses contraenquadramentos operam frequentemente por meio de gramáticas moralizantes que transformam controvérsias por direitos em narrativas de ameaça. A noção de pânico moral, sistematizada por Cohen (1972), ajuda a compreender como determinados grupos, práticas ou identidades passam a ser construídos como “perigos sociais”, acionando repertórios alarmistas que demandam controle, punição e restauração de uma ordem supostamente ameaçada. No cenário contemporâneo, pautas relativas a gênero e sexualidade tornaram-se objetos privilegiados desse tipo de mobilização reativa, em especial quando coalizões religiosas e políticas articulam a defesa da “família tradicional” e a “proteção da infância” como chaves de legitimação pública. Nesse regime de sentido, a expansão de direitos LGBTQIA+ é reinterpretada como desordem moral, degeneração ou ameaça à coesão comunitária, não para debater políticas específicas, mas para desautorizar identidades inteiras e restringir suas fronteiras de reconhecimento (RUBIN, 1989; JUNQUEIRA, 2018; CORRÊA, 2018a). Nessa dinâmica, a expressão “ideologia de gênero” funciona como dispositivo político de condensação, que reorganiza ansiedades morais difusas e as traduz em projeto normativo regressivo, deslocando o conflito da arena da cidadania para a arena do inimigo moral.

A noção de pânico moral auxilia a compreender como narrativas alarmistas podem reforçar estigmas e legitimar formas de marginalização e preconceito (Rubin, 1989). No caso brasileiro, Mello (2005) demonstra que os debates sobre o reconhecimento jurídico das uniões entre pessoas do mesmo sexo, especialmente no âmbito do Poder Legislativo, foram atravessados por embates ideológicos nos quais atores religiosos e parlamentares contrários acionaram argumentos moralizantes e naturalizantes sobre família e sexualidade. Nessa lógica, a reivindicação por direitos conjugais passou a ser enquadrada como afronta à ordem moral e ameaça aos fundamentos sociais, criando condições políticas para bloqueios legislativos e para a deslegitimação pública das minorias sexuais. Assim, o pânico moral deixa de operar apenas como retórica difusa e pode ser interpretado como tecnologia de disputa política, mobilizada para sustentar hierarquias normativas, justificar discriminações e restringir as fronteiras do reconhecimento e da cidadania.

Dessa forma, no Brasil, análises sobre contramovimentos conservadores mostram que grupos pró-família operam simultaneamente pela negação de direitos a homossexuais e pela produção de narrativas de ameaça moral (Mello, 2006). Tais narrativas reforçam hierarquias sexuais, como aquelas apontadas por Rubin (1989)

em sua formulação da “pirâmide erótica”, na qual a heterossexualidade compulsória ocupa a posição privilegiada. Essa dinâmica pode ser interpretada como parte de uma cidadania regulada, nos termos de Santos (1998), na medida em que o acesso a direitos permanece condicionado à conformidade com normas heteronormativas.

Essa forma de observar deixa claro que as discussões políticas atuais não são somente sobre aceitação ou valorização, mas igualmente sobre o real sentido da democracia, quem realmente tem o direito de ser cidadão e como o governo deve atuar para equilibrar a pluralidade e as divergências. Frente a esse panorama de conflitos desiguais e da utilização do governo para atender a objetivos opostos, fica nítido que o estudo das ações e reações sociais precisa, necessariamente, de uma visão interligada e em constante mudança.

Retomando Tilly (1978), a ação coletiva é marcada por interações estratégicas em contextos de conflito, nas quais grupos mobilizam recursos e selecionam formas de atuação disponíveis em seus repertórios. Nessa dinâmica, a contestação tende a produzir respostas e adaptações, podendo inclusive estimular a difusão e a reapropriação de formas de ação entre atores situados em campos políticos opostos. No caso paraguaio, por exemplo, observou-se a reprodução da estratégia do *micrófono* aberto<sup>8</sup>, originalmente associada a protestos progressistas, como instrumento de difusão de discursos conservadores. Essa dinâmica, segundo Mello (2006), gera uma cidadania regulada, na qual o Estado opera como um campo de batalha onde grupos antagônicos disputam o controle de instituições e narrativas.

Os estudos sobre movimentos sociais no Brasil contemporâneo revelam a necessidade de um olhar multifocal, capaz de articular as dimensões macroestruturais, como as desigualdades sociais persistentes, com as microdinâmicas da construção de identidades coletivas e repertórios simbólicos. Essa produção não se ancora em uma única escola teórica, mas dialoga com tradições diversas, do marxismo ao interacionismo simbólico, incorporando contribuições críticas contemporâneas, especialmente aquelas voltadas a pensar as especificidades latino-americanas e os limites da transposição mecânica de categorias produzidas em contextos centrais.

---

<sup>8</sup> A estratégia paraguaia refere-se a uma tática de contramovimentos conservadores que se apropriam de repertórios de protesto originalmente criados por movimentos progressistas para difundir discursos opostos. No exemplo citado, grupos conservadores copiaram o formato do *micrófono* aberto – técnica comum em protestos de esquerda, em que qualquer pessoa pode falar publicamente – para amplificar vozes contrárias aos direitos LGBTQIA+, à igualdade de gênero ou a outras pautas progressistas.

Como observa Gohn (2019), trata-se de um campo marcado pelo hibridismo analítico, que busca superar dicotomias herdadas dos anos 1980 e avançar para abordagens relacionais, comparativas e situadas no contexto periférico brasileiro.

Essa evolução das estruturas de análise culminou na solidificação de um ponto de vista mais conectado e flexível dos movimentos sociais. Tal perspectiva considera suas ações atreladas às reações das instituições, aos acordos entre grupos e, sobretudo, aos questionamentos de valores que encontram. Vistos assim, os movimentos sociais não apenas demandam ações ou bens; eles também geram sentidos, confrontam regras sociais e transformam as bases da discussão pública. Desse modo, suas atividades ultrapassam as manifestações notórias, participando também da construção de crenças políticas e da disputa pelas noções aceitas de equidade, civismo, ética e lei.

A partir dessas abordagens, consolida-se uma compreensão multifacetada dos movimentos sociais, que articula dimensões culturais, estratégicas, institucionais e também afetivas. A análise sociológica contemporânea reconhece que os movimentos não atuam apenas contra estruturas opressivas, mas também a partir delas, disputando sentidos, normas e práticas no interior do próprio Estado e de seus mecanismos de governança. No caso brasileiro, essa ambivalência é evidente, pois a participação dos movimentos na esfera pública oscila entre confronto e negociação, revelando tanto sua capacidade de influenciar políticas estatais quanto a preservação de sua autonomia crítica (Gohn, 2019; Dagnino, 2002; Amaral, 2021).

A partir da atuação de seus partidários “dentro do Estado”, movimentos sociais agem estrategicamente dentre uma miríade de repertórios de ação na ocupação de cargos burocráticos, exercendo ativismos em prol de suas causas coletivas [...] mobilizavam causas coletivas oriundas de ideias produzidas historicamente de modo complexo e de modo interativo por múltiplos atores e fontes (acadêmicos, partidos, documentos, estudos, outras políticas públicas e, também, movimentos sociais) (Abers, 2021, p. 57-58).

As diversas linhas teóricas revistas neste capítulo, desde as perspectivas tradicionais de mobilização de recursos e das configurações de oportunidades políticas, até os olhares atuais focados nas molduras interpretativas, encontram um ponto de convergência essencial, ou seja, a luta social não é um evento isolado, mas, sim, um processo constante e interligado. A relação entre movimentos e seus oponentes pode ser compreendida como uma dinâmica interativa de confronto, marcada por ciclos de ação e reação que reorientam táticas, narrativas e arenas

institucionais. Tarrow (2013) sustenta que a política de confronto deve ser analisada como uma trajetória histórica, na qual oportunidades e restrições não operam como cenário fixo, mas se articulam às capacidades organizativas e aos repertórios mobilizados pelos atores em disputa. Corroborando essa perspectiva, Tilly (2006a) enfatiza que a ação coletiva obedece a uma lógica explicável pela combinação entre interesses, organização, mobilização e oportunidades políticas, o que permite compreender por que certas disputas se prolongam e assumem diferentes formas ao longo do tempo.

Nesse cenário, torna-se fundamental integrar, à análise sociológica, dimensões como a interseccionalidade, os afetos políticos e a performatividade, capazes de iluminar os tensionamentos internos dos movimentos, as exclusões produzidas pelos *frames* dominantes e os limites impostos pela institucionalização das lutas. Os estudos de Mello (2006), Melucci (1996) e Silva e Pereira (2020), entre outros, mostram que os movimentos sociais não são apenas espaços de emancipação, sendo também campos atravessados por disputas de poder, hierarquias simbólicas e dilemas estratégicos.

Por fim, reconhecer a agência dos contramovimentos e a assimetria das disputas que travam com os movimentos sociais permite reposicionar a análise sociológica em chave crítica. Em vez de assumir a neutralidade das instituições ou a linearidade do progresso democrático, é preciso compreender que a democracia é um campo em disputa permanente, no qual os sentidos de justiça, cidadania e direito são constantemente negociados, ou negados.

É nesse horizonte crítico e relacional que se insere a análise proposta nessa pesquisa, ao investigar a ação de coletivos LGBTQIA+ em Maringá diante da rejeição da criação de um conselho municipal, pois trata-se de observar como sentidos foram autorizados ou silenciados, quais *frames* foram mobilizados e quais foram recusados, e de que forma a tensão entre reconhecimento institucional e resistência política atravessa a luta por cidadania dissidente em contextos conservadores.

### 2.3 ENTRE A RUA E A INSTITUIÇÃO: DISPUTAS DE ENQUADRAMENTO, RESISTÊNCIA E LIMITES DA INCLUSÃO

O estudo dos movimentos sociais LGBTQIA+ revela um campo de ação marcado por elevada complexidade, no qual identidades coletivas são continuamente

construídas, estratégias políticas se reinventam e ideias se confrontam nos planos simbólico, jurídico e institucional. Longe de restringir-se à conquista de direitos formais, trata-se de uma ação política que tensiona os alicerces da heteronormatividade e do cis-heteropatriarcado <sup>9</sup>, articulando práticas culturais, saberes acadêmicos e normativas legais em uma disputa prolongada por pertencimento e reconhecimento. Nessa arena, uma tensão constitutiva emerge entre a busca por inserção institucional e a preservação da autonomia radical dos coletivos, o que exige atenção às ambiguidades envolvidas nos processos de acomodação institucional e às dinâmicas de reação conservadora que os atravessam.

A formação da identidade coletiva, conforme argumenta Melucci (2001), não é um ponto de chegada, mas um processo comunicacional e relacional em constante negociação. Essa fluidez se agrava em contextos marcados por interseccionalidades estruturantes, como raça, classe, territorialidade e identidade de gênero, cuja articulação, conforme propõe Crenshaw (2002), complexifica a ação política e desafia sua unificação. A sigla LGBTQIA+, longe de funcionar como síntese pacífica, é terreno de disputas sobre quem representa, o que se representa e com que finalidade se ocupa o espaço público. Facchini (2005) e Facchini e França (2009) observam que a diversidade interna não é fragilidade, mas motor de resistência frente às lógicas universalizantes e assimilacionistas do sistema.

Os movimentos LGBTQIA+ desenvolveram repertórios táticos múltiplos, que vão da performatividade pública à negociação institucional, onde, Paradas, protestos e intervenções artísticas coexistem com conferências, conselhos e ações judiciais, compondo uma gramática de ação híbrida, moldada por disputas contextuais. A eficácia dessas estratégias está diretamente vinculada aos enquadramentos interpretativos que lhes dão sentido, ou seja, os *frames* operam como lentes que tornam problemas visíveis, inteligíveis e mobilizáveis.

Contudo, a aproximação com o Estado implica escolhas e renúncias. Processos de institucionalização tendem a impor filtros e exigências de viabilidade política que, muitas vezes, esvaziam ou silenciam pautas mais radicais, deslocando a ação coletiva para formatos mais moderados e negociáveis. Trata-se de um campo

---

<sup>9</sup> Por cis-heteropatriarcado entende-se um regime social de poder que articula patriarcado, heterossexualidade compulsória e cisheteronormatividade, produzindo hierarquias de gênero e sexualidade que privilegiam homens cisgêneros heterossexuais e subordinam ou marginalizam mulheres e pessoas LGBTQIA+, especialmente pessoas trans.

de trocas ambivalente, no qual os ganhos de formalização podem vir acompanhados da domesticação discursiva e da seletividade na representação. A experiência brasileira mostra que a ocupação de espaços institucionais, como conselhos, conferências e legislações, trouxe conquistas, mas também expôs os limites dessa via, especialmente em contextos de retração democrática e ascenso conservador, como a partir de 2016.

A literatura recente tem enfatizado os riscos de se naturalizar a gramática institucional como horizonte exclusivo de ação. Miskolci e Campana (2017) criticam o que denomina “modelo de respeitabilidade LGBT”, no qual a busca por reconhecimento jurídico e social reproduz padrões normativos e invisibiliza sujeitos dissidentes, como pessoas trans, negras, pobres ou não binárias. Facchini e França (2009) também problematizam como processos de segmentação e estratificação atravessam o movimento e o mercado, produzindo hierarquizações internas e visibilidades seletivas. Nessa dinâmica, a aproximação com mídias e circuitos de consumo pode favorecer enquadramentos mais aceitáveis publicamente, mas tensiona a pluralidade de sujeitos políticos reconhecidos e pode implicar custos para agendas mais disruptivas.

Essas dinâmicas internas revelam que movimentos LGBTQIA+ não estão imunes às lógicas de exclusão que combatem. Como apontam Eliasoph e Lichterman (2003), o espaço coletivo é atravessado por normas interacionais que regulam quem fala, em que registro e com quais formas de expressão um pertencimento se torna reconhecível dentro do próprio grupo. A consequência é política, pois enquadramentos que buscam maximizar aceitabilidade pública podem produzir uma economia interna de visibilidade, elevando certas experiências a emblemas “apresentáveis” e empurrando outras para o silêncio. Nesse sentido, a eficácia simbólica de uma ação coletiva não depende apenas de coerência argumentativa, mas do modo como o movimento administra credibilidade, emoção pública e fronteiras de pertencimento, o que inclui perdas, concessões e hierarquizações internas.

É justamente sobre esse terreno já tensionado que incide a força crescente dos contramovimentos. O avanço conservador no Brasil, especialmente após 2018, intensificou uma ofensiva simbólica e institucional contra direitos LGBTQIA+, deslocando a arena pública para uma gramática moralizante em que a disputa deixa de ser sobre políticas e passa a ser sobre legitimidade ontológica dos sujeitos. O

backlash<sup>10</sup>, tal como discutido por Mansbridge e Shames (2008) e por Meyer e Staggenborg (2014), adquire no país contornos de projeto político que reordena agendas, captura linguagens e redefine custos de participação, dinâmica amplamente examinada por Birolli (2020). Nessa configuração, a institucionalidade deixa de funcionar como via estável de inclusão e se converte em espaço hostil, no qual atores antigênero com respaldo midiático e político corroem canais antes ocupados por movimentos, elevando o custo simbólico do reconhecimento e estreitando as margens do dizível.

Esse cenário exige reavaliar os enquadramentos interpretativos sem ingenuidade. A ressonância de um frame depende de sua plausibilidade cultural, isto é, do quanto ele consegue se ancorar em repertórios morais e cognitivos já reconhecidos pelos interlocutores. O dilema é estrutural, pois enquadramentos demasiadamente disruptivos tendem a sofrer bloqueio e rejeição, mas a adaptação integral ao senso comum pode neutralizar a capacidade crítica do movimento, esvaziando justamente onde a política sexual tensiona hierarquias e produz deslocamentos. Em ambientes marcados por moralismo normativo e hostilidade à dissidência, a gramática da respeitabilidade não é apenas uma escolha tática, ele pode operar como forma de autolimitação, restringindo a pluralidade de sujeitos e demandas que o próprio movimento diz representar.

A judicialização amplia essa ambivalência. Como resposta à dificuldade de avanço no Legislativo, ela pode oferecer vitórias rápidas e produzir efeitos normativos relevantes; ao mesmo tempo, tende a traduzir conflitos públicos em linguagem jurídica binária, comprimindo disputas políticas em categorias de legalidade e reduzindo espaço para construção de base, pedagogia pública e mobilização sustentada (NOBRE, 2011; ALMEIDA, 2014). Quando a via institucional se torna o principal horizonte, o risco não é apenas “despolitizar” o conflito, mas reorganizar a própria agenda do movimento segundo o que é juridicamente dizível e socialmente vendável.

Nesse ponto, os dilemas externos se encontram com fraturas internas. Parte dos impasses enfrentados pelos movimentos, inclusive a baixa adesão social e a

---

<sup>10</sup> Backlash é um conceito usado para descrever processos de reação política e social organizada contra avanços percebidos como ameaças a ordens normativas estabelecidas. Nos estudos de movimentos sociais, não se trata de mero descontentamento difuso, mas de contramobilizações que buscam conter, reverter ou deslegitimar conquistas, podendo assumir formas discursivas, legislativas, judiciais e administrativas, frequentemente associadas a projetos de restauração moral (MANSBRIDGE; SHAMES, 2008; MEYER; STAGGENBORG, 2014).

rejeição institucional, decorre também de disputas de hegemonia, hierarquização de pautas e seleção de sujeitos considerados mais assimiláveis pelo Estado e pela opinião pública. É aqui que o “modelo de respeitabilidade” criticado por Miskolci e Campana (2017) ganha densidade: a busca por reconhecimento pode consolidar representações hegemônicas centradas em segmentos já relativamente protegidos, deslocando para as margens experiências trans, negras, pobres e não binárias, o que não é um efeito colateral, mas uma forma específica de governar a diferença dentro do próprio movimento.

Assim sendo, enquadramentos institucionalizados podem ganhar acesso, mas perder potência: ao buscar compatibilidade com filtros estatais e expectativas públicas de aceitabilidade, eles tendem a reduzir capacidade de convocar afetos disruptivos, sustentar indignação e produzir solidariedade ancorada em experiências comuns de violência e exclusão. O resultado é duplo, onde fragiliza a legitimidade interna, porque parte da base não se reconhece na narrativa “apresentável”, e fragiliza a eficácia externa, porque a mensagem se torna defensiva, tecnicizada e pouco mobilizadora. Em contextos como o de Maringá, em que as estratégias tradicionais falham em produzir adesão ampla, o problema não é “falar melhor”, mas repensar os termos do reconhecimento e explorar enquadramentos que reinstalem dissenso, pluralidade e conflito como valores democráticos, sem cair na armadilha da respeitabilidade como horizonte único.

Assim, a questão não se limita a repensar o que se faz ou a mudar o jeito de falar, mas envolve perceber os riscos embutidos nos sentidos mobilizados para convencer diferentes públicos. Segundo Pereira (2014a), um enquadramento tende a ganhar força quando se aproxima de interpretações que os interlocutores já reconhecem como relevantes e plausíveis. Isso significa que, quanto mais as molduras dos movimentos se distanciam da cultura vigente e das referências compartilhadas, menor costuma ser sua aceitação e maior a chance de rejeição, ruído interpretativo ou bloqueio comunicacional, o que pode inclusive produzir silenciamentos e exclusões de experiências e sujeitos menos compatíveis com os critérios dominantes de legitimidade pública.

Um dilema principal é identificado pelos teóricos da ação coletiva. Segundo os autores que se utilizam dessa abordagem teórica, molduras interpretativas têm maior potencial de serem consideradas interpretações relevantes sobre as situações em pauta pelos interlocutores dos atores que as mobilizam quando contêm elementos que as aproximam de interpretações largamente

aceitas e difundidas na sociedade. Na medida em que, em geral, as molduras dos movimentos sociais contestam a “cultura vigente”, essas interpretações teriam um potencial baixo de aceitação por parte dos interlocutores dos ativistas (Pereira, 2014a, p. 17).

Conforme a gramática institucional se torna um campo de disputa moral, e não apenas técnica ou jurídica, os movimentos que se limitam a ela tendem a perder densidade simbólica, legitimidade interna e capacidade de mobilização coletiva. Por isso, recuperar a radicalidade do enquadramento, entendida como prática de nomear o mundo desde suas margens, desde a dor, e desde os corpos que não cabem, é também recusar as formas sutis de apagamento promovidas pela política da respeitabilidade.

Encerrar essa discussão não significa rejeitar a institucionalização, mas reconhecer que ela é um terreno em disputa. Como aponta Fassin (2010), a cidadania sexual envolve redefinir quem pertence ao corpo político. Por isso, retomar a radicalidade dos enquadramentos, dar voz às margens e reinscrever o dissenso como valor democrático é fundamental para fortalecer a ação coletiva em contextos cada vez mais hostis.

### **3 TRAJETÓRIAS E DISPUTAS: MOVIMENTOS LGBTQIA+, CONTRAMOVIMENTOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

A política sexual se constrói como campo em disputa, em que se confrontam narrativas sobre o corpo, a moral, o Estado e os limites da cidadania. Os movimentos sociais LGBTQIA+, ao emergirem como sujeitos políticos no Brasil, não apenas tensionam normas de gênero e sexualidade, mas também produzem novas gramáticas de pertencimento e reconhecimento. Longe de se restringirem à demanda por direitos formais, essas coletividades atuam como produtores de sentido, desestabilizando fronteiras entre o público e o privado, o cultural e o jurídico, o institucional e o insurgente. Tal ação não se dá sem resistências, ela convoca respostas reativas, reconfigurações institucionais e deslocamentos no próprio campo da política.

Compreender os movimentos LGBTQIA+ implica, portanto, ultrapassar uma visão celebratória da inclusão e enfrentar os paradoxos e fraturas que atravessam sua

trajetória. A institucionalização de suas pautas, embora represente conquistas importantes, não se traduz automaticamente em emancipação. Ao contrário, frequentemente revela limites, ambiguidades e formas sutis de regulação. A aproximação com o Estado, por meio de conselhos, políticas públicas, conferências ou marcos normativos, desencadeia tanto oportunidades quanto dilemas, e, assim, a conquista de espaços institucionais pode vir acompanhada da neutralização de agendas mais radicais, da fragmentação de coalizões e da produção de novas hierarquias internas. Nesse sentido, é preciso questionar a ideia de que o reconhecimento estatal seria um ponto de chegada, em vez de um terreno tenso e instável de negociação.

Esse cenário se torna ainda mais complexo diante da ascensão de forças conservadoras organizadas, que têm como alvo direto os avanços das agendas feministas e LGBTQIA+. O que se convencionou chamar de “onda antigênero” não é apenas um fenômeno retórico ou de opinião, mas um projeto político estruturado, que disputa sentidos de democracia, moralidade e cidadania. Esses contramovimentos se apresentam como reação, mas atuam de forma propositiva, articulando estratégias jurídicas, comunicacionais e institucionais com capacidade de reconfigurar políticas públicas e de capturar afetos sociais. A presença desses atores desafia os movimentos progressistas a repensarem seus modos de ação, suas alianças e suas formas de resistência.

Diante desse cenário de tensão contínua entre reconhecimento e reação, este capítulo se debruça sobre os modos pelos quais a mobilização LGBTQIA+ se configura historicamente e territorialmente no Brasil, com especial atenção às mediações institucionais, aos conflitos morais e às reações conservadoras que atravessam esse percurso. A análise parte de uma perspectiva multiescalar, que compreende os embates nacionais e suas traduções locais, reconhecendo as particularidades dos contextos urbanos fora dos grandes centros. As cidades médias, como Maringá, emergem não como palcos secundários, mas como arenas decisivas, onde se testam os limites da cidadania sexual e da institucionalização da diferença. Nesse percurso, o capítulo busca evidenciar as especificidades e os entraves da ação coletiva LGBTQIA+ em sua imbricação com os processos políticos, culturais e institucionais que conformam o espaço urbano e moldam os contornos da democracia sexual em disputa.

### 3.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS LGBTQIA+ NO BRASIL

A trajetória do movimento social LGBTQIA+ no Brasil está profundamente marcada por disputas simbólicas, políticas e institucionais em torno do reconhecimento, da cidadania e da dignidade das dissidências sexuais e de gênero. Desde os primeiros agrupamentos de ativistas, nos anos 1970, ainda sob a vigência da Ditadura Militar, até as atuais mobilizações contra o avanço de agendas reacionárias, o movimento tem oscilado entre fases de resistência radical, institucionalização e tensionamento democrático.

Como destaca Facchini (2005), o movimento homossexual brasileiro emergiu nos anos 1970, em um contexto de repressão política e moral, mas também de efervescência cultural e contestação dos padrões normativos impostos pela ditadura. A fundação do grupo SOMOS<sup>11</sup> – Grupo de Afirmação Homossexual, em São Paulo, em 1978, é considerada um marco inaugural da militância organizada, abrindo caminho para uma atuação que mesclava a denúncia da violência, a afirmação de identidades e a crítica à heteronormatividade. Facchini (2009) também observa que, ao longo das décadas seguintes, o movimento ampliou sua atuação, passando a disputar espaços na institucionalidade estatal e a dialogar com a gramática dos direitos humanos.

A partir dos anos 80, ganhando força nos anos 90 com a redemocratização, os grupos LGBTQIA+ começaram a buscar espaço nas instituições e a usar a linguagem dos direitos humanos para influenciar as políticas públicas. Essa fase do movimento se destaca por dois aspectos: primeiro, o fortalecimento de entidades mais organizadas e com atuação em todo o país, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)<sup>12</sup>; segundo, a percepção da variedade dentro do próprio movimento, com o aparecimento de pautas

---

<sup>11</sup> O Grupo SOMOS foi o primeiro coletivo homossexual organizado do Brasil, fundado em 1978 a partir de discussões políticas e da publicação do jornal *Lampião da Esquina*. Dividido entre uma ala mais existencialista e outra marxista, promoveu atos públicos e debates sobre direitos LGBTQIA+, mas acabou se fragmentando devido a divergências internas. Participou de manifestações históricas, como o apoio às greves do ABC e a campanha contra a repressão policial, marcando o início do ativismo LGBTQIA+ organizado no país. Sua dissolução refletiu os desafios de unificar diferentes perspectivas dentro do movimento.

<sup>12</sup> AABGLT, fundada em 1995, é considerada a maior rede de organizações LGBTI+ da América Latina. Atua na defesa dos direitos humanos e da cidadania dessa população, articulando movimentos locais em nível nacional e internacional (Facchini, 2005).

próprias para lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e, em tempos mais recentes, para pessoas não binárias e intersexo.

Durante os anos 1970, o movimento homossexual brasileiro emergiu como parte integrante da luta pela abertura democrática. Conforme observa Green (2000), ao final dos anos 1970, o movimento *gay* lutava contra a violência policial, exigia nova cobertura midiática e buscava direitos plenos. Na década seguinte, com a crise da aids, parte das pautas se deslocou para a defesa da saúde pública e o combate ao estigma, uma mudança estratégica que desembocou em políticas pioneiras para a população LGBTQIA+ nos anos 1990. Como destaca Facchini (2003), as primeiras políticas públicas brasileiras voltadas a homossexuais tiveram como contexto o combate à epidemia do HIV/aids no início dos anos 1990.

O diálogo com o Estado tornou-se uma tática prioritária para parte da militância, impulsionando a institucionalização de pautas como o reconhecimento do nome social, o combate à homofobia e à transfobia e a inclusão da diversidade sexual e de gênero nas diretrizes de saúde, educação e segurança pública. Como analisa Facchini (2009), esse processo não se deu sem tensões internas, pois a crescente institucionalização exigiu também adaptações discursivas, negociações com a gramática burocrática estatal e, por vezes, o silenciamento de pautas mais radicais ou dissidentes em nome de uma governabilidade identitária mínima.

Enquanto ativistas respondem às demandas de inserção num vocabulário técnico tecido a partir de referências tão variadas quanto conceitos acadêmicos e categorias pactuadas no âmbito da ação política internacional e procuram obter reconhecimento para suas especificidades, o vocabulário político daqueles que se fazem presentes a eventos como a Parada LGBT em cidades como São Paulo parece ser mobilizado por categorias como combate ao preconceito e promoção do respeito e dos direitos iguais (Facchini, 2005, p. 144).

Facchini (2005) também chama atenção para o modo como o movimento LGBTQIA+ brasileiro constrói performances políticas e repertórios que combinam crítica à normatividade com a ocupação de espaços estatais. Assim, a busca por reconhecimento se expressa tanto na defesa de direitos quanto na produção de novas formas de visibilidade, afetividade e cidadania. Trata-se de um campo de lutas em que a sexualidade e o gênero não são apenas temas, mas modos de produzir política, identidade e pertencimento.

Nos anos 1990 e 2000, o Brasil viu florescer a institucionalização das demandas LGBTQIA+, com a criação de conselhos, a organização de conferências em nível nacional e o desenvolvimento de planos para combater a discriminação. Essa época também testemunhou importantes vitórias legais no Supremo Tribunal Federal (STF), como o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo (2011) e a garantia do direito de pessoas trans usarem seu nome social em órgãos públicos. Essa etapa representou uma colaboração sem precedentes entre o movimento e o governo, com grande ênfase em métodos participativos para criar políticas públicas. No entanto, como Quinalha (2022b) aponta, esse processo foi marcado por conflitos internos, que embora tenha aumentado a visibilidade e permitido avanços nas leis, também restringiu a postura crítica mais radical do movimento, incentivando uma burocratização parcial dos ativistas e uma adaptação das reivindicações para se encaixarem na forma de pensar do governo.

Esse período, inserido no contexto de consolidação democrática pós-Constituição de 1988, foi caracterizado pela abertura de espaços participativos formais, como conselhos de direitos, conferências temáticas e programas federais voltados à promoção da cidadania de populações historicamente marginalizadas. No campo LGBTQIA+, destacam-se a realização da I Conferência Nacional LGBT, em 2008, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, bem como a incorporação da pauta da diversidade em planos como o Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004. Esses avanços, embora frequentemente impulsionados por pressões dos movimentos sociais, foram também produto de alianças estratégicas com setores progressistas do Estado e da burocracia pública, sobretudo durante os governos Lula e Dilma.

Paralelamente, decisões do Supremo Tribunal Federal consolidaram importantes direitos civis, como o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo – Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4.277 (STF, 2009) e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) N. 132 (STF, 2008), julgadas em 2011 – e o direito das pessoas trans ao uso do nome social e à retificação de seus documentos civis sem necessidade de cirurgia (2018). Essas conquistas representaram marcos jurídicos significativos na afirmação de direitos e na luta contra a invisibilidade institucional da população LGBTQIA+, impulsionando o fortalecimento das organizações do movimento em nível nacional e regional.

A aproximação do movimento LGBTQIA+ com o Estado, sobretudo a partir dos anos 1990, abriu caminhos relevantes para conquistas institucionais e reconhecimento jurídico, mas também trouxe ambivalências que não podem ser ignoradas. À medida que a luta foi sendo incorporada por estruturas governamentais, passou a existir uma tendência de ajustar discursos, métodos e prioridades aos formatos esperados pelo poder público, com a tradução das demandas em uma linguagem mais formal, centrada em direitos humanos e cidadania sexual. Esse deslocamento contribuiu para uma certa racionalização e padronização da atuação política, o que, em muitos casos, enfraqueceu práticas mais disruptivas, expressivas e confrontadoras que marcaram os momentos iniciais da mobilização. Embora essa institucionalização tenha sido uma estratégia importante para garantir avanços legais e ocupar espaços decisórios, ela também produziu custos simbólicos e políticos, na medida em que reduziu parte da potência transformadora do movimento, especialmente no enfrentamento das estruturas profundas da opressão, como a lógica estatal, as dinâmicas do mercado e a norma cis-heteropatriarcal.

O processo de institucionalização da pauta LGBTQIA+ no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990 e 2000, abriu novas possibilidades de reconhecimento e acesso às políticas públicas, mas também trouxe contradições. Como analisam Facchini e França (2009), esse período foi marcado pela ampliação da rede de grupos, pela profissionalização de ativistas e pela crescente aproximação com o Estado, fenômenos que redefiniram os modos de organização e reivindicação. Essa trajetória, embora tenha garantido visibilidade e avanços normativos, também implicou adaptações às lógicas institucionais e às linguagens da governabilidade. Nessa mesma direção, Quinalha (2022b) ressalta que a incorporação da pauta nos marcos estatais resultou em ganhos significativos, mas limitou a radicalidade contestatória do movimento, produzindo uma burocratização parcial e exigindo o enquadramento das demandas em formatos compatíveis com os canais oficiais de deliberação.

Nesse sentido, o período marcou uma inflexão tática, a luta deixou de estar concentrada apenas na resistência às violências e na denúncia da homofobia e transfobia, para se mover também em direção à disputa institucional por políticas públicas, orçamento e reconhecimento simbólico. Tal inflexão, embora potente, também suscitou reflexões sobre os riscos de cooptação, segmentação e adaptação excessiva às lógicas governamentais, sobretudo diante da posterior ascensão de contramovimentos conservadores. Como observam Facchini e França (2009), os

desafios postos à militância LGBTQIA+ nesse ciclo foram múltiplos, manter a articulação horizontal com as bases, sustentar a radicalidade das demandas e evitar a dispersão frente à multiplicação de siglas, agendas e nichos identitários no interior do próprio movimento.

Ao longo de sua trajetória, o movimento LGBTQIA+ no Brasil experimentou deslocamentos relevantes em seus enquadramentos interpretativos. Esses enquadramentos não podem ser compreendidos como estruturas fixas, mas como construções dinâmicas e adaptativas, que se reorganizam conforme as disputas políticas e simbólicas em curso, oscilando entre a centralidade da cidadania sexual, as reivindicações de reconhecimento cultural e críticas às formas de normatividade estatal. Trata-se de molduras que se ajustam às condições históricas e institucionais, às alianças possíveis e às pressões impostas por contramovimentos, operando como instrumentos estratégicos de interpretação da realidade e de orientação da ação coletiva. Nesse processo, molduras ancoradas em valores como direitos humanos, respeito, diversidade e igualdade tornaram-se vetores recorrentes para a constituição de uma identidade coletiva com capacidade de interpelação pública, habilitando o movimento a disputar legitimidade e reconhecimento tanto diante do Estado quanto da sociedade.

Contudo, os limites do modelo de institucionalização tornaram-se evidentes à medida que a crise política brasileira se aprofundou a partir de 2013. A polarização após junho de 2013, somada ao avanço de uma agenda moralista no Congresso Nacional, impulsionada por bancadas como a evangélica e a ruralista, criou um cenário hostil às pautas progressistas. Enquanto o movimento LGBTQIA+ consolidava suas conquistas jurídicas, como a união estável homoafetiva em 2011, setores conservadores reagem com projetos como o Estatuto da Família (Ferreira, 2013), que excluía explicitamente famílias homoafetivas. Essa tensão entre avanços institucionais e reação moralista atingiu seu ápice durante o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), quando a aliança entre políticos tradicionais e atores neoconservadores, como igrejas e movimentos antigênero, passou a dominar a narrativa pública.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 não foi um episódio isolado, mas o ponto culminante de um processo acumulado, marcado por um discurso explicitamente LGBTfóbico e pela aliança com setores conservadores, especialmente pentecostais. Medidas institucionais, como o Decreto n. 9.759 (Brasil, 2019), que extinguiu

conselhos participativos, e o desmonte de políticas públicas, como o Brasil Sem Homofobia, simbolizam a ruptura com o ciclo anterior de avanços sociais. A dependência do movimento LGBTQIA+ em relação ao Estado, sem o fortalecimento simultâneo de uma base social ampla e de alianças intersetoriais resilientes, criou condições para que ele se tornasse mais vulnerável a reações conservadoras e retrocessos políticos, refletindo o fenômeno do *backlash*.

Esse processo não foi exclusividade brasileira, pois na década de 2010, uma onda global de reação aos direitos LGBTQIA+ ganhou força, especialmente em países onde avanços institucionais haviam sido recentes. Na Rússia, a lei federal antipropaganda *gay* (2013) criminalizou a divulgação de conteúdos sobre diversidade sexual, associando-os à corrupção de menores. Na Hungria, sob o governo de Viktor Orbán, o Parlamento aprovou, em 2020, a proibição da adoção por casais homoafetivos e, em 2021, restringiu até mesmo a menção a LGBTQIA+ em escolas, medidas justificadas por uma suposta defesa da família cristã. Como discuto a partir de Miskolci (2022), o *backlash* antigênero se estrutura como uma contrarreação moral e política, na qual pânicos morais são acionados estrategicamente por lideranças da extrema direita para capitalizar medos sociais e reorientar disputas públicas, produzindo efeitos de contenção e retrocesso nas agendas de igualdade de gênero e sexualidade.

Dessa forma, enquanto o movimento LGBTQIA+ brasileiro celebrava conquistas como a união estável homoafetiva (2011) e o reconhecimento do nome social (2018), um movimento inverso ganhava força em outros países. Nesses contextos, tais avanços passaram a ser denunciados como manifestações de uma suposta “invasão cultural ocidental”, argumento que também seria apropriado e amplificado por Jair Bolsonaro no Brasil. A consolidação dessa contraofensiva transnacional foi viabilizada, em grande medida, por redes globais de ativismo religioso ultraconservador, como a *Alliance Defending Freedom* (ADF)<sup>13</sup>, que vem atuando estrategicamente em disputas judiciais em países como Brasil e Estados Unidos e em diversas nações europeias.

Essa conexão internacional ajuda a explicar a velocidade do retrocesso no Brasil pós-2018. O governo Bolsonaro não apenas replicou discursos já usados por

---

<sup>13</sup> A ADF é uma organização jurídica conservadora fundada nos Estados Unidos em 1994, com atuação global. Seu foco é promover causas ligadas a “liberdade religiosa” e “valores tradicionais”, muitas vezes em oposição a direitos LGBTQIA+, aborto e diversidade de gênero.

Trump e Orbán, como o combate à ideologia de gênero, mas também seguiu um manual semelhante de desmonte, com a perseguição a símbolos públicos da diversidade, como o veto à campanha Marca da Igualdade do Ministério Público do Trabalho (MPT) em 2019<sup>14</sup>, alianças com igrejas neopentecostais e a judicialização de pautas morais, como a tentativa de revogar resoluções do Conselho Federal de Psicologia sobre orientação sexual.

Esse retrocesso não foi um acidente político, mas parte de uma reação organizada, como demonstra Flávia Birolli (2020) em sua análise do neoconservadorismo. Para a autora, a onda reacionária da década de 2010 articulou três eixos centrais: a defesa da família tradicional como núcleo moral, a rejeição aos direitos reprodutivos e de gênero e a aliança entre políticos tradicionais e atores religiosos. No Brasil, essa agenda ganhou corpo com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que, desde 2015, passou a pautar projetos como o Estatuto da Família, excluindo famílias homoafetivas, e o Escola Sem Partido, censurando discussões sobre diversidade. A eleição de Bolsonaro em 2018 consolidou essa virada, transformando o combate à ideologia de gênero em política de Estado, estratégia já testada em países como Rússia e Hungria, onde leis anti-LGBTQIA+ foram justificadas como proteção aos valores cristãos (Birolli, 2020).

Assim, com a ascensão de uma agenda neoconservadora no plano federal, o movimento LGBTQIA+ passou a enfrentar processos de desinstitucionalização, esvaziamento de conselhos e desmonte de políticas públicas. Como demonstram Bezerra, Rodrigues e Romão (2021), o Decreto n. 9.759 (Brasil, 2019), que extinguiu conselhos participativos, impactou diretamente a capacidade de interlocução dos movimentos com o Estado. A retração democrática evidenciou os limites da institucionalização e forçou o retorno a estratégias de mobilização mais autônomas, especialmente em níveis subnacionais.

Diante desse cenário de refluxo nacional, os movimentos LGBTQIA+ foram obrigados a recalcular suas estratégias. Se a década de 2000 havia sido marcada pela centralidade da esfera federal, os anos 2020 demandaram uma migração para as trincheiras locais, talvez as únicas capazes de garantir sobrevivência política em um contexto de hostilidade institucional. Nesse processo, cidades de perfil

---

<sup>14</sup> Lançada pelo MPT em junho de 2019, a campanha “Marca da Igualdade: Respeito e Diversidade” visava combater a LGBTIfobia no mercado de trabalho, incentivando empresas a adotarem selos de inclusão.

conservador, como Maringá, tornaram-se laboratórios de resistência, nas quais a disputa por políticas públicas precisou ser reinventada sob pressão de contramovimentos organizados e da fragilização de canais democráticos. O caso maringaense, portanto, não é um desvio, mas um sintoma dessa nova fase, em que a luta pela cidadania LGBTQIA+ se dá menos em gabinetes ministeriais e mais nas brechas do cotidiano, abrangendo desde as câmaras municipais até os centros culturais.

### 3.2 A LUTA LGBTQIA+ EM MARINGÁ: TENSÕES LOCAIS E DESAFIOS INSTITUCIONAIS

A importância dos contextos locais como arenas decisivas para a continuidade das lutas LGBTQIA+, a resistência cotidiana, a disputa por conselhos municipais, a atuação em câmaras legislativas e a ocupação dos espaços de cultura e educação têm se tornado frentes essenciais desse enfrentamento. Como será analisado a seguir, o caso de Maringá, no Paraná, exemplifica com clareza essa virada, em que movimentos LGBTQIA+ atuam com quadros interpretativos resilientes, isto é, enquadramentos capazes de persistir e se rearticular mesmo sob derrotas institucionais e ofensivas conservadoras, disputando políticas públicas inclusivas em um ambiente político permeado por forças conservadoras, enfrentando contramovimentos organizados e a fragilidade das instituições democráticas locais.

O município de Maringá, situado na região norte do Paraná, apresenta um contexto singular de disputa simbólica e institucional em torno da pauta LGBTQIA+. Conhecida por seu planejamento urbano e por uma imagem de cidade moderna e conservadora, Maringá é marcada por uma forte presença de segmentos religiosos, sobretudo católicos e evangélicos neopentecostais, bem como por uma tradição política alinhada a valores morais tradicionais. Apesar disso, ou justamente em função desse cenário, a cidade também abriga uma cena política ativista diversa e crescente, protagonizada por sujeitos LGBTQIA+ que, nas últimas duas décadas, têm construído redes de resistência e incidência pública.

Historicamente, a pauta LGBTQIA+ esteve ausente da agenda institucional maringaense, sendo tratada de forma marginal ou subordinada a outras categorias de políticas públicas, como direitos humanos e direitos das mulheres. A mudança de cenário começa a ganhar força a partir da segunda metade dos anos 2010, com o

fortalecimento de coletivos LGBTQIA+. Esses grupos, organizados de forma autônoma ou vinculados a universidades, conselhos e sindicatos, passam a ocupar espaços e a disputar narrativas em torno da cidadania sexual e de gênero no município.

Um marco importante dessa articulação ocorreu durante o processo de revisão do Plano Diretor de Maringá, iniciado em 2018, no qual representantes desses coletivos participaram ativamente de audiências públicas, propuseram alterações no texto-base e exigiram o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero como dimensão estratégica para o planejamento urbano e a formulação de políticas públicas. Esse processo culminou, em 2019, na criação da Gerência da Diversidade, órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, que passou a coordenar ações voltadas à população LGBTQIA+, como campanhas de combate à LGBTfobia, formação de servidores públicos e interlocução com outros setores do governo local.

No entanto, a tentativa de criação do Conselho Municipal dos Direitos LGBTQIA+, proposta em 2021 por articulação dos coletivos e apoiadores na Câmara Municipal, escancarou os limites institucionais e os efeitos dos contramovimentos organizados. Após um longo processo de tramitação, o movimento enfrentou um cenário duplamente desafiador: a pressão de contramovimentos conservadores, que se fortaleceram durante a pandemia de covid-19 sob o discurso de defesa da família, e as restrições a protestos presenciais devido às medidas sanitárias. Apesar de mobilizações criativas, como *lives* políticas, campanhas de abaixo-assinado digitais e carreatas, a proposta foi rejeitada por maioria dos vereadores, muitos sob pressão de lideranças religiosas. A rejeição evidenciou não apenas a força dos contramovimentos, mas também como a crise sanitária aprofundou desigualdades. Enquanto grupos conservadores mantiveram acesso privilegiado a vereadores, coletivos LGBTQIA+ tiveram de disputar visibilidade em um espaço público restrito pelo distanciamento social. A rejeição do projeto também evidenciou tanto a força dos contramovimentos locais quanto os limites da institucionalização da pauta em contextos politicamente adversos.

Como argumenta Gohn (2019), a democracia de baixa intensidade em municípios brasileiros, marcada por clientelismo, influência religiosa e frágeis mecanismos de participação, cria um terreno fértil para que grupos reacionários vetem direitos via legislativos municipais, mesmo quando políticas já foram aprovadas no Executivo. A captura de câmaras de vereadores por agendas morais não é um

acidente, mas resultado de uma combinação entre desenho institucional frágil e ativismo conservador transnacional (Gohn, 2019). Em Maringá, esse fenômeno se materializou na pressão direta de pastores evangélicos sobre vereadores, que, em sessões públicas, chegaram a classificar a proposta como ameaça à família maringaense, retórica alinhada ao *playbook* da Alliance Defending Freedom, que, no mesmo período, assessorou projetos semelhantes em cidades como Curitiba e Goiânia (Miskolci, 2022).

Ainda assim, os coletivos LGBTQIA+ de Maringá seguiram atuando com vigor, ressignificando repertórios, recalibrando estratégias e mobilizando enquadramentos que, mesmo sob repressão aberta, indiferença institucional ou desgaste interno, não colapsam, mas se reorganizam e permanecem politicamente operantes. É nesse sentido que se pode falar em enquadramentos interpretativos resilientes, as molduras de ação coletiva que conseguem absorver derrotas, contornar bloqueios, reconverter perdas em linguagem mobilizadora e preservar um núcleo de inteligibilidade moral da causa, mesmo quando o ambiente público se torna hostil. Sua força não deriva apenas de “insistência”, mas de uma competência política de recomposição simbólica, pois esses enquadramentos preservam continuidade com valores reconhecíveis, ao mesmo tempo em que incorporam ajustes táticos e narrativos capazes de sustentar a ação coletiva em ciclos longos e desiguais de confronto. Inspirando-se no paradoxo destacado por Tarrow (2009), trata-se de uma forma de enquadramento que equilibra a necessidade de inovação simbólica com a exigência de familiaridade cultural, permitindo que a pauta sobreviva sem se diluir, pois quando não é possível avançar, o frame não desaparece, ele se rearticula, transforma obstáculos em recursos e mantém viva a disposição para a luta.

A persistência de movimentos LGBTQIA+ em contextos hostis revela que eles possuem uma potência organizativa capaz de se adaptar às adversidades. Mesmo diante de ambientes que dificultam sua atuação, esses movimentos conseguem (re)construir alianças estratégicas, desenvolver lideranças em órgãos indiretos, como conselhos de cultura ou direitos humanos, e disputar sentidos e narrativas culturais por meio da arte e mídia. Essa capacidade de inovação e resistência demonstra um paradoxo da mobilização LGBTQIA+, pois enquanto a fragilidade institucional pode parecer uma limitação, ela também estimula práticas criativas de ação política, fortalecendo, paradoxalmente, sua força de atuação nos espaços públicos e culturais.

Dessa forma, temos que o neoconservadorismo brasileiro contemporâneo emerge como uma força política e cultural que articula valores religiosos, discursos moralizantes e estratégias jurídicas para redefinir os contornos da cidadania e dos direitos sociais. Esse movimento não é um simples retorno ao conservadorismo tradicional, mas uma reorganização de setores diversos, incluindo igrejas, grupos parlamentares, associações civis e movimentos pró-família, em torno de uma agenda que visa conter os avanços da chamada ideologia de gênero, deslegitimar conquistas de minorias e resgatar uma suposta ordem moral ameaçada.

O fortalecimento das alianças entre grupos religiosos – especialmente evangélicos e católicos conservadores – e parlamentares conservadores consolidou uma nova forma de governamentalidade, baseada na moralidade cristã tradicional e na retórica da proteção da família. Essas alianças não apenas interferem nos processos legislativos, mas também influenciam o funcionamento das instituições de justiça e dos órgãos de controle social, como os conselhos de direitos, convertendo-se em verdadeiros vetores de regressão democrática (Birolli, 2020, p. 186).

Como formula Birolli (2020), a ofensiva neoconservadora opera menos como “opinião moral” e mais como engenharia político-institucional, capaz de converter valores religiosos em gramáticas legítimas de decisão pública. O ponto decisivo não está apenas na circulação transnacional de discursos pró-família, mas na sua capacidade de se traduzir em dispositivos estatais, capturando arenas formais de deliberação e reposicionando a moralidade como critério de legalidade, legitimidade e interesse público. É nessa chave que a autora identifica a juridificação da moral, um processo em que a moral religiosa deixa de ser apenas referência cultural e passa a operar como fundamento normativo, reorientando comissões, parlamentos e conselhos para a contenção de políticas inclusivas, especialmente aquelas voltadas à população LGBTQIA+.

No Brasil, a ofensiva antigênero intensifica-se a partir da década de 2010 e ganha centralidade política com a eleição de Jair Bolsonaro, quando o combate à chamada “ideologia de gênero” deixa de operar apenas como retórica mobilizadora e passa a orientar práticas estatais de contenção e deslegitimação das pautas LGBTQIA+. Como analisa Quinalha (2022b), esse ciclo se materializa em medidas de desinstitucionalização e esvaziamento de políticas e espaços participativos, além da produção sistemática de vetos simbólicos à pluralidade sexual e de gênero. Mais relevante para esta pesquisa, contudo, é observar como essa gramática não

permaneceu restrita ao plano federal: ela se territorializou, encontrou ressonância em lideranças religiosas e políticos locais e passou a estruturar redes municipais de oposição a políticas inclusivas, operando como tecnologia de disputa moral nas arenas legislativas e participativas.

A retórica contra a ideologia de gênero, amplamente mobilizada por esse campo neoconservador, desempenha um papel central nesse processo. Ela opera como uma espécie de *frame* mestre (*master frame*), articulando diferentes lutas morais, contra a sexualidade dissidente, o feminismo, a educação sexual nas escolas e o reconhecimento de identidades trans, sob uma mesma gramática do medo e da defesa da família. Como destacam diversos autores, esse discurso é performado em múltiplas arenas, das redes sociais aos púlpitos, das audiências legislativas aos canais de mídia, tornando-se um instrumento eficaz de mobilização conservadora e de constrangimento institucional às pautas progressistas.

Para os movimentos LGBTQIA+, o avanço do neoconservadorismo impôs novos desafios organizativos e discursivos, o que não apenas tornou mais difícil a aprovação de leis e políticas específicas, como também acirrou os riscos à integridade física e simbólica de ativistas e lideranças. O ambiente político, especialmente entre 2018 e 2022, se tornou marcado por ameaças, perseguições, desinformação e estigmatização, criando uma atmosfera de medo e retração. Ao mesmo tempo, no entanto, esse cenário estimulou o desenvolvimento de estratégias de resiliência, reorganização e reaproximação com as bases, ampliando a criatividade política e os repertórios de resistência dos movimentos LGBTQIA+ em todo o país, inclusive em cidades de médio porte como Maringá.

Considerando o que já foi discutido sobre o neoconservadorismo e a juridificação da moral (Birolli, 2020), cabe agora evidenciar como esse padrão se traduz nos contextos locais, sobretudo pela captura de arenas institucionais e pelo bloqueio de agendas inclusivas.

A instrumentalização da moralidade pública no governo Bolsonaro, como analisa Quinalha (2022b), não apenas reforçou um ideal excludente de cidadania assentado em normas heterossexuais e patriarcais, como acelerou um processo de desinstitucionalização democrática a partir de 2019. Esse movimento materializou-se no desmonte de políticas LGBTQIA+, na extinção e esvaziamento de colegiados participativos e fóruns deliberativos, bem como no estrangulamento de agendas de direitos humanos, a exemplo dos impactos do Decreto n. 9.759 (Brasil, 2019) sobre

instâncias como o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (Bezerra; Rodrigues; Romão, 2021). Longe de se tratar de uma reorganização meramente administrativa, esse desmonte responde a uma racionalidade política que nega a legitimidade pública das pautas de diversidade e reconhecimento. Como observa Birolli (2020), a agenda neoconservadora opera por meio de uma retórica de neutralidade moral que transforma valores particulares em critérios legítimos de decisão pública, acionando a noção de “ideologia de gênero” como dispositivo de interdição simbólica e de veto a políticas voltadas à cidadania sexual e de gênero.

Nesse contexto, os direitos LGBTQIA+ passaram a ser tratados como privilégios indevidos, ou mesmo como ameaças à ordem social e à moralidade pública. Como analisa Renan Quinalha (2022b), o uso político da moralidade foi mobilizado de forma estratégica para desmontar políticas afirmativas, minar a institucionalização das demandas do movimento LGBTQIA+ e restaurar um paradigma heteronormativo de cidadania. Essa ofensiva implicou a paralisação de políticas de educação sexual, a retirada de materiais sobre diversidade das escolas, a censura a campanhas públicas de prevenção à violência e ao HIV/aids, além da exclusão simbólica e formal da pauta LGBTQIA+ dos principais instrumentos de planejamento federal, como o PPA (Plano Plurianual) e os relatórios de direitos humanos.

A desinstitucionalização democrática também se traduziu em um esvaziamento das políticas públicas de saúde e segurança voltadas à população LGBTQIA+, agravando os índices de vulnerabilidade, violências e exclusão. Com a extinção ou inoperância de coordenadorias, gerências e departamentos específicos, muitos estados e municípios deixaram de contar com políticas estruturadas, abrindo espaço para a fragmentação das ações e o aumento da discricionariedade local. Essa realidade revela um retrocesso normativo e político que desestrutura os avanços conquistados em décadas de luta do movimento LGBTQIA+, colocando em risco não apenas os direitos conquistados, mas a própria existência segura e digna das pessoas LGBTQIA+.

Além disso, esse processo produziu efeitos simbólicos profundos, deslegitimando a diversidade como valor público e reforçando uma gramática política baseada no medo, na moralização e na intolerância. O Estado, que havia sido historicamente tensionado a reconhecer e institucionalizar a diferença, passou a operar como agente da sua negação. Como apontam diversos autores (Birolli, 2020; Quinalha, 2022b), esse movimento reconfigura os sentidos da cidadania e reativa

dispositivos autoritários que buscam silenciar vozes dissidentes, interditar debates e restaurar um ideal homogêneo de sociedade.

Diante desse cenário, é fundamental compreender a desinstitucionalização democrática não apenas como um esvaziamento técnico de políticas públicas, mas como uma estratégia política de reconfiguração regressiva da cidadania. Ao negar a diversidade como princípio estruturante da vida pública e ao suprimir espaços de escuta e deliberação coletiva, o Estado opera um deslocamento simbólico e normativo que afeta diretamente as possibilidades de mobilização, organização e reconhecimento das populações LGBTQIA+. A luta por direitos, nesse contexto, se dá em um campo cada vez mais adverso, exigindo dos movimentos sociais estratégias resilientes de enfrentamento, reconstrução institucional e disputa de sentidos no espaço público.

Em meio à ofensiva conservadora e ao processo de desinstitucionalização democrática no Brasil a partir de 2019, os movimentos LGBTQIA+ têm buscado responder de forma criativa, estratégica e resiliente às crescentes tentativas de exclusão simbólica e normativa. Diante do desmonte de políticas públicas, da paralisação de conselhos e coordenadorias e da hostilidade institucional generalizada, a ação coletiva LGBTQIA+ tem se reconfigurado, apostando em táticas descentralizadas, alianças interseccionais e na disputa por legitimidade em novas arenas.

A literatura sobre movimentos sociais, especialmente aquela que dialoga com a abordagem dos enquadramentos interpretativos, tem destacado o papel central da resiliência discursiva e organizacional em contextos de retração democrática. Essa resiliência não se reduz à mera sobrevivência institucional, mas remete à capacidade dos movimentos sociais de rearticular seus enquadramentos interpretativos, reposicionar demandas e ativar redes de solidariedade mesmo em contextos adversos. Nessa perspectiva, a abordagem dos frames permite evidenciar justamente os processos dinâmicos por meio dos quais a ação coletiva interpreta e reinterpreta a realidade, ajustando diagnósticos, prognósticos e estratégias diante de mudanças no ambiente político e cultural. As identidades sexuais e de gênero, nesse cenário, não operam como essências fixas, mas como construções continuamente negociadas sob condições de vulnerabilidade e disputa, o que revela a plasticidade dos repertórios mobilizados. Mais recentemente, observa-se que movimentos como o LGBTQIA+ têm recorrido a racionalidades estratégicas capazes de combinar denúncia pública,

formulação propositiva e articulação institucional, inclusive quando canais formais de participação são enfraquecidos, restringidos ou desmobilizados.

Nesse cenário, as redes sociais digitais se consolidaram como ferramentas centrais de mobilização, visibilidade e denúncia. Plataformas como Instagram, Twitter e TikTok têm sido utilizadas por coletivos e ativistas LGBTQIA+ para produzir narrativas alternativas, monitorar retrocessos legislativos, mobilizar campanhas públicas e construir vínculos com outras lutas, como os movimentos feminista, negro e indígena. Essa mediação militante não apenas substitui os canais formais, mas inaugura espaços de articulação simbólica que rompem com a centralidade do Estado como único *locus* de reconhecimento e mediação.

Além disso, muitos grupos passaram a investir em estratégias jurídico-institucionais, por meio da judicialização de demandas, participação em audiências públicas, elaboração de projetos de lei em parceria com parlamentares aliados e interpelação de órgãos de controle. Essa atuação revela a ambivalência dos espaços institucionais, se por um lado se tornaram mais hostis, por outro, ainda oferecem brechas de atuação estratégica.

Outro traço fundamental da resposta dos movimentos LGBTQIA+ à regressão democrática tem sido a formação de frentes amplas e alianças interseccionais, que conectam a luta por reconhecimento de identidade com demandas por justiça racial, direitos das mulheres, justiça climática e anticapacitismo. Essa postura aposta na força da pluralidade e na potência dos vínculos entre opressões e resistências, onde essa ampliação de alianças produz uma gramática política mais inclusiva e tensiona a fragmentação identitária como limite da ação coletiva.

Mesmo em contextos locais profundamente conservadores, como o caso de Maringá/PR, coletivos como a Associação Maringaense LGBT (AMLGBT), a FrenteTrans da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Saúde e Política DeVerso, a União Nacional LGBT (UNALGBT), a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (CDSG OAB) de Maringá e o ResisTRANS têm se mantido ativos na formulação de propostas, na ocupação de espaços públicos e no acompanhamento crítico das políticas municipais. O trabalho contínuo de produção de dados, elaboração de diagnósticos e articulação com universidades e instituições tem garantido que a pauta LGBTQIA+ permaneça presente, mesmo quando institucionalmente marginalizada. Essa persistência cotidiana revela formas de resistência que são ao mesmo tempo

silenciosas e potentes, operando não apenas na contestação aberta, mas na manutenção da presença e da memória coletiva.

A resistência dos movimentos LGBTQIA+ diante da regressão democrática no Brasil não se traduz, portanto, apenas em enfrentamentos frontais, mas também em reinvenções táticas, deslocamentos estratégicos e reconfigurações discursivas. Esses movimentos têm demonstrado que a ação coletiva pode se reestruturar em tempos de adversidade, apostando na força da solidariedade, da memória e da criatividade política para sustentar a luta por reconhecimento e direitos.

Em Maringá, a luta LGBTQIA+ evidencia como a cidadania sexual se decide também nas escalas locais, onde a combinação entre conservadorismo político, fragilidade participativa e influência moral-religiosa produz obstáculos persistentes à institucionalização de direitos. A atuação dos coletivos, longe de se reduzir à busca por reconhecimento formal, revela um trabalho político cotidiano de sustentação da causa, baseado em redes de apoio, produção de legitimidade pública e rearticulação contínua de repertórios, mesmo diante de derrotas e bloqueios institucionais. É nesse terreno, marcado por disputas assimétricas e por tentativas recorrentes de veto moral às políticas inclusivas, que se torna possível observar a operação concreta dos quadros interpretativos resilientes: molduras que preservam a inteligibilidade da pauta, recombinações estratégias sob pressão e mantêm viva a disposição coletiva para a incidência pública. Esse enquadramento permite compreender por que Maringá não deve ser lida como exceção periférica, mas como arena decisiva onde se explicitam os limites da inclusão possível e os mecanismos de reação conservadora. A partir desse cenário, a análise avança para o exame dos embates que culminaram na rejeição da criação do Conselho Municipal LGBTQIA+, momento privilegiado para observar a disputa entre movimentos, contramovimentos e Estado na definição do que pode ou não ser reconhecido como direito no plano local.

### 3.3 CIDADES MÉDIAS COMO ARENAS DE CONFLITO: ESCALAS LOCAIS E ESPECIFICIDADES DA MOBILIZAÇÃO LGBTQIA+

A análise dos movimentos sociais no Brasil tem sido historicamente centralizada em grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a visibilidade e a estruturação institucional dos movimentos LGBTQIA+ são mais consolidadas (Facchini, 2005; Quinalha, 2022b). No entanto, as cidades médias

emergem como espaços privilegiados para compreender as dinâmicas de conflito e institucionalização das políticas LGBTQIA+, justamente por apresentarem características singulares, redes de ativismo menos densas, maior influência de elites políticas e religiosas locais e uma oscilação entre inovação e resistência nas políticas públicas.

A noção de escala local como categoria analítica ganha relevância quando consideramos que as dinâmicas políticas e sociais em cidades médias não são meras reproduções em miniatura dos fenômenos metropolitanos, pois a proximidade entre atores políticos, a menor pluralidade de vozes na mídia local e a forte influência de instituições religiosas criam um cenário onde a mobilização LGBTQIA+ enfrenta tanto oportunidades únicas quanto obstáculos exacerbados.

Em cidades médias, a institucionalização de políticas LGBTQIA+ tende a depender de aberturas políticas contingentes e alianças conjunturais, frequentemente instáveis. Essa leitura dialoga com a literatura sobre a descentralização e a necessidade de capilaridade local do movimento, que recoloca o peso das arenas municipais na disputa por políticas públicas (Facchini; França, 2009). Nessas arenas, os movimentos frequentemente enfrentam contramovimentos que se utilizam de redes locais já estabelecidas, mídias regionais, liderança religiosa e associações de bairro, criando disputas assimétricas em relação aos coletivos LGBTQIA+, que muitas vezes carecem de infraestrutura organizacional e capital político (Miskolci, 2017).

A vulnerabilidade dessas mobilizações em cidades de porte médio evidencia que a escala local não constitui mera reprodução reduzida das dinâmicas dos grandes centros, mas um terreno de disputa com configurações próprias. Em tal contexto, a ação coletiva tende a ajustar seus repertórios e estratégias às condições históricas e conjunturais específicas, mobilizando redes e formas de associativismo que podem variar conforme incentivos institucionais, correlações de força e possibilidades de interação com o Estado. A proximidade entre atores e a densidade das relações locais reforçam a centralidade de estratégias simbólicas adaptativas e de alianças informais para sustentar presença pública e continuidade organizativa, ainda que sob condições de assimetria e pressão política (Avritzer, 2012; Gohn, 2011). Dessa forma, propõe-se um ponto analítico focado na escala local como lente para compreender, ou seja, como a intermediariedade das cidades médias influencia os repertórios de ação dos movimentos LGBTQIA+; de que modo a menor pluralidade institucional nesses contextos amplifica o poder de veto de contramovimentos; e como as dinâmicas de

reconhecimento (Honneth, 2003) assumem contornos específicos em arenas onde identidades LGBTQIA+ são simultaneamente mais expostas e menos protegidas.

A posição das cidades de porte médio, ligando o campo e as grandes metrópoles, tem um forte impacto nas formas como os movimentos LGBTQIA+ atuam. Diferente das capitais, onde a luta por direitos se manifesta em grandes eventos ou parcerias globais, nessas cidades, as táticas geralmente envolvem acordos feitos sob medida e conversas mais informais. A implementação de leis e projetos, nesses casos, frequentemente depende da relação direta entre os líderes dos movimentos e os representantes do governo local. Essa proximidade, embora possa trazer resultados rápidos, também faz com que essas ações fiquem mais vulneráveis a mudanças e interrupções quando há trocas no poder político.

Se essa configuração relacional das cidades de porte médio impõe limites e instabilidades às mobilizações LGBTQIA+, ela também abre espaço para a atuação de forças conservadoras com maior capacidade de capilarização territorial. Em contextos locais marcados por redes densas de sociabilidade, forte vigilância comunitária e centralidade política de instituições tradicionais, discursos de ordem moral tendem a circular com rapidez e a alcançar legitimidade social de forma mais imediata. Nesse cenário, a defesa abstrata da “família”, da moralidade e da proteção das crianças funciona como linguagem política eficaz para enquadrar demandas LGBTQIA+ como ameaça, desvio ou risco social, deslocando o debate do campo dos direitos para o terreno das sensibilidades coletivas. Assim, as mesmas condições que tornam a ação do movimento dependente de articulações personalizadas e alianças informais também tornam mais provável a emergência de reações conservadoras organizadas, capazes de pressionar gestores locais, desestabilizar políticas em andamento e produzir bloqueios institucionais.

A ideia de “climas morais” é útil para compreender como contramovimentos conservadores mobilizam afetos coletivos em contextos locais. Como analisa Miguel (2018), o Brasil recente tem sido marcado por processos de retração democrática e por uma recomposição conservadora que fragiliza canais participativos, estreita o campo do debate público e favorece formas de conflito político ancoradas na deslegitimação moral do adversário. Essa chave interpretativa ajuda a entender por que, em cidades médias, onde as redes sociais são mais homogêneas e fortemente atravessadas por instituições religiosas, o discurso de ameaça às famílias ou de “ideologia de gênero” tende a reverberar com maior intensidade. Em diálogo com

Birolli (2020), pode-se observar que essa mobilização moral não se limita a reações espontâneas, mas constitui uma estratégia organizada de neoconservadorismo, que busca ressignificar a agenda pública e impor retrocessos em direitos sexuais e reprodutivos. Assim, a instabilidade das conquistas LGBTQIA+ em cidades médias pode ser compreendida como resultado da interação entre a vulnerabilidade estrutural dos movimentos e a eficácia discursiva dos contramovimentos em acionar repertórios morais amplamente legitimados.

A análise das dinâmicas de mobilização LGBTQIA+ e contramovimentos em cidades médias revela lacunas teóricas significativas que demandam aprofundamento crítico. Essas lacunas não apenas limitam nossa compreensão sobre os processos locais de disputa política, mas também obscurecem caminhos possíveis para a consolidação de direitos em contextos marcados por forte oposição conservadora. Alguns eixos são fundamentais e exigem desenvolvimento teórico e empírico, articulado às contribuições potenciais desta pesquisa.

Considerando que a projeção das causas LGBTQIA+ e a organização do ativismo estão mais firmemente estabelecidas em grandes cidades, é fundamental reconhecer que as cidades de porte médio exibem características próprias e não são simplesmente versões menores dos eventos que ocorrem nos grandes centros urbanos. Elas moldam cenários políticos distintos, em que os participantes estão mais próximos, as conexões interpessoais ganham destaque e algumas instituições, como igrejas e meios de comunicação regionais, exercem um impacto maior. Autores como Avritzer (2019) e Gohn (2011) enfatizam que a forma como a participação se desenrola nesses locais demonstra tanto chances de progresso democrático quanto restrições fundamentais resultantes da menor diversidade institucional. Essa abordagem nos ajuda a entender como os movimentos LGBTQIA+ precisam criar táticas adaptadas para superar obstáculos e fortalecer seu reconhecimento nessas cidades.

Essa singularidade exige um reposicionamento teórico que reconheça as cidades médias como arenas políticas autônomas, nas quais os processos de mobilização e institucionalização seguem lógicas distintas. Enquanto nas capitais os movimentos LGBTQIA+ podem contar com uma diversidade maior de aliados – universidades, organizações não governamentais (ONGs) internacionais, imprensa plural –, nas cidades médias a disputa ocorre em um campo mais restrito e assimétrico.

Ao focar em Maringá/PR, o estudo ilumina mecanismos de adaptação dos movimentos LGBTQIA+ em contextos nos quais o acesso a recursos políticos e

mediáticos é limitado, como as estratégias de aliança com setores acadêmicos e profissionais liberais para contrabalançar a influência religiosa; o uso de redes sociais digitais para contornar a marginalização na mídia tradicional; e as táticas de judicialização para garantir direitos em cenários em que a via legislativa é bloqueada.

Compreender os contramovimentos de forma relacional permite vê-los como atores estratégicos, e não como reações ocasionais. Eles articulam recursos, alianças e enquadramentos para disputar instituições e impor vetos a políticas inclusivas. Em cidades médias, essa atuação tende a se concentrar em lideranças locais, como pastores e vereadores, e se apoia em circuitos informais e redes digitais que difundem discursos antidireitos. Nesse processo, frames como a retórica antigênero são ressignificados localmente e conectados a medos e valores cotidianos, ampliando sua ressonância e capacidade de bloqueio institucional.

## 4 METODOLOGIA

Como vimos, este estudo visa explorar como os movimentos sociais LGBTQIA+ se organizam em Maringá, com ênfase nas interpretações que utilizam para promover políticas públicas inclusivas, notadamente a criação do Conselho Municipal dos Direitos de Pessoas LGBTQIA+. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e analítica, buscando entender o fenômeno a partir de suas dimensões simbólicas, discursivas e institucionais (Denzin; Lincoln, 2011). Essa metodologia permite, também, além de verificar as ações dos coletivos pró-conselho, examinar as reações de grupos conservadores e avaliar como essas respostas influenciaram os resultados institucionais na cidade.

A opção pela abordagem qualitativa se justifica porque o tema em questão não se resume a dados mensuráveis, mas envolve significados, disputas de narrativas e ações políticas. Conforme aponta Flick (2009), a pesquisa qualitativa é ideal para entender processos sociais em profundidade, priorizando o significado que os próprios participantes atribuem. Nesse sentido, o objetivo principal é esclarecer os mecanismos de negociação, resistência e transformação social que moldam o cenário público de Maringá, com atenção especial aos impactos desses processos nos resultados institucionais.

A estratégia de pesquisa se baseia na abordagem teórico-metodológica dos enquadramentos interpretativos (*frames*), originalmente proposta por Goffman (2012) e posteriormente desenvolvida por Benford e Snow (2000) e Snow e Benford (1988). Como vimos, os *frames* permitem identificar como grupos interpretam situações, identificam problemas, propõem soluções e buscam apoio. Sua adoção neste trabalho se justifica por oferecer ferramentas analíticas capazes de entender as disputas simbólicas que marcam a ação de movimentos LGBTQIA+ e seus opositores em contextos locais. Como destacam Johnston e Noakes (2005), a abordagem teórico-metodológica dos enquadramentos se tornou uma das mais importantes para analisar como significados são construídos, debatidos e legitimados nos movimentos sociais atuais.

Além da literatura internacional, esta pesquisa se conecta com estudos brasileiros que aplicaram ou expandiram a abordagem teórica dos enquadramentos e dos movimentos sociais, principalmente o LGBTQIA+. Esses trabalhos mostram a

importância de adaptar a perspectiva dos *frames* às particularidades da política brasileira, marcada pela recente ascensão de grupos antigênero e pela tensão entre avanços institucionais e retrocessos conservadores. Assim, o caso específico de Maringá é analisado dentro de dinâmicas políticas mais amplas, sem perder de vista suas características locais.

Este é um estudo de caso único instrumental, conforme definido por Yin (2001), focado em compreender em profundidade um caso empírico que ilustra tensões mais amplas da política contemporânea. O período analisado se concentra entre o momento que antecedeu a votação do projeto de criação do Conselho Municipal LGBTQIA+, em 2021, e as reações posteriores à sua rejeição. Esse período permite observar tanto oportunidades políticas quanto estratégias de resistência conservadoras, conectando processos locais e nacionais.

Para a coleta e a análise dos dados, adotou-se uma estratégia de triangulação metodológica (Flick, 2009), articulando diferentes tipos de materiais empíricos que expressam distintas dimensões do processo investigado. As fontes foram organizadas em quatro eixos complementares: (1) documentos institucionais, como projetos de lei, pareceres técnicos, emendas e registros oficiais de audiências públicas; (2) produções midiáticas e conteúdos digitais, incluindo matérias jornalísticas, postagens em redes sociais, vídeos de manifestações e pronunciamentos políticos; (3) registros etnográficos, com base em anotações decorrentes da participação direta em audiências, atos públicos e reuniões de coletivos; e (4) materiais discursivos e simbólicos do movimento LGBTQIA+, como manifestos, campanhas e expressões culturais. Essa combinação de fontes permite não apenas uma leitura comparativa dos sentidos em disputa, mas também amplia a robustez interpretativa da análise, ao integrar diferentes registros discursivos e contextuais sobre os mesmos eventos.

Além da literatura especializada e do aporte teórico dos enquadramentos interpretativos, a pesquisa foi fortalecida por um extenso e diversificado conjunto de fontes empíricas, que serviram como base para a análise de conteúdo e para a reconstrução do processo político e discursivo em torno da criação e rejeição do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá. O levantamento compreende documentos oficiais, registros midiáticos, materiais produzidos por atores políticos e sociais, observação participante e produções audiovisuais, compondo um *corpus* abrangente que permite triangular informações e captar múltiplas camadas da disputa de significados.

Foram analisados o Processo Administrativo n. 43.463/2021<sup>15</sup> e o Projeto de Lei n. 16.058/2021<sup>16</sup>, que formalizaram a tramitação da proposta junto ao Executivo e Legislativo municipais, além do Ofício Conjunto n. 7/2021<sup>17</sup>, elaborado pelos coletivos LGBTQIA+ locais. Também foram examinadas emendas parlamentares, pareceres e registros oficiais de sessões da Câmara Municipal, o que possibilitou identificar como os enquadramentos foram institucionalmente inscritos e contestados.

Foram também reunidos e sistematicamente analisados materiais provenientes de diferentes veículos e plataformas, incluindo matérias jornalísticas de portais locais, como GMC Online, Maringá Post (Coluna Queer), Observatório G, Rede Lume, Jornal O Maringá e Blog do Rigon. Complementarmente, foram examinados programas televisivos e radiofônicos de grande audiência, como Pan News, CBN Maringá, Balanço Geral e Jovem Pan Maringá, além do documentário *O Quase Conselho* (2021), composto por quatro episódios disponíveis no YouTube. Esses materiais revelam como os discursos circularam, foram enquadrados e amplificados no espaço público local, permitindo observar tanto enquadramentos progressistas quanto estratégias conservadoras de contraenquadramento.

Publicações de perfis institucionais (Prefeitura, Secretaria de Juventude e Cidadania, Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Maringá), de coletivos locais (Coalizão LGBTI+), bem como de atores políticos conservadores, como o vereador Rafael Roza e o deputado Homero Marchese, foram coletadas e analisadas. Essas publicações, que incluem cartazes mobilizatórios, *cards* informativos e vídeos opinativos, oferecem um material discursivo rico para compreender como os *frames* foram disseminados e disputados nos ambientes digitais, inclusive em contextos de pânico moral e retórica antigênero.

A dimensão etnográfica foi contemplada por meio de observação participante em reuniões entre movimentos e Executivo, audiências públicas e sessões legislativas de 17/08, 19/08 e 2/09/2021. Esses registros permitiram captar as performances públicas, os gestos e as dinâmicas de interação entre atores, complementando as

<sup>15</sup> Documento administrativo interno.

<sup>16</sup> O Projeto de Lei n. 16.058/2021, que trata da proposta de criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá, encontra-se disponível para consulta no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Câmara Municipal de Maringá. Disponível em: <http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001>. Acesso em: 23 out. 2025.

<sup>17</sup> O Ofício Conjunto n. 07/2021 é um documento oficial enviado por entidades da sociedade civil à Prefeitura Municipal de Maringá em 2021, no contexto da tramitação do Projeto de Lei n. 16.058/2021. Embora não esteja disponível em bases públicas *online*, foi obtido no âmbito desta pesquisa e compõe o conjunto de fontes empíricas analisadas, conforme descrito na metodologia.

fontes escritas e midiáticas com um olhar atento aos detalhes situados das práticas políticas.

A integração dessas fontes múltiplas permitiu reconstruir de forma densa e rigorosa as dinâmicas discursivas e institucionais em torno da proposta do Conselho. Cada categoria de fonte contribuiu de maneira singular: os documentos oficiais revelaram o percurso institucional; a mídia tradicional mostrou como os conflitos foram narrados e legitimados; as redes sociais expuseram as estratégias de mobilização e disputa simbólica; a observação participante trouxe elementos performativos e interacionais; e o documentário consolidou a memória coletiva do episódio. Essa triangulação metodológica não apenas fortalece a validade da pesquisa, como também enriquece a análise ao permitir a identificação de padrões de enquadramento, contranarrativas e ressonâncias diferenciais entre arenas discursivas.

A análise dos dados seguirá a técnica de análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), adaptada à lógica da disputa por interpretações. Observaremos três pontos principais: os diagnósticos (como os problemas são definidos e a quem se atribui a culpa), os prognósticos (quais soluções são propostas ou negadas) e as motivações (quais justificativas, emoções e valores são usados). Essa forma de análise, comum em estudos sobre movimentos sociais (Gamson, 1992; Snow; Benford, 1988), ajuda a identificar as narrativas em conflito no caso analisado.

Além disso, buscaremos quadros mestres, que unem diferentes lutas em uma linguagem comum (Benford; Snow, 2000), e como os significados se firmam ou mudam, como propõem Mendonça e Simões (2012). Também veremos os efeitos dos contramovimentos que mostram como as estratégias antigênero se fortaleceram no Brasil recentemente.

A escolha de uma abordagem que acompanha a evolução ao longo do tempo, inspirada em McAdam, Tarrow e Tilly (2001), permite ver as mudanças nas interpretações, notando momentos de mudança no discurso e contágio entre os participantes. Ao mesmo tempo, a atenção aos detalhes das interações, como sugerem Eliasoph e Lichterman (2003), possibilita entender como os *frames* são criados, discutidos e mostrados nas disputas políticas do dia a dia.

Utilizando-se a análise qualitativa nesta pesquisa, revela-se a preocupação de evitar que o estudo se reduza a meras descrições ou relatos ativistas, pois, conforme Della Porta e Keating (2013) argumentam, a pesquisa qualitativa em Ciências Sociais precisa unir rigor metodológico e flexibilidade interpretativa, construindo explicações

que considerem o contexto histórico e cultural. Tal preocupação guia esta investigação, que busca entender os processos de disputa simbólica que influenciam as políticas públicas, além de apenas narrar os eventos.

A capacidade de lidar com a multiplicidade de significados dos discursos também justifica a opção pela análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011), o método permite analisar tanto os significados evidentes quanto os implícitos, ou seja, o que é expressamente dito e o que está subentendido. Essa distinção é essencial em situações de disputa política, nas quais atores sociais frequentemente utilizam ambiguidades estratégicas para alcançar diferentes públicos. Desse modo, a técnica de análise de conteúdo se mostra adequada para captar não só as declarações explícitas, mas também as tensões e contradições nos discursos.

A escolha por um estudo de caso instrumental (Yin, 2001) visa, além de descrever uma situação específica, esclarecer dinâmicas mais amplas nos processos de mobilização e contramobilização. Stake (1995) já alertava que estudos de caso devem ser avaliados pela sua capacidade de gerar transferibilidade, isto é, oferecer categorias analíticas aplicáveis a outros contextos, mesmo sem a intenção de generalização estatística. Essa perspectiva sustenta a delimitação empírica desta pesquisa: o caso de Maringá é único, mas também representa tendências mais amplas observadas no Brasil contemporâneo.

A triangulação metodológica, além de fortalecer a validade interna da pesquisa, é uma estratégia para abordar a complexidade do objeto. Conforme assinala Flick (2009), a variedade de fontes e técnicas permite compensar limitações individuais, oferecendo uma visão mais completa do fenômeno estudado. Neste trabalho, a combinação de documentos oficiais, registros da mídia e observação participante garante uma interpretação que integra dimensões institucionais, discursivas e performáticas da ação coletiva.

A dimensão etnográfica, entendida aqui como observação participante em eventos políticos importantes, assume particular relevância. A etnografia não é utilizada no sentido tradicional de imersão prolongada, mas como técnica complementar de registro das interações e performances em audiências públicas, manifestações e reuniões coletivas. Como defende Geertz (1978), a descrição densa é necessária para captar os significados que os próprios atores atribuem às suas práticas. Nesse sentido, a observação participante oferece informações empíricas

essenciais para entender como as interpretações se manifestam em gestos, rituais e performances.

O estudo das mídias sociais digitais também faz parte da estratégia desta pesquisa. Autores como Castells (2015) e Gerbaudo (2012) enfatizam que o mundo digital virou um palco importante para a luta de ideias, funcionando como um lugar para se organizar, responder a ataques e espalhar pontos de vista. Em Maringá, analisar o que foi postado e os vídeos nas plataformas digitais ajudou a entender em tempo real como acontecem as discussões, mostrando tanto as táticas dos grupos LGBTQIA+ quanto os argumentos contra a questão de gênero usados por seus oponentes.

É importante notar que a análise não se limita ao que foi dito, mas também considera as formas de agir (Tarrow, 2013; Tilly, 2006a). O modo como a pesquisa foi feita, juntando análise de documentos e observação, permite entender como protestos, debates e apresentações são usados como maneiras de se comunicar politicamente. Essa atenção às formas de agir reforça a ligação entre as ideias defendidas e as ações práticas dos grupos.

A decisão de usar a perspectiva diacrônica dos *frames* (McAdam; Tarrow; Tilly, 2001) vem da necessidade de entender o que está sendo dito e como esses discursos mudam com o tempo. Em um cenário dividido, como o Brasil entre 2017 e 2023, o método usado ajuda a identificar momentos importantes, como o surgimento da ideia da “ideologia de gênero”, que passou de um discurso pequeno para um ponto central das discussões políticas. Essa análise do processo é fundamental para explicar por que algumas ideias ganham força em certos momentos e perdem em outros.

Ao mesmo tempo, o método proposto reconhece que toda pesquisa qualitativa tem seus limites. Como Becker (1999) lembra, o rigor em pesquisas qualitativas não vem de tentar ser totalmente neutro, mas de mostrar de forma clara como a pesquisa foi feita e quais escolhas teóricas e práticas foram tomadas. Por isso, esta tese mostra em anexo a lista completa dos documentos analisados, permitindo que outros pesquisadores repitam e verifiquem o estudo.

Finalmente, é importante dizer que a metodologia descrita aqui busca equilibrar a atenção ao caso real com a contribuição para o debate teórico. Usar as ferramentas dos *frames* interpretativos, junto com o estudo de caso e a análise de conteúdo, não é só uma forma de descrever, mas um esforço para melhorar a metodologia. Ao aplicar essas ferramentas ao contexto de Maringá, o objetivo é mostrar que elas são úteis

para explicar fenômenos políticos em cidades, um campo pouco explorado nos estudos sobre movimentos sociais e políticas públicas no Brasil.

#### 4.1 DELIMITAÇÃO EMPÍRICA E OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente investigação baseou-se em um *corpus* empírico denso e heterogêneo, reunindo um total de 48 registros documentais e midiáticos, dos quais 24 foram selecionados para análise sistemática, conforme detalhado no Apêndice 1. A escolha das fontes considerou sua centralidade na controvérsia em torno da criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá, a relevância dos conteúdos para os enquadramentos em disputa e a diversidade dos atores envolvidos.

Entre os documentos institucionais analisados, destacam-se o Projeto de Lei n. 16.058/2021, os pareceres técnicos emitidos ao longo de sua tramitação, as emendas parlamentares apresentadas, bem como notas públicas, registros de sessões legislativas e documentos administrativos produzidos por diferentes instâncias da Câmara Municipal e do Poder Executivo. Esses materiais revelam os argumentos formais mobilizados e os embates e resistências internas à proposta.

No campo midiático, foram examinados aproximadamente 30 registros que incluem reportagens em portais jornalísticos locais, colunas de opinião, inserções televisivas e radiofônicas, entrevistas concedidas em programas de debate político, além de coberturas jornalísticas de sessões legislativas. Essa documentação permitiu observar como os discursos sobre o Conselho foram publicamente enquadrados, disputados e ressignificados, tanto por apoiadores quanto por opositores da iniciativa.

O *corpus* também contempla um conjunto expressivo de conteúdos digitais veiculados em redes sociais (Facebook, Instagram e YouTube), produzidos por coletivos LGBTQIA+, parlamentares, órgãos públicos e grupos contrários à proposta. Essas publicações oferecem pistas sobre os repertórios simbólicos e as estratégias discursivas acionadas nas plataformas digitais. Merece destaque, ainda, o documentário *O Quase Conselho* (2021), disponibilizado no YouTube, que articula depoimentos, registros audiovisuais e interpretações sobre o processo legislativo em foco, funcionando como síntese narrativa das disputas e apagamentos que caracterizaram esse episódio da política sexual local.

Apesar da amplitude de fontes, procedeu-se a uma seleção criteriosa com base em dois critérios principais: (i) pertinência direta para o debate público e legislativo

sobre a criação do Conselho Municipal LGBTQIA+; e (ii) presença de disputas discursivas explícitas, evidenciadas na forma de enquadramentos interpretativos, contraenquadramentos ou narrativas concorrentes. Essa filtragem permitiu concentrar a análise em materiais com maior densidade discursiva e relevância política, assegurando coerência metodológica e profundidade interpretativa.

O recorte temporal contemplou o período de 2019 a 2022, possibilitando observar tanto o contexto anterior à apresentação do projeto de lei quanto os debates durante sua tramitação e os desdobramentos posteriores à rejeição. Essa linha do tempo foi organizada em três momentos analíticos interligados: o período de construção e mobilização pré-legislativa, marcado pelo fortalecimento dos coletivos locais e pela articulação com o Executivo; a fase de tramitação e debate público intenso, concentrada entre agosto e setembro de 2021; e, por fim, o momento pós-rejeição, em que se evidenciaram estratégias de reorganização interpretativa e política por parte do movimento LGBTQIA+.

**Figura 1** – Linha do tempo do processo do Conselho LGBTQIA+ em Maringá



Fonte: Elaboração própria (2025).

Além da análise documental, foram realizadas observações de campo em atos públicos, reuniões de coletivos e audiências na Câmara Municipal. Esses registros etnográficos foram tratados como fonte empírica, principal e complementar, permitindo captar a dimensão performática dos enquadramentos, as reações emocionais e os repertórios de ação mobilizados em tempo real. Como observa Flick

(2009), a observação participante é essencial para revelar aspectos não verbalizados, possibilitando interpretar significados que escapam ao registro formal.

A categorização dos dados seguiu a lógica da análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), inicialmente com categorias abertas derivadas da literatura (diagnóstico, prognóstico, motivacional, *master frames*, contramovimentos) e, em seguida, ajustadas a partir da leitura empírica (ex.: “defesa da família tradicional”, “pluralidade democrática”, “neutralidade estatal”). Cada documento e observação foi codificado de acordo com essas categorias, permitindo identificar padrões de convergência, divergência e hibridização discursiva. Esse processo de categorização buscou respeitar a flexibilidade analítica sugerida por Denzin e Lincoln (2011), para quem a pesquisa qualitativa deve preservar a abertura a sentidos emergentes do campo.

A triangulação entre documentos oficiais, mídia, redes sociais e observação participante garantiu a robustez da análise, ao permitir confrontar discursos normativos com performances públicas e expressões espontâneas dos atores envolvidos. Yin (2001) argumenta que a validade de um estudo de caso depende justamente dessa diversidade de fontes, que possibilita construir inferências mais sólidas. Nesse sentido, cada tipo de material não foi analisado isoladamente, mas em diálogo com os demais, permitindo verificar recorrências, dissonâncias e estratégias de enquadramento que atravessavam diferentes arenas discursivas.

Adicionalmente, a coleta foi guiada por uma atenção constante à linha do tempo do conflito, aspecto muitas vezes negligenciado em estudos sobre movimentos sociais. Seguindo McAdam, Tarrow e Tilly (2001), buscou-se registrar os ciclos de protesto e contramobilização, situando-os dentro das oportunidades políticas abertas ou fechadas em cada conjuntura. Essa perspectiva processual permitiu identificar como os *frames* se transformaram em função de eventos críticos (como a votação do projeto) e como certos discursos, inicialmente marginais, adquiriram centralidade.

Outro aspecto metodológico relevante foi a separação clara entre documentos públicos e registros produzidos pela observação participante. Nos primeiros, utilizou-se a citação literal, com indicação da fonte conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Nos segundos, evitou-se o uso de aspas, optando por descrições analíticas, de modo a não confundir o leitor quanto à origem das falas. Essa escolha dialoga com as recomendações de Becker (1999), para quem

a transparência na distinção entre dados empíricos e interpretações do pesquisador é fundamental para a credibilidade científica.

Por fim, a categorização dos *frames* foi validada por meio de um processo de dupla checagem. Inicialmente, a classificação de cada ocorrência foi realizada de forma independente, em seguida as categorias foram revisitadas à luz da literatura e das recorrências empíricas. Esse movimento de ida e volta entre teoria e dados está em consonância com o que Della Porta e Keating (2008) denominam de abordagem iterativa, que reconhece a natureza processual da análise qualitativa e evita tanto o risco de imposição teórica quanto a dispersão interpretativa.

## 4.2 DIMENSÕES E DINÂMICAS DOS *FRAMES*

A disputa em torno da criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá, enquanto processo político e comunicativo, envolve uma complexa teia de significados em constante negociação. Trata-se de um embate que não se limita ao campo legislativo ou institucional, mas que atravessa arenas públicas diversas, incluindo a mídia, os espaços religiosos, os coletivos ativistas, os canais digitais e as ruas. Nesses espaços, diferentes atores procuram definir a realidade do problema, suas causas e as soluções legítimas, disputando não apenas políticas públicas, mas também os sentidos socialmente compartilhados que orientam percepções e ações. Assim, compreender essa disputa exige um instrumental analítico capaz de captar como os sentidos são produzidos, difundidos, apropriados e transformados no curso do conflito.

A abordagem teórico-metodológica dos enquadramentos interpretativos (*frames*), desenvolvida inicialmente por Erving Goffman (1974; 2012) e posteriormente apropriada pelos estudos de movimentos sociais (Benford; Snow, 2000; Snow *et al.*, 1986), como vimos, fornece um conjunto robusto de ferramentas para investigar essas dinâmicas. Os *frames* são entendidos como esquemas interpretativos que permitem aos atores “dar sentido” aos acontecimentos, identificar problemas, atribuir responsabilidades, propor soluções e mobilizar adesões. Diferentemente de abordagens puramente estruturalistas, essa perspectiva enfatiza os processos de construção ativa de significados, reconhecendo que as lutas políticas são, em larga medida, lutas simbólicas.

Ao adotar esse referencial, esta pesquisa busca compreender como diferentes atores – movimento LGBTQIA+, contramovimento religioso-conservador,

parlamentares, mídia local e sociedade civil – mobilizaram e articularam *frames* para disputar a legitimidade do Conselho Municipal LGBTQIA+. A análise centra-se tanto nos conteúdos discursivos (o que é dito) quanto nos processos comunicativos (como, onde e por quem é dito), considerando que os *frames* não operam isoladamente, mas em interação com estruturas institucionais, repertórios de ação, condições contextuais e gramáticas culturais compartilhadas. Nesse sentido, os *frames* são entendidos não apenas como categorias analíticas, mas como instrumentos de ação política.

Para operacionalizar essa perspectiva no contexto empírico da pesquisa, foi necessário recorrer a um conjunto articulado de categorias analíticas capazes de iluminar diferentes dimensões do processo de enquadramento. O ponto de partida é a tríade proposta por Benford e Snow (2000) – diagnóstico, prognóstico e motivacional –, que fornece uma estrutura básica para identificar como atores definem problemas, propõem soluções e mobilizam apoiadores. No entanto, considerando-se a complexidade do caso analisado, essa tríade é complementada por categorias adicionais, como quadros mestres, hibridização ideacional, modularidade, ressonância diferencial e materialização, bem como por uma análise diacrônica e microfundamental dos discursos. Essa combinação permite compreender os conteúdos e funções dos *frames*, bem como os modos pelos quais eles circulam, são apropriados, hibridizados e estabilizados ao longo do tempo.

#### 4.3 FERRAMENTAS CONCEITUAIS PARA A INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

A análise empírica deste estudo está ancorada inicialmente nas três dimensões fundamentais dos *frames*, conforme propostas por Benford e Snow (2000), que constituem o arcabouço analítico para compreensão dos processos de construção de significado na ação coletiva. Essas dimensões operam de forma sistêmica e interdependente, oferecendo lentes analíticas distintas porém complementares para desvendar como atores sociais interpretam realidades, propõem soluções e mobilizam apoio.

Os *frames* de ação coletiva desempenham três tarefas centrais de enquadramento: o enquadramento diagnóstico, que se refere à identificação de um problema e à atribuição de culpa; o enquadramento prognóstico, que envolve a articulação de uma solução proposta para o problema, ou pelo menos um plano de ataque, e as estratégias para executá-lo; e o

enquadramento motivacional, que serve como um chamado à ação ou uma justificativa para a participação (Benford; Snow, 2000, p. 615, tradução nossa).

Os Quadros Diagnósticos representam a dimensão analítica voltada para a identificação e atribuição de significados a problemas sociais. Como destaca Benford (1997), trata-se de esquemas interpretativos que não apenas identificam condições como problemáticas, mas também atribuem causalidades e responsabilidades. Esta dimensão envolve necessariamente processos de rotulação e categorização social, nos quais o ato de nomear um problema já constitui um ato político (Gusfield, 1981). A literatura especializada aponta que os diagnósticos eficazes combinam credibilidade empírica (evidências reconhecidas) e ressonância cultural (conexão com valores compartilhados), segundo Snow; Benford (1988).

Os Quadros Prognósticos correspondem à dimensão propositiva dos enquadramentos, englobando o que Snow *et al.* (2018) definem como o repertório de soluções consideradas viáveis e desejáveis para os problemas diagnosticados. Esta dimensão implica sempre em escolhas estratégicas, pois, como observa Tarrow (2013), nenhum movimento pode propor todas as soluções possíveis, e a seleção prognóstica é em si uma forma de enquadramento. Os prognósticos eficazes tendem a apresentar três características: especificidade – são as soluções concretas; inovação – são as alternativas novas; e plausibilidade e viabilidade reconhecidas (Gamson, 1992).

Os Quadros Motivacionais constituem a dimensão de mobilização dos enquadramentos, fornecendo o que Jasper (2011) denomina de justificativas moralmente carregadas que convertem espectadores em participantes. Esta dimensão opera através de dois mecanismos complementares: a conexão com valores culturais profundos, como justiça ou liberdade, e o apelo a emoções socialmente reconhecidas, como indignação ou esperança (Goodwin; Jasper; Polletta, 2001). Nessa direção, Polletta (1998) mostra que narrativas de protesto podem intensificar a adesão ao representar a ação coletiva como urgente e moralmente imperativa, deslocando o engajamento do registro do cálculo estratégico para o de uma exigência ética imediata, o que torna a participação desejável e legítima.

Essas três dimensões, diagnóstica, prognóstica e motivacional, embora analiticamente distintas, funcionam na prática como um sistema integrado. Como observam Benford e Snow (2000), a eficácia de um movimento depende da congruência entre seus diagnósticos, prognósticos e apelos motivacionais. Essa

interdependência se torna particularmente evidente quando examinamos como quadros específicos se conectam a estruturas discursivas mais amplas, os chamados quadros mestres (*master frames*), que transcendem contextos particulares.

Dessa forma, os chamados quadros mestres (*master frames*) representam, segundo Benford e Snow (2000), esquemas interpretativos de grande amplitude que fornecem linguagens e símbolos adaptáveis por diversos movimentos em múltiplos contextos. Tarrow (2013) complementa essa definição ao caracterizá-los como estruturas narrativas abrangentes que permitem a conexão entre lutas distintas sob um mesmo guarda-chuva discursivo. Esses macroenquadramentos não apenas amplificam a ressonância dos *frames* específicos, mas também possibilitam a formação de coalizões entre atores diversos em torno de causas compartilhadas.

A relevância analítica dos quadros mestres está em sua habilidade dupla de, por um lado, conectar demandas locais com narrativas transnacionais e, por outro, possibilitar adaptações contextuais. Os *master frames* bem-sucedidos operam como linguagens políticas tradutíveis, mantendo coerência simbólica sem sacrificar a flexibilidade tática. Essa flexibilidade é fundamental, pois, conforme Benford e Snow (1992), os quadros mestres são molduras genéricas de significado que servem para organizar e dar sentido a uma variedade de eventos e experiências. Eles são mestres no sentido de que são amplos, de alto nível e adaptáveis, ou seja, podem ser incorporados por diversos movimentos sociais. Essa habilidade de ser transponível e adaptável a variados contextos é o que lhes dá a função de unir diferentes lutas sob uma única interpretação, possibilitando que movimentos locais se conectem com questões globais e vice-versa. Assim, eles atuam como as grandes narrativas que influenciam a forma como as pessoas entendem os problemas sociais e o que pode ser feito a respeito, conectando as vivências individuais a um objetivo coletivo mais amplo.

Como mencionado, os quadros mestres (*master frames*) operam como estruturas discursivas flexíveis que permitem a articulação entre demandas locais e narrativas transnacionais. Essa capacidade deriva de dois mecanismos centrais, a modularidade e a ressonância diferencial. A modularidade, conforme conceituada por Tilly (2008) – que a aborda como uma propriedade dos repertórios da ação coletiva ao longo de suas análises históricas –, refere-se à propriedade que permite a um *frame* manter sua essência semântica enquanto se adapta a contextos diversos. Esse processo ocorre por meio de estruturas narrativas reconhecíveis e adaptáveis, que

permitem conectar experiências situadas a enredos moralmente inteligíveis e socialmente compartilháveis. Ao recontar a mobilização em termos de urgência, agência local e imperativo ético, tais narrativas favorecem a constituição de identificação coletiva e tornam a participação desejável e legítima, ainda que ancorada em contextos específicos (Polletta, 1998). Essa característica explica por que certos *frames* conseguem transcender fronteiras nacionais e culturais, servindo como linguagem comum para movimentos diversos.

Na perspectiva de Tilly (2008), os repertórios não constituem um cardápio infinito de possibilidades, mas conjuntos relativamente restritos de formas de ação que são aprendidas, compartilhadas e rotinizadas ao longo do tempo. Embora apresentem certa estabilidade, esses repertórios são continuamente recriados nas interações conflituosas e possuem natureza modular, o que permite sua circulação e apropriação por distintos atores em contextos variados.

Complementarmente, dialogando com a noção de ressonância dos enquadramentos formulada por Snow e Benford (1988; 2000) e com a perspectiva relacional dos conflitos políticos desenvolvida por McAdam, Tarrow e Tilly (2001), proponho compreender esse processo como uma ressonância diferencial. Trata-se da capacidade de quadros interpretativos amplos, frequentemente organizados como quadros mestres, ajustarem-se a valores, repertórios morais e tradições culturais específicos sem perder sua identidade central. Em vez de circularem de forma homogênea, os enquadramentos são retraduzidos localmente, adquirindo sentidos situados. Esse mecanismo envolve tanto processos de tradução cultural, pelos quais categorias como “família”, “liberdade” ou “proteção” ganham significados contextuais, quanto formas de ancoragem histórica, que conectam os frames a memórias, tradições de mobilização e experiências políticas prévias. Assim, a eficácia de um enquadramento não decorre apenas de sua coerência interna, mas de sua capacidade de ativar repertórios morais já disponíveis em cada contexto, produzindo diferentes graus de adesão e legitimidade pública. Essa dupla capacidade permite que um mesmo quadro mestre, por exemplo, o feminismo, possa manifestar-se tanto como uma luta universal por igualdade de gênero quanto como um movimento profundamente enraizado em contextos específicos, como o feminismo comunitário na América Latina ou o feminismo islâmico em países muçulmanos.

A eficácia de um enquadramento não decorre apenas de sua coerência interna ou de sua consistência argumentativa, mas também de sua capacidade de conectar-

se às experiências vividas, às memórias coletivas e aos repertórios morais já disponíveis entre os públicos aos quais se dirige. Em diálogo com os debates sobre enquadramentos interpretativos (Snow; Benford, 1988; 2000) e com a abordagem relacional dos conflitos políticos proposta por McAdam, Tarrow e Tilly (2001), pode-se compreender que quadros mais bem-sucedidos são aqueles capazes de articular demandas específicas a valores e narrativas culturalmente reconhecíveis. Quando isso ocorre, as queixas mobilizadas pelos movimentos deixam de parecer particulares ou setoriais e passam a ser percebidas como questões compartilhadas, favorecendo identificação, legitimidade e engajamento coletivo. Trata-se, portanto, menos de persuasão puramente retórica e mais de um trabalho de tradução simbólica que aproxima experiências individuais de causas públicas mais amplas.

A eficácia dos quadros mestres depende do equilíbrio entre esses dois mecanismos. Enquanto a modularidade garante coerência e reconhecimento transnacional, a ressonância diferencial assegura relevância e poder mobilizador em cada contexto local. No entanto, como alertam Benford e Snow (2000), esse equilíbrio é delicado, pois excesso de modularidade pode levar à diluição do conteúdo político, enquanto adaptações muito localizadas podem resultar em fragmentação e perda de força agregadora. O caso do *frame* de direitos humanos ilustra esse desafio, pois ao mesmo tempo em que serve como princípio universal, precisa ser constantemente renegociado para manter relevância em cenários políticos e culturais diversos.

Essa dinâmica entre universalidade e particularidade torna os quadros mestres ferramentas poderosas, porém complexas, para a ação coletiva. Como mostra Tarrow (2013), sua análise requer atenção simultânea à sua estrutura nuclear, aos processos de difusão e às transformações contextuais. Esse entendimento multidimensional será fundamental para examinar como grandes narrativas são apropriadas e ressignificadas nos processos de hibridização discursiva, nos quais lógicas aparentemente contraditórias entram em diálogo criativo. Tarrow (1998, 2013) discute a complexidade dos movimentos sociais, a importância dos ciclos de protesto, a difusão e a adaptabilidade das formas de ação coletiva. Ele enfatiza que a análise dos movimentos sociais requer uma compreensão de múltiplos fatores interagindo.

A partir da abordagem de Tarrow (2013), a ação coletiva deve ser compreendida como um fenômeno multifacetado, resultante da interação entre condições estruturais, recursos organizacionais, dinâmicas relacionais e processos culturais de interpretação. Nesse enquadramento, protestos não decorrem apenas de causas

imediatas, mas da combinação entre oportunidades políticas, estruturas de mobilização e quadros interpretativos que ampliam ou restringem a capacidade de engajamento dos atores. A difusão de formas de protesto e a emergência de ciclos de contenção expressam justamente essa complexidade, revelando como determinadas táticas e narrativas se expandem quando encontram ressonância cultural e possibilidades estratégicas favoráveis.

O poder mobilizador dos quadros mestres deriva de sua capacidade única de realizar uma síntese discursiva complexa, que opera simultaneamente em três dimensões inter-relacionadas. Essa síntese ocorre através da generalização estratégica, da construção de pontes simbólicas entre experiências díspares e da ancoragem em tradições culturais locais.

A generalização estratégica é uma dimensão que transforma demandas específicas em princípios universais, por exemplo, quando lutas locais por moradia se tornam parte do *frame* direito à cidade. Isso implica a elevação de questões pontuais a um nível de abstração que lhes permite dialogar com valores e normas mais amplos. Essa capacidade de generalizar permite que diferentes grupos e indivíduos se identifiquem com uma causa comum, mesmo que suas experiências particulares variem significativamente. Trata-se de construir um vocabulário e uma gramática que transcende o imediato, tornando a queixa compreensível e ressonante para um público mais vasto.

É a ancoragem em tradições culturais locais que garante ressonância em contextos específicos. Os quadros mestres não flutuam em um vazio descontextualizado; eles precisam se ancorar em elementos simbólicos e narrativos já existentes e reconhecidos localmente. A eficácia de um quadro-mestre depende de sua capacidade de se conectar com a caixa de ferramentas cultural disponível para os atores em um dado contexto (Gamson, 1992). Isso significa que os ativistas frequentemente reempacotam as ideias centrais dos quadros mestres de maneiras que fazem sentido para as audiências locais, utilizando linguagens, símbolos e memórias que já fazem parte de suas tradições culturais e históricas.

No contexto brasileiro, esse processo assume contornos particulares como demonstra Scherer-Warren (2005), exigindo dos movimentos sociais um trabalho permanente de tradução e articulação entre demandas situadas e repertórios normativos mais amplos, capazes de circular em redes e construir convergências políticas. Esse desafio da negociação é decisivo para que referências universalizáveis,

como direitos e cidadania, não operem como universalismos abstratos, mas possam ser reapropriadas e ressignificadas a partir das experiências locais, favorecendo mobilização e construção de identidades coletivas.

Pode-se considerar que o processo de “conversão para práticas de valorização cultural e resgate da cidadania”, realizado por organizações não governamentais em populações carentes, como as realizadas pelo Olodum, em Salvador, seriam bem explicadas pela transformação do *frame* tradicional de movimentos culturais negros, que valoriza práticas culturais ligadas a raízes culturais africanas e à manutenção de uma identidade coletiva unitária, para o *master frame* dos direitos humanos ou da pluralidade cultural, num contexto de valorização igualitária resguardado por políticas públicas e fiscalizado por associações ou ONGs (Nunes, 2013, p. 251).

Contudo, essa capacidade inclusiva traz desafios paradoxais. Gamson (1992) adverte que a amplitude dos quadros mestres produz uma tensão permanente entre seu potencial unificador e o risco de diluição dos significados originais. Quando um *frame* como democracia ou direitos humanos passa a ser apropriado por atores com projetos políticos antagônicos, ocorre o que Benford (1993) denomina contaminação discursiva, processo pelo qual a polissemia do enquadramento pode reduzir sua força mobilizadora. Nesse sentido, a eficácia prolongada de um quadro mestre não depende apenas de sua abrangência, mas da habilidade dos atores em administrar simultaneamente movimentos de ampliação e de delimitação semântica, preservando um equilíbrio delicado entre inclusão e especificidade. Trata-se, portanto, de um trabalho contínuo de ajuste interpretativo, onde o *frame* precisa permanecer suficientemente aberto para articular coalizões e dialogar com públicos diversos, mas também suficientemente definido para conservar densidade normativa e evitar que sua plasticidade se converta em indeterminação política.

Essa análise revela como quadros amplos não operam como estruturas estáticas, mas como construções interpretativas que se reatualizam ao longo dos ciclos de confronto e das interações políticas. Nessa perspectiva, sua força reside na capacidade de circular entre escalas e conectar disputas situadas a dinâmicas mais amplas, permitindo que movimentos sociais atuem para além do nível estritamente local e se articulem também em arenas transnacionais (TARROW, 2009). Essa característica torna-os ferramentas indispensáveis, porém complexas, para a ação coletiva contemporânea.

Embora os quadros mestres sejam poderosos porque podem ser adaptados para dar sentido a uma vasta gama de fenômenos e queixas, sua generalidade e abrangência também representam um desafio. Essa polissemia pode levar a apropriações por atores com agendas distintas, o que, por sua vez, pode diluir o significado original do quadro, comprometendo seu potencial mobilizador e sua capacidade de gerar solidariedade e compromisso consistentes (Benford; Snow, 2000, p. 620, tradução nossa).

Em síntese, os quadros mestres representam instrumentos discursivos de alto poder agregador, cuja eficácia depende do equilíbrio entre consistência ideológica e adaptabilidade contextual. Como demonstra a literatura, seu estudo requer atenção simultânea a três níveis: sua estrutura narrativa nuclear, seus mecanismos de difusão e suas transformações nas arenas locais de disputa. Essa perspectiva multidimensional será fundamental para analisar como enquadramentos amplos são acionados e ressignificados nas dinâmicas que passaremos a examinar a seguir, os processos de hibridização discursiva, onde lógicas aparentemente inconciliáveis entram em diálogo criativo.

Apesar da instrumentalidade da abordagem teórico-metodológica dos enquadramentos em desvendar os mecanismos de construção de significado e mobilização, a abordagem não esteve isenta de críticas. Uma das principais ressalvas dirigiu-se à sua ênfase, por vezes excessiva, na dimensão puramente estratégica e instrumental da construção de significado, o que, segundo alguns críticos, negligenciava o valor moral intrínseco e as convicções profundas dos ativistas. Pamela E. Oliver e Hank Johnston (2005), por exemplo, argumentaram que a formulação inicial de Snow e Benford (1988) tendia a reduzir os símbolos a meros meios para que os militantes atingissem seus objetivos estratégicos, assemelhando-se a uma lógica de *marketing*. Diante disso, eles propuseram o resgate do conceito de ideologia para incorporar aprendizados não estratégicos na construção social da realidade.

A crescente complexidade dos movimentos sociais contemporâneos, que frequentemente operam em ambientes comunicativos intrinsecamente híbridos, marcados pela interação fluida entre diversos atores e meios e que combinam diversas táticas e identidades, tornou evidente a necessidade de ferramentas conceituais mais sofisticadas. Tais ferramentas deveriam ser capazes de capturar a fusão e a sobreposição de elementos que caracterizam a ação coletiva na contemporaneidade. É nesse cenário de refinamento teórico e de adaptação à realidade empírica que emergem as noções de quadros híbridos e hibridizações

estratégicas. Esses conceitos buscam transcender as dicotomias analíticas tradicionais e oferecer uma lente mais nuançada para a compreensão da ação coletiva em sua complexidade multifacetada. Castells (2015, p. 9-10) ilustra essa complexidade ao afirmar que:

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas. Além disso, a comunicação digital é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator que comunica segundo projetos de comunicação específicos.

A emergência desses conceitos não representa uma mera adição ao arcabouço da abordagem teórico-metodológica dos enquadramentos, mas sim uma resposta direta e evolutiva às suas limitações iniciais. A crítica de que a perspectiva estratégica original tendia a reduzir a ação coletiva a escolhas instrumentais, subestimando sua densidade moral e ideológica, produziu uma tensão produtiva no campo e impulsionou a busca por uma síntese teórica mais abrangente, capaz de captar a complexidade da construção de sentido em contextos multifacetados. Nesse movimento, tornou-se cada vez mais evidente que repertórios e enquadramentos não funcionam como meios neutros subordinados a fins previamente definidos, mas integram culturas políticas e valores compartilhados, de modo que os dilemas de ação envolvem simultaneamente cálculos de eficácia e disputas por significação. Nesse sentido argumentam Della Porta e Diani (2020, p. 191):

Os recursos materiais restringem as escolhas estratégicas, mas os repertórios não são apenas instrumentos: pertencem a uma cultura de movimento e a representam, estando, portanto, ligados aos valores dos ativistas. Os objetivos, nesse sentido, não justificam plenamente os meios, e grande parte do debate dentro dos movimentos sociais sobre questões de repertório não aborda apenas sua eficácia, mas também seu significado e valor simbólico.

Os quadros híbridos emergem como respostas criativas aos desafios da ação coletiva em contextos complexos, são construções discursivas que combinam elementos aparentemente incompatíveis, produzindo novas sínteses capazes de ampliar bases de apoio. No Brasil, exemplos como feminismo comunitário ou ecologia de saberes ilustram como movimentos articulam tradições locais com linguagens globais de direitos (Scherer-Warren, 2008). Esses híbridos não são meras colagens aleatórias, mas estratégias deliberadas para navegar dilemas políticos específicos, como a necessidade de conciliar demandas identitárias com lutas por redistribuição.

A eficácia desses quadros depende, em grande medida, da capacidade de administrar contradições internas sem colapsar sua inteligibilidade pública. Nesse sentido, Polletta (1998) mostra que a ambiguidade, longe de ser apenas uma falha comunicativa, pode funcionar como vantagem política quando opera de modo estrategicamente “controlado”: ao não fixar de forma excessivamente rígida agentes, sentidos e implicações, narrativas e enquadramentos mantêm abertura suficiente para que diferentes públicos se reconheçam neles, engajando-se a partir de ênfases distintas. Assim, a ambiguidade não necessariamente enfraquece a mobilização, podendo ampliá-la ao permitir múltiplas leituras convergentes. Essa chave interpretativa ajuda a compreender, por exemplo, a mobilização do *frame* “família diversa” por movimentos LGBTQIA+, na medida em que ressignifica um vocabulário tradicionalmente apropriado por gramáticas morais conservadoras e o reinscreve em uma lógica inclusiva. Ao ampliar o conceito de família para além do modelo restrito centrado em pai, mãe e filhos biológicos, esse enquadramento produz deslocamentos culturais e simbólicos relevantes, abrindo espaço para reconhecimento de outras configurações familiares e para a contestação da normatividade hegemônica.

A ressignificação não é apenas mudar o significado de uma palavra, é um processo mais profundo, em que um conceito é preenchido com novos valores e interpretações, desafiando as normas estabelecidas. No caso da família, ao insistir no *frame* família diversa, os movimentos LGBTQIA+ buscam ativamente legitimar e incluir todas as configurações familiares, indo além do modelo tradicional. Essa ação estratégica visa combater o preconceito enraizado, desmistificando a ideia de uma única família certa, e, principalmente, influenciar políticas públicas para garantir direitos e proteções legais a essas diversas formações, como o casamento igualitário e a adoção por casais do mesmo sexo. Contudo, como adverte Gamson (1992), esse

processo envolve riscos, uma vez que a excessiva flexibilidade semântica pode levar à cooptação ou esvaziamento político do *frame*.

Os quadros híbridos revelam a natureza relacional dos enquadramentos, pois, de acordo com o desenvolvimento teórico de Benford e Snow (2000), eles frequentemente emergem em diálogo (ou confronto) com quadros opostos, num processo de mútua constituição. No debate sobre políticas públicas, por exemplo, a emergência de *frames* como neutralidade estatal por parte de grupos conservadores levou movimentos progressistas a desenvolverem contraenquadramentos que combinam linguagem técnica e apelos à justiça social (Birolli, 2020). Por exemplo: diante do argumento desses grupos conservadores de que o Estado não deve intervir em certas questões sociais ou morais, ou que deve tratar todos os indivíduos e grupos de forma neutra, sem favorecer minorias ou implementar políticas afirmativas – como em debates sobre direitos LGBTQIA+, onde geralmente argumentam que o Estado não deve promover uma determinada ideologia, mas sim se manter neutro em relação a valores morais privados; ou em debates sobre educação, onde podem defender uma escola sem partido, alegando neutralidade –, ou seja, diante de um *frame* dominante, como a neutralidade estatal, os movimentos que discordam precisam criar seus próprios *frames* para refutar a narrativa adversária e apresentar sua própria visão, e frequentemente recorrem a argumentos baseados em dados, pesquisas, teorias sociais, direitos humanos e arcabouços legais. Essa dinâmica demonstra como a hibridização é tanto produto quanto motor da competição discursiva em democracias pluralistas.

Embora a literatura nem sempre utilize explicitamente o termo “quadros híbridos” com a mesma frequência que “organizações híbridas” ou “ativismo híbrido”, a ideia de *frame extensions* (extensões de quadros) é uma manifestação direta da hibridização ideacional, e, por isso, para essa pesquisa, esses conceitos serão mobilizados e acionados empiricamente. As extensões de quadros avançam os argumentos de um movimento tomando emprestada a linguagem de outros, demonstrando como a linguagem e as ideias de um movimento podem ser fundidas com as de outro para ampliar o apelo e a ressonância. Portanto, a partir desse conceito, amplia-se o entendimento de que os quadros híbridos não são meramente a soma de suas partes, mas uma síntese que cria um novo significado, muitas vezes com o objetivo de atrair uma base de apoio mais ampla ou de abordar a complexidade de problemas multifacetados que não se encaixam em categorias isoladas.

Será adotada neste trabalho a noção de hibridização estratégica para descrever os processos em que movimentos sociais e suas organizações articulam, de maneira intencional e estratégica, diferentes formas de atuação, repertórios simbólicos e identidades políticas com vistas a ampliar sua capacidade de mobilização e incidência. Essa articulação não se dá de forma aleatória, mas responde a contextos específicos de disputa, nos quais é necessário combinar múltiplas gramáticas de ação. Isso inclui, por exemplo, o uso simultâneo de estratégias institucionalizadas – como o diálogo com autoridades, a atuação jurídica e o *lobby* junto ao poder público – com práticas de contestação mais direta, como manifestações, atos públicos, ocupações simbólicas e outras formas de mobilização de rua. Tal capacidade de mesclar táticas, circulando entre os espaços formais da política e os territórios de protesto, revela a adaptabilidade dos movimentos diante de cenários de disputa marcados por tensões, fechamentos institucionais ou antagonismos morais.

Em contextos de atuação coletiva, é cada vez mais comum observar a combinação intencional de diferentes estratégias de mobilização. Grupos e organizações transitam entre ações institucionais, como a articulação com o poder público, o uso do sistema judicial ou a participação em conselhos, e práticas de contestação mais visíveis, como manifestações, ocupações e atos públicos. Essa articulação não se dá por contradição, mas por uma lógica de complementaridade: ao integrar repertórios diversos, os movimentos ampliam seu alcance, reforçam sua legitimidade e adaptam-se às exigências e oportunidades dos contextos em que atuam. A presença simultânea em arenas formais e nas ruas evidencia uma capacidade de ação tática que não se limita a um único modo de engajamento, mas incorpora múltiplas frentes de disputa. Trata-se de uma forma sofisticada de ação política que desafia dicotomias rígidas entre institucionalização e mobilização e aponta para formas mais complexas de enfrentamento e construção de agendas.

Já Feltran (2010), ao analisar as “margens da política” e as “fronteiras da violência” nas periferias urbanas, mostra que a produção de ordem nesses territórios emerge do entrelaçamento tenso entre dispositivos heterogêneos, como a luta por direitos, as práticas de gestão social e a coerção associada tanto à repressão estatal quanto à normatividade do “mundo do crime”. Nessas condições, as fronteiras entre legal e ilegal, formal e informal tornam-se zonas cinzentas, nas quais a ação coletiva opera sob múltiplos códigos de regulação e legitimidade. Essa leitura contribui para compreender, em chave de enquadramentos, que os frames não se organizam

apenas como diagnósticos discursivos, mas como instrumentos situados de orientação prática, atravessados simultaneamente por racionalidades morais e imperativos estratégicos. Assim, os processos de mobilização podem ser concebidos como hibridizações interpretativas: rearranjos de sentido que conectam valores e afetos públicos a táticas de sobrevivência política em contextos de disputa, risco e instabilidade institucional.

A análise dos quadros híbridos e das hibridizações estratégicas nos estudos de movimentos sociais pode representar uma evolução da abordagem teórico-metodológica dos enquadramentos interpretativos, originalmente formulada por Goffman (2012) e desenvolvida por Snow e Benford (1986, 2000). Esses conceitos surgem como resposta às críticas sobre o enfoque excessivamente estratégico do enquadramento e à complexidade dos movimentos contemporâneos, manifestando-se em níveis ideacionais, táticos, organizacionais e comunicativos.

Apesar de toda a evolução que nos ajuda a entender melhor os movimentos sociais, ainda há desafios teóricos importantes que persistem. A abordagem da hibridização, embora promissora, traz à tona debates latentes. Um dilema constante, por exemplo, é a tensão entre a moralidade e a estratégia de um movimento, ou seja, como manter a coerência moral e identitária, aquilo que o movimento acredita e representa, ao mesmo tempo em que se adotam táticas eficazes, sejam elas formais ou mais disruptivas? Essa questão, que permeia a adaptabilidade dos repertórios de ação, já era explorada por autores como McAdam, Tarrow e Tilly (2001).

Outro ponto que merece atenção é a complexa relação entre os quadros interpretativos e as ideologias que os sustentam. Embora os *frames* sejam ferramentas poderosas para mobilizar e comunicar as demandas de um movimento, como destacam Benford e Snow (2000), a hibridização de estratégias pode revelar uma dissonância entre o que é comunicado e os valores mais profundos do grupo, sendo que isso, por vezes, pode até desafiar a própria unidade do movimento.

Assim, permanece o desafio de incorporar análises de poder de forma mais sistemática, e é fundamental entender como a hibridização estratégica se encaixa e opera dentro de estruturas de poder já existentes. Nesse contexto, as limitações em explorar profundamente essas relações de poder continuam sendo um foco de refinamento na literatura, mostrando que o estudo dos movimentos sociais é um campo em constante debate e aperfeiçoamento.

A discussão sobre quadros híbridos e hibridizações estratégicas não constitui um ponto final na teorização dos movimentos sociais, mas, ao contrário, representa um campo de pesquisa dinâmico e em expansão. A relevância contínua desses conceitos reside na sua capacidade de oferecer lentes analíticas mais sofisticadas para desvendar a adaptabilidade e a complexidade estratégica dos movimentos sociais em um mundo cada vez mais interconectado e multifacetado. Essa capacidade impulsiona tanto a pesquisa empírica quanto o desenvolvimento teórico no campo, permitindo uma compreensão mais rica e nuançada da ação coletiva contemporânea.

Se os enquadramentos híbridos revelam a flexibilidade das disputas simbólicas no campo discursivo, é preciso atentar agora para os caminhos pelos quais essas disputas se transformam em realidade institucional. A incorporação de sentidos em políticas públicas não é linear nem garantida: entre nomear um problema e convertê-lo em ação estatal há um percurso tortuoso, marcado por escolhas seletivas, acomodações estratégicas e distorções que redefinem o conteúdo original. Apenas alguns significados conseguem atravessar esse processo e se estabilizar sob a forma de normas, programas ou estruturas organizacionais reconhecidas, outros são diluídos ou excluídos, permanecendo nas bordas do que o Estado considera legítimo. Em contextos onde há histórico de inovação institucional combinada com ambiguidades estruturais, como no Brasil, essa dinâmica se mostra especialmente complexa, revelando tanto o potencial transformador quanto os limites da institucionalização de agendas oriundas da sociedade civil.

A consolidação de determinados enquadramentos em políticas públicas, normas legais e estruturas administrativas representa uma etapa decisiva da dinâmica interpretativa, na qual o simbólico ganha forma material. Não se trata apenas de como os sentidos são construídos, mas de como eles se enraízam nas engrenagens do Estado. Quando uma narrativa passa a orientar decisões orçamentárias, modelar burocracias e justificar intervenções concretas, ela deixa de ser apenas discurso para operar como força estruturante da ação institucional. Esse processo não ocorre de modo neutro ou automático: envolve disputas, acomodações e mecanismos de estabilização que transformam interpretações inicialmente fluidas em dispositivos normativos e operacionais. Em contextos nacionais marcados por intensas mobilizações sociais, como o brasileiro, é possível observar como certos sentidos políticos migram das arenas de reivindicação para o interior do Estado, sendo

transmutados em diretrizes, programas e rotinas, nem sempre sem perda de potência ou tensão com sua origem movimentista.

A análise desses efeitos exige atenção aos diferentes níveis em que eles se materializam. Nesse sentido, é possível distinguir três dimensões principais: a materialização discursiva, expressa na incorporação de pautas e categorias em documentos oficiais e políticas públicas; a materialização organizacional, evidenciada na criação de estruturas institucionais específicas, como conselhos e secretarias; e a materialização redistributiva, manifestada na alocação efetiva de recursos financeiros, materiais e humanos. No caso das políticas LGBTQIA+, por exemplo, a adoção do *frame* diversidade como valor institucional por algumas prefeituras resultou não apenas em declarações formais, mas na criação de coordenadorias específicas e linhas orçamentárias dedicadas.

Ainda que determinadas interpretações ganhem forma em leis, políticas públicas ou estruturas organizacionais, isso não significa que sua consolidação seja definitiva. A institucionalização de um enquadramento não garante sua permanência inquestionada, pois os sentidos atribuídos às políticas seguem sendo tensionados, reinterpretados e, por vezes, reconfigurados conforme o cenário político e os conflitos sociais se transformam. Mesmo quando um determinado entendimento é incorporado ao aparato estatal, ele pode ser desafiado em novas arenas, recuperado em contextos distintos ou sofrer inflexões diante de embates emergentes. Por isso, a análise dos efeitos dos enquadramentos não deve se limitar ao momento de sua formalização, mas considerar sua trajetória como um processo dinâmico, em constante disputa e ressignificação.

A materialização dos enquadramentos não deve ser compreendida como um ponto final ou uma garantia de estabilidade institucional definitiva, mas como uma etapa transitória em um processo histórico mais amplo e dinâmico. Muitos dos *frames* que hoje parecem sedimentados e inquestionáveis tiveram, em sua origem, caráter provisório, disputado e até mesmo marginal. Foi por meio de ciclos sucessivos de mobilização, reação e reelaboração estratégica que tais enquadramentos lograram reconhecimento e legitimidade pública. Por isso, é fundamental adotar uma perspectiva diacrônica, atenta ao percurso temporal dos quadros interpretativos: como eles emergiram, foram reformulados diante de desafios contextuais e, em alguns casos, conseguiram se impor sobre visões concorrentes. Esse olhar histórico permite

compreender não apenas os caminhos consolidados, mas também aqueles que foram abandonados ou silenciados no decorrer da luta política.

A análise diacrônica dos enquadramentos permite compreender como os *frames* evoluem e se transformam ao longo do tempo, adaptando-se a contextos políticos e sociais mutáveis. Como destacam McAdam, Tarrow e Tilly (2001), os repertórios discursivos não são estáticos, mas produtos de interações estratégicas que se modificam em resposta a eventos críticos e mudanças nas oportunidades políticas. Essa abordagem é essencial para capturar processos como ascensão, consolidação ou declínio de certos quadros interpretativos. Por exemplo, a trajetória do *frame* ideologia de gênero no Brasil revela como um conceito inicialmente marginal foi gradualmente incorporado ao discurso público, tornando-se central no debate sobre políticas educacionais (Birolli, 2020). A análise diacrônica também identifica momentos de virada discursiva, como eleições, crises institucionais ou decisões judiciais, que reconfiguram os termos do debate público.

Um dos principais desafios metodológicos dessa abordagem consiste em equilibrar a atenção às continuidades e às rupturas ao longo do tempo. Como indica Snow (2004), os *frames* raramente desaparecem por completo; com frequência, eles persistem como camadas interpretativas que são reinterpretadas, re combinadas e deslocadas em função das mudanças no contexto político e nas disputas públicas. Essa permanência dinâmica sugere que a evolução dos enquadramentos ocorre menos por substituições abruptas e mais por rearranjos progressivos, nos quais certos núcleos de sentido são preservados enquanto novos elementos são incorporados. No caso dos movimentos LGBTQIA+, por exemplo, o *frame* dos direitos humanos foi gradualmente densificado por demandas de reconhecimento identitário e por gramáticas culturais específicas, sem necessariamente abandonar sua função legitimadora original. A análise diacrônica, portanto, não se limita a mapear mudanças superficiais, mas permite identificar camadas de significado acumuladas, tensões internas e reconfigurações sucessivas que ampliam ou restringem a capacidade mobilizadora dos quadros.

Essa abordagem possibilita visualizar como determinadas interpretações do mundo circulam e ganham força ao transitar entre espaços distintos de disputa política. Em vez de permanecerem restritos a uma única esfera, os significados são compartilhados, apropriados e reformulados em contextos diversos, como movimentos sociais, instituições estatais e meios de comunicação. Esse trânsito

produz um ambiente discursivo denso, no qual diferentes visões de mundo se sobrepõem, disputam sentidos e se reconfiguram. Em momentos de tensão social e polarização, essas disputas tornam-se ainda mais intensas, com narrativas concorrentes lutando para se consolidar como leitura dominante da realidade. Olhar para essas movimentações ao longo do tempo permite revelar tanto os processos de sedimentação simbólica quanto os caminhos alternativos que foram sendo deixados de lado, abrindo espaço para uma compreensão mais ampla das transformações culturais e políticas em curso.

Embora a análise diacrônica permita mapear as transformações dos enquadramentos em larga escala, é nos detalhes das interações cotidianas que se revelam os mecanismos concretos de sua produção e reprodução. Se o enfoque temporal mostra como os *frames* se adaptam a contextos políticos mais amplos, a abordagem microfundamental expõe as dinâmicas situacionais que os tornam eficazes, ou falhos, na prática. Essa passagem do macro para o micro não representa uma ruptura, mas sim um aprofundamento analítico, afinal, como lembra Goffman (2012), os quadros interpretativos só ganham materialidade quando acionados em encontros sociais específicos. Ao vincular essas duas perspectivas, torna-se possível compreender não apenas a trajetória histórica dos enquadramentos, mas também os processos de negociação, conflito e ressignificação que os mantêm vivos no dia a dia da ação coletiva.

A investigação microfundamental concentra-se nos processos interacionais que dão concretude aos enquadramentos no cotidiano da ação coletiva. Como destacam Eliasoph e Lichterman (2003), os significados não são simplesmente transmitidos, mas construídos através de rotinas performáticas e situações de interação face a face. Essa abordagem revela como os *frames* são adaptados, contestados ou reforçados em espaços como assembleias, reuniões comunitárias ou mesmo trocas informais entre ativistas. No contexto brasileiro, análises como a de Alonso (2015) evidenciam como a atuação dos movimentos sociais se reconfigura de maneira fortemente contextual, com táticas e formas de intervenção pública ajustadas às conjunturas políticas e às condições de disputa. Nesse sentido, a dinâmica do confronto não se explica por uma trajetória linear e cumulativa, mas por mudanças estratégicas e organizacionais que respondem às oportunidades e restrições historicamente situadas.

A dimensão emocional desempenha um papel fundamental na sustentação e difusão dos enquadramentos interpretativos. A força de um *frame* não reside apenas em sua coerência lógica ou em sua capacidade argumentativa, mas, sobretudo, em seu potencial de mobilizar afetos socialmente compartilhados, como indignação, esperança e solidariedade. As emoções funcionam, nesse sentido, como um elo entre o significado e a ação, pois conferem densidade moral às interpretações e transformam narrativas em compromissos coletivos. Em espaços públicos, como audiências, manifestações ou atos simbólicos, a expressão emocional, por meio de gestos, discursos ou performances, reforça o sentido de pertencimento e pode converter a empatia em engajamento político. Essa dimensão afetiva, como aponta Jasper (2011), é decisiva para compreender por que certos enquadramentos ressoam com mais intensidade do que outros, constituindo o terreno onde a ação coletiva se torna, simultaneamente, racional e emocional.

A dimensão emocional exerce um papel decisivo na sustentação dos sentidos mobilizados pelos movimentos sociais. A força de uma determinada narrativa não está apenas em sua lógica interna ou em sua capacidade de articular argumentos racionais, mas também em sua habilidade de despertar afetos coletivos, como indignação diante de injustiças, esperança por mudanças ou sentimentos de solidariedade com os grupos envolvidos. São essas emoções compartilhadas que conferem densidade moral às causas defendidas e reforçam o pertencimento a uma comunidade de luta. Em contextos de mobilização, como manifestações, audiências públicas ou atos simbólicos, expressões corporais, cantos, depoimentos e rituais assumem uma função estratégica, pois intensificam a carga afetiva dos enquadramentos e potencializam sua ressonância junto ao público. Assim, os enquadramentos interpretativos não operam apenas como construções cognitivas, mas como artefatos carregados de emoção, capazes de transformar espectadores em aliados ativos.

Além disso, a perspectiva microfundamental permite identificar microprocessos discursivos muitas vezes invisíveis em análises macrossociais. Como evidencia Polletta (1998) em seu estudo sobre a emergência dos sit-ins, os significados mobilizadores não estão dados de antemão, mas são produzidos e estabilizados na circulação de narrativas em múltiplos contextos comunicacionais, com diferentes narradores e graus de publicidade. Nessa dinâmica, relatos não apenas descrevem eventos, mas moldam interpretações compartilhadas, conferem urgência moral à ação e tornam a participação coletiva socialmente plausível e atraente. A própria

ambiguidade narrativa pode operar como recurso mobilizador, pois engaja os interlocutores ao demandar preenchimentos interpretativos e reforçar identificação. Ao focalizar essas dinâmicas locais e interacionais de produção de sentido, a investigação em nível micro complementa a análise diacrônica, oferecendo uma visão mais granular de como enquadramentos se consolidam, se reconfiguram e se tornam politicamente eficazes ao longo do tempo (POLLETTA, 1998).

A estrutura analítica baseada nas dimensões diagnóstica, prognóstica e motivacional dos enquadramentos, proposta por Benford e Snow (2000), oferece um ponto de partida necessário e um alicerce fundamental para compreender como os movimentos sociais constroem sentido e mobilizam apoio. Esses elementos, que explicam como problemas são definidos, soluções são propostas e a ação é incentivada, funcionam como um sistema integrado, essencial para desvendar a complexidade dos discursos coletivos. Contudo, a pesquisa contemporânea e a própria natureza intrincada da ação coletiva em contextos fluidos e interconectados exigem a expansão desse arcabouço.

É nesse sentido que esta tese de doutorado transcende a tríade clássica dos *frames*, incorporando outras dimensões edificadoras, embora menos difundidas na literatura, para analisar o contexto específico da rejeição à criação do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Maringá/PR. Além da estrutura fundamental, e ainda dentro de um aparato de dimensões comumente utilizadas para esses estudos, será acionada a compreensão dos quadros mestres (*master frames*), que atuam como grandes narrativas capazes de conectar lutas locais a discursos mais amplos e universais. A análise de como esses quadros adquirem modularidade, adaptando sua essência a diferentes contextos, e ressonância diferencial, ajustando-se a valores culturais específicos, será central para desvendar a apropriação e disputa de significados no caso estudado.

Serão também examinadas as hibridizações estratégicas e os quadros híbridos, buscando compreender como diferentes lógicas de ação e identidades coletivas se articulam de forma deliberada, resultando em construções discursivas que conciliam elementos diversos ou até contraditórios. Essa perspectiva permite observar como os movimentos sociais produzem respostas criativas a dilemas políticos e institucionais, ajustando-se às oportunidades e restrições que emergem no curso da mobilização.

A análise considerará, ainda, o modo como essas disputas simbólicas se convertem em práticas institucionais, políticas públicas e formas de organização,

evidenciando o entrelaçamento entre significados e estruturas. A dimensão temporal, conforme destacam McAdam, Tarrow e Tilly (2001), será central para compreender a trajetória dos enquadramentos em Maringá, suas transformações, continuidades e reconfigurações ao longo do conflito. Por sua vez, a observação das interações cotidianas, inspirada em Eliasoph e Lichterman (2003), possibilitará identificar como emoções, rotinas e microconflitos sustentam, ou desafiam, a coerência interna dos enquadramentos, revelando o trabalho interpretativo que mantém viva a ação coletiva.

**Quadro 1 – Categorias de análise de frames e suas definições teóricas**

<b>CATEGORIA</b>	<b>DEFINIÇÃO TEÓRICA</b>
<b>Quadros Diagnósticos</b>	Identificam problemas sociais, atribuem causalidades e responsabilidades, por meio de processos de rotulação e categorização social. Nomear um problema é, em si, um ato político. Combina credibilidade empírica e ressonância cultural.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Formulam soluções e estratégias para enfrentar os problemas diagnosticados. Definem repertórios de ação considerados viáveis, inovadores e plausíveis, implicando escolhas estratégicas.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Mobilizam apoio por meio de justificativas moralmente carregadas e apelos a valores e emoções culturais. Transformam espectadores em participantes ativos.
<b>Quadros mestres (Master Frames)</b>	Estruturas discursivas amplas e flexíveis que transcendem contextos específicos, fornecendo linguagens e narrativas que conectam lutas locais a discursos universais, permitindo coalizões e coerência simbólica.
<b>Modularidade</b>	Capacidade de um <i>frame</i> adaptar-se a diferentes contextos sem perder sua essência semântica, por meio de generalizações controladas e estruturas narrativas flexíveis.
<b>Ressonância Diferencial</b>	Ajuste dos quadros mestres a valores culturais e tradições locais, mantendo sua identidade central. Baseia-se em tradução cultural e ancoragem histórica.
<b>Quadros Híbridos</b>	Combinações discursivas de elementos aparentemente incompatíveis, que produzem sínteses inovadoras para ampliar bases de apoio ou enfrentar dilemas políticos complexos.
<b>Hibridizações Estratégicas</b>	Combinações deliberadas de diferentes lógicas de ação, identidades e <i>frames</i> , mesclando estratégias institucionais e disruptivas para alcançar objetivos políticos específicos.
<b>Materialização</b>	Tradução de enquadramentos discursivos em instituições, políticas e recursos concretos, em níveis discursivo, organizacional ou redistributivo.
<b>Análise Diacrônica</b>	Perspectiva temporal que investiga a evolução dos enquadramentos, identificando continuidades, rupturas e momentos de virada ao longo do tempo.
<b>Investigação Microfundamental</b>	Análise de processos interacionais cotidianos (reuniões, performances emocionais) em que os enquadramentos ganham concretude, sendo negociados e performados face a face.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de Benford e Snow (1988, 2000).

A adoção dessas categorias analíticas nesta pesquisa não é meramente ilustrativa, mas estratégica. A estruturação do estudo a partir das dimensões diagnóstica, prognóstica e motivacional, complementadas pelos conceitos de quadros mestres, modularidade, ressonância diferencial, quadros híbridos, hibridizações estratégicas, materialização, análise diacrônica e investigação microfundamental,

permite construir uma lente metodológica robusta e multiescalar para examinar as disputas discursivas em torno da criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá. Essa escolha teórico-metodológica se fundamenta na compreensão de que os enquadramentos interpretativos oferecem instrumentos particularmente eficazes para desvendar os modos pelos quais atores sociais constroem significados, disputam legitimidades e buscam influenciar arenas institucionais.

Ao privilegiar essas categorias, a pesquisa busca iluminar os mecanismos discursivos e estratégicos que estruturaram o embate entre movimento e contramovimento, evidenciando não apenas as narrativas mobilizadas, mas também suas dinâmicas de circulação, transformação e institucionalização. Trata-se, portanto, de uma opção metodológica orientada à compreensão aprofundada dos processos de enquadramento que atravessaram esse conflito político local, reconhecendo nessas categorias ferramentas analíticas capazes de captar a complexidade e a densidade simbólica das disputas em curso.

Apesar da amplitude e da utilidade heurística desse conjunto de dimensões analíticas, é necessário reconhecer que sua aplicação empírica não se dá de modo mecânico nem uniforme. Diferentes fontes e arenas de produção discursiva apresentam densidades distintas de evidências, de modo que determinadas categorias poderão emergir de forma explícita em alguns materiais e permanecer apenas parcialmente observáveis, ou mesmo inaplicáveis, em outros. Além disso, nem todo episódio do conflito analisado mobiliza simultaneamente todas as dimensões previstas, seja por limites próprios do corpus, seja pela natureza situada das interações e das estratégias em disputa. Assim, a operacionalização dessas categorias será conduzida de forma seletiva e criteriosa, respeitando a pertinência analítica de cada dimensão diante do material disponível e do problema investigado, de modo que o foco recairá nas categorias efetivamente acionadas pelos atores em cada momento e contexto da controvérsia, sem forçar encaixes artificiais ou inferências que extrapolem o que os dados permitem sustentar.

## 5 ANÁLISE EMPÍRICA: ENQUADRAMENTOS EM CONFLITO NO CASO DE MARINGÁ

A presente análise empírica da disputa pela criação do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas LGBTQIA+ em Maringá será desenvolvida com base em uma lógica temporal e processual, refletindo a evolução do conflito e a dinâmica de surgimento e contestação dos enquadramentos. Compreender a cronologia dos eventos é fundamental para apreender como os *frames* foram sendo construídos, transformados e desafiados em diferentes momentos, à medida que novos atores coletivos emergiram e passaram a disputar sentidos no espaço público. A complexidade do caso exige que as diferentes dimensões teóricas discutidas na seção 4.3 sejam mobilizadas de maneira estratégica, adquirindo centralidade em momentos específicos do processo.

Esta análise está ancorada na abordagem dos enquadramentos interpretativos desenvolvida por Snow e Benford (1988, 1992), segundo a qual os atores coletivos constroem significados e os mobilizam por meio de quadros diagnósticos, prognósticos e motivacionais. Esses enquadramentos operam em arenas de disputa simbólica nas quais se definem os critérios de legitimidade pública, os sujeitos socialmente reconhecíveis e as formas aceitáveis de reivindicação. Em contextos atravessados por tensões entre institucionalização, respeitabilidade e radicalidade, como é o caso da cena LGBTQIA+ em Maringá, tais disputas assumem contornos especialmente complexos, exigindo observar não apenas o potencial mobilizador dos *frames*, mas também seus limites internos, as fronteiras de pertencimento que instituem e as exclusões que podem produzir (Miskolci, 2017; Pereira, 2018).

### 5.1 A GÊNESE PROPOSITIVA: ENQUADRAMENTOS DA CRIAÇÃO DO CONSELHO (PRÉ-PRIMEIRA VOTAÇÃO)

A tentativa de criação do Conselho Municipal dos Direitos LGBTQIA+ em Maringá, protocolada em 2021, deve ser compreendida como desdobramento de processos institucionais e disputas discursivas que vinham se acumulando no município desde a segunda metade da década de 2010. Mais do que um evento isolado, o projeto condensa aprendizados, expectativas e limites produzidos em experiências anteriores de interlocução com o poder público, como a participação dos

coletivos LGBTQIA+ na revisão do Plano Diretor a partir de 2018 e a criação da Gerência da Diversidade em 2019. É a partir desse acúmulo que se inicia a análise empírica aqui proposta, cujo objetivo não é reconstituir novamente a trajetória do caso, mas examinar os enquadramentos mobilizados no período que antecede a apresentação formal do projeto de lei e a primeira votação na Câmara Municipal, quando a disputa ainda não se apresentava de forma aberta e o contramovimento conservador não havia se consolidado publicamente.

O primeiro documento analisado é o Ofício Conjunto n. 07/2021, datado de 4 de maio de 2021, endereçado ao prefeito municipal de Maringá, Ulisses Maia, por uma ampla coalizão de coletivos, entidades profissionais, grupos acadêmicos e organizações da sociedade civil atuantes na defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ no município. Entre os signatários constam a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Maringá, o Conselho Regional de Psicologia do Paraná – Sede Maringá, os grupos acadêmicos Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX) e DeVerso da UEM, além de coletivos como ResisTRANS, UNALGBT, AMLGBT, ONG Maria do Ingá e o Coletivo Estadual da APP-Sindicato.

No plano diagnóstico, o ofício identifica a ausência de políticas públicas específicas e estruturadas voltadas à população LGBTQIA+ em Maringá como um problema institucional de não efetivação de direitos formalmente reconhecidos. A argumentação mobiliza dispositivos da Constituição Federal e da Constituição do Estado do Paraná, associando-os a dados sobre violência LGBTfóbica, experiências de discriminação em serviços públicos e à invisibilidade estatística local. Ao articular esses elementos com decisões do Supremo Tribunal Federal que consolidaram direitos da população LGBTQIA+, o documento evidencia a distância entre reconhecimento jurídico e implementação concreta no âmbito municipal. O problema é, assim, enquadrado não apenas como expressão de violência ou preconceito, mas como déficit de institucionalidade democrática, no qual a omissão estatal perpetua exclusões e inviabiliza o acesso à cidadania plena.

No plano prognóstico, o ofício propõe a criação do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIA+ como resposta institucional ao problema identificado, detalhando sua estrutura, competências e vinculação administrativa, além de apresentar minuta de anteprojeto de lei e justificativa orçamentária. A proposta é enquadrada como solução democrática e constitucional, capaz de instituir

um espaço deliberativo permanente voltado à formulação, monitoramento e fiscalização de políticas públicas. Nesse enquadramento, a criação do Conselho não aparece como concessão política eventual, mas como mecanismo legítimo de reconhecimento institucional e de correção de uma lacuna estrutural na governança local.

A dimensão motivacional do enquadramento se expressa na tentativa de converter o diagnóstico e a proposta em um imperativo de ação dirigido ao Poder Público municipal. O documento apela à responsabilidade democrática da gestão ao apresentar os conselhos gestores como espaços públicos não estatais, de caráter híbrido, que possibilitam a representação de interesses coletivos e a ampliação da participação social. Ao vincular a criação do Conselho tanto à promoção da justiça social quanto ao fortalecimento da governança participativa e da qualidade da gestão pública, os signatários buscam produzir adesão institucional não apenas por razões morais, mas também por critérios de legitimidade administrativa e aprimoramento democrático.

O enquadramento interpretativo construído pelos signatários apresenta o problema como um déficit de institucionalidade democrática local, cuja superação depende da criação de um espaço deliberativo e participativo capaz de formular, monitorar e fiscalizar políticas públicas para essa população vulnerabilizada. O problema não é enunciado apenas em termos de violência e discriminação, mas sim como ausência de reconhecimento institucional, lacuna que perpetua a exclusão e inviabiliza o acesso à cidadania plena. Assim, a proposta de criação do Conselho é enquadrada como resposta legítima, democrática e constitucional a uma demanda por justiça social e igualdade substantiva.

A análise do Ofício Conjunto n. 07/2021 revela a clara mobilização de quadros mestres (*master frames*) por parte dos coletivos proponentes, que atuam como grandes narrativas capazes de conectar a demanda específica pela criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ a discursos mais amplos e universalmente aceitos. O *master frame* dos direitos humanos e da cidadania emerge como central na argumentação, permeando todo o documento. A justificação para a criação do Conselho está firmemente ancorada, no texto do ofício, em princípios constitucionais como a “dignidade da pessoa humana”, a “igualdade”, e a “promoção do bem de todas as pessoas e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação”. Essa estratégia posiciona a reivindicação não

como uma demanda setorial isolada, mas como um imperativo democrático e constitucional abrangente.

A modularidade desses *master frames* é evidenciada pela capacidade dos proponentes de adaptar seus princípios abstratos à realidade concreta da população LGBTQIA+ de Maringá, conferindo-lhes aplicabilidade local. O ofício não se limita a citar a legislação federal e estadual, demonstrando também a “ausência de efetivação dos direitos” por meio de dados empíricos sobre a violência LGBTfóbica no Brasil e, principalmente, em Maringá. Ao elevar questões pontuais como discriminação na saúde pública e invisibilidade estatística a um nível de violação de direitos humanos universais, o documento generaliza a queixa específica sem perder seu núcleo ideológico, tornando a demanda pela criação do Conselho um exemplo de como “a ordem jurídica vigente garante, formalmente à população LGBTI+ a igualdade, a liberdade e a justiça, bem como a tutela de seus direitos fundamentais e direitos da personalidade”, afirmando, contudo, que o “reconhecimento formal desses direitos não é suficiente para que se alcance a sua efetividade”.

Complementarmente, a ressonância diferencial dos *master frames* é buscada ao se conectar a valores e tradições culturais reconhecidos na sociedade brasileira e maringaense, em especial o valor da participação social e da democratização. O Ofício Conjunto n. 07/2021 ressalta que os

[...] conselhos municipais de políticas públicas se constituíram protagonistas no processo de descentralização das políticas públicas, instrumentalizando o fortalecimento do processo de democratização local.

Ao enquadrar o Conselho LGBTQIA+ como um “instrumento com potencialidade para lograr a efetivação dos direitos e das garantias do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero por meio de políticas afirmativas”, os proponentes apelam a um consenso sobre a importância da gestão descentralizada e participativa, buscando legitimar a demanda ao alinhá-la com um modelo de governança já estabelecido e valorizado.

Dessa forma, o Ofício Conjunto n. 07/2021 articula os *master frames* de direitos humanos e cidadania com a realidade local, usando a modularidade para adaptar a mensagem e a ressonância diferencial a fim de se conectar a valores democráticos da sociedade. Essa estratégia não apenas amplifica a urgência e a legitimidade da

proposta do Conselho, mas também busca enquadrá-la como uma etapa necessária para aprimorar a própria estrutura de participação e justiça em Maringá.

A força dos enquadramentos reside não apenas em sua capacidade de diagnosticar problemas ou motivar a ação, mas em sua aptidão para iniciar processos de materialização, traduzindo ideias em estruturas e práticas concretas. No Ofício Conjunto n. 07/2021, essa dimensão se manifesta de forma notável na própria proposição de um instrumento jurídico-administrativo. O documento vai além da reivindicação abstrata de direitos, apresentando uma “sugestão de texto legislativo consoante Anexo 1”, que detalha minuciosamente a estrutura, as competências e o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos LGBTQIA+.

Essa materialização se desdobra em múltiplos níveis, como, por exemplo, na forma como a linguagem da inclusão e dos direitos é traduzida em artigos de lei, definindo o Conselho como um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e propositiva. Além disso, evidencia-se uma materialização organizacional planejada, ao especificar a composição paritária do Conselho, com a participação de representantes do Poder Público e da sociedade civil, e a sua vinculação a uma secretaria municipal. Por fim, a proposta inclui uma justificação e um “Anexo 2 – Viabilidade Orçamentária”, detalhando a criação de um Fundo Municipal de Promoção dos Direitos LGBTI+, o que aponta para uma materialização redistributiva planejada, fundamental para a efetivação das políticas.

Passando da concretização das ideias para as formas de atuação dos proponentes, o Ofício Conjunto n. 07/2021 é também um exemplo explícito de hibridização estratégica, que denota o processo deliberado pelo qual movimentos sociais combinam diferentes lógicas de ação. O documento em si é um artefato dessa hibridização, pois representa uma iniciativa formalizada de pressão política. Ele é um “Ofício Conjunto”, endereçado diretamente ao “Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Maringá”, seguindo os ritos burocráticos e institucionais para o encaminhamento de demandas ao Poder Executivo. Essa abordagem de *lobby* governamental e ação propositiva legislativa demonstra a utilização de um canal “por dentro” do sistema.

Contudo, essa estratégia formalizada é indissociável da origem e da base de apoio que lhe confere força, uma “ampla coalizão de coletivos do município de Maringá”, incluindo grupos de pesquisa, entidades profissionais (OAB, Conselho Regional de Psicologia), e organizações da sociedade civil e movimentos sociais

como ResisTRANS, AMLGBT e UNALGBT. A união dessas diversas entidades, que historicamente utilizam tanto o ativismo de rua e o engajamento direto (táticas disruptivas) quanto a pressão institucional, revela uma hibridização tática subjacente. O ofício, portanto, não é apenas um documento burocrático, mas o culminar de um esforço que articula a capacidade de mobilização social com a *expertise* jurídica e técnica, um reflexo da combinação intencional de diferentes lógicas de ação para influenciar a agenda pública.

Em se tratando dos quadros híbridos ideacionais, o Ofício Conjunto n. 07/2021, apesar de sua linguagem predominantemente técnica e legal, já oferece uma sutil demonstração dessa dimensão. Embora não apresente um *frame* tão explicitamente híbrido como o de “família diversa”, a sua argumentação constitui uma fusão intencional de lógicas distintas. O documento habilmente combina fundamentação jurídica e constitucional, ao citar artigos da Constituição Federal e decisões do STF, com a apresentação de dados empíricos e estatísticas sobre a violência e discriminação sofridas pela população LGBTQIA+. Essa interconexão entre o formalismo do direito e a realidade social da violência e da invisibilidade estatística no Brasil, mas também em Maringá, representa uma forma de hibridização ideacional. Ela busca não apenas informar, mas sensibilizar e convencer o receptor de que a demanda pela criação do Conselho é tanto um imperativo legal quanto uma necessidade social urgente.

Em síntese, a análise do Ofício Conjunto n. 07/2021, embora represente um recorte inicial da disputa, já demonstra a riqueza e a complexidade dos enquadramentos interpretativos mobilizados pelos proponentes do Conselho Municipal LGBTQIA+. Assim, a proposta já sinaliza uma clara materialização discursiva, organizacional e redistributiva, e revela hibridizações estratégicas ao combinar o *lobby* formal com a força de uma ampla coalizão de entidades.

As dimensões diacrônica e microfundamental previstas no esquema analítico não são plenamente acionadas neste recorte, em razão do caráter formal e estabilizado do Ofício Conjunto n. 07/2021, que impede a observação de interações e conflitos anteriores à sua redação. A análise longitudinal dos enquadramentos será desenvolvida em etapas posteriores, a partir da comparação entre materiais e momentos distintos.

**Quadro 2 – Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos mobilizados no Ofício Conjunto n. 07/2021**

<b>Elemento Analítico</b>	<b>Evidências no Documento</b>	<b>Função no Conflito/Interpretação</b>
<b>Quadros Diagnósticos</b>	Identificação da ausência de políticas públicas estruturadas para a população LGBTQIA+ em Maringá como um “problema institucional e político de não efetivação de direitos formalmente reconhecidos”. Fundamentação constitucional – arts. 1º, 3º e 5º CF/88 e CE/PR (Brasil, 1988; Paraná, 1989). Inclusão de dados de violência LGBTfóbica e invisibilidade estatística local.	Define o <i>problema público</i> de forma juridicamente ancorada e empiricamente sustentada. Enquadra a omissão estatal como violação constitucional, deslocando a pauta da esfera moral para a esfera institucional e jurídica.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Proposição da criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ como solução institucional. Detalhamento de competências, vinculação à Secretaria de Juventude e Cidadania, minuta legislativa e justificativa orçamentária anexadas.	Apresenta um <i>plano de ação institucional viável</i> , conferindo concretude à reivindicação e transformando diagnóstico em agenda pública.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Apelo à urgência, à legitimidade e ao dever constitucional da administração municipal. Enquadramento da criação do Conselho como instrumento de democratização local e fortalecimento da governança participativa.	Converte a proposta em um <i>imperativo de ação política e moral</i> , motivando o Executivo a aderir sob valores democráticos e constitucionais compartilhados.
<b>Quadros Mestres (Master Frames)</b>	Direitos humanos, cidadania, igualdade constitucional, dignidade humana, não discriminação, promoção do bem comum.	Conectam a demanda local a <i>narrativas universalmente legitimadas</i> , conferindo amplitude e legitimidade política.
<b>Modularidade</b>	Adaptação dos princípios universais de direitos humanos e cidadania à realidade empírica de Maringá (dados locais, exemplos de discriminação em saúde, lacunas estatísticas).	Permite que o <i>master frame</i> se encaixe em diferentes contextos, sem perder coerência, facilitando sua circulação e aceitação local.
<b>Ressonância Diferencial</b>	Alinhamento com valores já reconhecidos localmente: participação social, conselhos gestores, descentralização e democratização.	Aumenta a capacidade persuasiva do enquadramento ao conectá-lo com <i>repertórios culturais e institucionais familiares</i> . Legitima a proposta ao associá-la a práticas já valorizadas.
<b>Materialização</b>	Proposição de anteprojeto de lei (Anexo 1), definição jurídica e organizacional do Conselho, composição paritária, vinculação institucional e criação de Fundo Municipal (Anexo 2).	Tradução dos enquadramentos discursivos em <i>estruturas jurídico-administrativas concretas</i> (materialização discursiva, organizacional e redistributiva).
<b>Hibridização Estratégica</b>	Combinação de pressão institucional (ofício formal ao prefeito, proposta legislativa) com mobilização de uma ampla coalizão social (movimentos, entidades profissionais e acadêmicas).	Articulação intencional de <i>táticas de dentro e de fora</i> do Estado, ampliando capacidade de influência e legitimidade.
<b>Quadros Híbridos Ideacionais</b>	Combinação entre linguagem jurídico-constitucional e dados	Cria <i>enquadramentos híbridos</i> que fundem racionalidade legal com

	empíricos sobre violência e exclusão. Integração entre a lógica normativa do direito e a realidade social concreta.	experiência social, ampliando alcance persuasivo e densidade discursiva.
--	---	--

**Fonte:** Elaboração própria a partir do Ofício Conjunto n. 07/2021.

Esse quadro permite visualizar, de maneira condensada, a densidade estratégica e discursiva do Ofício Conjunto n. 07/2021. Cada linha sintetiza como os coletivos LGBTQIA+ em Maringá mobilizaram diferentes dimensões dos enquadramentos interpretativos, revelando um uso sofisticado de repertórios discursivos e táticos.

A partir desse ponto de articulação e proposição, a dinâmica da disputa em Maringá avança para uma fase de respostas e ações iniciais por parte do Poder Público, que, embora ainda não culminem na criação do Conselho, refletem a pressão e o diagnóstico apresentados. É nesse contexto que surge a primeira iniciativa concreta da Gerência da Diversidade para com a população maringaense: o chamado Mapeamento LGBTQIA+.

A primeira ação da Gerência da Diversidade para com a população maringaense foi o chamado Mapeamento LGBTQIA+, iniciativa que surgiu a partir de um mapeamento *online* realizado em parceria com representantes de movimentos de diversidade sexual e de gênero, visando identificar as principais demandas e desafios enfrentados por essa população no município (Maringá, 2021a). A ação reflete um esforço para superar a histórica invisibilidade institucional das pautas LGBTQIA+ na gestão pública local, alinhando-se a um movimento mais amplo de reconhecimento de direitos e participação social.

O mapeamento, que contou com 93 respostas, serviu como ferramenta diagnóstica para embasar a estruturação de outras políticas públicas desenvolvidas pela Prefeitura de Maringá. Ainda que seus resultados não tenham sido amplamente divulgados, a metodologia participativa adotada indica uma tentativa de incorporar vozes da comunidade no processo decisório, elemento que, conforme destaca Gohn (2014), pode contribuir para a legitimidade democrática de conselhos de direitos, desde que sustentado por relações participativas efetivas.

**Figura 2** – Publicação *site* da prefeitura, “Secretaria da Juventude promove mapeamento da população LGBTQIA+”, publicada em 17/03/2021



**Fonte:** Maringá (2021a).

O mapeamento não será o objeto de análise<sup>18</sup>, mas sim o modo como ele foi enquadrado pela Prefeitura Municipal de Maringá, por meio de suas instâncias administrativas. A continuidade do diálogo entre o Poder Público e os movimentos sociais em Maringá é observada na divulgação dos resultados do chamado Mapeamento LGBTQIA+, feita por meio de uma publicação no perfil oficial da Secretaria da Juventude e Cidadania da Prefeitura Municipal de Maringá no Instagram. Esse documento-fonte (Figura 2) permite aprofundar a análise dos enquadramentos,

<sup>18</sup> Os resultados do mapeamento podem ser encontrados em Villela e Gimenes (2021).

especialmente em suas dimensões diagnóstica, prognóstica, motivacional e na incipiente materialização discursiva e organizacional.

Continuando a análise empírica, a matéria veiculada no *site* da Prefeitura de Maringá, *Secretaria da Juventude promove Mapeamento da população LGBTQIA+*, publicada em 17/03/2021, oferece uma nova perspectiva sobre a fase inicial de engajamento do Poder Público com a pauta LGBTQIA+ (Maringá, 2021a). Esse documento-fonte permite aprofundar a compreensão das dimensões dos enquadramentos interpretativos sob a ótica da administração municipal, antecedendo a reunião e o ofício conjunto anteriormente analisados.

O enquadramento diagnóstico central da matéria reforça a identificação de um problema que demanda ação governamental. A iniciativa do mapeamento é explicitamente apresentada como um esforço para conhecer as necessidades e os enfrentamentos da população LGBTQIA+. Ao reconhecer formalmente a existência de violência, travestis e transexuais e homens trans sofrem com diversos problemas, que vão desde a educação até o mercado de trabalho, a prefeitura valida o diagnóstico de vulnerabilidade e ausência de direitos efetivos, ecoando as queixas dos movimentos sociais.

Quanto ao enquadramento prognóstico, a matéria já aponta para a solução de forma mais explícita. O texto afirma que o mapeamento visa subsidiar políticas públicas de diversidade e gênero, garantindo os direitos constitucionais. Mais diretamente, o Secretário da Juventude, Emmanuel Predestin<sup>19</sup>, anuncia que uma segunda ação desenvolvida pela secretaria consiste em criar o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos LGBTQIA+. Isso estabelece o conselho como a solução prioritária e planejada, ligando o levantamento de dados a uma futura estrutura institucional.

O enquadramento motivacional da publicação busca engajar a população na participação do mapeamento e legitimar a iniciativa da prefeitura. O convite – “participe” – no *banner* e a garantia de anonimato dos participantes visam motivar a adesão ao formulário *online*. Ao mesmo tempo, a matéria enquadra a ação como um esforço para garantir os direitos constitucionais e superar a histórica invisibilidade institucional, apelando a valores de inclusão e justiça. A menção de que a secretaria

---

<sup>19</sup> Predestin, que é engenheiro agrônomo e professor de Matemática, foi o primeiro imigrante haitiano na história de Maringá a ocupar cargo de secretário municipal.

possui uma Gerência de Diversidade também serve para motivar a confiança na capacidade da prefeitura de lidar com a questão.

Os quadros mestres (*master frames*) de “direitos humanos” e “cidadania” estão presentes na matéria. A própria iniciativa de mapear necessidades visa “garantir os direitos constitucionais”, vinculando a ação a um arcabouço legal e moral universal. modularidade é percebida na adaptação desses *master frames* genéricos à realidade de Maringá, ao buscar dados locais sobre os “enfrentamentos” específicos da população LGBTQIA+. A ressonância diferencial é buscada ao propor a ação como um meio de superar a “invisibilidade institucional” e de alinhar a gestão pública a um “movimento mais amplo de reconhecimento de direitos e participação social”, conectando a iniciativa municipal a tendências valorizadas na sociedade (Maringá, 2021a).

Em termos de hibridizações estratégicas, a matéria já sinaliza uma combinação de lógicas. Por um lado, a prefeitura utiliza uma estratégia formalizada ao promover um mapeamento oficial e planejar a criação de um conselho, indicando uma via institucional de ação. Por outro lado, a colaboração com “representantes de movimentos de diversidade sexual e de gênero” na elaboração das perguntas do mapeamento e o uso de uma plataforma digital (*online*) para coleta de dados demonstram uma hibridização tática que mescla a *expertise* técnica e a legitimidade institucional com a capilaridade e o conhecimento dos movimentos sociais, utilizando um meio de comunicação amplamente acessível na era digital.

A materialização dos enquadramentos já se faz presente nessa etapa. A promoção do mapeamento é uma materialização organizacional incipiente da preocupação com a pauta LGBTQIA+, através da ação da “Secretaria da Juventude e Cidadania” e da “Gerência de Diversidade”. Além disso, a formalização do mapeamento como um “formulário *online*” e a intenção declarada de criar o Conselho Municipal configuram uma materialização discursiva e de planejamento que precede a materialização política completa.

A hibridização estratégica e ideacional aqui é central, o Poder Municipal utiliza instrumentos técnicos e administrativos (mapeamento, secretaria, discurso constitucional) ao mesmo tempo em que incorpora vozes dos movimentos, criando um *enquadramento misto* que serve de base para as disputas posteriores, especialmente quando o projeto de criação do conselho entra em pauta legislativa e passa a ser confrontado por contramovimentos.

Por fim, a hibridização ideacional é sutilmente percebida na forma como a linguagem técnica do “mapeamento” e “subsidiar políticas” se une à linguagem normativa da “garantia de direitos constitucionais” e “superar invisibilidade”, tecendo uma narrativa que concilia o pragmatismo da gestão com os imperativos de justiça social.

Assim como na análise anterior, este recorte não mobiliza plenamente todas as dimensões analíticas, pois o corpus é composto por publicações institucionais, que permitem examinar enquadramentos e estratégias de legitimação pública, mas não acessar interações cotidianas, microconflitos ou negociações diretas. A dimensão diacrônica, por sua vez, é utilizada principalmente como referência temporal e base comparativa, e não como análise detalhada das transformações sucessivas dos enquadramentos ao longo do conflito.

**Quadro 3 – Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos na matéria *Secretaria da Juventude promove Mapeamento da população LGBTQIA+***

<b>Elemento Analítico</b>	<b>Evidências no Documento</b>	<b>Função no Conflito/Interpretação</b>
<b>Quadros Diagnósticos</b>	Reconhecimento formal da vulnerabilidade e invisibilidade institucional da população LGBTQIA+ em Maringá. Identificação de problemas que vão da educação ao mercado de trabalho. Apresentação do mapeamento como instrumento para “conhecer as necessidades e enfrentamentos” dessa população.	A prefeitura reconhece a existência de um <i>problema público legítimo</i> , alinhando-se parcialmente ao diagnóstico construído pelos movimentos, institucionaliza a percepção de vulnerabilidade e legitima a necessidade de ação governamental.
<b>Quadros Prognósticos</b>	O mapeamento é apresentado como etapa inicial para “subsidiar políticas públicas de diversidade e gênero”. O secretário anuncia a futura criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ como solução planejada.	A prefeitura formula um <i>plano institucional de resposta</i> , apresentando o conselho como solução prioritária, articulando coleta de dados e criação de estrutura deliberativa.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Convite “participe” no <i>banner</i> ; garantia de anonimato; apelo à superação da invisibilidade e à garantia dos direitos constitucionais. Valorização da existência da Gerência da Diversidade para estimular confiança.	Mobiliza cidadãos a aderirem ao mapeamento e legitima a ação estatal ao vinculá-la a valores constitucionais e de inclusão. Cria um <i>imperativo de colaboração social</i> para viabilizar a iniciativa.
<b>Quadros Mestres (Master Frames)</b>	Direitos humanos e cidadania; “garantir os direitos constitucionais”; reconhecimento da diversidade como valor democrático.	A prefeitura ancora seu discurso em <i>narrativas universais</i> para legitimar sua atuação e alinhar-se simbolicamente a valores amplamente aceitos.
<b>Modularidade</b>	Adaptação dos <i>master frames</i> universais (direitos, cidadania) à realidade de Maringá por meio da coleta de dados locais sobre	Permite à administração <i>operacionalizar valores universais</i> no plano local, produzindo legitimidade e aderência social.

	“enfrentamentos” da população LGBTQIA+.	
<b>Ressonância Diferencial</b>	Ação enquadrada como parte de um “movimento mais amplo de reconhecimento de direitos e participação social”, superando invisibilidade institucional.	Conecta a iniciativa local a tendências sociais valorizadas nacionalmente (participação, reconhecimento), buscando ampliar receptividade pública e política.
<b>Materialização</b>	Criação do formulário <i>online</i> e divulgação institucional oficial; atuação da Gerência de Diversidade; anúncio da futura criação do Conselho Municipal.	Início de <i>materialização organizacional e discursiva</i> da pauta LGBTQIA+ dentro da estrutura administrativa municipal. O mapeamento funciona como infraestrutura simbólica e técnica para políticas futuras.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Combinação entre ação institucional formal (mapeamento oficial, anúncio de conselho) e colaboração com representantes dos movimentos sociais para elaboração das perguntas. Uso de plataforma <i>online</i> para coleta de dados.	A prefeitura mescla <i>táticas institucionais e participativas</i> , combinando legitimidade técnica e capilaridade social. Articula saber técnico, conhecimento de base e instrumentos digitais.
<b>Quadros Híbridos Ideacionais</b>	Linguagem técnica (“mapeamento”, “subsidiar políticas”) fundida com linguagem normativa (“garantia de direitos constitucionais”, “superar invisibilidade”).	Produz <i>narrativas híbridas</i> que conciliam pragmatismo administrativo com imperativos de justiça social, reforçando a autoridade estatal sem romper com os enquadramentos dos movimentos.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de Maringá (2021a).

Esse quadro evidencia que o Poder Público, nesse momento inicial, atua menos como contraponto e mais como coautor parcial dos enquadramentos, apropriando-se dos *frames* produzidos pelos movimentos, adaptando-os e projetando uma resposta institucional futura. O mapeamento funciona como um pivô discursivo e organizacional, permitindo à prefeitura legitimar sua entrada na cena sem confrontar diretamente os movimentos.

Se o mapeamento LGBTQIA+ representa uma conquista importante no plano institucional, é fundamental analisar como esse avanço se articulou com as estratégias políticas do movimento junto ao Poder Executivo local. A atuação junto à gestão do prefeito Ulisses Maia (2021-2024), do Partido Social Democrático (PSD), revela um caso paradigmático das possibilidades e limites da *advocacy* LGBTQIA+ no nível municipal, em que o movimento precisou negociar simultaneamente com a máquina burocrática e com as dinâmicas político-partidárias.

Como demonstra Alonso (2015) em estudo sobre movimentos sociais e institucionalização, essa interface entre ativismo e gestão pública envolve complexos processos de tradução de demandas em políticas, mediados por fatores como a

disponibilidade de recursos, a conjuntura política e o alinhamento ideológico entre movimento e governo. Nesse contexto, a análise da interação entre ativistas e a gestão Maia permite compreender como as reivindicações identificadas no mapeamento foram, ou não, incorporadas à agenda governamental, e quais estratégias foram empregadas para influenciar o processo decisório no âmbito do Executivo municipal.

**Figura 3** – Publicação no perfil do Instagram da Secretaria da Juventude e Cidadania (@juventudeecidadania), noticiando a reunião entre representantes de grupos LGBTQIA+ e membros do poder público, incluindo vereadores e o prefeito Ulisses Maia, publicada em 04/05/2021



**Fonte:** Perfil no Instagram @juventudeecidadania<sup>20</sup> (2021).

<sup>20</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/COgUWd4ATKB/?img\\_index=1&igsh=aGJpM24wanVzZTZy](https://www.instagram.com/p/COgUWd4ATKB/?img_index=1&igsh=aGJpM24wanVzZTZy). Acesso em: 27 out. 2025.

Em um encontro ocorrido em 4 de maio de 2021 entre representantes do movimento LGBTQIA+ e o prefeito Ulisses Maia representou um momento significativo na história da participação social em Maringá, conforme atestado pela publicação oficial da Secretaria de Juventude e Cidadania que destacou ser “um dia histórico de aproximação entre representantes dos grupos LGBTQIA+ e do poder público” (Maringá, 2021a). Esta análise examina criticamente os processos de negociação política que caracterizaram o evento, seus desdobramentos e limitações.

Dessa forma, a sequência de iniciativas e a continuidade do diálogo institucional em Maringá são novamente evidenciadas por uma publicação no perfil da Secretaria da Juventude e Cidadania no Instagram, datada de 04/05/21. Esta publicação destaca essa reunião entre representantes de grupos LGBTQIA+ e membros do poder público, incluindo vereadores e o Prefeito Ulisses Maia. Este evento e sua divulgação são ricos em informações sobre as dinâmicas de enquadramento em jogo.

No enquadramento diagnóstico, a publicação reafirma a existência de problemas que demandam intervenção ao mencionar que o encontro serviu “para ouvir reivindicações e demandas”. Ainda que não detalhe tais problemas, essa formulação valida implicitamente o diagnóstico de lacunas institucionais já apresentado no Ofício Conjunto n. 07/2021, reconhecendo que há questões pendentes relativas à população LGBTQIA+ que exigem resposta do poder público.

O enquadramento prognóstico aparece de forma mais explícita, ao registrar que a criação do Conselho Municipal de Direitos LGBTI+ e do Fundo Municipal correspondente esteve “na pauta” da reunião. Com isso, a publicação reafirma a solução proposta pelos movimentos e sinaliza sua incorporação ao debate institucional, indicando maior viabilidade política diante da presença de vereadores e do prefeito.

Já o enquadramento motivacional opera ao qualificar o encontro como um “dia histórico de aproximação” entre movimentos e poder público, mobilizando valores de diálogo, colaboração e garantia de direitos. Ao enfatizar a construção conjunta de políticas públicas, a publicação busca legitimar a via institucional e estimular a adesão da comunidade ao processo em curso.

Essa publicação também oferece *insights* sobre a materialização e as hibridizações estratégicas. A reunião em si representa um ato de materialização

organizacional incipiente, ao concretizar o diálogo entre atores sociais e governamentais em um espaço físico e institucional. É a formalização de um encontro que visa transformar demandas discursivas em ação política. Em termos de hibridizações estratégicas, o evento ilustra a combinação de táticas: por um lado, o *lobby* formal (reunião com o prefeito e vereadores) e, por outro, a continuidade da mobilização e representação dos grupos LGBTQIA+. A própria existência da “Gerência da Diversidade” promovendo tal encontro reitera uma tentativa de hibridizar a pauta dos movimentos com a estrutura da gestão pública, buscando construir pontes entre o ativismo e a institucionalidade.

**Quadro 4 – Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos na reunião entre movimento LGBTQIA+ e Executivo Municipal**

<b>Elemento Analítico</b>	<b>Evidências no Documento</b>	<b>Função no Conflito/Interpretação</b>
<b>Quadros Diagnósticos</b>	Publicação oficial da Secretaria da Juventude e Cidadania menciona que a reunião foi para “ouvir reivindicações e demandas”. Ainda que não liste os problemas, a formulação confirma a existência de lacunas e necessidades.	Reitera e valida institucionalmente os diagnósticos previamente construídos pelos movimentos (lacunas políticas e institucionais), reconhecendo publicamente a necessidade de intervenção estatal.
<b>Quadros Prognósticos</b>	“Sugestão da criação do Conselho Municipal de Direitos LGBTI+ (COMLGBTI+) e do Fundo Municipal de Promoção dos Direitos LGBTI+ (FMLGBTI+) estava na pauta da reunião”.	Confirma a centralidade da criação do conselho e do fundo como soluções compartilhadas, indicando que já estão sendo consideradas no processo decisório governamental. Fortalece o <i>prognóstico como agenda política efetiva</i> .
<b>Quadros Motivacionais</b>	A reunião é descrita como “um dia histórico de aproximação” e com o objetivo de “em conjunto, criarmos políticas públicas e promover a garantia de direitos”.	Legitima a via institucional de diálogo, mobiliza confiança na gestão e incentiva engajamento social e político, apelando a valores de colaboração, inclusão e justiça social.
<b>Quadros Mestres (Master Frames)</b>	Direitos Humanos, Cidadania, Garantia de Direitos, Participação Democrática.	Fornecem o pano de fundo normativo e simbólico para a aproximação entre ativismo e poder público, reforçando que a criação do Conselho é expressão de valores democráticos amplamente reconhecidos.
<b>Modularidade</b>	Adaptação dos <i>master frames</i> universais à arena político-institucional local: o conselho e o fundo são apresentados como instrumentos concretos para garantir direitos da população LGBTQIA+ de Maringá.	Permite que valores abstratos (direitos, cidadania) se traduzam em <i>instrumentos de política pública locais</i> , adequados à conjuntura administrativa municipal.
<b>Ressonância Diferencial</b>	A retórica de “aproximação histórica” e de “criação conjunta de políticas públicas” apela ao consenso local	Aumenta a legitimidade da reunião ao associá-la a práticas políticas valorizadas em Maringá, como participação social e governança

	sobre diálogo institucional e gestão participativa.	colaborativa, reforçando apoio político mais amplo.
<b>Materialização</b>	A própria realização da reunião entre ativistas, prefeito e vereadores representa materialização organizacional incipiente; trata-se de um ato concreto de institucionalização do diálogo.	Transforma demandas discursivas em <i>interações institucionais formalizadas</i> , criando canais de negociação política e abrindo caminho para deliberações formais (conselho e fundo).
<b>Hibridização Estratégica</b>	Combinação entre <i>lobby</i> formal (reunião com prefeito e vereadores, via institucional) e mobilização dos movimentos sociais, articulados pela Gerência da Diversidade.	Mostra o uso simultâneo de estratégias “de dentro” e “de fora” do Estado: os movimentos utilizam o diálogo institucional como extensão de sua capacidade mobilizadora, enquanto a gestão incorpora elementos do ativismo para legitimar a ação política.
<b>Quadros Híbridos Ideacionais</b>	A pauta da reunião funde linguagem técnico-institucional (“criação do Conselho”, “Fundo Municipal”) com apelos normativos (“garantia de direitos”, “aproximação histórica”).	Produz um discurso híbrido que conjuga <i>racionalidade jurídico-administrativa e linguagem moral-democrática</i> , fortalecendo o poder persuasivo da proposta.
<b>Análise Diacrônica</b>	A reunião (04/05/2021) sucede o mapeamento (17/03/2021) e coincide com a data do Ofício Conjunto, representando um ponto de convergência entre mobilização social e resposta institucional.	Permite visualizar uma <i>sequência estratégica</i> : da produção de dados (mapeamento), à formalização das demandas (ofício), até a abertura de negociação política direta com o Executivo.
<b>Investigação Microfundamental (Indícios)</b>	A articulação da reunião envolve ativistas, vereadores, prefeito e Gerência da Diversidade, pressupõe intensas negociações prévias para alinhar agendas e garantir presença política relevante.	Indica <i>bastidores de articulação política e discursiva</i> , com microprocessos de negociação entre atores diversos (movimentos, burocracia, lideranças políticas) que tornam a reunião possível.

Fonte: Elaboração própria a partir do perfil no Instagram @juventudecidadania<sup>21</sup> (2021).

Esse quadro revela um momento decisivo do conflito, o ingresso do movimento LGBTQIA+ na arena política executiva, onde os enquadramentos deixam de operar apenas no plano discursivo ou participativo e passam a ser negociados diretamente com atores dotados de poder institucional. A materialização ganha peso, o Conselho e o Fundo deixam de ser apenas propostas escritas e passam a circular como *pautas políticas efetivas* dentro da máquina administrativa.

Ao mesmo tempo, a hibridização estratégica é altamente evidente, movimentos e gestão pública atuam conjuntamente para produzir um evento político simbólico (o “dia histórico”), transformando a reunião em ato de legitimação mútua. Esse tipo de interface é precisamente o espaço onde se jogam os limites e as possibilidades da institucionalização da pauta LGBTQIA+ em nível municipal: de um lado, abertura

<sup>21</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/COgUWd4ATKB/?img\\_index=1&igsh=aGJpM24wanVzZTZy](https://www.instagram.com/p/COgUWd4ATKB/?img_index=1&igsh=aGJpM24wanVzZTZy). Acesso em: 27 out. 2025.

política e reconhecimento; de outro, dependência da vontade política e do jogo partidário local

A consolidação desse diálogo e a efetivação do prognóstico proposto pelos coletivos do movimento social foram formalmente comunicadas alguns dias depois. A partir dos avanços obtidos no mapeamento e na reunião com os coletivos, o Poder Executivo municipal de Maringá deu um passo decisivo, transformando a “sugestão” e o “estudo” em um compromisso público e inequívoco com a implantação do Conselho.

**Figura 4** – Publicação no *site* da prefeitura: “Prefeitura implantará Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá”, publicada em 22/06/2021

Publicado em: 22/06/2021

## Prefeitura implantará Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá

APOIO À DIVERSIDADE



(Credito: ) - Balzar Imagem

A Prefeitura de Maringá, por meio da Secretaria de Cidadania e Juventude, implantará nos próximos meses o Conselho Municipal LGBTQIA+ na cidade. A decisão partiu da relevância da criação de um instrumento de representação pública e após análise de um mapeamento online realizado pela secretaria com apoio de representantes de movimentos de diversidade sexual e de gênero, para conhecer e entender as necessidades e enfrentamentos LGBTQIA+ no município.

O secretário Emmanuel Predestin, frisa que o prefeito Ulisses Maia determinou que seja dado total apoio à população LGBTQIA+ e que o conselho “será um divisor de águas na história de Maringá”. O conselho será composto pela sociedade civil e órgãos públicos do município.

Segundo o Gerente da Diversidade, Saulo Gaspar, o conselho contribuirá com o desenvolvimento de políticas públicas LGBTQIA+ voltadas para o enfrentamento de preconceitos, discriminações, agressões e todos os outros tipos de violência. “É uma conquista para a comunidade e para os movimentos sociais organizados”.

O mapeamento foi realizada entre os dias 18 de março e 31 de maio. A pesquisa contou com 738 participantes, com idade entre 14 a 69 anos. A partir do mapeamento, os participantes relataram outras demandas como a necessidade de atendimento psicológico, ouvidoria, novas campanhas de conscientização, leis de proteção, ambulatório especializado, políticas educacionais, dentre outras medidas em defesa e garantia dos direitos LGBTQIA+.

Fonte: Maringá (2012b).

Continuando a análise empírica da disputa pela criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá, a matéria “Prefeitura implantará Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá”, publicada no *site* oficial em 22/06/2021 (Maringá, 2021b), marca um ponto significativo na evolução da pauta. Este documento atesta uma nova fase do engajamento governamental, reiterando e consolidando enquadramentos previamente observados e revelando novas camadas de hibridização e materialização.

O enquadramento diagnóstico da matéria valida as necessidades da população LGBTQIA+ ao vincular a criação do Conselho aos resultados de um mapeamento online voltado a identificar demandas e formas de violência no município. Ao afirmar que o Conselho contribuirá para o enfrentamento do preconceito, da discriminação e das agressões, o discurso institucional chancela, com base em dados, o diagnóstico previamente formulado pelos movimentos sociais.

No enquadramento prognóstico, a publicação é direta ao anunciar que a Prefeitura implantará o Conselho Municipal LGBTQIA+ nos meses seguintes, apresentando-o como solução institucional concreta e instrumento de representação pública. A previsão de composição paritária entre sociedade civil e poder público reforça a viabilidade e a estrutura da proposta.

Já o enquadramento motivacional mobiliza valores de legitimidade e esperança ao caracterizar a iniciativa como um “divisor de águas” e uma conquista para a comunidade e os movimentos sociais. Ao associar a política à diversidade e à garantia de direitos constitucionais, a publicação busca ampliar a adesão pública e reforçar o compromisso democrático da gestão.

A análise dos quadros mestres (*master frames*) revela que o discurso da prefeitura se apropria e reforça o *master frame* de “Apoyo à Diversidade” e de “Direitos Constitucionais/Humanos”, explicitados no título e no corpo do texto.

No que se refere às hibridizações estratégicas e quadros híbridos ideacionais, a matéria ilustra essa complexidade de maneira acentuada. A decisão de implantar o conselho “após análise de um mapeamento *online* realizado pela secretaria com apoio de representantes de movimentos de diversidade sexual e de gênero” é um exemplo explícito de hibridização estratégica, combinando uma iniciativa formal do Estado (mapeamento, secretaria) com a expertise e a legitimidade dos movimentos sociais. O conselho, em si, como “composto pela sociedade civil e órgãos públicos”, é uma forma de hibridização organizacional. No plano ideacional, observa-se uma fusão de linguagens: a técnica-burocrática (“mapeamento”, “subsidiem políticas públicas”,

“instrumento de representação pública”) se mescla à moral-cidadã (“garantindo os direitos constitucionais”, “enfrentamento de preconceitos, discriminações, agressões”), criando um discurso que busca ser ao mesmo tempo pragmático e eticamente engajado. A metáfora de “divisor de águas” para o conselho é um *quadro híbrido* que une a formalidade de uma estrutura com a ideia de uma transformação histórica.

A materialização dos enquadramentos atinge um estágio mais avançado nesta fase. A matéria em si constitui uma materialização discursiva fundamental, tornando pública a decisão formal da prefeitura de implantar o Conselho. A fala do secretário confirmando a futura criação é um ato performático de inscrição da pauta. Mais significativamente, o anúncio de que a prefeitura “implantarão nos próximos meses o Conselho Municipal LGBTQIA+” representa uma materialização organizacional promissora, sinalizando que a ideia (o *frame*) está prestes a se converter em uma estrutura administrativa concreta. Embora não detalhe a alocação de recursos, a intenção de criar o conselho e desenvolver políticas implica uma futura materialização redistributiva.

Do ponto de vista da análise diacrônica, esta matéria (22/06/2021) situa-se após a divulgação inicial do Mapeamento (17/03/2021) e da reunião com coletivos (04/05/2021), indicando uma progressão e consolidação do prognóstico do Conselho. Ela representa um momento de virada discursiva, onde o Poder Executivo de Maringá formaliza publicamente seu compromisso com a criação do conselho, transformando a “sugestão” em um “anúncio de implantação”.

A consolidação desse diálogo e a efetivação do prognóstico proposto pelos movimentos sociais foram formalmente comunicadas alguns dias depois. A partir dos avanços obtidos no mapeamento e na reunião com os coletivos, o Poder Executivo municipal de Maringá deu um passo decisivo, transformando a “sugestão” e o “estudo” em um compromisso público e inequívoco com a implantação do Conselho.

A especificidade deste documento, como comunicação institucional que anuncia a implantação do Conselho, favorece a aplicação das dimensões acima delineadas, no entanto, não há elementos no corpus que sustentem a operacionalização robusta da investigação microfundamental, e categorias como modularidade e ressonância diferencial permanecem apenas subsidiárias, pois o texto não permite aferir circulação social nem recepção diferencial dos frames.

**Quadro 5 – Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos na matéria “Prefeitura implantará Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá”**

<b>Elemento Analítico</b>	<b>Evidências no Documento</b>	<b>Função no Conflito/Interpretação</b>
<b>Quadros Diagnósticos</b>	A criação do Conselho é justificada “após análise de um mapeamento online” que buscou “conhecer e entender as necessidades e enfrentamentos LGBTQIA+ no município”. O Gerente da Diversidade explicita que o Conselho contribuirá para “o enfrentamento de preconceitos, discriminações, agressões e todos os outros tipos de violência”.	Reforça e chancela oficialmente o diagnóstico previamente construído pelos movimentos sociais, conferindo-lhe legitimidade estatal e fundamentando a ação governamental com base em dados internos.
<b>Quadros Prognósticos</b>	“A Prefeitura de Maringá implantará nos próximos meses o Conselho Municipal LGBTQIA+ na cidade”. O Conselho é apresentado como “instrumento de representação pública” para desenvolver políticas voltadas ao enfrentamento das vulnerabilidades.	Transforma o prognóstico anteriormente proposto pelos movimentos em decisão política formal: o Conselho deixa de ser sugestão para se tornar política pública anunciada.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Secretário Emmanuel Predestin destaca “total apoio” do prefeito Ulisses Maia, chama a criação do Conselho de “divisor de águas na história de Maringá” e celebra como “conquista para a comunidade e para os movimentos sociais organizados”.	Legitima a decisão e mobiliza apoio político e social. A linguagem de conquista e transformação histórica busca inspirar engajamento e confiança, tanto da comunidade LGBTQIA+ quanto de outros atores locais.
<b>Quadros Mestres (Master Frames)</b>	Direitos humanos, direitos constitucionais e apoio à diversidade.	O discurso oficial se ancora em master frames universais para consolidar a ação governamental como expressão de valores amplamente reconhecidos e legítimos.
<b>Materialização</b>	A matéria constitui uma materialização discursiva decisiva: anúncio oficial da implantação do conselho. Também representa materialização organizacional iminente, com definição do Conselho como instrumento institucional futuro.	Consolida a passagem do frame à política pública formal. Inscreve a pauta LGBTQIA+ no discurso e na estrutura administrativa do município.
<b>Hibridização Estratégica</b>	A decisão decorre da “análise de um mapeamento online realizado pela secretaria com apoio de representantes de movimentos”. O conselho será composto por sociedade civil e órgãos públicos.	Combina iniciativa estatal (mapeamento, decisão executiva) com legitimidade e expertise dos movimentos sociais. O desenho paritário do conselho reflete hibridização organizacional e estratégica.
<b>Quadros Híbridos Ideacionais</b>	Linguagem técnico-burocrática (“mapeamento”, “subsidiem políticas públicas”, “instrumento de representação pública”) fundida com linguagem moral-cidadã (“garantindo os direitos constitucionais”, “enfrentamento de preconceitos”). A metáfora “divisor de águas” sintetiza transformação institucional e simbólica.	Produz um discurso híbrido que conjuga racionalidade administrativa e imperativos ético-políticos, buscando legitimar tecnicamente e mobilizar simbolicamente.

<b>Análise Diacrônica</b>	A matéria (22/06/2021) sucede o Mapeamento (17/03/2021) e a reunião com coletivos (04/05/2021), representando o momento em que a sugestão se converte em anúncio oficial.	Marca um ponto de virada discursiva: de formulação e negociação para decisão e publicização. Consolida o prognóstico na linha do tempo da disputa.
---------------------------	---	--

**Fonte:** Elaboração própria a partir de Maringá (2012b).

Esse quadro revela o ponto de consolidação discursiva e institucional da pauta, no qual o Poder Executivo municipal formaliza o compromisso público com a criação do Conselho LGBTQIA+. A prefeitura se apropria integralmente dos enquadramentos diagnósticos e prognósticos dos movimentos, legitima-os por meio de *master frames* universais e anuncia sua conversão em política pública.

Dois aspectos merecem destaque especial, a materialização discursiva e organizacional avançada, onde a publicação no portal oficial é mais do que uma comunicação, é um ato performativo de política pública. E a hibridização estratégica e ideacional intensa, onde o desenho da política incorpora tanto os repertórios estatais (planejamento, institucionalização, discurso jurídico) quanto os repertórios ativistas (luta por reconhecimento, linguagem de conquista), produzindo uma narrativa híbrida e potente.

Do ponto de vista da linha do tempo, este momento é fundamental: ele fecha a fase de “proposição e adesão institucional” e abre caminho para a fase posterior, em que essas decisões serão confrontadas por contramovimentos e dinâmicas legislativas, como sua pesquisa mostra nos desdobramentos seguintes.

Esse momento de institucionalização iminente também produziu efeitos concretos na ação dos próprios coletivos LGBTQIA+. A observação participante indicou que, diante do anúncio oficial da futura implantação do Conselho, os grupos adotaram uma postura de cautela estratégica, evitando celebrações públicas ou ampla divulgação. Tal escolha refletia uma leitura pragmática dos riscos do processo institucional, marcada pela decisão de aguardar a formalização jurídica da proposta e seu encaminhamento ao Legislativo. Essa atitude evidencia que, mesmo em uma fase de adesão institucional, a ação coletiva já incorporava a antecipação de conflitos e resistências futuras, revelando tensões internas e limites próprios da institucionalização da pauta no contexto maringense.

A discrição adotada pelos coletivos, longe de ser mera tática circunstancial, expressa uma consciência aguda dos dilemas estratégicos implicados na busca por reconhecimento institucional. A institucionalização das demandas, embora possa

ampliar canais de influência e produzir ganhos de legitimidade pública, frequentemente exige adaptações à gramática estatal, aos seus ritos e à linguagem técnico-administrativa, o que introduz custos políticos e tensões internas. Nesse processo, a ação coletiva é atravessada por dilemas de conformação discursiva, pela necessidade de calibrar expectativas e pela pressão para tornar as pautas “assimiláveis” nas arenas governamentais, o que pode implicar silenciamentos seletivos, priorizações e disputas internas sobre o que deve ou não ser publicamente enunciado.

Nesse cenário, a cautela observada pode ser compreendida como cálculo estratégico orientado à gestão do conflito, ao regular o grau de exposição pública e ajustar seus enquadramentos, os coletivos buscam preservar viabilidade política, reduzir vulnerabilidades e evitar a antecipação de reações moralizantes que poderiam comprometer o avanço institucional da proposta. A ausência de um alarde pode ser, assim, um esforço deliberado para evitar a higienização discursiva e a produção de uma respeitabilidade LGBTQIA+ que, embora possa garantir acesso institucional, corre o risco de corroer, por dentro, o potencial transformador da luta e marginalizar experiências e subjetividades que não se encaixam no modelo de “LGBT respeitável” (Miskolci; Campana, 2017). Como discutido no capítulo 2, essa ambivalência é intensificada em contextos moralistas, onde o risco de captura simbólica é elevado (Birolli, 2020).

No enquadramento motivacional, a ausência de um chamado massivo à celebração por parte dos coletivos indica uma motivação direcionada à vigilância e à continuidade da pressão nos bastidores, em vez de um estímulo à euforia que pudesse comprometer a etapa burocrática seguinte. Tal estratégia reflete a aprendizagem com experiências anteriores, onde promessas podem não se converter em políticas efetivas, e a necessidade de gerir as expectativas de sua base. Para os quadros mestres, essa cautela pode ser enquadrada no *master frame* da “vigilância democrática” ou da “responsabilidade política”, onde a “conquista de direitos” é vista como um processo contínuo e não finalizado, atenuando os discursos mais otimistas da administração pública.

No plano das hibridizações estratégicas, a decisão de manter discricção pública enquanto se aguarda o rito formal da lei evidencia uma combinação tática que prioriza a atuação institucional nos bastidores em detrimento da mobilização de rua imediata. Trata-se de uma hibridização entre pressão contínua e conformidade com as etapas

burocráticas do processo legislativo, revelando a ambivalência estratégica característica de movimentos que operam na interface com o Estado e precisam administrar, simultaneamente, acesso institucional e risco de reação adversa. Nessa direção, a contenção deliberada da visibilidade pode ser interpretada como um silêncio estratégico, ou seja, uma escolha tática de apagamento seletivo ou moderação discursiva voltada a preservar a viabilidade política da pauta em contextos restritivos, evitando a antecipação de conflitos públicos capazes de acionar resistências moralizadas e comprometer a tramitação institucional da proposta.

A investigação microfundamental, corroborada pela observação participante, revela as deliberações internas dos coletivos para adotar essa postura. Essa decisão evidencia como os *frames* são negociados e ajustados em nível local e organizacional para maximizar as chances de sucesso da proposta, mesmo que isso signifique o silenciamento de vozes dissidentes ou a priorização de demandas assimiláveis pelo Estado. Tal atitude também pode ser lida como um esforço para evitar a “contaminação discursiva” por parte de contramovimentos, que poderiam instrumentalizar uma celebração antecipada para ativar *frames* de “pânico moral” e “ameaça à família”, minando a legitimidade da proposta. Assim, a cautela dos coletivos, ao mesmo tempo em que busca a eficácia, reflete o complexo dilema de navegar entre a radicalidade política e a política da respeitabilidade, um desafio constante em “tempos de moralismo normativo” e retração democrática.

#### **Quadro 6 – Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos na reação estratégica dos coletivos LGBTQIA+ ao anúncio da implantação do conselho**

<b>Elemento Analítico</b>	<b>Evidências no Documento/Observação</b>	<b>Função no Conflito/Interpretação</b>
<b>Quadros Diagnósticos</b>	Reconhecimento pragmático de que a efetivação da pauta depende da redação, ratificação e tramitação da proposta de lei. Entendimento dos limites impostos pelos ritos institucionais.	Reafirma o diagnóstico das lacunas institucionais e dos riscos de promessas não materializadas, orientando a estratégia política dos coletivos.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Decisão coletiva de aguardar os trâmites legislativos antes de mobilizar publicamente. Estratégia centrada na ação institucional nos bastidores, em vez de atos de rua ou celebrações públicas.	Formula um caminho de ação centrado na influência institucional silenciosa, apostando na viabilidade administrativa da pauta como etapa seguinte.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Ausência de mobilização comemorativa é motivada por vigilância política, gestão de expectativas da base e aprendizagem de experiências	Mobiliza os participantes para manter pressão estratégica e atenção aos ritos formais, em vez de estimular euforia ou desmobilização precoce.

	passadas. A “conquista” é vista como processo inacabado.	
<b>Quadros Mestres (Master Frames)</b>	Vigilância democrática; responsabilidade política; conquista de direitos como processo contínuo.	Reposiciona o enquadramento da “vitória” em termos de responsabilidade política e acompanhamento crítico do Estado, contrastando com discursos celebratórios da administração.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Combinação entre pressão institucional discreta e contenção de mobilização pública. Aposta em canais internos do Estado enquanto mantém capacidade de mobilização latente.	Representa uma hibridização entre lógicas de movimento e lógicas institucionais, priorizando bastidores sem abandonar potenciais repertórios de rua.
<b>Análise Diacrônica</b>	Ocorre após o anúncio público da Prefeitura (22/06/2021), representando uma etapa de transição entre a decisão política formal e a reação estratégica dos movimentos.	Mostra a continuidade da ação coletiva após o “anúncio”, revelando que o processo não é linear nem unidirecional: mesmo conquistas formais geram reposicionamentos estratégicos.
<b>Investigação Microfundamental</b>	Observação participante revela deliberações internas dos coletivos, negociações discursivas e contenções estratégicas. Evidencia debates sobre silenciamento de pautas “excessivas” para manter foco institucional.	Expõe os processos de decisão e enquadramento em nível organizacional e interacional, que permanecem invisíveis nos registros públicos formais, mas são decisivos para a estratégia política.

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos registros da observação participante.

Como é possível observar, o quadro evidencia que a “reação silenciosa” dos coletivos LGBTQIA+ ao anúncio da criação do Conselho não foi ausência de ação, mas ação política altamente calibrada. Ao conter celebrações públicas e priorizar os bastidores institucionais, os coletivos navegaram conscientemente o dilema entre radicalidade e respeitabilidade, buscando preservar a pauta de possíveis capturas simbólicas ou ataques moralistas antes da tramitação legislativa. A observação participante permite captar essas negociações sutis, que não aparecem em documentos oficiais, mas são fundamentais para compreender os enquadramentos na prática. Esse silenciamento seletivo, conforme debatido na seção 1.4, se insere na lógica dos silêncios estratégicos, que operam como forma de garantir ressonância institucional ao custo da exclusão de afetos, pautas e sujeitos tidos como excessivos.

Essa fase inicial da disputa pela criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá, anterior à eclosão do contramovimento, revela a atuação estratégica dos coletivos na construção de enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais sólidos. Por meio do Ofício Conjunto n. 07/2021 e das iniciativas da Gerência da Diversidade da Prefeitura, a demanda pela institucionalização dos direitos LGBTQIA+ foi habilmente ancorada em quadros mestres de direitos humanos

e cidadania, demonstrando sua modularidade e ressonância diferencial no contexto local. As hibridizações estratégicas, que combinaram o *lobby* formal com a força da coalizão de movimentos e o uso de plataformas digitais, foram essenciais para impulsionar a materialização discursiva e organizacional da proposta. Contudo, a análise da cautela dos coletivos frente ao anúncio de implantação, evidenciada pela observação participante, já aponta para as fraturas internas e os limites da institucionalização, indicando que mesmo em um cenário aparentemente favorável, a ação coletiva navega em um campo complexo de dilemas táticos e riscos de apagamento, preparando o terreno para a intensificação dos conflitos que se seguirão.

Ainda que os movimentos tenham articulado enquadramentos interpretativos coerentes, ancorados em *master frames* legitimadores e em estratégias híbridas eficazes, o desdobramento do processo revelou os limites dessa abordagem em um contexto de intensificação do moralismo normativo. Como se verá nas próximas seções, a emergência de um contramovimento articulado e a recusa legislativa da proposta explicitam os impasses da ação institucionalizada e os desafios da ação coletiva em tempos de regressão democrática.

Neste recorte, baseado em observação participante sobre deliberações internas dos coletivos, o foco analítico recai sobre os mecanismos microfundamentais de negociação, ajuste e contenção discursiva que orientaram a decisão por uma postura pública cautelosa. Por essa razão, dimensões mais adequadas à análise de circulação pública e universalização de sentidos, como modularidade e ressonância diferencial, não são acionadas de forma central, já que o material empírico privilegia interações situadas e decisões organizacionais internas. Do mesmo modo, a categoria de materialização, tal como definida nos níveis discursivo, organizacional e redistributivo, não se aplica plenamente aqui, uma vez que o episódio não corresponde à criação efetiva de estruturas institucionais, mas à coordenação estratégica do movimento diante de um anúncio governamental.

## 5.2 A TRAJETÓRIA LEGISLATIVA DA PROPOSTA: DA ELABORAÇÃO COLABORATIVA À APROVAÇÃO PRELIMINAR

Com a formalização da proposta no âmbito do Poder Executivo, a iniciativa de criação do Conselho Municipal de Direitos LGBTQIA+ em Maringá ingressa em sua fase legislativa, deslocando a disputa para uma nova arena institucional. Este

momento, que compreende a elaboração do projeto de lei, sua tramitação administrativa e o encaminhamento à Câmara Municipal, é central para compreender como os enquadramentos interpretativos passam a ser ajustados diante da antecipação de conflitos políticos e da necessidade de construção de legitimidade pública.

Diferentemente da etapa anterior, marcada pela adesão institucional do Executivo e pela ausência de oposição organizada, o percurso legislativo expõe a proposta a dinâmicas próprias do campo parlamentar, exigindo dos coletivos e da gestão municipal novas estratégias discursivas e comunicacionais. A análise deste subitem concentra-se, portanto, nos documentos oficiais da tramitação, nas primeiras manifestações públicas associadas ao projeto e nos registros da observação participante, com atenção às negociações internas, aos cálculos estratégicos e aos enquadramentos mobilizados antes da eclosão explícita do contramovimento.

O Processo Administrativo n. 43.463/2021 emerge como o principal documento a delinear o percurso interno do Projeto de Lei (PL) no âmbito do Poder Executivo municipal de Maringá, desde seu registro em 30 de junho de 2021. Este documento formaliza o movimento da proposta do campo da *advocacy* para a esfera burocrática estatal, evidenciando a materialização dos enquadramentos interpretativos construídos previamente.

Sobre o enquadramento diagnóstico, o próprio encaminhamento do PL reflete o reconhecimento institucional de uma problemática social que demanda intervenção legislativa. A Mensagem de Lei Ordinária dirigida ao presidente da Câmara, assinada pelo Prefeito Ulisses de Jesus Maia Kotsifas, explicita o *frame* ao afirmar que as previsões de igualdade e da dignidade da pessoa humana não podem ficar restritas ao campo meramente retórico, mas devem ser traduzidas em ações efetivas, em benefício de toda a população. Isso diagnostica uma lacuna entre os direitos formais e sua efetivação prática, legitimando a proposta como resposta a uma falha na concretização da cidadania plena.

O enquadramento prognóstico centraliza-se na criação do Conselho Municipal de Direitos LGBTI+ como a solução institucional para o problema diagnosticado. O Projeto de Lei detalha minuciosamente a estrutura do Conselho, definindo-o como um “órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e propositiva”, com a finalidade de “formular e propor... políticas públicas de promoção dos Direitos Humanos das pessoas LGBTI+”.

Uma observação essencial dessa fase é a negociação em torno da composição do Conselho, onde a minuta inicial do PL no Ofício Conjunto 07/2021 previa 8 representantes do Poder Público e 12 da sociedade civil, mas o Processo Administrativo revela um ajuste para 10 representantes de cada esfera, buscando a paridade. Essa alteração, discutida internamente via e-mail entre a Gerência da Diversidade da SEJUC e a Procuradoria-Geral do Município (PROGE), demonstra uma adaptação do prognóstico que reflete a busca por uma maior legitimidade institucional alinhada a modelos de governança participativa já consolidados.

A dimensão motivacional da proposta é articulada através de um forte apelo à democracia e à participação social. A “Mensagem de Lei” argumenta que “Assegurar a participação social, permitindo um debate constante entre os órgãos responsáveis por políticas públicas de movimentos sociais é garantir o direito à participação e à democracia”. A criação do Conselho é enquadrada como a “melhor forma de tornarmos nossa democracia representativa e cada vez mais participativa”, visando motivar os vereadores pela conformidade com ideais democráticos e o “controle social”.

A mobilização de quadros mestres (*master frames*) é evidente na linguagem utilizada para justificar o PL. Os *master frames* de “Direitos Humanos”, “Cidadania” e “Democracia Participativa” são explicitamente invocados na Mensagem de Lei, posicionando a criação do Conselho como um imperativo universal que transcende a demanda específica.

As hibridizações estratégicas são manifestas na própria tramitação do Processo Administrativo. A colaboração ativa entre os coletivos LGBTQIA+ e a Gerência da Diversidade na elaboração do PL, conforme explicitado pelo Secretário Emmanuel Predestin, ilustra uma hibridização tática que mescla a expertise da sociedade civil com a capacidade propositiva do Executivo. A negociação interna sobre a composição do Conselho, uma busca pela paridade entre governo e sociedade civil, é um exemplo de como a ambivalência estratégica se manifesta na prática burocrática, onde diferentes lógicas (pragmatismo governamental e ideal participativo dos movimentos) se encontram e se moldam. A fusão de argumentos jurídico-constitucionais com o discurso da vulnerabilidade social e da necessidade de efetivação de direitos na Mensagem de Lei demonstra a construção de quadros híbridos ideacionais, que visam legitimar a proposta em múltiplas frentes.

A materialização dos enquadramentos atinge um estágio avançado nesta fase. O projeto de lei, com seus artigos detalhados, é a materialização discursiva que traduz a demanda em um arcabouço legal. A futura estrutura do Conselho e suas competências representam a materialização organizacional projetada. A “Declaração” do Prefeito sobre a “adequação orçamentária e financeira” e a “previsão de gastos” da SEFAZ demonstram uma materialização redistributiva planejada, fundamental para a viabilidade da proposta. A formalidade da “Mensagem de Lei Ordinária n. 71/2021”, assinada em 30 de julho de 2021 e protocolada na Câmara em 04 de agosto de 2021, marca a culminância da materialização executiva e o envio da proposta ao Legislativo.

Do ponto de vista da análise diacrônica, este Processo Administrativo situa-se como a fase de consolidação burocrática que sucede as primeiras iniciativas públicas (mapeamento, reunião) e precede a tramitação na Câmara. Ele representa a passagem da intenção para a formalização legal. A investigação microfundamental, corroborada pela observação participante, é particularmente rica nos e-mails internos que revelam as negociações e ajustes na composição do Conselho. Essa interação em nível interpessoal, com Gerente da Diversidade buscando a paridade e a Procuradoria avaliando a viabilidade jurídica, ilustra como os *frames* são negociados em rotinas burocráticas, evidenciando a “fluidez entre diferentes *frames* e a capacidade dos sujeitos de alterná-los conforme seus objetivos” (Benford; Snow, 2000, p. 623, tradução nossa). A escolha pela paridade, um *frame* de governança democrática, é um reflexo dessas interações, que podem apontar para fraturas internas ou dilemas estratégicos na busca pela “respeitabilidade LGBT” que equilibre a representatividade ideal com a viabilidade institucional.

Embora o Processo Administrativo n. 43.463/2021 tenha permitido vislumbrar a materialização dos enquadramentos e as dinâmicas de hibridização na esfera executiva, o projeto de lei ordinária que dele emana constitui o documento central e a expressão mais acabada da fase propositiva. É no seu texto que as demandas, diagnósticos e prognósticos se convertem em linguagem normativa, tornando-se o objeto concreto da disputa política. Assim, aprofundar a análise dos enquadramentos interpretativos requer um escrutínio detalhado dos elementos textuais e estruturais do próprio PL, revelando a codificação dos *frames* em suas disposições legais.

Verificando o enquadramento diagnóstico, o próprio texto do projeto de lei formaliza a identificação de um problema que demanda ação legislativa. O art. 1º do PL estabelece a finalidade do Conselho como a

[...] promoção da igualdade substancial e a eliminação da discriminação, visando combater “toda e qualquer manifestação atentatória e discriminatória em razão de orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero”.

Isso diagnostica uma lacuna na efetivação de direitos e a persistência de violências simbólicas e concretas contra a população LGBTQIA+, demandando uma solução normativa, em consonância com a ideia de que o ato de nomear um problema já constitui um ato político (Gusfield, 1981).

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Direitos LGBTI+ (COMLGBTI+), órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e propositiva, que tem por finalidade formular e propor, dentro de suas atribuições, políticas públicas de promoção dos Direitos Humanos das pessoas LGBTI+, visando a promoção da igualdade substancial e a eliminação da discriminação e de toda e qualquer manifestação atentatória e discriminatória em razão de orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero (PL n. 16.058/2021).

O enquadramento prognóstico, por sua vez, centraliza-se na criação do Conselho Municipal de Direitos LGBTI+ (COMLGBTI+) como a solução institucional para o problema diagnosticado. O PL detalha minuciosamente a estrutura do Conselho como um “órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e propositiva”, e sua competência para “formular e propor... políticas públicas de promoção dos Direitos Humanos das pessoas LGBTI+”. Este delineamento propositivo, que reflete as “soluções consideradas viáveis e desejáveis” (Snow *et al.*, 2018), inclui a composição paritária de 10 representantes do Poder Público e 10 da sociedade civil, evidenciando a negociação e o ideal de governança compartilhada. O art. 2º do PL detalha vinte e duas competências, que abrangem desde “assessorar e acompanhar a implementação de políticas públicas” até “receber denúncias de violação dos direitos” e “promover estudos e pesquisas”. Adicionalmente, o capítulo VI do PL, intitulado “Dos recursos”, estipula que o Executivo Municipal “colocará à disposição” do Conselho os “recursos humanos, materiais, estruturais, logísticos e orçamentários” necessários, solidificando o prognóstico financeiro e material da proposta e sua plausibilidade (Gamson, 1992).

Em termos motivacionais, o projeto de lei, especialmente através da Mensagem de Lei que o acompanha, utiliza uma linguagem que apela aos valores democráticos e de justiça para justificar sua aprovação. A mensagem argumenta que “Assegurar a participação social, permitindo um debate constante entre os órgãos responsáveis por

políticas públicas de movimentos sociais é garantir o direito à participação e à democracia”. A criação do conselho é motivada como um símbolo que representa “a melhor forma de tornarmos nossa democracia representativa e cada vez mais participativa”, apelando à responsabilidade dos vereadores em promover o “reconhecimento da cidadania, bem como a defesa e garantia dos direitos humanos para determinados grupos populacionais em situação de vulnerabilidade”. Este *frame* motivacional busca fornecer “justificativas moralmente carregadas que convertem espectadores em participantes” (Jasper, 2011), conectando a proposta a valores culturais profundos como a justiça e a liberdade (Goodwin; Jasper; Polletta, 2001).

A mobilização de quadros mestres (*master frames*) é visível na linguagem empregada pelo PL e sua Mensagem. Os *master frames* de “direitos humanos”, “igualdade”, “cidadania” e “democracia participativa” são explicitamente invocados em diversos artigos e na Mensagem de Lei, posicionando a criação do Conselho como um imperativo universal que transcende a demanda específica da população LGBTQIA+.

As hibridizações estratégicas são manifestas no próprio desenho do Projeto de Lei. A composição paritária do Conselho (10 representantes do Poder Público e 10 da sociedade civil) é uma materialização de hibridização organizacional, refletindo a colaboração entre os coletivos e o Executivo na sua elaboração e a busca por um modelo de governança compartilhada. Essa fusão discursiva, que combina elementos aparentemente incompatíveis para produzir novas sínteses, visa construir um *frame* que seja ao mesmo tempo normativamente sólido e socialmente inclusivo, capaz de gerenciar contradições internas pela “ambiguidade controlada” (Polletta, 1998) e de atrair uma base de apoio mais ampla.

A materialização dos enquadramentos atinge seu ponto alto nesta fase, traduzindo as disputas discursivas em realidades institucionais tangíveis (Latour, 2005). O Projeto de Lei n. 16.058/2021 é a materialização discursiva primária, convertendo demandas em um arcabouço legal com capítulos e artigos detalhados. A sua minuciosa descrição da estrutura (capítulo IV, art. 6º) e das competências do COMLGBTI+ no capítulo II representa uma robusta materialização organizacional projetada, definindo a nova entidade pública. Além disso, a previsão de recursos no capítulo VI (art. 18) e a autorização para remanejar o orçamento no art. 22 confirmam a materialização redistributiva planejada, indispensável para a efetivação das políticas.

O fato de o PL ter sido protocolado na Câmara em 4 de agosto de 2021 formaliza sua entrada na arena legislativa, concretizando o esforço propositivo.

Do ponto de vista da análise diacrônica, a submissão do PL à Câmara (04/08/2021) marca a transição da fase de elaboração e compromisso do Executivo para a etapa de tramitação legislativa (McAdam; Tarrow; Tilly, 2001). Este documento é o resultado direto do processo administrativo previamente analisado, indicando uma progressão sequencial na institucionalização da proposta e um “momento de virada discursiva” (Tilly, 2008) ao oficializar a proposta no legislativo. A investigação microfundamental, corroborada pela observação participante, é implicitamente revelada pelos detalhes do PL, como a inclusão de todos os segmentos da sigla LGBTQIA+ (art. 1º, §1º) e a composição paritária (art. 3º).

Essas disposições são frutos de negociações e consensos construídos nas interações entre os coletivos e o Executivo durante a fase de elaboração, conforme a dinâmica de “negociação de quadros” (Goffman, 2012) e estratégias de enquadramento situacional. O próprio texto do PL, portanto, encapsula os resultados dessas microdinâmicas de negociação de *frames* e interesses, evidenciando como os significados são “construídos através de rotinas performáticas e situações de interação” (Eliasoph; Lichterman, 2003).

**Quadro 7 – Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos no Processo Administrativo n. 43.463/2021 e no Projeto de Lei n. 16.058/2021**

<b>Elemento Analítico</b>	<b>Evidências no Documento</b>	<b>Função no Conflito/Interpretação</b>
<b>Quadros Diagnósticos</b>	A Mensagem de Lei reconhece que os princípios de igualdade e dignidade não podem permanecer retóricos; devem ser traduzidos em ações concretas. O art. 1º do Projeto de Lei diagnostica a lacuna entre direitos formais e sua efetivação, afirmando a necessidade de combater “toda e qualquer manifestação atentatória e discriminatória” contra pessoas LGBTQIA+.	Formaliza juridicamente o problema diagnosticado pelos movimentos: a distância entre direitos reconhecidos e realidade social. Legitima a intervenção legislativa como resposta a uma falha estrutural na efetivação da cidadania.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Criação do Conselho Municipal LGBTI+ como solução institucional. O Projeto de Lei define-o como órgão “deliberativo, consultivo, fiscalizador e propositivo”, detalha competências (art. 2º) e garante recursos (cap. VI). A composição paritária (10 representantes do poder público e 10 da sociedade civil) resulta de negociação interna	Estabelece um plano institucional detalhado e juridicamente consolidado para enfrentar a problemática diagnosticada, incorporando o ideal participativo e a viabilidade administrativa.

	revelada por e-mails entre SEJUC e PROGE.	
<b>Quadros Motivacionais</b>	A Mensagem de Lei apela à “democracia participativa”, “controle social” e “reconhecimento da cidadania” como fundamentos para aprovação. A criação do Conselho é apresentada como símbolo de justiça, participação e representatividade.	Mobiliza vereadores e sociedade em torno de valores democráticos amplamente partilhados, oferecendo justificativas moralmente carregadas para transformar espectadores em participantes ativos do processo legislativo.
<b>Quadros Mestres (Master Frames)</b>	Direitos humanos, igualdade, cidadania e democracia participativa são evocados no texto do PL e na mensagem de lei.	Inscreve a proposta em narrativas universais e legitimadoras, conectando a pauta local a valores constitucionais e democráticos amplos.
<b>Materialização</b>	O Projeto de Lei n. 16.058/2021 e sua Mensagem de Lei representam materialização discursiva (tradução dos frames em linguagem legal), organizacional (estrutura paritária e competências definidas) e redistributiva (previsão orçamentária e logística, arts. 18 e 22). Protocolo na Câmara em 04/08/2021.	Concretiza juridicamente os enquadramentos, transformando disputas discursivas em objetos normativos e administrativos tangíveis – etapa máxima da materialização no Executivo.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Tramitação elaborada por meio de colaboração entre Gerência da Diversidade e coletivos LGBTQIA+. Negociação da composição do Conselho entre SEJUC e PROGE reflete convergência entre pragmatismo institucional e ideal participativo.	Representa a fusão de lógicas estatais e de movimento social: expertise da sociedade civil é incorporada ao processo legislativo, ajustando frames conforme exigências burocráticas e políticas.
<b>Quadros Híbridos Ideacionais</b>	A linguagem técnico-jurídica (“órgão colegiado”, “competências”) combina-se à linguagem identitária e de justiça social (“promoção dos Direitos Humanos das pessoas LGBTQIA+”, “eliminação da discriminação”).	Produz um enquadramento híbrido capaz de dialogar simultaneamente com públicos técnicos, políticos e militantes, conciliando normatividade legal e reivindicações sociais.
<b>Análise Diacrônica</b>	O Processo Administrativo (junho–julho) e o Projeto de Lei (agosto) sucedem o mapeamento e a reunião com coletivos, representando a passagem da intenção política para a formalização legislativa.	Marca a transição da fase executiva propositiva para a arena legislativa, consolidando a progressão sequencial dos enquadramentos no ciclo político local.
<b>Investigação Microfundamental</b>	E-mails internos entre Gerência da Diversidade e PROGE revelam negociação sobre composição do Conselho. Inclusão de segmentos da sigla LGBTQIA+ e dispositivos de paridade resultam de interações entre movimentos e burocracia. Observação participante permitiu acompanhar essas deliberações.	Evidencia como frames são negociados cotidianamente dentro da máquina estatal e entre atores sociais, revelando microprocessos que estruturam a política institucional.

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise do Processo Administrativo n. 43.463/2021 e do PL n. 16.058/2021.

Neste recorte, nem todas as dimensões do esquema analítico são igualmente mobilizadas. Por se tratar de documentos jurídico-administrativos, a análise privilegia os enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais, bem como a materialização discursiva e organizacional da proposta, enquanto dimensões como modularidade e ressonância diferencial permanecem limitadas, por dependerem da circulação e recepção pública dos frames em arenas mais amplas.

O Processo Administrativo n. 43.463/2021 e o Projeto de Lei n. 16.058/2021 evidenciam a transição da fase discursivo-estratégica para a institucionalização jurídico-formal, funcionando como espaços de hibridização entre movimentos sociais e burocracia estatal. É nesse momento que master frames de direitos, igualdade e democracia são codificados em linguagem legal, e que diagnósticos e prognósticos ganham força normativa, revelando também negociações relevantes sobre composição e abrangência do Conselho.

A análise desloca-se, então, para as dinâmicas internas dos coletivos e suas estratégias comunicacionais durante a tramitação legislativa, etapa anterior à oposição explícita. A observação participante, realizada entre agosto e setembro de 2021, permitiu acompanhar microdinâmicas de construção e ajuste dos enquadramentos, bem como dilemas estratégicos entre cautela e visibilidade pública diante do avanço do projeto.

Esse acompanhamento revelou tanto o entusiasmo inicial gerado pela formalização do PL quanto tensões internas relacionadas à comunicação, à gestão da identidade coletiva e às decisões unilaterais do Executivo, como a alteração da composição do Conselho. Momentos de crise e reorganização rápida, especialmente diante da aceleração da pauta legislativa, evidenciam como os enquadramentos são continuamente negociados e performados em tempo real.

Como complemento empírico dessa fase, a publicação da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Maringá, de 19 de agosto de 2021, ilustra a persistência do enquadramento motivacional na comunicação externa dos proponentes, funcionando simultaneamente como registro da mobilização e chamado à ação.

**Figura 5** – Publicação no Instagram da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Maringá (@cdsg\_oabmga), publicada em 19/08/2021



**Fonte:** Perfil no Instagram @cdsg\_oabmga<sup>22</sup> (2021).

A análise textual e imagética da publicação revela a intrínseca ligação entre o discurso e a representação visual na construção e mobilização de *frames*. O

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSveQEEDuSP/?igsh=MW1hcmszYmR4YnN5NQ%3D%3D>. Acesso em: 27 out. 2025.

enquadramento diagnóstico é sutilmente reiterado na legenda: “Nada adianta apenas dizer que não temos políticas públicas para a população LGBTI+! Precisamos nos articular para a implementação dessa pauta!”, que denuncia a lacuna de efetividade e a necessidade de ação.

O prognóstico é claro e central na imagem: “Votação PL n. 16.058/2021 que cria o Conselho Municipal de Direitos LGBTI+”, posicionando a aprovação do PL como o objetivo fundamental. O motivacional é direto e imperativo: “Vamos ocupar a Câmara de Vereadores de Maringá!” e “Participem”, buscando engajar a base e a sociedade civil na pressão para a aprovação (Polletta, 1998; Jasper, 2011).

A publicação mobiliza quadros mestres de “Direitos LGBTI+” e “Participação Popular”. A estética visual, com uma colagem vibrante de rostos de pessoas LGBTQIA+ diversas em termos de idade, expressão de gênero e raça, aliada aos símbolos do arco-íris, visa amplificar a ressonância diferencial. Essa estratégia conecta a pauta à identidade e vivência da comunidade, construindo uma comunidade moral e um forte apelo afetivo (Goodwin; Jasper; Polletta, 2001), essencial para a solidariedade e a ação coletiva (Castells, 2015; Melucci, 1996).

Em termos de hibridizações estratégicas, a postagem em si é um exemplo de hibridização tática, combinando a comunicação digital (redes sociais) com a incitação a uma ação presencial e classicamente disruptiva (“ocupar a Câmara”), evidenciando a articulação de estratégias “por dentro” e “por fora” do sistema. A legenda “Nada adianta apenas dizer... Precisamos nos articular para a implementação...” sugere uma hibridização ideacional, ao mesclar o discurso da inação verbal com a necessidade de articulação prática, ou seja, uma fusão entre a queixa (diagnóstico) e a exigência de ação concreta (prognóstico e motivacional).

A postagem também é uma forma de materialização discursiva da estratégia de mobilização, transformando a pauta e o chamado à ação em um artefato comunicativo visualmente apelativo e facilmente compartilhável. A análise diacrônica é essencial aqui, a posicionando como uma comunicação de reforço para mobilização. Isso demonstra a continuidade e a persistência da ação coletiva (Snow, 2004; Tarrow, 1998), confirmando que a vigilância e a necessidade de articulação permanecem para as próximas etapas do processo legislativo.

**Quadro 8** – Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos na publicação da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Maringá

Elemento Analítico	Evidências no Documento	Função no Conflito/Interpretação
--------------------	-------------------------	----------------------------------

<b>Quadros Diagnósticos</b>	Legenda: “Nada adianta apenas dizer que não temos políticas públicas para a população LGBTI+! Precisamos nos articular para a implementação dessa pauta!!”.	Reitera a lacuna entre discurso e efetividade política, denunciando a ausência de políticas públicas estruturadas e reforçando a necessidade de ação.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Imagem: “Votação PL n. 16.058/2021 que cria o Conselho Municipal de Direitos LGBTI+”.	Posiciona a aprovação do PL como objetivo central da mobilização, indicando claramente a solução institucional para o problema diagnosticado.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Frases imperativas: “Vamos ocupar a Câmara de Vereadores de Maringá!” e “Participem”.	Mobiliza a base e a sociedade civil para ação direta e presencial, convertendo o reconhecimento do problema em engajamento coletivo concreto.
<b>Quadros Mestres (Master Frames)</b>	Direitos LGBTI+ e Participação Popular.	Invoca narrativas amplas de justiça, cidadania e engajamento democrático, conectando a mobilização local a valores políticos universais e reconhecidos.
<b>Ressonância Diferencial</b>	Colagem visual com rostos LGBTQIA+ diversos (raça, gênero, idade), uso de símbolos do arco-íris e linguagem inclusiva.	Constrói identificação afetiva e comunitária, conectando o público à pauta por meio de reconhecimento simbólico e emocional. Amplifica legitimidade e adesão.
<b>Materialização</b>	A postagem é um artefato comunicativo concreto: traduz a estratégia de mobilização em um formato visual e textual compartilhável.	Representa uma forma de materialização discursiva e performativa dos enquadramentos, projetada para circulação em redes e engajamento rápido.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Combinação entre comunicação digital (Instagram) e incitação à ação presencial disruptiva (“ocupar a Câmara”).	Integra estratégias “de dentro” (inserção institucional via PL) e “de fora” (pressão de base), articulando mobilização digital e ocupação do espaço físico.
<b>Quadros Híbridos Ideacionais</b>	Legenda mescla queixa (“Nada adianta apenas dizer...”) com exigência prática (“Precisamos nos articular...”).	Funde diagnóstico e prognóstico em um único discurso, articulando denúncia e ação. Essa hibridização ideacional torna a mensagem mais persuasiva e direta.
<b>Análise Diacrônica</b>	Publicação datada de 19/08/2021, após submissão do Projeto de Lei à Câmara (04/08/2021) e antes da votação.	Atua como reforço estratégico da mobilização: mantém o ímpeto dos coletivos e da base durante a tramitação legislativa, evidenciando continuidade da ação coletiva.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de registros da publicação da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Maringá.

Esse quadro evidencia a potência comunicativa dos enquadramentos interpretativos quando traduzidos para o espaço público digital. A publicação da Comissão da OAB atua como ponte entre a arena institucional (tramitação do Projeto de Lei) e a arena mobilizadora, ativando frames de forma performática para manter a pressão sobre o Legislativo e engajar a comunidade LGBTQIA+ e aliadas.

Três aspectos são centrais nesse documento, a fusão entre discurso e imagem, onde a combinação de linguagem imperativa com elementos visuais identitários cria um forte apelo emocional e simbólico, essencial para mobilização de base (Goodwin; Jasper; Polletta, 2001). A hibridização estratégica, por meio da qual a postagem articula repertórios de ação digital e presencial, mostrando a adaptabilidade dos movimentos em contextos híbridos de disputa política. E, a função diacrônica de reforço, que se posicionada entre a apresentação do Projeto de Lei e sua votação, demonstra como a publicação é um dispositivo de manutenção de mobilização, sinalizando que a luta não termina com o protocolo legislativo, mas continua no acompanhamento político.

Em suma, esta seção demonstrou como a fase inicial de proposição do Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá foi um período de intensa e estratégica construção de *frames*. A elaboração colaborativa do Projeto de Lei entre os coletivos e o Poder Executivo resultou em uma proposta robusta, que articulou com clareza o diagnóstico de invisibilidade e violência, o prognóstico de um conselho paritário e deliberativo, e um forte apelo motivacional ancorado nos *master frames* de direitos humanos, cidadania e democracia participativa. A análise do Projeto de Lei e do processo administrativo revelou a materialização multidimensional (discursiva, organizacional, redistributiva) desses *frames* e as hibridizações estratégicas que perpassaram a interação entre ativismo e institucionalidade. Contudo, a observação participante forneceu um olhar microfundamental sobre as fraturas internas e a ambivalência estratégica dos coletivos, que, embora mobilizados e vitoriosos na primeira votação, operaram com cautela e consciência dos limites impostos pela política da respeitabilidade. Esse período, caracterizado pela ausência de um contramovimento explicitamente organizado, pavimentou o caminho para a consolidação da proposta, mas simultaneamente expôs as tensões inerentes à luta por reconhecimento institucional em contextos políticos sensíveis.

### 5.3 O CONFRONTO ABERTO: A ASCENSÃO DO CONTRAMOVIMENTO E A BATALHA PELA NARRATIVA (PÓS-PRIMEIRA VOTAÇÃO À REJEIÇÃO)

Após a aprovação do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+ em primeira discussão na Câmara de Vereadores de Maringá, a dinâmica política em torno da proposta experimentou uma virada abrupta e polarizada. O que antes era um

processo de construção e articulação, principalmente entre os proponentes e o Executivo, transformou-se em um campo de confronto aberto, marcado pela emergência e intensa mobilização de um contramovimento social vocacionado à oposição intransigente. Esta seção se dedicará a analisar essa fase crítica, que se estende desde o período imediatamente posterior à aprovação preliminar até a votação em segunda discussão, culminando na rejeição da criação do Conselho.

A investigação será aprofundada pela análise de um conjunto diversificado de documentos-fonte, que incluem a observação participante de como o movimento LGBTQIA+ se posicionou após a aprovação, as publicações em redes sociais do contramovimento (setores religioso e político conservador), transcrições de falas de vereadores e representantes de coletivos (pró e contra a criação do conselho), vídeos de ativistas conservadores, e reportagens da mídia local. Essa abordagem permitirá desvendar as batalhas de enquadramento (*framing contests*), as hibridizações ideacionais e táticas empregadas por ambos os lados em meio à escalada do conflito, a materialização da rejeição e as microdinâmicas de polarização que culminaram no desfecho adverso da proposta.

### 5.3.1 A rearticulação dos proponentes: ampliando redes de apoio e enfrentando os primeiros obstáculos

As informações desta seção derivam de observação participante realizada entre os dias 17 e 18 de agosto de 2021, a partir da inserção do pesquisador em grupos de mensagens e reuniões virtuais dos coletivos LGBTQIA+ de Maringá. Essa imersão permitiu acompanhar as interações, decisões estratégicas e reações em tempo real no intervalo entre a primeira e a segunda votação do Projeto de Lei n. 16.058/2021.

Os registros etnográficos indicam que, após a aprovação em primeira discussão, o entusiasmo inicial deu lugar a um clima de urgência, levando os coletivos a intensificar a mobilização. Definiu-se uma estratégia combinada de pressão digital e presença física na Câmara Municipal, evidenciando um processo de hibridização estratégica voltado à sustentação do enquadramento prognóstico da criação do Conselho.

As interações internas também revelaram a circulação de mensagens oriundas de grupos religiosos conservadores, percebidas como parte de uma atuação

organizada do contramovimento. Essas mensagens, que distorciam a função fiscalizadora do Conselho ao enquadrá-lo como mecanismo de censura, foram debatidas nos grupos e orientaram a formulação de respostas estratégicas para neutralizar contraenquadramentos.

Os dados de campo revelam que, nesse intervalo, houve uma circulação intensa de mensagens internas entre ativistas, que compartilhavam e comentavam conteúdos provenientes de redes religiosas conservadoras. Essas mensagens buscavam deslegitimar o conselho ao enquadrá-lo como ameaça à liberdade religiosa e instrumento de censura, ativando o *master frame* da “ideologia de gênero” e estratégias típicas de pânico moral (Rubin, 1989; Mello, 2006;). A reação dos coletivos, observada nessas interações, incluiu tentativas de responder no mesmo terreno discursivo, recorrendo a passagens bíblicas como forma de hibridização ideacional, buscando contrapor argumentos religiosos com referências internas à própria tradição religiosa, numa estratégia de disputa simbólica situada.

A análise diacrônica desses dois dias mostra uma aceleração significativa dos acontecimentos. Quando foi informada a inclusão do Projeto de Lei na pauta da sessão do dia seguinte, instalou-se um clima de urgência e reorganização estratégica. Os registros etnográficos indicam que os coletivos avaliaram cenários de votação, presença de vereadores e riscos de adiamento, ajustando rapidamente suas estratégias. Decidiu-se manter a mobilização presencial mesmo diante da possibilidade de mudança de pauta, revelando a capacidade adaptativa e a resiliência dos movimentos em contextos de contingência política (Tarrow, 1998).

A investigação microfundamental, viabilizada pela presença direta no campo, evidencia negociações internas de enquadramento voltadas a públicos distintos. Parte dos membros defendeu o uso de uma retórica mais conciliatória, aproximando-se de uma “performance hétero conciliadora” ao dialogar com vereadores, enfatizando benefícios gerais, como a redução da violência e da criminalidade, em contraposição aos contraenquadramentos conservadores que retratavam o Conselho como imposição ideológica. Essa escolha representa um caso de alinhamento estratégico de *frames* e hibridização ideacional orientada à ressonância com setores conservadores (Polletta, 1998; Tarrow, 2009).

Também foram observadas preocupações internas com possíveis vazamentos de informações e presença de “infiltrados”, demonstrando consciência da vigilância do contramovimento e das vulnerabilidades comunicacionais em nível micro. A

aprovação do Projeto de Lei em primeira votação, em 17 de agosto de 2021, com dez votos favoráveis e três contrários, representou uma materialização organizacional significativa, sinalizando um avanço concreto no Legislativo. Complementarmente, publicações posteriores feitas nas redes sociais dos coletivos, no dia 18 de agosto, atuaram como materializações discursivas, consolidando publicamente a vitória parcial e convocando para a segunda votação.

**Quadro 9 – Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos (Observação Participante – 17-18/08/2021)**

Elemento Analítico	Evidências empíricas observadas	Interpretação/Função no conflito
<b>Quadros Diagnósticos</b>	Mensagens internas indicam percepção de ameaça oriunda do contramovimento religioso, que enquadra o conselho como instrumento de censura e ameaça à liberdade religiosa.	Diagnóstico reativo: os coletivos identificam o enquadramento conservador em circulação (master frame da “ideologia de gênero” + pânico moral), e o tratam como problema estratégico a ser neutralizado.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Estratégias definidas nos grupos: intensificação da mobilização entre primeira e segunda votação; combinação de pressão digital e presença física na Câmara; decisões rápidas diante da iminência da votação.	Construção de soluções em tempo real: pressão política híbrida ( <i>online</i> + presencial) para garantir aprovação na segunda votação.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Clima de urgência após anúncio da nova pauta; discursos internos de mobilização e manutenção da pressão independentemente de eventuais adiamentos.	Mobiliza a base e coordena ação coletiva, transformando a ameaça externa e a aceleração temporal em combustível para ação coordenada.
<b>Quadros Mestres</b>	Contraenquadramento conservador mobiliza master frame da “ideologia de gênero” e “liberdade religiosa”; coletivos recorrem a frames de “direitos humanos” e “justiça social” como pano de fundo.	Master <i>frames</i> estruturam tanto o ataque (conservador) quanto a defesa (movimento), servindo de linguagem comum para disputar sentidos na esfera pública e institucional.
<b>Ressonância Diferencial</b>	Adoção de discursos “conciliatórios” dirigidos a vereadores conservadores, enfatizando segurança pública e redução da violência como benefícios gerais do conselho.	Estratégia de alinhamento de frames para ampliar ressonância junto a públicos políticos não alinhados, evitando confronto direto com valores religiosos.
<b>Materialização</b>	Aprovação do PL em primeira votação (17/08/2021) como materialização organizacional; publicações em redes sociais (18/08) como materialização discursiva.	Tradução da mobilização estratégica em avanços institucionais concretos (votação favorável) e construção pública de narrativa de vitória parcial.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Combinação deliberada de <i>lobby</i> digital e mobilização presencial; integração de respostas discursivas religiosas a partir de elementos internos da própria tradição cristã.	Demonstra articulação entre diferentes lógicas de ação (institucional, simbólica e de rua) em um curto intervalo temporal.
<b>Quadros Híbridos Ideacionais</b>	Respostas ao contramovimento recorreram a argumentos religiosos (ex. passagens bíblicas) para	Fusão entre linguagem religiosa e política de direitos, gerando um quadro híbrido capaz de disputar

	disputar sentidos no mesmo terreno simbólico.	legitimidade junto a públicos religiosos.
<b>Análise Diacrônica</b>	Período de 48h (17-18 de agosto) marcado por aceleração decisória e reorganização estratégica diante da inclusão repentina do PL na pauta.	Momento liminar de intensificação do conflito: reconfiguração rápida de estratégias e alinhamentos para enfrentar contingências políticas imediatas.
<b>Investigação Microfundamental</b>	Registros etnográficos mostram negociações internas sobre enquadramentos, vulnerabilidades comunicacionais (infiltrados), uso de diferentes discursos para diferentes públicos e coordenação em tempo real.	Observação participante revela processos interativos internos invisíveis em documentos: disputas, ajustes, decisões situadas e vigilância recíproca entre movimentos e contramovimentos.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados empíricos produzidos por observação participante.

Esse quadro mostra como, em um intervalo temporal curto, os coletivos LGBTQIA+ de Maringá combinaram diagnóstico reativo (identificação de contraenquadramentos religiosos), prognóstico ágil (integração de ações *online* e presenciais) e motivação estratégica (mobilização sob pressão), resultando em avanços materiais (primeira votação aprovada) e discursivos (respostas públicas coordenadas).

Do ponto de vista teórico, trata-se de um exemplo robusto de hibridização estratégica e ideacional em tempo real (Polletta, 1998); ressonância diferencial deliberada; negociação de *frames* em nível micro, observável apenas por meio da inserção etnográfica, não por documentos públicos.

O *cartaz* da Coalização LGBTI+, com o título “Votação PL n. 16.058/2021 que cria o Conselho Municipal de Direitos LGBTI+” e o chamado “Vamos ocupar a Câmara de Vereadores de Maringá! Participe!”, é um exemplo contundente de enquadramento motivacional e prognóstico, que busca engajar a população para a votação do dia 19/08. A legenda “Nada adianta apenas dizer que não temos políticas públicas para a população LGBTI+! Precisamos nos articular para a implementação dessa pauta!!” reitera o diagnóstico de ineficácia e a necessidade de ação.

Neste recorte analítico, a dimensão da modularidade não foi mobilizada, pois não se mostrou necessária à interpretação do material oriundo da observação participante. Embora os coletivos tenham demonstrado capacidade adaptativa diante da aceleração do conflito, essas movimentações dizem respeito a decisões táticas situadas e negociadas internamente, e não à circulação de um mesmo *frame* por arenas sociais diversas, que constitui o núcleo da modularidade. Assim, a análise privilegia categorias mais diretamente observáveis no campo, como a investigação

microfundamental, a hibridização estratégica e ideacional e a dimensão diacrônica, mais adequadas para captar as dinâmicas de coordenação, disputa interna e reposicionamento discursivo entre as votações.

**Figura 6** – Publicação/cartaz mobilizatório da Coalizção LGBTI+ no Instagram (@coalizãolgbt) em 18/08/2021, convocando para a votação do PL n. 16.058/2021



**Fonte:** Perfil do Instagram @coalizãolgbt<sup>23</sup> (2021).

A análise textual e imagética dessas publicações é reveladora. A colagem de locais emblemáticos da cidade e os símbolos do arco-íris amplificam a ressonância diferencial, construindo uma comunidade moral e um apelo afetivo que visa à solidariedade e à ação coletiva (Melucci, 1996). A chamada “presencialmente na Câmara, virtualmente nas redes sociais e divulgando essas informações para todos

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSuN3aygPsn/?igsh=MWtnamJwaDI1bTM0cg%3D%3D>. Acesso em: 14 nov. 2025.

os amigos” solidifica a hibridização tática em campo, mesclando o ativismo *online* e *offline*. A análise diacrônica destas postagens, veiculadas no dia 18 de agosto (um dia antes da segunda votação), evidencia a intensidade da mobilização final dos proponentes e a consciência da iminência do confronto.

Nesse cenário de crescente tensão e confronto, os coletivos LGBTQIA+ intensificaram sua hibridização estratégica pela busca ativa e diversificada de apoio junto a outras organizações, pesquisadores e setores da sociedade civil. Essa tática visava não apenas ampliar a base de suporte para a segunda votação do PL, mas também fortalecer a legitimidade de seus *frames* perante a oposição.

A busca por aliados se expande para o setor privado, com o objetivo de obter o apoio do empresariado LGBTQIA+ e aliados, demonstrando assim uma hibridização tática que transcende as esferas tradicionais do ativismo.

**Quadro 10** – Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos (Cartaz da Coalizão LGBTI+ e publicações de mobilização – 18/08/2021)

Elemento Analítico	Evidências empíricas observadas	Interpretação/Função no conflito
<b>Quadros Diagnósticos</b>	Legenda do cartaz: “Nada adianta apenas dizer que não temos políticas públicas para a população LGBTI+! PRECISAMOS nos articular para a implementação dessa pauta!”.	Denúncia explícita da ausência de políticas públicas efetivas para a população LGBTQIA+, funcionando como diagnóstico do problema e como base legitimadora para a ação coletiva.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Título do cartaz: “Votação PL n. 16.058/2021 que cria o Conselho Municipal de Direitos LGBTI+”; instruções para ação (“presencialmente na Câmara, virtualmente nas redes sociais e divulgando essas informações para todos os amigos”).	Define claramente a solução institucional – aprovação do PL – e indica caminhos concretos de ação coletiva para alcançá-la (presença física, mobilização digital e difusão em rede).
<b>Quadros Motivacionais</b>	Chamado: “Vamos ocupar a Câmara de Vereadores de Maringá! Participe!”.	Convocação direta à ação, gerando senso de urgência e pertencimento coletivo. Visa transformar apoiadores em participantes ativos no momento decisivo da votação.
<b>Quadros Mestres</b>	“Direitos LGBTI+” e “Participação Popular” estruturam a linguagem do cartaz.	Recorre a <i>frames</i> amplamente legitimados para universalizar a pauta, ligando a luta local a princípios mais amplos de justiça e cidadania participativa.
<b>Ressonância Diferencial</b>	Colagem de locais emblemáticos diverso, uso de símbolos do arco-íris e linguagem inclusiva.	Cria identificação afetiva e comunitária, reforçando laços de solidariedade e mobilizando públicos heterogêneos. Amplia a legitimidade e adesão ao <i>frame</i> .
<b>Materialização</b>	Cartaz digital amplamente compartilhado; publicações estratégicas nas redes sociais em 18/08, véspera da votação.	A peça gráfica e as publicações funcionam como <i>materializações discursivas</i> da estratégia de mobilização, condensando

		diagnósticos, prognósticos e apelos motivacionais em um artefato circulável.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Convocação simultânea para ação <i>online</i> (divulgação, redes sociais) e <i>offline</i> (ocupação da Câmara); busca ativa por apoio institucional (OAB Paraná, empresariado LGBTQIA+).	Combina repertórios distintos – militância digital, presença física e <i>lobby</i> institucional – para maximizar alcance e eficácia estratégica no momento liminar do processo legislativo.
<b>Análise Diacrônica</b>	Publicações realizadas no dia 18/08, um dia antes da segunda votação, 19/08.	Marca a fase final e mais intensa de mobilização dos proponentes, caracterizada por convergência discursiva, estética e estratégica diante da iminência do confronto legislativo.

**Fonte:** Elaboração própria a partir do cartaz da Coalizão LGBTI+ e publicações de mobilização – 18/08/2021).

O quadro acima evidencia como o cartaz e as publicações de 18/08 atuam como dispositivos comunicacionais condensadores, neles, diagnóstico, prognóstico e motivação se articulam de maneira simbólica e performativa, ativando identidades coletivas, *frames* amplos e estratégias híbridas de ação.

Neste material, a modularidade não é acionada, pois as adaptações observadas dizem respeito a decisões táticas internas, e não à circulação de *frames* entre arenas distintas. A análise concentra-se, assim, na investigação microfundamental, na hibridização estratégica e ideacional e na dimensão diacrônica, mais adequadas para captar as dinâmicas observadas entre as votações.

É possível notar três aspectos centrais, a sinergia entre estética, discurso e ação, onde os elementos visuais e textuais do cartaz não são ornamentais, mas constitutivos da produção de sentido e mobilização. A hibridização estratégica e ideacional, ao combinar ação digital, ocupação física e alianças institucionais, os coletivos demonstram sofisticação tática em um contexto de confronto político intensificado. E a ressonância diferencial deliberada, os símbolos identitários e a linguagem inclusiva produzem reconhecimento comunitário, enquanto a formalidade do Projeto de Lei e da votação permite dialogar com públicos mais amplos e institucionais.

Verificando que diversas pessoas estavam apoiando a pauta, muitas empresas, associações, instituições, ONGs, entre outras, foi proposto então a divulgação desses apoios através de *cards* das empresas que declararem seu apoio, para serem publicados no perfil do Instagram da Coalizão LGBTI+. Essa ação evidencia a materialização discursiva dessa rede de apoio em artefatos comunicacionais públicos.

Verifica-se no perfil do COMDIPLGBTI+<sup>24</sup> (antigo perfil da Coalização LGBTI+), que foram publicadas 94 iniciativas de apoio, entre elas, a Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), a Defensoria Pública do Estado do Paraná, a APP-Sindicato dos Professores do Paraná, a ABLGBT Associação Brasileira LGBT, e o Instituto Brasileiro de Direito da Família, entre muitos outros.

Essa prática comunicacional, que transforma apoios institucionais em artefatos visuais compartilháveis, cumpre uma função estratégica relevante dentro do campo da disputa pública, ao tornar visíveis os atores aliados, ela amplia a legitimidade social da pauta e produz o que Gamson (1992) denomina *frames de solidariedade pública*. Não se trata apenas de listar apoiadores, mas de inscrevê-los simbolicamente em uma narrativa coletiva de reconhecimento e corresponsabilidade. A presença de instituições públicas, religiosas progressistas e organizações profissionais nesses *cards* evidencia a heterogeneidade da rede, revelando a capacidade do movimento de mobilizar aliados para além do círculo ativista tradicional. Essa multiplicidade de vozes favoráveis contribui para reforçar a modularidade e a ressonância diferencial dos enquadramentos mobilizados, pois conecta a pauta LGBTQIA+ a valores amplamente reconhecidos, como direitos humanos, justiça social e cidadania.

Além disso, ao serem difundidos em plataformas digitais de alta circulação, esses *cards* atuam como instrumentos de hibridização discursiva e tática. Por um lado, eles inserem a luta LGBTQIA+ no espaço institucional, ao trazer entidades com legitimidade jurídica e social; por outro, empregam recursos comunicacionais típicos do ativismo digital contemporâneo, com linguagem acessível, estética visual padronizada e potencial de circulação em rede. Como aponta Castells (2015), a morfologia em rede dos movimentos sociais contemporâneos permite que símbolos, mensagens e alianças se propaguem de forma descentralizada, convertendo apoios pontuais em repertórios comunicacionais duradouros. Nesse sentido, a publicação dos *cards* não é apenas uma prática de registro, mas um ato performativo que contribui para consolidar uma comunidade política ampliada e fortalecer a disputa interpretativa em torno da legitimidade do Conselho LGBTQIA+.

**Figura 7 – Card de apoio institucional à criação do Conselho Municipal LGBTQIA+**

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/comdiplgbti/?igsh=MW96anZqYzQxODRpNg%3D%3D#>. Acesso em: 20 out. 2025.



**MANIFESTE O SEU APOIO PARA A CRIAÇÃO DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS LGBTI+ DE MARINGÁ  
PL 16.058/2021**

A votação será no dia  
19/08/2021, às 9h30min  
na Câmara Municipal de  
Maringá.  
**PARTICIPE!**

ESSA  
INSTITUIÇÃO  
**APOIA**

19

Curtido por carla\_cecilia\_almeida e outras pessoas  
comdipigbti Quinta-feira dia 19/08/21, será votado na  
Câmara Municipal de Maringá, em segunda discussão, o  
Projeto de Lei que criará o Conselho de Direitos LGBTI+ de  
Maringá.  
A ABGLT @abgit.official apoia essa iniciativa.

Vamos apoiar da forma que for possível, presencialmente na  
Câmara, virtualmente nas redes sociais e divulgando essas  
informações para todos os amigos.

Juntos somos mais fortes! 🇺🇪 🇧🇷 🇺🇪

#aprovaCMM #simpl16058 #simconselhoigtmaringa

18 de agosto de 2021

Fonte: Perfil do Instagram @abgit.official<sup>25</sup> (2021).

<sup>25</sup> Disponível em: Fonte: <https://www.instagram.com/p/CSuN3aygPsn/?igsh=MWtnamJwaDI1bTM0cg%3D%3D>. Acesso em: 14 nov. 2025.

**Figura 8** – Amostragem dos *cards* de apoio institucional à criação do Conselho Municipal LGBTQIA+



Fonte: Perfil do Instagram @comdiplgbti<sup>26</sup>.

Adicionalmente, a estratégia incluiu a ocupação de espaços midiáticos, onde membros dos coletivos forneceram entrevistas em espaços como rádio e jornais locais (Jovem Pan News e RPC TV) assim ilustrando a busca por ampliar a ressonância dos *frames* através de canais de massa. Houve uma preocupação em dialogar com a imprensa para corrigirem certas matérias, ou seja, explicarem sobre o Projeto de Lei,

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/comdiplgbti?igsh=MW96anZqYzQxODRpNg%3D%3D>. Acesso em: 14 nov. 2025.

e derrubarem as Fake News que estavam correndo, que revelou uma estratégia de contraenquadramento ativa frente a coberturas “sensacionalistas” ou distorcidas. Essas ações, que mobilizam desde o *lobby* institucional até a comunicação estratégica e o ativismo midiático, reforçam o caráter multifacetado da hibridização estratégica da Coalizão LGBTI+ de Maringá nesta fase da disputa.

As publicações no Instagram da Coalizão LGBTI+ Maringá (COMDIPLGBTI), como o “cartaz CDSG” e o *post* de “Apoio de organizações à criação do Conselho” da ABGLT e outras 93 organizações, ambas datadas nesse período conflitivo, são materializações discursivas diretas dessa intensa mobilização.

A análise imagética evidencia a construção de ressonância diferencial por meio de quadros híbridos. O card combina cores associadas à diversidade LGBTQIA+ com imagens reconhecíveis de Maringá, articulando pertencimento local e identidade coletiva. Ao justapor a estética da diversidade ao título formal de um “Projeto de Lei” e ao chamado à ocupação da Câmara, a peça constrói um enquadramento ideacional híbrido, que integra institucionalidade e militância direta em uma mesma narrativa visual.

Similarmente, a publicação da ABGLT (usado como exemplo, mas tendo outros tantos apoios), ao apresentar o selo “Essa Instituição Apoia”, materializa a legitimação da causa através do endosso de uma entidade reconhecida, combinando a força simbólica da mobilização identitária com o capital institucional. As hashtags, como #aprovaCMM #simPL16058 #simconselhoLGBTMaringá, são materializações discursivas da estratégia de enquadramento nas redes, buscando ampliar o alcance e a adesão.

Do ponto de vista diacrônico, essas publicações (18/08/2021) situam-se estrategicamente às vésperas da segunda votação (19/08/2021), evidenciando a intensidade da mobilização final dos proponentes e a consciência da iminência do confronto.

**Quadro 11 – Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos – publicações de apoio institucional e ocupação midiática**

Elemento Analítico	Evidências Empíricas Observadas	Interpretação/Função no Conflito
<p align="center"><b>Quadros Diagnósticos</b></p>	<p align="center">Legenda dos <i>cards</i>: crítica à ausência de políticas públicas efetivas e combate a fake news; entrevistas em rádios e TVs para corrigir distorções.</p>	<p align="center">Identificam a desinformação e a lacuna de políticas como problemas centrais. A correção de matérias sensacionalistas revela diagnóstico ativo da ameaça representada pelos</p>

		contraenquadramentos conservadores.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Divulgação de <i>cards</i> de apoio institucional (ex.: ABGLT, ICM, Defensoria Pública, APP-Sindicato, IBDFAM); hashtags #aprovaCMM #simPL16058.	Posicionam a aprovação do PL n. 16.058/2021 como solução central e apresentam o apoio público de instituições reconhecidas como meio estratégico de fortalecer a legitimidade da proposta perante vereadores e opinião pública.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Chamados como “Vamos ocupar a Câmara” nos <i>cards</i> ; incentivo à divulgação massiva nas redes; hashtags mobilizadoras.	Convocam a base e aliados a agir imediatamente antes da votação, despertando senso de pertencimento, urgência e responsabilidade coletiva.
<b>Quadros Mestres</b>	“Direitos LGBTI+”, “Participação Popular” e “Democracia” permeiam os textos e imagens.	Recorrem a <i>frames</i> amplamente aceitos para universalizar a pauta, conectando-a a ideais constitucionais e de cidadania democrática.
<b>Ressonância Diferencial</b>	Uso de ícones locais (cartões-postais de Maringá) junto a símbolos LGBTQIA+; diversidade de rostos; apoio de instituições reconhecidas.	Produz identificação simultânea com públicos distintos: comunidade LGBTQIA+, população local e instituições formais. A colagem visual e as hashtags ampliam a capacidade de penetração simbólica da pauta.
<b>Materialização</b>	Cards de apoio publicados no Instagram (94 organizações); entrevistas concedidas a Jovem Pan News e RPC TV; hashtags mobilizadoras.	Essas peças funcionam como materializações discursivas e performativas dos enquadramentos, transformando apoio difuso em artefatos públicos que circulam em múltiplos espaços comunicacionais.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Ação combinada: 1) endosso institucional (OAB, ABGLT, Defensoria); 2) ativismo digital com hashtags e <i>cards</i> ; 3) comunicação estratégica com mídia tradicional.	Integra estratégias de <i>lobby</i> institucional, mobilização em rede e atuação midiática, maximizando a capilaridade dos <i>frames</i> em um momento decisivo do processo legislativo.
<b>Quadros Híbridos Ideacionais</b>	Justaposição de estética identitária (arco-íris, rostos diversos) com linguagem jurídico-institucional (“Projeto de Lei”, logomarcas de instituições).	Produz um quadro híbrido que dialoga tanto com a base comunitária quanto com atores institucionais e setores moderados da sociedade, articulando identidade, legalidade e legitimidade pública.
<b>Análise Diacrônica</b>	Publicações e entrevistas realizadas em 18/08/2021, véspera da segunda votação, 19/08/2021.	Situam-se em um momento liminar, de alta intensidade estratégica, em que a coalizão busca consolidar apoios e maximizar a ressonância dos <i>frames</i> imediatamente antes da decisão legislativa.

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise dos *cards* de apoio institucionais.

Esse momento evidencia a sofisticação estratégica e comunicacional dos coletivos LGBTQIA+ de Maringá. A divulgação do apoio de 94 entidades ampliou a legitimidade da pauta, convertendo respaldo institucional em capital simbólico visível.

Ao mesmo tempo, as ações midiáticas indicam a disposição dos ativistas em disputar narrativas com os contramovimentos, enfrentando diretamente frames conservadores no espaço público. Por fim, a articulação entre mídia tradicional, redes sociais, endossos institucionais e estética identitária revela uma hibridização tática complexa, operada de forma coordenada e em tempo real.

Apesar da intensa mobilização da Coalizão LGBTI+ e de seus aliados, a sessão de 19 de agosto de 2021 resultou na retirada do Projeto de Lei de pauta por quatro sessões, e não em sua votação em segunda discussão. Essa decisão, noticiada pela GMC Online (Peña, 2021), marca um ponto de inflexão ao constituir a primeira materialização efetiva da contra-ação do contramovimento. O adiamento abriu uma janela estratégica para a reorganização de setores conservadores, ampliando sua capacidade de pressão sobre os parlamentares, ao mesmo tempo em que sinalizou o enfraquecimento momentâneo do apoio ao projeto na Câmara. Mais do que alterar o cronograma legislativo, a retirada de pauta reconfigurou o campo da disputa simbólica e institucional em torno do Conselho.

**Figura 9** – Notícia do jornal GMC Online de 19/08/2021 informa a retirada de pauta do PL da criação do Conselho LGBT



Fonte: Peña (2021).

A matéria da GMC Online (Peña, 2021) fornece um diagnóstico imediato da situação, apontando que o PL “acabou sendo retirada de pauta [...] após a proposição de 20 emendas e pressão popular de religiosos”. Isso explicita a causalidade da retirada: a ação articulada da oposição. O artigo destaca que “em dois dias, as forças contrárias se mobilizaram. Liderados pela Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá (OPEM), os contrários ao projeto foram à Câmara”. Essa descrição é um claro enquadramento diagnóstico da emergência e eficácia do contramovimento.

O enquadramento prognóstico da notícia se concentra na indefinição do futuro do PL, indicando que a retirada visa “construir um texto que seja ajustado”. A matéria, ao citar o advogado Rogério Calazans (representante da OPEM), revela o prognóstico do contramovimento: eles não seriam “contra o Conselho, mas o fato dele ser deliberativo e fiscalizatório”, propondo um “conselho propositivo e construtivo”. Isso demonstra a busca por esvaziar o PL de seu poder, aceitando uma “fachada” de conselho.

Em termos motivacionais, a notícia retrata a “pressão popular de religiosos” como o fator que motivou a retirada, sublinhando o poder de mobilização da oposição. A reportagem também apresenta o contraponto, citando a presidente da Associação Maringaense LGBT, Margot Jung, que defende o caráter deliberativo do Conselho como benéfico para “toda a população” e essencial para “melhorar o acesso da população LGBTI à saúde, à segurança, à educação pública de qualidade”, buscando motivar a manutenção do caráter original do Projeto de Lei.

Os quadros mestres em disputa são evidentes. A OPEM mobiliza o *master frame* de “liberdade religiosa” e “família tradicional” ao argumentar que o conselho pode “desencadear uma fiscalização ideológica” e “doutrinação na escola” sobre identidade de gênero. Em contrapartida, Margot Jung invoca os *master frames* de “direitos humanos”, “igualdade” e a “padrão de governança democrática” (referindo-se aos “58 conselhos” já existentes que são deliberativos e fiscalizadores), buscando deslegitimar a oposição como “falta de conhecimento”.

As hibridizações estratégicas e ideacionais são centrais. A reportagem descreve a hibridização tática do contramovimento, que combinou a “pressão popular de religiosos” (mobilização de rua/presença) com a “proposição de 20 emendas” (ação legislativa formal). A fala do advogado Calazans é um exemplo de quadro híbrido ideacional, que mescla um discurso técnico-jurídico (“termos vagos”, “fiscalização

ideológica”) com um apelo moral (“família cristã”, “doutrinação na escola”) para justificar a descaracterização do conselho.

A materialização mais imediata e significativa é a própria retirada de pauta por quatro sessões, uma materialização organizacional da força do contramovimento. A imagem da matéria, mostrando manifestantes pró-LGBT com bandeiras e cartazes, é uma materialização visual da presença dos proponentes, enquanto a menção à presença da OPEM indica a contramobilização.

A análise diacrônica mostra que, em apenas dois dias após a aprovação em primeira votação, o cenário mudou radicalmente, caracterizando um momento de virada discursiva e tática e a transição para um confronto aberto e polarizado.

**Quadro 12 – Esquema analítico dos enquadramentos interpretativos – matéria GMC Online sobre retirada de pauta do PL n. 16.058/2021 – 19/08/2021**

<b>Elemento Analítico</b>	<b>Evidências Empíricas Observadas</b>	<b>Interpretação/Função no Conflito</b>
<b>Quadros Diagnósticos</b>	A matéria indica que a retirada ocorreu “após a proposição de 20 emendas e pressão popular de religiosos”; relata a mobilização da OPEM em dois dias.	Diagnostica a ação coordenada do contramovimento como causa direta da retirada. Reconfigura publicamente o cenário, identificando novos atores centrais e um novo <i>locus</i> de disputa (Câmara).
<b>Quadros Prognósticos</b>	“Construir um texto que seja ajustado”; Calazans afirma não ser contra o conselho, mas contra seu caráter deliberativo/fiscalizatório; propõe um “conselho propositivo”.	O contramovimento projeta uma solução alternativa que esvazia a potência institucional do Conselho, buscando transformar a proposta em uma versão inócua.
<b>Quadros Motivacionais</b>	A matéria destaca a “pressão popular de religiosos” como motor da retirada; Margot Jung defende o caráter deliberativo para “toda a população”, apelando para justiça social e eficiência democrática.	Duas motivações concorrentes: de um lado, a mobilização moral-religiosa; de outro, a defesa democrática e universalista dos proponentes. Ambas buscam engajar suas bases e moldar a opinião pública.
<b>Quadros Mestres</b>	Contramovimento: “liberdade religiosa”, “família tradicional”, “ideologia de gênero” (ameaça moral). Movimento: “direitos humanos”, “igualdade”, “governança democrática” (58 conselhos existentes).	O debate enquadra-se como um choque entre <i>master frames</i> estruturantes da política contemporânea brasileira: direitos vs. moralismo religioso, igualdade vs. ideologia de gênero.
<b>Ressonância Diferencial</b>	O contramovimento apela a valores religiosos enraizados (liberdade de crença, defesa da família). O movimento apela à legitimidade institucional e à universalidade de direitos.	A disputa testa qual narrativa ressoa mais fortemente com segmentos distintos: fiéis conservadores vs. setores liberais/democráticos, vereadores indecisos e opinião pública.
<b>Materialização</b>	Retirada de pauta por quatro sessões; presença física de grupos religiosos e LGBTQIA+ na Câmara;	A retirada é uma materialização organizacional da força do contramovimento, convertendo pressão discursiva em efeito

	imagem de manifestantes pró-LGBT com bandeiras e cartazes.	procedimental concreto. A presença visual dos grupos reforça a materialização simbólica da polarização.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Contramovimento: combina mobilização popular religiosa com proposição de 20 emendas legislativas.	Estratégia híbrida que une pressão de base e ação institucional formal, maximizando a influência política. Os proponentes, por sua vez, respondem com contra-argumentação pública.
<b>Quadros Híbridos Ideacionais</b>	Declarações de Calazans mesclam jargão jurídico (“termos vagos”, “fiscalização ideológica”) com apelos morais (“família cristã”, “doutrinação na escola”).	Produzem um quadro híbrido que busca legitimação técnica junto ao Legislativo e mobilização moral junto à base religiosa.
<b>Análise Diacrônica</b>	Em apenas dois dias após a primeira votação, o cenário muda radicalmente: de uma vitória parcial à suspensão do processo legislativo.	Marca uma “virada discursiva e tática”, um ponto de transição da disputa relativamente controlada para o confronto aberto, com protagonismo crescente do contramovimento.

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise da matéria GMC Online sobre retirada de pauta do PL n. 16.058/2021 – 19/08/2021.

Neste ponto da análise, nem todas as dimensões do esquema foram acionadas. Por se tratar de material jornalístico, o corpus permite observar a disputa já publicizada, mas não oferece elementos suficientes para acessar as interações e negociações de bastidores, o que justifica a exclusão da dimensão microfundamental. Do mesmo modo, a modularidade não foi mobilizada, uma vez que a notícia não possibilita acompanhar a circulação e reconfiguração dos enquadramentos entre arenas distintas, restringindo-se ao registro imediato do embate legislativo.

Esse momento representa o primeiro revés institucional concreto para os proponentes e o início de um ciclo contencioso mais intenso, em que o contramovimento religioso emerge como ator central. Três aspectos se destacam, sendo eles, a eficácia estratégica do contramovimento, em apenas dois dias, conseguiu reorganizar o campo discursivo e impor uma suspensão institucional ao PL, um feito revelador da sua capacidade organizacional e discursiva. A polarização de *frames* mestres, onde a matéria mostra de forma nítida o embate entre direitos humanos e liberdade religiosa/família tradicional, com ambos os lados tentando modular esses *frames* para o público local. E a hibridização tática bem-sucedida: a combinação de pressão religiosa e ação legislativa técnica foi decisiva para a retirada de pauta, sinalizando a sofisticação política dos setores conservadores.

Assim sendo, a fase de rearticulação dos proponentes, logo após a aprovação preliminar do Projeto de Lei, demonstrou a capacidade de adaptação e a multifacetada

hibridização estratégica da Coalizão LGBTI+ de Maringá, que buscou ampliar sua base de apoio e refinar suas táticas de comunicação em um cenário de urgência. Contudo, a análise diacrônica revela que essa fase também foi marcada pela imediata emergência e materialização da contra-ação de grupos conservadores. A proposição de múltiplas emendas e a pressão popular religiosa, habilmente enquadradas pela mídia local como “polêmica”, resultaram na retirada de pauta do projeto de lei, um revés que não apenas atrasou a tramitação, mas reconfigurou dramaticamente o campo da disputa. Este momento de adiamento, portanto, simboliza a transição de um cenário de proposição para um de confronto aberto, onde a batalha de *frames* entre movimentos e contramovimentos se tornaria o eixo central da disputa pelo destino do Conselho.

### 5.3.2 As emendas legislativas: a materialização da disputa no Parlamento

O adiamento da votação do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+ em 19 de agosto de 2021, provocado pela proposição massiva de emendas e pela pressão do contramovimento, marcou a transição da disputa para um novo patamar de confrontação. Este cenário revelou que a oposição não se limitaria à mobilização externa ou à retórica, mas buscaria ativamente materializar seus *frames* em ações legislativas concretas. Nesse contexto, a análise das emendas apresentadas ao PL n. 16.058/2021 torna-se essencial para desvendar as estratégias internas do Poder Legislativo e a intenção de descaracterizar a proposta original.

A análise do conjunto de Emendas Propostas ao Projeto de Lei n. 16.058/2021, confrontadas com o texto original do PL e as discussões do Processo Administrativo que o encaminhou, revela a complexidade e a intencionalidade estratégica do contramovimento. Essas emendas, em número de 20 (Anexo 3), conforme noticiado pela mídia local, foram assinadas pelos Vereadores Paulo Henrique Biazon Santos (PSL) e Rafael Diego Roza Camacho (NOVO). A ação coordenada de propor um volume tão significativo de alterações em um curto espaço de tempo constitui uma materialização legislativa (Latour, 2005; Schmidt, 2008) de uma clara e deliberada intenção de descaracterizar e neutralizar o Conselho. Essa investida parlamentar reflete os *frames* de oposição já explicitados nas mobilizações populares e midiáticas do contramovimento (Silva; Pereira, 2020), que visavam a despolitização e a neutralização da radicalidade do Projeto de Lei (Miskolci, 2017). A análise minuciosa

de seu teor permite desvendar as pretensões ideológicas por trás de suas formulações aparentemente técnicas e procedimentais.

Um dos alvos mais contundentes das emendas foi o caráter deliberativo e fiscalizador do Conselho, ponto central de resistência do contramovimento. A Emenda Modificativa n. 2<sup>27</sup>, proposta pelo vereador Paulo Henrique Biazon Santos, exemplifica essa investida ao propor alterar o art. 1º do PL para que o Conselho seja apenas de natureza “consultiva e propositiva”, suprimindo explicitamente as atribuições “deliberativa” e “fiscalizadora”. Essa alteração representa um enquadramento prognóstico que visa reduzir o Conselho a um mero órgão consultivo, sem poder de decisão ou controle sobre as políticas públicas.

O diagnóstico implícito aqui é o de que o caráter original do Conselho, com poder de deliberação e fiscalização, seria “excessivo” ou “perigoso”, passível de “fiscalização ideológica” ou “doutrinação”, conforme já articulado pelo advogado da Ordem dos Pastores Evangélicos e Maringá (OPEM) em matéria midiática. Essa emenda materializa a busca por um “conselho de fachada”, conforme antecipado pelos coletivos pró-Conselho em suas discussões internas. As emendas também visam diluir a especificidade da representação LGBTQIA+ no Conselho. A Emenda Modificativa n. 10, por exemplo, propõe alterar o art. 3º, § 2º, I, para que as associações da sociedade civil sejam descritas como atuantes na “promoção de direitos da pessoa humana”, retirando a menção explícita a “pessoas LGBTI+”.

Similarmente, a Emenda Modificativa n. 16 suprime a expressão “população LGBTI+” na descrição das entidades da sociedade civil para a primeira instalação do Conselho, substituindo-a por “direitos humanos” de forma genérica. Essa alteração proposta para o art. 19 do PL é um exemplo de hibridização ideacional que se apropria do *master frame* de “direitos humanos” para, paradoxalmente, diluir a identidade e a especificidade da pauta LGBTQIA+. Ao enquadrar a especificidade como “privilégio” ou “exclusividade”, busca-se esvaziar o conteúdo identitário do Conselho e fragilizar a legitimidade de demandas situadas, ativando um universalismo que, nas disputas interpretativas, tende a produzir invisibilização de experiências específicas e desmobilização afetiva, especialmente quando molduras identitárias são tratadas como entraves à aceitação pública (Pereira, 2014<sup>a</sup>; Miskolci, 2017).

---

<sup>27</sup> As Ementas Modificativas citadas nesta seção foram consultadas durante a pesquisa (no ano de 2021), no portal <http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001/materia/42750>; contudo, não se encontram mais disponíveis *online*.

Outra estratégia importante do contramovimento foi a ocupação interna da estrutura do Conselho. A Emenda Modificativa n. 8, proposta pelo vereador Paulo Henrique Biazon Santos, é um exemplo claro, ao propor a inclusão da “Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Subseção de Maringá” e, mais significativamente, a “Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá (OPEM)” como representantes no Conselho, nas cadeiras Governamentais. Essa alteração, que aumenta o número total de membros de 20 para 22 (conforme a Emenda Modificativa n. 7, também de autoria de Paulo Henrique Biazon Santos), representa uma materialização organizacional direta da influência do contramovimento, buscando assegurar uma voz formalizada e possivelmente obstrutiva dentro do próprio órgão. É importante notar que a inclusão da OPEM é feita no parágrafo que define a representação por “indicação direta” e, no Projeto de Lei original, refere-se aos representantes do Poder Público, o que sugere uma tentativa de elevar a OPEM ao *status* de um órgão quase-governamental ou de reconhecimento oficial dentro da estrutura do Conselho, borrando as fronteiras entre a sociedade civil e a representação estatal.

Essa tática revela uma hibridização estratégica que visa minar o conselho “por dentro”, transformando-o em um espaço de disputa permanente, onde a presença da OPEM em um conselho de direitos LGBTQIA+ indica um claro interesse de contraenquadramento, buscando atuar como uma “polícia moral” ou fiscalização ideológica sobre as pautas, ativando os *master frames* de “Liberdade Religiosa” e “Família Tradicional” (anti-“ideologia de gênero”).

As emendas também atacam a operacionalidade e a autonomia do Conselho, verificamos isso na Emenda Modificativa n. 4, de autoria dos vereadores, que remove a participação do Conselho na “proposta orçamentária” do art. 2º, II, do Projeto de Lei original. Enquanto a Emenda Modificativa n. 5, também de autoria dos vereadores, modifica o art. 2º, V, para que o Conselho apenas “proponha ao Município” diretrizes e não mais “formule” e “aplique recursos”. Essas modificações buscam esvaziar a capacidade deliberativa e de controle orçamentário do Conselho.

Adicionalmente, a Emenda Modificativa n. 14 suprime a possibilidade de custeio de despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos conselheiros. Essa medida, embora possa parecer uma medida de “economia”, pode funcionar como um mecanismo de exclusão de participantes de menor poder aquisitivo, comprometendo a diversidade e a representatividade do órgão.

A análise diacrônica dessas emendas, todas datadas de 18 de agosto de 2021, revela a rapidez e coordenação da reação do contramovimento após a aprovação em primeira votação (17 de agosto de 2021). A proposição de vinte emendas em um único dia demonstra uma estratégia legislativa articulada para “desconfigurar todo o projeto”, como observado pelo vereador Sidnei Telles, criando um ambiente de pressão para o adiamento e para a renegociação dos termos do Projeto de Lei. Essa ação massiva é uma materialização intensificada da disputa e um momento de virada tática do contramovimento, que utiliza a “contramobilização legal” (Ruibal, 2015) para impor sua agenda e neutralizar o avanço dos direitos.

**Quadro 13 – Emendas Parlamentares ao PL n. 16.058/2021 (18/08/2021)**

<b>Elemento Analítico</b>	<b>Evidências Identificadas</b>	<b>Interpretação/Função no Conflito</b>
<b>Quadros Diagnósticos</b>	As emendas partem do diagnóstico de que o Conselho original (deliberativo e fiscalizador) seria “excessivo”, “ideológico” e representaria ameaça à liberdade religiosa e à família tradicional. Essa percepção ecoa argumentos já difundidos pelo advogado da OPEM e setores religiosos conservadores.	O diagnóstico reformulado busca legitimar politicamente a reação ao PL, apresentando a versão original do Conselho como problemática e justificando a necessidade de mudanças. Constitui a base simbólica para a ofensiva legislativa do contramovimento.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Emenda n. 2 propõe alterar o Conselho para natureza apenas consultiva; Emendas n. 10 e 16 retiram menções explícitas à população LGBTI+; Emendas n. 4, 5 e 14 retiram prerrogativas orçamentárias e operacionais; Emenda n. 8 inclui a OPEM como representante governamental.	Propõem um modelo de Conselho esvaziado, com menor poder decisório e reduzida identidade LGBTQIA+. Representam um plano de ação legislativa para reconfigurar institucionalmente a proposta original, tornando-a compatível com a agenda conservadora.
<b>Quadros Motivacionais</b>	As alterações são justificadas como “ajustes técnicos”, “melhorias de clareza” ou “adequações necessárias”, evitando linguagem abertamente religiosa.	Funcionam como mecanismo de legitimação pública da ofensiva legislativa, apresentando uma agenda de descaracterização como racional e neutra, buscando convencer vereadores indecisos e setores moderados.
<b>Quadros Mestres</b>	Predominam os <i>master frames</i> de “Liberdade Religiosa” e “Família Tradicional” nos discursos e justificativas subjacentes, contrapostos aos de “Direitos Humanos” e “Governança Democrática” mobilizados pelos proponentes.	Esses <i>frames</i> estruturam a disputa moral e política, oferecendo ao contramovimento um repertório simbólico poderoso para justificar as alterações e deslegitimar o projeto original.
<b>Materialização</b>	As 20 emendas representam a tradução dos contraenquadramentos em instrumentos legislativos concretos: retiram competências, modificam composição, alteram linguagem legal.	A ofensiva passa da retórica para a ação institucional concreta, configurando um instrumento jurídico de reconfiguração da política pública proposta.

<b>Hibridização Estratégica</b>	A proposição coordenada de 20 emendas em um único dia combina mobilização externa (religiosa e midiática) com ação legislativa interna, articulada por dois vereadores.	Essa tática revela a sofisticação do contramovimento, que opera simultaneamente “por fora” e “por dentro” do Estado para maximizar sua influência sobre o processo legislativo.
<b>Quadros Híbridos</b>	As emendas combinam linguagem jurídico-técnica (“ajustes”, “clareza”) com apelos morais implícitos (“ideologia”, “família cristã”).	Produzem um discurso híbrido que transita legitimamente entre arenas religiosas e legislativas, permitindo que a agenda conservadora se institucionalize sem resistência direta.
<b>Análise Diacrônica</b>	As 20 emendas foram apresentadas em 18 de agosto de 2021, um dia após a aprovação em primeira votação. Essa rapidez mostra coordenação estratégica.	Representa um ponto de virada tática: o contramovimento desloca a disputa da esfera pública para o Legislativo, intensificando a contramobilização legal e buscando reverter avanços conquistados.
<b>Investigação Microfundamental</b>	A autoria concentrada em dois vereadores (Biazon e Camacho), a inclusão negociada da OPEM e a natureza específica das alterações indicam articulações políticas internas e acordos entre atores conservadores.	Revela os bastidores legislativos como espaço de negociação e codificação de <i>frames</i> , onde interesses religiosos e políticos são alinhados para moldar o conteúdo legal.
<b>Interpretação/ Função no Conflito</b>	As emendas funcionam como instrumento central de contraenquadramento legislativo, visando descaracterizar o Conselho e impor uma agenda conservadora de dentro do Legislativo. Elas marcam a transição para um confronto institucionalizado e procuram redefinir os rumos da disputa por meio da captura jurídica do instrumento participativo.	Atuam como uma forma de “contramobilização legal” (Ruibal, 2015), em que a oposição internaliza sua estratégia nas instituições estatais, buscando enfraquecer estruturalmente a proposta original e impor seus próprios marcos normativos.

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise das Emendas Parlamentares.

As emendas parlamentares representam um momento decisivo de contraofensiva institucional. Elas evidenciam como o contramovimento, após mobilizar sua base moral e religiosa, opera dentro das regras do jogo legislativo para traduzir seus *frames* em alterações jurídicas, combinando discurso técnico e moral para legitimar a descaracterização da proposta original. Essa operação estratégica, articulada em tempo recorde, desloca o conflito para o interior do Legislativo, revelando uma sofisticação política que ultrapassa a simples resistência discursiva, trata-se de uma tentativa clara de captura institucional, típica de estratégias de “contramobilização legal” (Ruibal, 2015), com potencial de redefinir os rumos do processo de institucionalização de políticas LGBTQIA+.

O adiamento da votação do Projeto de Lei e a propositura das emendas pelo contramovimento, conforme analisado acima, impuseram um novo e desafiador

cenário para o Movimento LGBTQIA+ de Maringá. Através da observação participante foi possível notar a revelação de microdinâmicas de reação imediata, as tensões internas e as estratégias de adaptação diante da escalada do confronto.

A reação inicial dos membros da formada Coalizão LGBTI+ foi marcada por uma mistura de emoção e urgência, logo após a aprovação em primeira discussão, que se transformam em um senso de necessidade de mobilização urgente. Este é um claro enquadramento motivacional que busca canalizar a energia da vitória parcial para a continuidade da ação.

O diagnóstico da situação, no entanto, já apontava para a atuação do contramovimento, onde a Coalizão LGBTI+ já tinha verificado que diversas pessoas religiosas estavam realizando pressão no legislativo pela rejeição da proposta, evidenciando a percepção da pressão externa e a materialização do contraenquadramento religioso.

Diante da iminência da segunda votação e da crescente oposição, a Coalizão LGBTI+ demonstrou uma hibridização estratégica na sua suspeita de ação. O movimento passou então a criar estratégias de ações para mobilização digital e também presencial, o que é uma materialização discursiva da estratégia de comunicação, buscando ampliar a ressonância da pauta através das redes sociais principalmente. Essa tática reflete a adaptabilidade dos movimentos sociais em cenários de contingência (Tarrow, 1998), combinando o *lobby* digital com a potencial mobilização presencial.

A investigação microfundamental nessa interação revela também as tensões e os limites da ação. Falas dos membros dos coletivos oscilavam entre a radicalidade, mas também em uma atuação com cautela, apontando para uma negociação interna sobre o grau de confrontação e a busca por uma hibridização ideacional que equilibre a firmeza da pauta com a necessidade de evitar a estigmatização. A dificuldade de diversos membros dos coletivos em ajudarem na pressão presencial junto a Câmara, devido a compromissos profissionais e outras situações, dentre elas a mais urgente a pandemia da covid-19, demonstram a realidade das limitações de recursos e tempo, e a valorização de qualquer forma de contribuição para a mobilização coletiva.

Apesar dos obstáculos e da crescente polarização, a Coalizão LGBTI+ manteve seu enquadramento prognóstico de longo prazo. Observou-se que os coletivos estavam esperançosos e projetando ações para uma eventual vitória para a criação do Conselho, mesmo em meio à crise, indica a continuidade da agenda de

institucionalização de direitos e a percepção de que a luta transcende o Projeto de Lei específico. Essa perspectiva demonstra a resiliência do movimento e sua capacidade de manter um horizonte de transformação, mesmo diante de reveses táticos. A diacronia das conversas, que se desenrolam em um curto espaço de tempo, mostrava a rápida transição da euforia para a necessidade de rearticulação e a percepção da complexidade do cenário de disputa.

A dimensão da modularidade não foi mobilizada, pois o corpus analisado é composto por emendas legislativas e não permite observar, com consistência, processos de adaptação e circulação dos *master frames* em diferentes arenas sociais. Aqui, o foco recai sobre a materialização normativa do conflito, isto é, sobre como os enquadramentos conservadores são traduzidos em alterações concretas no texto legal e na estrutura institucional proposta.

### 5.3.3 A voz do contramovimento: enquadramentos, mobilização e pânico moral

A retirada de pauta do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+ e a proposição de emendas legislativas não foram meros incidentes procedimentais, pois elas representaram a materialização da ascensão de um contramovimento social em Maringá, que se organizou rapidamente para barrar o avanço de uma pauta de direitos. Este item se dedicará a uma análise aprofundada da atuação desse contramovimento, explorando como ele construiu seus enquadramentos (*frames*), mobilizou sua base e gerou pânico moral para influenciar o debate público e o processo legislativo. A investigação se concentrará nas publicações em redes sociais, vídeos e falas de seus representantes no setor religioso e político conservador, desvendando as hibridizações estratégicas e ideacionais que permitiram a rápida e eficaz contramobilização. Ao analisar as dimensões de diagnóstico, prognóstico e motivacional de seus *frames*, bem como a modularidade e ressonância diferencial de seus *master frames*, será possível compreender a dinâmica do confronto e os fatores que levaram à polarização e ao revés do Projeto de Lei.

O vídeo da Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá (OPEM), como locutor o Pastor Tiago Almeida, divulgado em redes sociais e disseminado entre os grupos contrários a criação do Conselho, constitui uma materialização discursiva primária do contraenquadramento que se opôs veementemente à criação do Conselho Municipal LGBTQIA+. Este material é um exemplo claro de como o contramovimento busca

disputar sentidos na esfera pública (Silva; Pereira, 2020), influenciando a percepção popular sobre o Projeto de Lei.

Em se tratando do enquadramento diagnóstico do contramovimento, o vídeo identifica o Projeto de Lei como uma ameaça velada à liberdade individual e familiar, e não como uma iniciativa de direitos. O orador questiona: “Você sabe o que é o Conselho Municipal LGBTQIA+, e o porquê estão lutando tanto para tentar criá-lo [...]?”. O diagnóstico central é que o conselho, por sua natureza “deliberativa” e por ter “competências” específicas nas áreas de saúde, educação, etc., poderá “institucionalizar uma ideologia na cidade”. Há uma forte ênfase na preocupação de que o Conselho terá poder de “cercear sua liberdade de expressão e a sua manifestação”, e que a sua criação impediria a participação de “pessoas que pensem diferente”.

O enquadramento prognóstico do contramovimento é a rejeição total do Projeto de Lei ou, alternativamente, a descaracterização de seu poder. O vídeo insinua que a aprovação do Projeto de Lei levaria a consequências diretas e negativas para a família, exemplificando que “o seu filho, lá na rede municipal de ensino, ele pode não ter mais celebrado o dia dos pais ou o dia das mães”. A solução proposta, embora não se apresente como um novo projeto legislativo, é a interrupção imediata do processo em curso, convocando à pressão direta sobre os parlamentares (“cobre o seu vereador, entre em contato com ele”) como forma de evitar a suposta implementação da chamada “ideologia de gênero”. Esse chamado à ação não opera apenas como incentivo à participação política, mas ativa um mecanismo típico de pânico moral, ao transformar a tramitação do Projeto de Lei em ameaça urgente à família e à infância, antecipando consequências alarmistas e mobilizando afetos de medo e urgência. Ao deslocar o conflito do mérito da política pública para uma lógica defensiva de contenção, o contramovimento converte a arena legislativa em espaço de vigilância moral. A materialização organizacional desse enquadramento prognóstico projeta, assim, um Conselho esvaziado de poder deliberativo e fiscalizador, reduzido a uma “fachada” institucional ou, idealmente, à sua inexistência, conforme já observado nos registros do movimento pró-Conselho.

Em termos motivacionais, o vídeo busca gerar alarme e engajar o público conservador através de apelos ao medo e à indignação moral. A repetição de “Você sabia?” e o tom de “alerta” visam despertar a preocupação dos cidadãos sobre um impacto direto “na sua vida e na sua família”. A retórica inflamatória sobre a “ideologia

de gênero” sendo “implementada dentro das escolas, colocando assim não só nas escolas, alcançando o seu filho, colocando nos outdoors, colocando em todos os espaços públicos”, visa mobilizar a oposição a partir da defesa de valores e da crença na “família que nós tanto defendemos”. O apelo final para “cobrar o seu vereador” é um chamado direto à ação política.

A mobilização de quadros mestres (*master frames*) pelo contramovimento é evidente e estrategicamente direcionada. O *master frame* da “Ideologia de Gênero” é central e ativado repetidamente, sendo o principal articulador do pânico moral (Mello, 2006; Rubin, 1989) ao associá-lo à “destruição da família” e à “doutrinação”. Este *master frame* é uma hibridização ideacional que mescla preocupações morais e religiosas com uma roupagem de ameaça política e social. O *master frame* da “Liberdade Familiar/Parental” é invocado para argumentar que o conselho “pode não ter mais celebrado o dia dos pais ou o dia das mães”, enquanto o *master frame* da “Neutralidade do Estado” é subvertido: “Não é o poder público, a prefeitura, a escola que tem que atropelar” a liberdade de ensino familiar sobre identidade de gênero. A ressonância diferencial é buscada junto ao eleitorado conservador e religioso, ao validar suas preocupações e apelos morais.

As hibridizações estratégicas e ideacionais são intrínsecas à mensagem do vídeo. A própria divulgação em uma plataforma de mídia social (Facebook/YouTube, implícito na transcrição de vídeo) por uma entidade religiosa (OPEM) que aborda uma pauta legislativa já demonstra uma hibridização tática de ativismo religioso-político-midiático. A linguagem do vídeo mistura a retórica religiosa/moral (“princípios da família que nós tanto defendemos”) com argumentos aparentemente “técnicos” sobre a função de um conselho (“órgão colegiado de natureza deliberativa”, “competências”) e financeiros (“pagas com o seu dinheiro, exatamente, com o dinheiro do contribuinte”).

A materialização dos enquadramentos ocorre de forma multifacetada. O vídeo em si é uma materialização discursiva e visual do contraenquadramento. A simplificação e a distorção dos artigos do PL (ex.: art. 1º, art. 2º, incisos 9 e 10, e art. 18, §3º) são uma materialização da estratégia de desinformação. A convocação para “cobrar o seu vereador” e a sugestão de “Encaminhe para elas, para que todos possam saber o que esse projeto realmente fala” representam uma materialização da estratégia de mobilização que visa influenciar diretamente os legisladores e a opinião pública. A comparação com Londrina, onde não haveria “um conselho como esse”, é uma materialização da busca por ressonância em um padrão regional.

Do ponto de vista da análise diacrônica, este vídeo – cuja data de publicação é próxima à da matéria da GMC (Peña, 2021), ou imediatamente anterior – demonstra a rápida e coordenada resposta do contramovimento após a aprovação em primeira discussão. Ele evidencia a transição de uma pressão em bastidores (mencionada nos *chats* dos coletivos) para uma mobilização pública e explícita com *frames* bem definidos.

**Quadro 14 – Vídeo da Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá (OPEM) – pastor Tiago Almeida (circulação em redes sociais, 08/2021)**

<b>Elemento Analítico</b>	<b>Evidências Identificadas</b>	<b>Interpretação/Função no Conflito</b>
<b>Quadros Diagnósticos</b>	O vídeo caracteriza o PL do Conselho como ameaça à liberdade individual e familiar. Alega que o órgão, por ser “deliberativo” e ter “competências” em áreas como saúde e educação, institucionalizaria uma “ideologia de gênero”, cercearia a liberdade de expressão e excluiria “quem pensa diferente”.	Define o Conselho não como instrumento de direitos, mas como risco social e moral, estabelecendo um diagnóstico negativo mobilizador. Esta inversão é a base para a deslegitimação pública da proposta.
<b>Quadros Prognósticos</b>	A “solução” proposta é a rejeição do PL ou a sua descaracterização – especialmente a retirada do caráter deliberativo e fiscalizador. A mobilização é direcionada para “cobrar os vereadores” e interromper o processo legislativo.	Estabelece uma estratégia prática de enfrentamento político: pressionar parlamentares e bloquear a tramitação, ou reduzir o Conselho a uma instância simbólica sem poder efetivo.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Uso de retórica alarmista: “Você sabia...?”, “cobre o seu vereador”, “estão tentando institucionalizar uma ideologia na cidade”. Apelos à proteção da família e da liberdade individual.	Mobiliza medo e indignação moral para engajar o público conservador. Converte preocupações difusas em ação política organizada contra o PL.
<b>Quadros Mestres</b>	Master <i>frames</i> mobilizados: “Ideologia de Gênero” (como ameaça moral e social), “Liberdade Parental/Familiar” (proteção da educação dos filhos), “Neutralidade do Estado” (subvertida para criticar o PL).	Estruturam o contraenquadramento, conectando uma disputa municipal a narrativas amplamente difundidas em arenas nacionais e religiosas, facilitando a mobilização em larga escala.
<b>Ressonância Diferencial</b>	O vídeo apela diretamente a valores e identidades religiosas, familiares e morais do eleitorado conservador local. Utiliza linguagem próxima e personalizada (“seu filho”, “sua vida”, “seu dinheiro”).	Alinha-se emocional e culturalmente com públicos conservadores, maximizando o potencial de mobilização ao ressoar com valores pré-existentes e identidades religiosas.
<b>Materialização</b>	O vídeo é uma materialização discursiva e visual do contraenquadramento. Distorce trechos do PL (arts. 1º, 2º e 18), conclama ação política (“encaminhe para todos”, “cobre seu vereador”) e compara com Londrina.	Traduz os <i>frames</i> em artefatos comunicativos que circulam amplamente e incentivam ações concretas contra o PL, atuando como instrumento de propaganda política e mobilização popular.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Combinação de ativismo religioso (OPEM), uso de plataformas digitais	Mostra como o contramovimento articula diferentes arenas (religiosa,

	(Facebook/YouTube) e intervenção no debate legislativo municipal.	mediática, política) para potencializar sua influência.
<b>Análise Diacrônica</b>	O vídeo circula imediatamente após a aprovação em primeira votação (17/08) e durante a escalada de mobilização conservadora (19/08), articulando uma resposta coordenada.	Representa um momento de virada: a pressão religiosa sai dos bastidores e ganha visibilidade pública organizada, ampliando o impacto da reação conservadora.
<b>Interpretação/ Função no conflito</b>	O vídeo funciona como peça central de contraenquadramento público, articulando <i>frames</i> morais, religiosos e políticos para reverter o apoio ao PL. Ele amplia o conflito para além da Câmara Municipal, ancorando a disputa local em uma batalha simbólica nacional sobre “ideologia de gênero” e “família”.	Atua como vetor de mobilização moral e política, consolidando o contramovimento religioso como ator público organizado, pressionando parlamentares e moldando a opinião pública em tempo real.

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise do Vídeo da OPEM.

O vídeo da OPEM representa um momento estratégico de expansão da disputa discursiva, o contramovimento religioso, até então mais restrito a bastidores e pressões institucionais, passa a operar publicamente, articulando um discurso híbrido religioso-jurídico com forte apelo emocional. A peça traduz *frames* nacionais em linguagem local, mobilizando rapidamente uma base conservadora e buscando moldar tanto o debate público quanto as decisões legislativas. Trata-se de um exemplo claro de contraenquadramento articulado, que utiliza os meios digitais para consolidar uma narrativa moral concorrente à dos movimentos pró-Conselho.

Em termos analíticos, o vídeo da OPEM pode ser compreendido como uma peça paradigmática de ativação do pânico moral no contexto local. Ao antecipar cenários catastróficos, deslocar o debate do plano institucional para a proteção da família e da infância e convocar uma reação urgente da população contra representantes eleitos, o material transforma uma proposta de política pública em ameaça existencial. Trata-se, portanto, de um artefato discursivo que evidencia com clareza a tentativa deliberada de instaurar um clima de alarme moral, no qual o medo opera como principal recurso de mobilização e bloqueio da deliberação democrática.

Para aprofundar a análise da voz do contramovimento, foi analisado e transcrito o vídeo de Matheus Moreno Coleoni, que se apresenta como advogado, ex-presidente do Conselho Municipal de Política sobre Drogas (COMAD), membro da Igreja Católica

e atual presidente do Instituto São Roberto Belarmino<sup>28</sup>. Vídeo que este que também foi divulgado e repassado aos apoiadores do contramovimento, e chegaram aos grupos de apoio a pauta da criação do Conselho. Esse que constitui uma materialização discursiva primária do contraenquadramento que se opõe veementemente à criação do Conselho Municipal LGBTQIA+. Sua múltipla afiliação confere-lhe uma autoridade que mescla saberes jurídico-administrativos e religiosos, elementos cruciais para a hibridização estratégica e ideacional de sua mensagem.

No que se refere ao enquadramento diagnóstico formulado por Coleoni, o Projeto de Lei não é apresentado como uma iniciativa de direitos, mas sim como uma ameaça. O orador questiona: “Você sabe o que é o Conselho Municipal LGBTQIA+, e o porquê estão lutando tanto para tentar criá-lo [...]?”. O diagnóstico central é que o conselho “quer criar [...] um conselho para promover um movimento ideológico específico”, associado à “conhecida ideologia de gênero”. Ele também diagnostica que o Conselho, por sua natureza “deliberativa” e “fiscalizadora”, poderá “cercear sua liberdade de expressão e a sua manifestação”, e que sua criação impediria a participação de “pessoas que pensem diferente”. Essa construção diagnóstica busca deslegitimar a proposta como um risco à liberdade e à moralidade pública.

Em termos de enquadramento prognóstico, Coleoni antecipa consequências diretas e negativas para a vida dos cidadãos e suas famílias caso o PL seja aprovado. Ele alerta que, com o poder do Conselho sobre a educação, “o seu filho, lá na rede municipal de ensino, ele pode não ter mais celebrado o dia dos pais ou o dia das mães”. A “implementação dessa ideologia de gênero” não se restringiria às escolas, mas alcançaria “os outdoors, colocando em todos os espaços públicos essa questão”. A solução proposta pelo contramovimento, embora não explicitamente um novo projeto de lei, é a rejeição do PL, motivando a audiência a “cobrar o seu vereador, entre em contato, peça que ele vote o contrário”.

O enquadramento motivacional é pautado pelo apelo à urgência e ao medo, direcionado a “você que é pai, mãe de família, professor, estudante, religioso”. A retórica inflamatória sobre a “ideologia de gênero” e suas implicações (“impactar

---

<sup>28</sup> O Instituto São Roberto Belarmino é uma organização católica leiga, fundada em Maringá/PR em 2018 com o propósito de aprofundar o estudo da doutrina da Igreja e da espiritualidade. Inspirado em São Roberto Belarmino, o Instituto busca mesclar estudo, oração e caridade cristã para “salvar almas” e fomentar “o crescimento da fé e o avanço de uma cultura cristã na sociedade”. Originou-se de um grupo de estudos pró-vida em 2013 e, posteriormente, expandiu suas atividades para incluir a fundação da Escola São Luís Gonzaga em 2023, dedicada a uma “educação genuinamente católica”. O Instituto também possui uma pequena editora.

diretamente na sua vida e na sua família”) visa despertar a preocupação e mobilizar a oposição a partir da defesa de valores tradicionais. O apelo para que o cidadão “cobre o seu vereador” é um chamado incisivo à ação política, com o *frame* de que “Ser contra o conselho é ser contra a criação de privilégios”, desqualificando a pauta dos proponentes como uma busca por benefícios indevidos. A frase “Não se omita ou pode ser tarde demais” reforça a urgência e a gravidade percebida.

A mobilização de quadros mestres por Coleoni é orientada à maximização da ressonância diferencial. O master frame da “ideologia de gênero” ocupa posição central, articulando um pânico moral ao associar o Conselho à ameaça à família e à doutrinação. Soma-se a ele o frame da “liberdade familiar/parental”, mobilizado para rejeitar a atuação do Conselho na educação. Por fim, o autor procura subverter o master frame da igualdade ao recorrer a uma leitura formalista da Constituição, enquadrando a criação de um conselho específico como produção de privilégios e não como mecanismo de reconhecimento.

As hibridizações estratégicas e ideacionais são centrais na mensagem de Coleoni. Sua atuação como advogado e líder religioso combina autoridade jurídica e legitimidade moral, produzindo uma hibridização organizacional. O discurso articula retórica religiosa, argumentos técnico-jurídicos e apelos financeiros para conferir aparência de legalidade à oposição, mesmo quando sustentada por leituras ideológicas do Projeto de Lei.

A materialização dos enquadramentos no vídeo ocorre de modo articulado. O próprio formato de “alerta urgente” nas redes sociais funciona como contraframe visual e discursivo, ampliando seu alcance. A leitura seletiva de trechos do Projeto de Lei opera como pseudoevidência para sustentar a narrativa de ameaça e desinformação. Já o chamado direto à ação, ao convocar o público a “cobrar o vereador”, materializa uma estratégia de mobilização voltada a pressionar parlamentares e influenciar a opinião pública.

Do ponto de vista da análise diacrônica, este vídeo (provavelmente veiculado entre a primeira e a segunda votação, e datado de 18 de agosto de 2021) demonstra a rápida e coordenada resposta do contramovimento após a aprovação em primeira discussão. Ele evidencia a transição para uma mobilização pública e explícita com *frames* bem definidos, aproveitando o momento de indefinição para intensificar a pressão.

Nesta seção, retirei as dimensões de investigação microfundamental, modularidade e quadros híbridos porque o material analisado é inteiramente público (vídeos e postagens) e não permite acessar bastidores interacionais. Além disso, a transposição de frames e a mistura entre linguagem religiosa, moral e jurídica já são suficientemente explicadas pelos quadros mestres, ressonância e hibridização, evitando redundâncias.

**Quadro 15 – Esquema analítico sobre o vídeo de Matheus Moreno Coleoni (18/08/2021)**

<b>Elemento analítico</b>	<b>Evidências Identificadas</b>	<b>Interpretação/Função no Conflito</b>
<b>Quadros Diagnósticos</b>	O vídeo apresenta o PL como instrumento para “promover um movimento ideológico específico”, associado à “ideologia de gênero”. Afirma que o Conselho, por ser “deliberativo” e “fiscalizador”, poderá “cercear a liberdade de expressão” e excluir “pessoas que pensem diferente”.	Define o Conselho como ameaça à liberdade e à moralidade pública, deslocando a pauta dos direitos para um enquadramento de risco ideológico. Isso serve como base para a mobilização do contramovimento e para a deslegitimação da proposta perante setores conservadores.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Alerta para consequências práticas: interferência na educação (“seu filho pode não celebrar mais dia dos pais/mães”), “implementação da ideologia de gênero” em escolas e espaços públicos. Conclama a “cobrar o vereador” e barrar o PL.	Apresenta a rejeição do PL como solução preventiva frente a uma ameaça iminente. Converte o debate legislativo em um imperativo moral e político, orientando a ação direta do público conservador.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Apelos diretos: “você que é pai, mãe, estudante, religioso”, “não se omita ou pode ser tarde demais”. Retórica de urgência e medo associada à proteção da família e da liberdade.	Mobiliza emoções de medo, urgência e responsabilidade moral para estimular a ação política contra o PL, personalizando o conflito (“sua vida”, “seu filho”, “seu dinheiro”).
<b>Quadros Mestres</b>	Mobiliza os <i>master frames</i> de “Ideologia de Gênero” (como ameaça), “Liberdade Familiar/Parental” (defesa da educação dos filhos) e “Igualdade Constitucional” (para negar a legitimidade de políticas específicas para grupos LGBTQIA+).	Conecta a disputa local a narrativas nacionais amplamente difundidas, gerando inteligibilidade e ressonância entre públicos conservadores. Ao subverter o <i>frame</i> da igualdade, busca deslegitimar a existência de políticas específicas.
<b>Ressonância Diferencial</b>	Dirige-se a pais, religiosos e cidadãos comuns. Linguagem personalizada e direta (“sua família”, “seu dinheiro”), combinada com retórica religiosa e jurídica.	Alinha o discurso com identidades e valores já presentes em públicos religiosos e conservadores, maximizando a adesão emocional e cultural ao contraenquadramento.
<b>Materialização</b>	O vídeo é uma peça audiovisual divulgada em redes sociais. Seleciona trechos do PL para sustentar a argumentação. Afirma que o Conselho seria “um pano de fundo para a promoção de	Materializa o contraenquadramento em um formato de fácil circulação, combinando denúncia, instrução e convocação política. Atua como instrumento de propaganda e mobilização direta.

	uma agenda ideológica e esquerdista”. Convoca a ação (“cobre seu vereador”, “leia o PL no site da Câmara”).	
<b>Hibridização Estratégica</b>	Combinação de autoridade jurídica (advogado, ex-presidente de conselho), legitimidade religiosa (católico) e ativismo político. Utilização de plataformas digitais para difundir uma pauta religiosa-política no contexto legislativo.	Demonstra a articulação de diferentes arenas de poder (jurídica, religiosa, midiática e política), ampliando a eficácia do contraenquadramento e conferindo-lhe credibilidade múltipla.
<b>Análise Diacrônica</b>	O vídeo é veiculado no dia 18/08/2021, entre a primeira e segunda votação, aproveitando o momento de indefinição para intensificar a pressão pública.	Representa um momento estratégico de escalada discursiva, em que o contramovimento coordena uma resposta pública estruturada para interferir no processo legislativo.
<b>Interpretação/Função no Conflito</b>	O vídeo funciona como um instrumento de contraenquadramento híbrido e de alta autoridade simbólica, articulando moralidade religiosa, linguagem jurídica e apelos emocionais para consolidar a resistência ao PL.	Atua como vetor de legitimação pública do contramovimento, mobilizando múltiplos repertórios discursivos e reforçando a pressão sobre parlamentares e opinião pública, em um momento decisivo da disputa.

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise do vídeo de Matheus Moreno Coleoni (18/08/2021).

A análise do vídeo evidencia que a intervenção discursiva de Matheus Moreno Coleoni vai além da construção de um contraenquadramento jurídico-religioso, operando pela ativação sistemática de um pânico moral. Ao apresentar a criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ como uma ameaça iminente à família, à infância e à ordem local, o discurso antecipa consequências alarmistas, desloca o debate do plano institucional para uma lógica defensiva de urgência e convoca a vigilância sobre os representantes eleitos. Com isso, transforma um processo legislativo ordinário em risco moral imediato, mobilizando medo e indignação como recursos centrais de ação política e contribuindo para o bloqueio simbólico da institucionalização da política proposta.

Passamos, agora, à análise das publicações no Instagram do vereador Rafael Roza (NOVO) (perfil @rafaelrozaoficial), que oferecem um retrato expressivo da estratégia de contraenquadramento mobilizada por um ator político conservador durante o período crítico de tramitação do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+. As postagens constituem uma materialização discursiva e visual da oposição, na qual a disputa simbólica é deslocada para as redes sociais, arena central na produção contemporânea de narrativas políticas.

As publicações combinam alertas, imagens e marcadores identitários para deslegitimar a proposta, enquadrando-a como ameaça à moralidade pública, à família e à neutralidade do Estado. Ao mobilizar frames conservadores, como o da “ideologia de gênero”, e recorrer a apelos emocionais, convocam os seguidores à oposição ativa, funcionando como instrumentos de mobilização, formação de opinião e resistência política a partir de uma posição institucional estratégica no Legislativo local.

**Figura 10** – Publicações no Instagram do vereador Rafael Roza – perfil @rafaelrozaoficial



Fonte: Perfil do Instagram @rafaelrozaoficial<sup>29</sup> (2021).

<sup>29</sup> Perfil deletado.

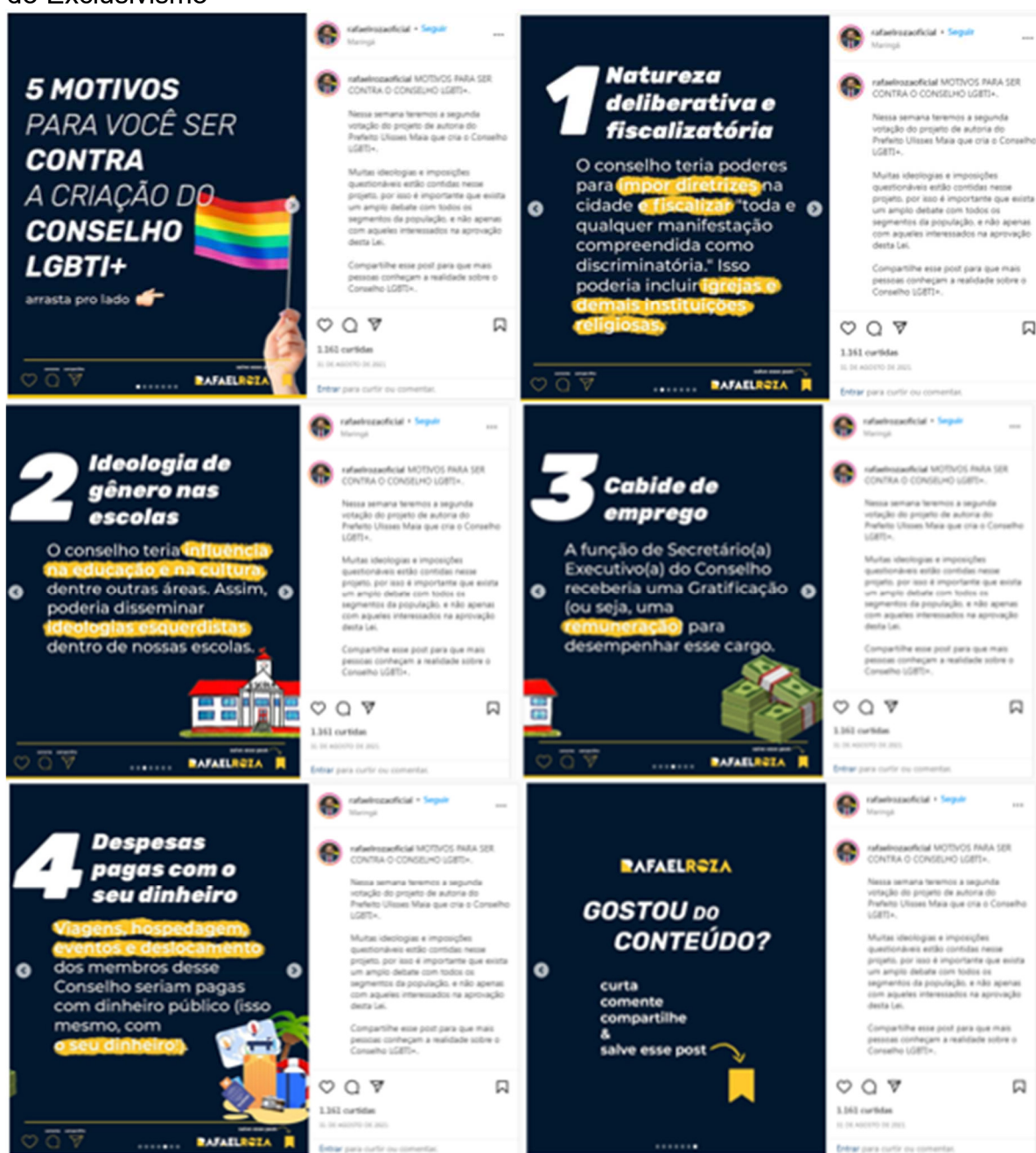
A análise diacrônica das postagens do Vereador Rafael Roza revela uma estratégia de comunicação coordenada e intensificada. A primeira postagem relevante, datada de 18 de agosto de 2021, intitula-se *5 fatos sobre ideologia de gênero*. Esta é uma investida direta no enquadramento diagnóstico do Projeto de Lei, que é apresentado como um veículo para a “ideologia de gênero”. A postagem, em formato de carrossel de imagens, desqualifica a “teoria de que qualquer pessoa pode ou não se identificar com o sexo com que nasceu” como “não comprovada e não científica” e “apenas uma ideologia”. Os “fatos” enumerados visam diagnosticar a “ideologia de gênero” como algo que “ignora e vagueia longe dos fatos naturais” (fato 1), é um “determinismo sociocultural e não biológico” (fato 2), uma “construção subjetiva e não objetiva” (fato 3), uma “troca da verdade pela mentira” (fato 4) e uma “ética relativista sobrepondo à ética objetiva” (fato 5).

Ao mesmo tempo em que invoca o *master frame* da “Cientificidade/Verdade Objetiva” para refutar a “ideologia de gênero” como algo “não científico” e “não comprovado”, o vereador a mescla com o *master frame* da “Moralidade Objetiva/Cristã”, sugerindo que a aceitação de múltiplas identidades de gênero é uma “troca da verdade pela mentira” e uma “ética relativista” que “despem os princípios e a moral que sustentam uma família”. A modularidade desses *master frames* é visível na sua aplicação direta à “ideologia de gênero” como o problema central, enquanto a ressonância diferencial é buscada em um público que valoriza a ciência (ainda que de forma seletiva) e, sobretudo, os valores morais e religiosos tradicionais (Birolli, 2020; Miskolci, 2017).

Além disso, a escolha do formato carrossel e a linguagem visual utilizada nessa postagem reforçam a dimensão performativa e pedagógica da estratégia de comunicação do vereador. Cada “fato” é apresentado em um slide separado, com frases curtas, categóricas e acompanhadas de imagens e cores contrastantes que conferem autoridade e urgência ao conteúdo. Essa estrutura é típica de campanhas digitais contemporâneas voltadas à mobilização política: simplifica conceitos complexos, constrói uma aparência de racionalidade e objetividade e facilita a disseminação viral do conteúdo entre grupos alinhados ideologicamente. A associação entre termos científicos e juízos morais cria um efeito de legitimação mútua: ao mesmo tempo em que moraliza o debate científico, também confere um verniz de racionalidade às posições religiosas e ideológicas. Essa estratégia não busca dialogar com campos acadêmicos ou jurídicos de maneira substantiva, mas sim

disputar sentidos na esfera pública, produzindo certezas morais rápidas e compartilháveis, capazes de gerar coesão interna e antagonismo externo. Trata-se, portanto, de um instrumento eficaz de contraenquadramento digital, que articula ciência, moralidade e estética política para amplificar a oposição ao Conselho e consolidar a base conservadora em torno de *frames* fortemente ressonantes.

**Figura 11** – Publicação no Instagram do vereador Rafael Roza – O Abajur e a Tirania do Exclusivismo



Fonte: Perfil do Instagram @rafaelrozaoficial<sup>30</sup> (2021).

<sup>30</sup> Perfil deletado.

Na mesma linha, a postagem intitulada *5 motivos para você ser contra a criação do conselho LGBTI+*, datada de 31 de agosto de 2021, apresenta um enquadramento diagnóstico multifacetado para o Projeto de Lei, agora sob a perspectiva dos custos e perigos do Conselho. Os motivos incluem a natureza deliberativa e fiscalizatória, conforme a mensagem que a imagem que pretenderam passar, o conselho teria poder para “impor diretrizes na cidade e fiscalizar “toda e qualquer manifestação compreendida como discriminatória”. Isso poderia incluir igrejas e demais instituições religiosas”. Esse diagnóstico ecoa diretamente os argumentos da OPEM, enquadrando o conselho como uma ameaça à liberdade religiosa e de expressão.

A ideia de que ideologia de gênero nas escolas: “O conselho teria influência na educação e na cultura [...] para disseminar ideologias esquerdistas dentro de nossas escolas”. Assim como a questão orçamentária está reforçada através da mensagem de que seria um cabide de emprego, onde a função de Secretário(a) Executivo(a) do Conselho receberia uma remuneração. Assim como as despesas pagas com o seu dinheiro, que reforçaram a ideia de que “Viagens, hospedagem, eventos e deslocamento dos membros desse Conselho seriam pagos com dinheiro público (isso mesmo, o seu dinheiro)”. E o enquadramento buscou demonstrar uma face antidemocrática, demonstrando que “Em sua maioria, apenas indivíduos autodeclarados LGBTQIA+ poderiam participar como membros desse conselho”.

O enquadramento prognóstico dessas publicações é a rejeição explícita do Projeto de Lei. O enquadramento motivacional é um chamado direto à oposição, que busca mobilizar sua base através de apelos ao medo (ameaça à família, escola, liberdade), indignação moral (“ideologias esquerdistas”, “abuso”), e preocupações fiscais (“cabide de emprego”, “seu dinheiro”). A urgência é reforçada pela frase “Nessa semana teremos a segunda votação do projeto de autoria do Prefeito Ulisses Maia que cria o Conselho LGBTI+”.

A hibridização ideacional é notória nesses “5 Motivos”, mesclando argumentos de ameaça à liberdade religiosa e de expressão com críticas de cunho fiscal e administrativo (desperdício de dinheiro público, cabide de emprego) e críticas à representatividade democrática (antidemocrático, privilégios).

A materialização discursiva e visual dessas publicações é altamente estratégica. O uso de *infográficos* claros e diretos, com títulos em destaque como “5 fatos” e “5 motivos”, facilita a disseminação de mensagens complexas em um ambiente de rede

social. A imagem da bandeira arco-íris riscada ou quebrada, justaposta ao texto que a condena, é uma materialização visual do contraenquadramento que busca deslegitimar o próprio símbolo da causa LGBTQIA+. O engajamento com os posts (curtidas, comentários) reflete a ressonância de como o público reage a esses *frames* de oposição.

A análise diacrônica das postagens do Vereador Rafael Roza revela uma estratégia contínua e adaptativa. A postagem de 18 de agosto sobre os “5 fatos” já inicia a campanha anti-“ideologia de gênero”. A postagem de 31 de agosto sobre os “5 motivos”, posterior ao adiamento da votação (19 de agosto), demonstra uma recalibração do *framing*: ele migra de uma crítica abstrata à “ideologia de gênero” para uma crítica mais concreta e multifacetada ao Conselho em si (deliberativo, custo, representação), aproveitando o tempo extra para refinar os argumentos de oposição e intensificar a pressão.

**Quadro 16 – Esquema analítico das postagens do vereador Rafael Roza (Instagram)**

Elemento Analítico	Evidências Identificadas	Interpretação/Função no Conflito
<b>Quadros Diagnósticos</b>	Postagens de 18/08 (“5 Fatos sobre Ideologia de Gênero”) e 31/08 (“5 Motivos para você ser contra a criação do Conselho LGBTI+”) apresentam o Conselho como veículo da “ideologia de gênero”, ameaça à liberdade religiosa e à família, instrumento de doutrinação escolar, cabide de empregos e espaço antidemocrático (exclusividade para pessoas LGBTI+).	O vereador estrutura uma leitura do PL centrada na construção do “inimigo ideológico”, associando o Conselho à ameaça moral, política e econômica. Diagnosticar o Conselho como um risco permite criar um senso de urgência e perigo que mobiliza a base conservadora e justifica a rejeição do projeto. O diagnóstico opera como base discursiva para o contraenquadramento, moldando a percepção pública da proposta como ilegítima e perigosa.
<b>Quadros Prognósticos</b>	O encaminhamento sugerido nas postagens é a rejeição explícita do PL e a mobilização dos seguidores para pressionarem os vereadores (“Nessa semana teremos a segunda votação...”). Há também a proposição implícita de um modelo alternativo de conselho “propositivo” e “sem poder deliberativo/fiscalizatório”, conforme ecoado nas falas do contramovimento.	A função do prognóstico é oferecer uma direção prática à base conservadora: barrar o PL ou, alternativamente, apoiar sua descaracterização. Ele canaliza a oposição difusa para uma ação concreta de pressão política, mobilizando seguidores como agentes de contenção legislativa.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Linguagem de urgência (“Nessa semana teremos...”), apelos morais (“ética objetiva”, “troca da verdade pela mentira”), mobilização afetiva (“seu filho”, “sua família”) e fiscais (“cabide de emprego”, “seu dinheiro”)	O enquadramento motivacional cria identificação com a base conservadora e convoca à ação. Ao combinar medo (ameaças à família e liberdade), indignação moral (doutrinação, ideologia), e preocupação fiscal (dinheiro público), o vereador produz um repertório

	funcionam como gatilhos emocionais e morais.	motivacional multifacetado que atinge diferentes públicos-alvo, fortalecendo a mobilização oposicionista.
<b>Quadros Mestres</b>	“Ideologia de gênero” (pânico moral); “Moralidade objetiva/cristã”; “Liberdade religiosa e familiar”; “Neutralidade do Estado”; “Cientificidade/Verdade objetiva”.	Esses quadros mestres articulam a oposição a partir de valores amplamente reconhecidos no eleitorado conservador, criando uma moldura interpretativa estável e de alta ressonância. Servem como âncoras simbólicas que permitem conectar críticas locais (ao Conselho) a narrativas nacionais e transnacionais mais amplas (gênero, religião, ciência).
<b>Modularidade</b>	Frames transpostos para o contexto local: “ideologia de gênero” → escolas municipais; “ameaça à liberdade religiosa” → igrejas locais; “cabide de emprego” → orçamento municipal; “representatividade” → regras de composição do Conselho.	A modularidade permite adaptar <i>frames</i> amplos (nacionais) à realidade municipal, tornando-os mais inteligíveis e mobilizadores para a audiência local. Essa adaptação facilita a construção de pontes entre discursos ideológicos abstratos e situações cotidianas concretas (escola, impostos, igreja), ampliando a capacidade de engajamento político.
<b>Ressonância Diferencial</b>	Linguagem visual forte (bandeira arco-íris), vocabulário moral (“verdade” vs. “mentira”), científico (“não comprovada”, “determinismo biológico”), religioso (“família”), e econômico (“seu dinheiro”) – direcionado a públicos conservadores, religiosos e contribuintes.	Ao mesclar registros discursivos distintos, as postagens atingem diferentes públicos de maneira segmentada e eficaz. Essa pluralidade discursiva aumenta a capacidade de penetração das mensagens e reforça a coesão da base conservadora, ao mesmo tempo em que antagoniza claramente os proponentes do Conselho.
<b>Materialização</b>	Postagens no Instagram em formato de carrossel, listas numeradas (“5 Fatos”, “5 Motivos”), imagens simbólicas (bandeira), hashtags e chamadas à ação.	Essas publicações são materializações discursivas e visuais do contraenquadramento. A escolha do formato digital facilita a circulação em massa e a reprodução dos <i>frames</i> , transformando-os em instrumentos de ação política direta e de disputa simbólica na esfera pública.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Combinação de ativismo digital, posição institucional (vereador), linguagem religiosa, científica e econômica.	O vereador mobiliza múltiplas esferas – política institucional, religiosa, científica e digital – para construir um contraenquadramento robusto e multicanal. Essa hibridização amplia seu alcance e legitima sua posição enquanto ator político-religioso capaz de articular discursos de autoridade diversos.
<b>Análise Diacrônica</b>	Sequência de postagens: 18/08 (“5 Fatos”) → pré-segunda votação; 31/08 (“5 Motivos”) → após adiamento, com mudança de foco da ideologia abstrata para os impactos concretos do Conselho.	A análise temporal mostra uma estratégia adaptativa e coordenada. Inicialmente, Roza ativa um <i>frame</i> ideológico amplo (“ideologia de gênero”) para mobilizar a base. Após o adiamento, ele recalibra seu discurso para atingir questões práticas e políticas (deliberação, orçamento, representação), intensificando a

		pressão. Isso revela capacidade de ajuste estratégico diante das mudanças no processo legislativo.
--	--	--

**Fonte:** Elaboração própria a partir de análise das postagens.

A atuação comunicativa de Rafael Roza é singular por articular, simultaneamente, visibilidade midiática e posição institucional no Legislativo. A partir desse lugar, ele amplia narrativas do contramovimento no espaço digital e intervém diretamente no processo político, fazendo da intersecção entre arena discursiva e institucional o eixo central de sua performance.

Nos enquadramentos diagnósticos e prognósticos, as postagens de Roza operam como ponto de convergência entre discursos religiosos, morais e técnico-administrativos. Ao apresentar o Conselho como expressão da “ideologia de gênero”, ameaça à liberdade religiosa, cabide de empregos e instância antidemocrática, ele sintetiza os principais frames do contramovimento em um discurso político-legislativo coerente. Essa operação é especialmente eficaz porque reinscreve enquadramentos oriundos de arenas religiosas, midiáticas e sociais no interior da disputa institucional, conferindo-lhes aparência de universalidade e legitimidade jurídica.

A análise diacrônica das postagens indica que a atuação de Roza não é improvisada nem episódica, mas orientada por uma lógica estratégica. Observa-se uma sequência temporal articulada aos acontecimentos legislativos: em 18/08/2021, no momento em que o PL se aproximava da segunda votação, a publicação concentra-se na construção do inimigo ideológico por meio do frame da “ideologia de gênero”; já em 31/08/2021, após o adiamento da pauta, o enquadramento é recalibrado para atacar aspectos concretos do texto legal, como composição, poder deliberativo e impacto orçamentário, utilizando o intervalo legislativo para refinar e intensificar a oposição. Essa adaptação discursiva revela uma capacidade tática de reorganizar *frames* conforme o andamento do conflito, algo que ecoa a lógica de “fluxos e refluxos” do confronto político observada em autores como McAdam, Tarrow e Tilly (2001) e Tarrow (1998).

Ao combinar master frames como “ideologia de gênero”, “liberdade religiosa/familiar”, “neutralidade do Estado” e “cientificidade”, Roza constrói uma hibridização ideacional eficaz, capaz de ampliar a ressonância de seu discurso. Ao qualificar a “ideologia de gênero” como “não científica”, ele desloca o debate do plano moral para o epistemológico, conferindo aparência de racionalidade e neutralidade a

um posicionamento ideológico e tornando o contraenquadramento mais difícil de ser contestado em um único terreno discursivo.

Quanto à ressonância diferencial, as postagens são eficazes ao combinar estética digital contemporânea com conteúdos morais e científicos simplificados, produzindo frames pedagógicos de oposição facilmente compartilháveis. Essa lógica condensa diagnósticos, prognósticos e motivações em formatos acessíveis, ampliando a circulação do discurso para públicos mais amplos e acelerando tanto a coesão interna quanto a polarização externa.

Ao articular ciência, moralidade e estética digital, Roza atua como mediador entre o contramovimento religioso e o campo institucional, convertendo frames difusos em pressão legislativa e mobilização conservadora. Nesse processo, funciona como um nó estratégico do contramovimento no Legislativo, desempenhando papel semelhante ao de um empresário de enquadramentos.

Por fim, ao analisar sua atuação em conjunto com as emendas parlamentares apresentadas no dia 18/08/2021 e com a ação coordenada de entidades religiosas, percebe-se que o discurso de Roza não é um elemento isolado, mas parte de um esforço mais amplo de contramobilização legal e simbólica. Enquanto as emendas buscam materializar juridicamente o contraenquadramento (diluindo competências, alterando composição, esvaziando poder deliberativo), suas postagens atuam no plano discursivo para legitimar politicamente essas ações legislativas junto à opinião pública. Há, portanto, uma clara sincronia entre discurso e ação institucional, típica de campanhas políticas bem articuladas.

As postagens de Rafael Roza representam, no interior do conflito analisado, um momento de cristalização e difusão ampliada dos enquadramentos conservadores. Elas não apenas ecoam *frames* pré-existentes, mas os reformulam, expandem e legitimam no campo institucional e digital. Ao fazer isso, contribuem decisivamente para a virada discursiva e política que levou ao adiamento do PL e à intensificação do confronto em torno de suas emendas. Seu papel ilustra como, em disputas contemporâneas, atores políticos locais podem desempenhar funções de mediação estratégica, articulando arenas discursivas, religiosas e institucionais para produzir efeitos políticos concretos.

As dimensões dos quadros híbridos e da investigação microfundamental foram suprimidas por não oferecerem acréscimo interpretativo relevante ao esquema. No material analisado, a combinação de registros discursivos já é adequadamente

capturada pela categoria de hibridização estratégica/ideacional, enquanto os elementos de apelo interpessoal e engajamento são explicados de forma suficiente pela ressonância diferencial e pela materialização discursiva, preservando a concisão e a precisão analítica.

Outra publicação do vereador Rafael Roza em seu perfil no Instagram (@rafaelrozaoficial), com a chamada “Conselho Municipal é necessário, desde que não haja privilégios”, constitui uma potente materialização discursiva e visual do contraenquadramento empregado pelo contramovimento.

Em se tratando do enquadramento diagnóstico, a postagem identifica o principal problema na proposta do Conselho como a concessão de “privilégios” a um “ativista LGBTQI+”. Essa formulação busca subverter o *frame* dos proponentes de “ausência de direitos”, transformando-o em uma busca por benefícios indevidos. A citação de Luciano Rocha aprofunda esse diagnóstico, apresentando a proposta como “O abajur e a tirania da escolha exclusivismo”, que “desrespeita a Constituição Federal” e representa um “sectarismo social”, criando um “estado paralelo”.

Essa postagem opera uma inversão discursiva sofisticada, ao deslocar o eixo da discussão do campo dos direitos para o campo da igualdade formal e do universalismo abstrato, enquadrando o Conselho como uma ameaça a esse ideal. Ao mobilizar o termo “privilégios”, Roza aciona um *frame* jurídico-normativo que ressoa fortemente com públicos conservadores, pois sugere que a criação de um órgão específico para a população LGBTQIA+ violaria o princípio constitucional de igualdade ao conferir supostos benefícios exclusivos a um grupo social.

Tal estratégia deslegitima a lógica da ação afirmativa e das políticas específicas de reconhecimento, que buscam corrigir desigualdades históricas e estruturais, e a substitui por uma retórica que iguala reconhecimento institucional à criação de “castas” ou “estados paralelos”. Além disso, ao citar Luciano Rocha<sup>31</sup>, uma figura associada a um discurso jurídico-moral rígido, a postagem busca revestir esse enquadramento com autoridade técnica e moral, articulando direito constitucional, moralidade e crítica política em um mesmo enunciado.

Assim, cria-se um *contraframe* que não depende apenas de apelos religiosos ou morais, mas que se ancora em categorias jurídicas e liberais, igualdade formal,

---

<sup>31</sup> Luciano Rocha geralmente refere-se a um autor ou comentarista ligado a círculos religiosos e jurídicos conservadores, frequentemente associado a textos opinativos que circulam em *blogs*, *sites* e redes sociais – e não a um jurista de grande reconhecimento acadêmico ou institucional.

universalismo, legalidade, para reformular a pauta LGBTQIA+ como particularista e ilegítima, em oposição a um suposto interesse geral da sociedade. Essa operação discursiva é fundamental para a estratégia do contramovimento, pois procura neutralizar a força simbólica dos *frames* de “direitos humanos” e “cidadania” mobilizados pelos proponentes.

**Figura 12** – Publicação no Instagram do deputado estadual Rafael Roza

rafaelrozaoficial 1 h

**Conselho Municipal é necessário, desde que não haja privilégios**

**Todos somos iguais, diga não ao privilégio ativista LGBTQIA+**

**#NãoAprovem**  
**Votação Dia 09.09**

O ABAJUR E A TIRANIA DO EXCLUSIVISMO  
 Quem disse que uma escolha pessoal deve ser sobreposta às outras? Quem disse que uma opção puramente individual e pessoal deve ser a regra sobre a maioria? Quem disse que tais escolhas pessoais devem ser alvos de uma legislação exclusiva por parte do poder público? Quem disse que a lei é promulgada com base em escolhas pessoais, auxiliando uns e prejudicando outros? Quem disse que o Estado deve legislar sobre preferências pessoais e não para o bem comum e a igualdade de direitos e deveres dos cidadãos como um todo, conforme preceitua a nossa Constituição Federal? Há uma tirania do exclusivismo em curso no nosso país, baseado em escolhas pessoais e ideológicas. Uma clara demonstração de sectarismo social em que as escolhas pessoais de sexo, política ou religião ditam as normas para a confecção de uma legislação que os elevem a um status diferenciado, criando assim um "estado paralelo" e um poder despótico. Deixe-me exemplificar. Se você deseja ser um abajur, é uma livre escolha sua. Contudo, não queira que o Estado implemente leis baseada em sua escolha de querer ser um abajur, pois eu continuo querendo ser apenas um homem, e quero ter o mesmo direito e liberdade de fazê-lo que você tem de querer ser um abajur, sem com isso achar que sou especial ou diferente de você diante da lei. A lei é uma para todos e sobre todos. Simples assim! (Luciano Rocha).

OPEM

**Fonte:** Perfil do Instagram @rafaelrozaoficial<sup>32</sup> (2011).

<sup>32</sup> Perfil deletado.

O enquadramento prognóstico da publicação é a rejeição do Projeto de Lei que concederia tais “privilégios”, sintetizada na *hashtag* “#NãoAprovem” e na explicitação da “Votação Dia 09.09”. A solução proposta é a defesa de uma ordem legal e social em que “A Lei é uma para todos e sobre todos”, contra qualquer “tirania do exclusivismo”.

Em termos motivacionais, o *post* apela a um senso universal de justiça e igualdade formal (“Todos somos iguais”) para incitar a oposição ao que é percebido como “privilégio”. A linguagem alarmista da “tirania do exclusivismo” busca gerar indignação e medo de que escolhas individuais possam ser “alvos de uma legislação exclusiva”, mobilizando uma base preocupada com a liberdade individual e a ordem social.

A mobilização de quadros mestres (*master frames*) é notável. O *master frame* da “igualdade/antiprivilégio” é central, sendo cooptado para argumentar *contra* a criação de direitos específicos para um grupo. O *master frame* da “Democracia/Constitucionalidade” é invocado para enquadrar o PL como um “desrespeito à Constituição Federal” e um risco de “estado paralelo”. A modularidade desses *master frames* é visível na sua aplicação ao contexto local de Maringá e à questão específica do Conselho, enquanto a ressonância diferencial é buscada em um público amplo que valoriza a igualdade formal e a estabilidade democrática, podendo ser facilmente sensibilizado por argumentos contra “privilégios”. A imagem de Maringá reforça essa modularidade e ressonância local.

A publicação é um exemplo proeminente de hibridização ideacional. O vereador mescla o discurso cívico-político (“Conselho Municipal é necessário”, “Lei é uma para todos”) com a crítica moral e ideológica (contra “privilégios”, “tirania do exclusivismo”). A citação de “Luciano Rocha” e a inclusão do logotipo da OPEM no canto inferior da imagem demonstram uma hibridização estratégica organizacional, unindo a figura política a um argumento intelectualizado e a uma entidade religiosa influente para ampliar o alcance e a credibilidade do contraenquadramento. O *post* em si é uma hibridização que utiliza uma linguagem aparentemente neutra e universalista para promover uma agenda conservadora, desqualificando a especificidade da demanda LGBTQIA+.

Do ponto de vista diacrônico, esta postagem (com foco na votação de 09 de setembro) situa-se em um período de intensificação da campanha do contramovimento após o adiamento da votação (19 de agosto). Ela demonstra a

continuidade da estratégia de pressionar pelo “Não Aprovar” e a adaptação do *framing* para enfatizar os “privilégios” como argumento central.

**Quadro 17 – Análise dos enquadramentos na publicação *O abajur e a tirania do exclusivismo* (Rafael Roza, Instagram)**

Elemento Analítico	Evidências Identificadas	Interpretação/Função no Conflito
<b>Quadro Diagnóstico</b>	O problema é formulado como a concessão de “privilégios” a um “ativista LGBTQI+”. A citação de Luciano Rocha caracteriza o Conselho como “tirania da escolha exclusivismo”, “desrespeito à Constituição” e “estado paralelo”.	Há uma inversão discursiva estratégica: o <i>frame</i> de “ausência de direitos” dos proponentes é resignificado como “busca de privilégios”. Esse deslocamento serve para deslegitimar políticas de reconhecimento, mobilizando um discurso jurídico e universalista que apresenta o Conselho como ameaça à igualdade formal e à ordem constitucional.
<b>Quadro Prognóstico</b>	Hashtag “#NãoAprovem” e destaque da “Votação Dia 09.09”. A solução apresentada é manter a “Lei igual para todos”, rejeitando a proposta.	O prognóstico é a não aprovação do PL e a reafirmação de um modelo jurídico-universalista que recusa políticas específicas. Funciona como um chamado explícito à ação política contrária ao projeto.
<b>Quadro Motivacional</b>	Linguagem alarmista (“tirania do exclusivismo”), apelo à igualdade formal (“Todos somos iguais”), defesa de um ideal universal de justiça.	Busca mobilizar a base conservadora com indignação moral e senso de injustiça, apresentando o Conselho como ameaça à liberdade individual e à ordem democrática. Reforça laços identitários com eleitores liberais e religiosos.
<b>Quadros Mestres</b>	“Igualdade/Antiprivilégio”, “Democracia/Constitucionalidade”.	Cooptam <i>frames</i> centrais da tradição liberal e democrática para atacar políticas identitárias. Ao invocar “igualdade formal” e “constituição”, apresentam-se como defensores da ordem contra supostos particularismos.
<b>Materialização</b>	A publicação em Instagram com design profissional, citação destacada e hashtag #NãoAprovem.	É uma materialização discursiva e visual do contraenquadramento, difundida em redes sociais no momento crítico do processo legislativo.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Associação do vereador (ator institucional), de Luciano Rocha (discurso jurídico-moral) e da OPEM (entidade religiosa) na mesma peça.	Une legitimidades distintas – política, jurídica e religiosa – para ampliar a eficácia e a autoridade do <i>contraframe</i> . Cria uma coalizão simbólica conservadora.
<b>Análise Diacrônica</b>	Postagem situada após adiamento da votação (19/08), com foco em 09/09.	Marca uma fase de intensificação e refinamento argumentativo do contramovimento, deslocando a ênfase da “ideologia de gênero” para “privilégios”. Mostra adaptação estratégica frente ao novo calendário legislativo.

Fonte: Elaboração própria a partir da análise da postagem.

Esse documento evidencia um momento de recalibração tática do contramovimento após o adiamento da votação. Se anteriormente o eixo discursivo central gravitava em torno da “ideologia de gênero” e da ameaça moral à família, aqui a ênfase se desloca para um discurso jurídico-político de “privilégios” e “universalismo legal”. Essa inflexão mostra a capacidade adaptativa do contramovimento em modular seus enquadramentos de acordo com a conjuntura legislativa e o público-alvo. A publicação mobiliza com eficácia *frames* híbridos que combinam linguagem legalista, moral religiosa e retórica de cidadania universal para construir uma oposição mais sofisticada, capaz de circular em esferas jurídicas, midiáticas e religiosas ao mesmo tempo.

Ao inserir figuras como Luciano Rocha e símbolos religiosos, o vereador constrói uma rede discursiva conservadora que combina atores políticos, intelectuais opinativos e instituições religiosas, reforçando a densidade e a legitimidade do *contraframe*. Essa estratégia revela como o contramovimento atua de maneira articulada para minar a gramática dos direitos e da participação democrática, substituindo-a por uma retórica de igualdade formal e neutralidade estatal que, na prática, nega reconhecimento e representação a grupos historicamente marginalizados.

Nessa etapa analítica não foram utilizadas as dimensões de modularidade, quadros híbridos e investigação microfundamental, bem como foram reduzidas as referências excessivas à ressonância diferencial, por não acrescentarem ganho interpretativo proporcional ao detalhamento exigido. No material analisado, tais aspectos aparecem de modo redundante ou já estão implicitamente contemplados por categorias mais explicativas, como quadros mestres, materialização, hibridização estratégica e análise diacrônica, o que permite maior economia conceitual e clareza analítica.

Ao examinar a forma como o vereador Rafael Roza se comunica, podemos entender um passo muito importante na maneira como o grupo que se opõe se expressa na cidade. É um momento em que, para se opor à criação do Conselho LGBTQIA+, eles param de usar apenas argumentos sobre moral ou religião. Em vez disso, começam a usar ideias de leis e política, apelando fortemente para a ideia de que todos são iguais perante a lei, a importância da lei e a ideia de que as regras devem valer para todos. Essa mudança na forma de falar faz com que mais pessoas ouçam suas ideias, incluindo pessoas importantes da sociedade e do governo. Mas

não é só ele agindo sozinho. Pelo contrário, vemos que é algo combinado e em várias escalas, onde diferentes pessoas conservadoras, em diferentes posições no governo, se juntam para criar e espalhar ideias que se encaixam umas nas outras. Nesse sentido, a comunicação do deputado estadual Homero Marchese<sup>33</sup> (PROS), que veremos a seguir, mostra como essa estratégia se desenvolve. Ela mostra como as ideias contrárias locais se conectam com discursos maiores e mais elaborados, que fortalecem a oposição no estado e solidificam a batalha de ideias sobre o Conselho LGBTQIA+.

Trata-se de uma análise de transcrição de um vídeo publicado<sup>34</sup> no Instagram do deputado estadual Homero Marchese (@homeromarchese), em 01/09/2021, revela um discurso estratégico de contraenquadramento que visa deslegitimar o Projeto de Lei do Conselho LGBTQIA+ por meio da hibridização ideacional. Sua fala é um exemplo claro de como o contramovimento se engaja em uma disputa de enquadramentos, utilizando a modularidade dos *master frames* para deslegitimar a pauta do movimento social e gerar ressonância diferencial junto a sua base conservadora.

O enquadramento diagnóstico central da fala de Marchese é que o projeto de lei é uma manifestação de uma “política identitária” que ele rotula como uma “ideologia esquerdista”. O problema, em sua visão, não é a falta de representatividade, mas a “divisão das pessoas em categorias que elas não podem escolher”, o que acaba gerando “ressentimento, divisão da sociedade”. Ele também questiona o caráter específico do conselho, perguntando: “Por que só criar para um determinado grupo de pessoas?”. Outro ponto de diagnóstico é a “postura ambígua” do prefeito, que, segundo ele, tenta agradar a todos os lados sem uma defesa pública clara do projeto.

O enquadramento prognóstico de Marchese é claro: a proposta, “da maneira como está, não pode ser aprovado”, e ele sugere que o caminho seria “emendar o projeto para melhorar”. No entanto, sua visão final é a de um futuro em que “o certo

---

<sup>33</sup> Homero Barbosa Marchese Júnior é advogado e político brasileiro, nascido em Maringá/PR em 6 de dezembro de 1983. Foi vereador em Maringá (2017-2018) e atualmente é deputado estadual pelo Paraná, eleito em 2018 pelo PROS e reeleito em 2022 pelo partido Novo. Marchese é conhecido por defender pautas de transparência, legalidade institucional e críticas a práticas políticas locais, adotando um posicionamento político *conservador, com viés liberal-conservador*, sobretudo em temas culturais e morais. Sua atuação parlamentar frequentemente mobiliza discursos de crítica ao que chama de “ideologia de gênero” e de defesa da “família tradicional”

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CTRpUVMnkNq/?igsh=MTZxbms3OGt3ZGhyMA==>. Acesso em: 20 out. 2025.

seria tratar todo mundo por igualdade, a lei deve ser valer para todos de forma igual”, o que deslegitima a necessidade de políticas específicas para grupos minoritários.

Em termos de hibridizações ideacionais e estratégicas, Marchese constrói um quadro híbrido que mescla um discurso de “crítica política” (contra a “política identitária”) com o *master frame* da “Igualdade”. Ao argumentar que “a lei deve ser valer para todos de forma igual”, ele se apropria de um princípio democrático e o utiliza para rebater a demanda por direitos específicos, enquadrando-os como uma forma de divisão. Ele também mobiliza o pânico moral ao sugerir que o conselho pode “afetar a educação de alguns assuntos sensíveis” nas escolas, conectando a pauta a um temor já consolidado na esfera conservadora.

A materialização discursiva de seu discurso se dá através de uma fala fluente e didática, veiculada no Instagram para um público amplo. O vídeo, portanto, não é apenas uma manifestação de sua opinião, mas uma materialização de uma estratégia política que busca conciliar uma agenda conservadora com a retórica de princípios democráticos universais para maximizar sua ressonância diferencial. O discurso de Marchese exemplifica como atores políticos utilizam o formato de vídeo em mídias sociais para se inserir no debate local, utilizando sua autoridade de deputado estadual para dar peso a um contraenquadramento que deslegitima a proposta e reforça a “política da respeitabilidade” que busca a homogeneidade em detrimento dos direitos específicos.

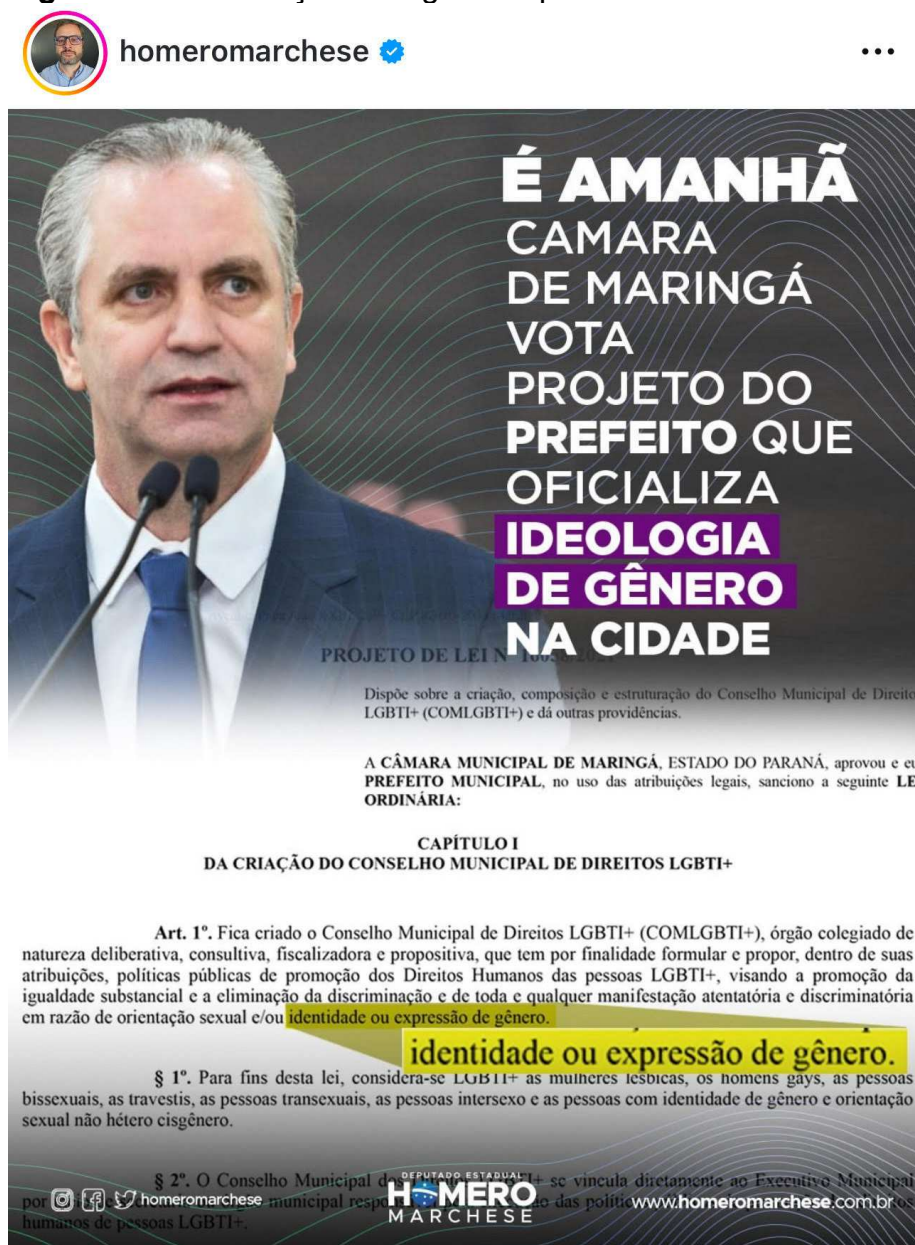
Outra publicação do deputado estadual Homero Marchese em seu perfil no Instagram<sup>35</sup>, em 01/09/2021, claramente se insere no período de intensa disputa anterior à votação do Projeto de Lei do Conselho LGBTQIA+. Este material constitui uma materialização discursiva e visual de um contraenquadramento político-conservador, visando deslegitimar a proposta.

No que diz respeito ao enquadramento diagnóstico, Homero Marchese postula que a própria base conceitual do Projeto de Lei, ou seja, “a teoria de que qualquer pessoa pode ou não se identificar com o sexo com que nasceu não está comprovada e não é científica; trata-se de uma ideologia”. Este é um diagnóstico fundamentalmente desqualificador, que busca refutar a premissa da diversidade de gênero, enquadrando-a como uma falsidade ideológica e pseudocientífica. Ele prossegue diagnosticando o Conselho como um veículo para essa “ideologia”, que,

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTSBSP4N5Ud/?igsh=YnM4ZGV4dmkyNmp0>. Acesso em: 20 out. 2025.

se aprovada, “pode ser oficializada amanhã em Maringá”, ameaçando “Atividades de igrejas, escolas e a própria liberdade de expressão”.

**Figura 13** – Publicação Instagram deputado estadual Homero Marchese



Fonte: Perfil do Instagram @homeromarchese<sup>36</sup> (2021).

O enquadramento prognóstico da publicação é, implicitamente, a rejeição do Projeto de Lei. O deputado prevê que, caso o Projeto de Lei seja aprovado, haverá impactos negativos diretos na liberdade de crença e ensino. A solução proposta é impedir essa “oficialização” e garantir que “Políticas antidiscriminatórias devem ser

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTSBSP4N5Ud/?igsh=YnM4ZGV4dmkyNmp0>. Acesso em: 14 nov. 2025.

usadas como escudos, e não como espadas”, sugerindo que a legislação não deve ser usada para impor agendas, mas apenas para proteção.

Em termos motivacionais, o *post* utiliza uma retórica alarmista e urgente. A imagem com o texto “É amanhã Câmara de Maringá vota projeto do prefeito que oficializa ideologia de gênero na cidade” cria um senso de iminência e perigo, buscando incitar uma reação imediata do público. O apelo à “tolerância à diferença” que “é necessário, mas sem permitir abusos de um grupo sobre outros” tenta motivar uma oposição que se apresente como razoável, porém firme contra “abusos” percebidos.

A mobilização de quadros mestres (*master frames*) é central na estratégia de Homero Marchese. O *master frame* dominante é o da “Anti-Ideologia de Gênero”, que serve como o principal rótulo pejorativo para deslegitimar a pauta LGBTQIA+. Esse *master frame* é acompanhado pelo de “Cientificidade/Verdade”, ao rotular a pauta como “não científica”, e pelo de “Liberdade de Expressão/Religiosa”, que seria ameaçada pelo caráter fiscalizador do Conselho. A modularidade desses *master frames* é evidenciada na sua aplicação direta à esfera municipal de Maringá e à proposta específica do Conselho, enquanto a ressonância diferencial é buscada em um eleitorado conservador que desconfia de “ideologias” e valoriza a “liberdade” contra a “intervenção estatal” em temas morais.

A publicação é um exemplo proeminente de hibridização ideacional e estratégica. O deputado mescla o discurso de cunho científico (ao refutar a base teórica da identidade de gênero) com o discurso moral-religioso (ao proteger “Atividades de igrejas” e “famílias”) e o discurso político-liberal (ao defender a “liberdade de expressão” e criticar “abusos” de “um grupo sobre outros”). Essa fusão cria quadros híbridos que buscam conferir universalidade e racionalidade a uma oposição que, em sua essência, é ideológica. A hibridização estratégica também se manifesta na utilização de sua posição como deputado estadual (ator político) para disseminar uma mensagem que ecoa os discursos de grupos religiosos (como a OPEM, cujo logo aparece na imagem junto a Homero Marchese), conectando diferentes esferas de influência para uma contraofensiva coordenada.

Do ponto de vista da materialização dos enquadramentos, a postagem em si, com sua combinação de texto e imagem (o retrato do deputado e a chamada visual), é uma materialização discursiva e visual eficaz do *contraframe*. A diagramação, que destaca a frase “Ideologia de gênero” em cor contrastante e grande, é uma

materialização visual da centralidade desse *frame* na campanha de deslegitimação. A análise diacrônica da postagem (“É amanhã”) situa-a no ápice da mobilização, às vésperas de uma votação de grande importância, indicando uma estratégia de pressão final.

A dimensão de investigação microfundamental foi suprimida nesta análise por não haver, no material empírico examinado (vídeos e postagens públicas), evidências suficientes sobre dinâmicas internas de interação, circulação e apropriação cotidiana dos enquadramentos em nível individual. Como o foco recaiu sobre o conteúdo discursivo e sua operacionalização pública, optou-se por privilegiar categorias analíticas mais diretamente sustentadas pelas fontes.

**Quadro 18 – Elementos de enquadramento e estratégias discursivas do deputado estadual Homero Marchese**

Elemento Analítico	Evidências Identificadas	Interpretação/Função no Conflito
<b>Quadros Diagnósticos</b>	Marchese apresenta o PL como expressão de “política identitária” e “ideologia esquerdista”, que divide a sociedade em categorias fixas, gera ressentimento e ameaça valores sociais; questiona a necessidade de um conselho específico (“Por que só criar para um determinado grupo?”); descreve a teoria de gênero como “não científica” e “ideológica”.	O enquadramento diagnóstico desqualifica a pauta LGBTQIA+ ao caracterizá-la como divisiva, ideológica e ilegítima, deslocando o debate dos direitos e da participação democrática para um campo de ameaça à coesão social, à racionalidade científica e à moralidade pública. Essa operação visa minar a legitimidade do PL e dos proponentes, preparando terreno discursivo para a oposição política organizada.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Defende que “o certo seria tratar todo mundo por igualdade”, sugere “emendar” ou rejeitar o PL “da forma como está”; alerta para impactos negativos futuros, como “afetar a educação de alguns assuntos sensíveis”. Propõe que políticas antidiscriminatórias sejam “escudos, não espadas”.	A solução proposta é o universalismo abstrato – todos devem ser tratados igualmente, sem políticas específicas –, que atua como contraproposta ao modelo de ação afirmativa. Ao propor “emendas”, sinaliza uma abertura tática para esvaziar o projeto sem se opor frontalmente aos direitos em abstrato, evitando custo político enquanto desarticula a proposta.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Linguagem alarmista e urgente: “É amanhã...”, “oficializa ideologia de gênero na cidade”; apelo à “tolerância sem abusos”; incitação para que a população reaja antes da votação.	Motiva a mobilização conservadora ao criar senso de urgência e ameaça iminente. Essa retórica busca transformar a audiência em atores políticos ativos, pressionando vereadores e moldando a opinião pública para impedir a aprovação do PL. O tom “razoável” (“sem abusos”) cria aparência de equilíbrio para ampliar adesão.
<b>Quadros Mestres</b>	Mobiliza os <i>master frames</i> de “anti-ideologia de gênero”, “cientificidade/verdade” (nega	A combinação desses <i>master frames</i> oferece um repertório discursivo poderoso e reconhecível para

	validade científica da identidade de gênero) e “liberdade de expressão/religiosa” (ameaçada pelo caráter fiscalizador do conselho).	públicos conservadores, reforçando valores centrais como liberdade, racionalidade e ordem moral. Ao modular <i>frames</i> nacionais para o contexto local de Maringá, ele ancora o debate municipal em pautas culturais mais amplas.
<b>Modularidade</b>	<i>Frames</i> nacionais como “ideologia de gênero” e “liberdade religiosa” são aplicados ao debate sobre o Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá.	Essa transposição estratégica amplia o alcance do discurso, conectando a disputa local a narrativas nacionais consolidadas, facilitando a adesão de públicos já sensibilizados por essas pautas. Isso fortalece a oposição, ancorando o debate municipal em repertórios discursivos de alto impacto.
<b>Ressonância Diferencial</b>	O discurso apela simultaneamente a valores morais religiosos (“defesa das igrejas”), científicos (“não comprovada e não científica”) e liberais (“liberdade de expressão”).	A combinação desses registros amplia a ressonância do <i>contraframe</i> junto a diferentes segmentos da base conservadora – religiosos, liberais, tecnocráticos –, consolidando alianças discursivas que maximizam o potencial de mobilização.
<b>Materialização</b>	O vídeo no Instagram, com fala direta e imagem destacando “ideologia de gênero”, é a materialização discursiva e visual do contraenquadramento; o uso do formato de vídeo curto, claro e didático potencializa o alcance.	A materialização em formato digital permite inserir-se diretamente no debate público, disputando significados em tempo real e alcançando públicos amplos sem depender da mídia tradicional. A escolha estética reforça o senso de urgência e centralidade do tema.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Utiliza sua posição institucional de deputado estadual para legitimar um discurso que ecoa pautas religiosas (OPEM aparece na imagem), combinando autoridade política, moral e discursiva.	A articulação entre diferentes esferas (política institucional, moral religiosa e discurso público) fortalece a posição do contramovimento, gerando uma frente unificada de oposição que combina legitimidades distintas e potencializa o impacto do enquadramento conservador.
<b>Quadros Híbridos</b>	O discurso mistura argumentos técnico-científicos (sobre gênero), morais/religiosos (família e igreja) e político-liberais (liberdade de expressão, antiexclusivismo).	Essa fusão discursiva cria quadros híbridos que produzem uma aparência de universalidade e racionalidade para uma posição ideológica conservadora, tornando-a mais palatável e persuasiva em múltiplos públicos.
<b>Análise Diacrônica</b>	Postado em 01/09/2021, às vésperas de votação importante, situando-se no ápice da mobilização conservadora.	A postagem funciona como instrumento de pressão final, inserindo-se em um momento estratégico para moldar percepções e mobilizar eleitores e parlamentares contra a aprovação do PL.

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise do vídeo e da postagem de Homero Marchese.

Esse quadro mostra como o discurso de Homero Marchese atua como um elo estratégico entre os *frames* locais (maringaenses) e as narrativas conservadoras mais

amplas no cenário nacional. Ele não apenas reforça a oposição ao Projeto de Lei, mas estrutura discursivamente a resistência, oferecendo uma formulação aparentemente racional e democrática a argumentos ideológicos conservadores. Isso é coerente com o padrão observado ao longo da pesquisa, pois enquanto coletivos pró-Conselho mobilizam *frames* de direitos, cidadania e participação, o contramovimento recorre à combinação entre moralidade religiosa, liberalismo jurídico formalista e retórica científica seletiva para criar contraenquadramentos com alta ressonância social.

A análise das publicações e vídeos do contramovimento revela a construção de um discurso coeso e estratégico, que se materializou em enquadramentos diagnósticos e prognósticos claros. A oposição à criação do Conselho Municipal LGBTI+ foi articulada principalmente em torno de dois eixos principais: a desqualificação da pauta como uma “ideologia de gênero” não científica e a denúncia de que o Conselho concederia “privilégios” a um grupo específico, em detrimento da igualdade formal. Esses enquadramentos foram mobilizados por meio de quadros mestres como o da “liberdade de expressão” e da “defesa da família”, gerando um senso de urgência e pânico moral que se espalhou pelas redes sociais e vídeos, buscando influenciar a opinião pública e incitar a oposição ao projeto.

O próximo passo da análise é demonstrar como essa mesma gramática discursiva, que se mostrou eficaz na esfera digital, foi transposta para o espaço institucional da Câmara Municipal. As falas dos vereadores contrários à proposta não apenas replicaram os enquadramentos do contramovimento, mas também os adaptaram para o contexto do debate legislativo. Ao examinar as transcrições dos discursos, é possível observar como os legisladores se apropriaram dos argumentos de “ideologia de gênero” e “privilégios” para justificar seus votos, conectando a pressão popular mobilizada *online* com a ação política formal. Essa análise permitirá compreender a intersecção entre a mobilização de base e a atuação parlamentar, evidenciando a forma como os enquadramentos do contramovimento foram legitimados e institucionalizados no processo de rejeição do Conselho.

A análise do discurso do contramovimento revela a centralidade do pânico moral (Mello, 2006; Rubin, 1989) como o principal motor da mobilização na esfera digital. Esse pânico foi articulado por meio do *master frame* da “Ideologia de Gênero”, que funcionou como uma lente interpretativa para enquadrar o Projeto de Lei não como uma medida de direitos, mas como uma ameaça existencial à “família” e aos “valores cristãos”. O achado mais significativo, no entanto, reside na hibridização

ideacional desse *master frame*. O contramovimento demonstrou uma notável capacidade de mesclar o discurso moral e religioso com argumentos aparentemente técnicos e racionais, criando quadros híbridos que ressoaram com diferentes públicos. Vimos isso nos vídeos e publicações que combinaram a retórica religiosa/moral com pseudoargumentos de cunho científico (Homero Marchese), críticas administrativas (Matheus Coleoni) e preocupações fiscais (OPEM). Essa estratégia permitiu que a oposição, em sua essência moralista, se apresentasse como uma defesa objetiva da ordem social, da “ciência” e da constitucionalidade.

O sucesso do contramovimento não se limitou à esfera discursiva, mas se manifestou em uma complexa materialização dos enquadramentos. Os *frames* de oposição foram tornados tangíveis através de materializações discursivas e visuais (slogans, infográficos, vídeos de “alerta”) projetadas para a viralização e o consumo rápido em redes sociais. A análise diacrônica mostra que a campanha digital foi coordenada e adaptativa, com uma evolução de *framing* que se ajustou à tramitação do projeto: a oposição migrou de um ataque abstrato à “ideologia de gênero” para uma crítica mais concreta aos poderes e custos do Conselho após o adiamento da votação. Essa recalibração demonstra uma tática refinada, que usou o tempo ganho para intensificar o pânico moral. A investigação microfundamental revela o uso de apelos diretos e pessoais (“sua família,” “seu dinheiro”) e de perguntas retóricas que buscaram engajar a audiência emocionalmente e incitar a ação (“cobre seu vereador,” “#NãoAprovem”).

Em retrospectiva, o caso da rejeição do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá evidencia com nitidez as dinâmicas da assimetria da disputa em ambientes de conflito relacional, especialmente no contexto digital. Conforme indicam Silva e Pereira (2020), a eficácia política não decorre apenas da consistência normativa ou institucional das propostas, mas da capacidade diferencial dos atores de mobilizar enquadramentos ressonantes, recursos simbólicos e afetos socialmente compartilhados. Nesse sentido, o contramovimento logrou maior impacto ao acionar *master frames* moralizados e baseados no medo, que se mostraram mais adaptados às lógicas de circulação, simplificação e polarização próprias das plataformas digitais do que as narrativas de direitos, legalidade e institucionalização mobilizadas pelos proponentes do Conselho. Isso não aponta para um fracasso intrínseco da gramática institucional, mas para sua desvantagem relacional em arenas marcadas por disputas simbólicas aceleradas, nas quais a produção de ameaça, urgência e pânico moral se

converte em recurso estratégico central. O caso de Maringá, assim, revela como a disputa por reconhecimento e participação democrática é crescentemente moldada por ecologias comunicacionais que privilegiam enquadramentos emocionalmente mobilizadores, reconfigurando os termos da conflitualidade entre movimentos e contramovimentos no plano local.

#### 5.3.4 A batalha na Câmara: discursos parlamentares e o voto final

A disputa de enquadramentos que se desenrolou nas redes sociais e nos vídeos do contramovimento encontrou seu clímax e sua formalização no espaço da Câmara Municipal. Se na esfera digital a batalha se dava por meio de posts e alertas, na arena parlamentar ela se traduziu em discursos e votos, revelando como os *frames* forjados na mobilização *online* foram transpostos para a linguagem institucional. O palco da Câmara, com suas regras, sua visibilidade e sua legitimidade formal, tornou-se o campo de uma disputa direta, na qual os vereadores, tanto a favor quanto contra a criação do conselho, mobilizaram suas narrativas para justificar suas posições e influenciar o voto final. A análise que se segue, portanto, examinará essa batalha de narrativas, desvendando as estratégias discursivas dos legisladores e o resultado desse confronto.

As transcrições das falas dos vereadores da Câmara Municipal de Maringá (2021a, 2021c), coletadas nas sessões ordinárias de 17 de agosto e 2 de setembro de 2021, oferecem uma visão salutar da materialização dos *frames* do contramovimento no espaço institucional. Elas demonstram como os discursos religiosos e ideológicos, que circularam intensamente nas redes sociais, foram transpostos e legitimados na arena política por legisladores que se posicionaram contra a criação do Conselho Municipal LGBTI+.

À época da votação do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+ (2021), Cris Lauer era vereadora eleita pelo Partido Social Cristão (PSC), legenda situada no espectro da direita conservadora, com forte ênfase em pautas de matriz religiosa cristã, valores morais tradicionais e oposição a agendas progressistas em temas de gênero e sexualidade. Sua atuação parlamentar esteve marcada por um discurso combativo contra o que denomina “ideologia de gênero” e por uma agenda política alinhada a setores evangélicos e católicos conservadores, aproximando-se de posições características do bolsonarismo municipal. Posteriormente, Lauer migrou para o

partido Novo, mantendo, entretanto, um posicionamento ideacional liberal-conservador, com ênfase na defesa da liberdade individual, crítica às políticas de reconhecimento e resistência a formas de regulação estatal em temas morais. Esse enquadramento político-ideacional ajuda a compreender a contundência de sua intervenção no debate sobre a criação do conselho, posicionando-se como uma das vozes mais ativas do contramovimento dentro da Câmara Municipal de Maringá.

Seu enquadramento diagnóstico é multifacetado. A vereadora diagnostica o movimento pró-Conselho como um “movimento político de esquerda em Maringá”, que “não vai crescer”. Ela também desqualifica o movimento ao compará-lo a outros conselhos municipais (do Idoso, da Criança), argumentando que estes não “vão nas redes sociais atacar ninguém porque eles não batem em ninguém”.

O enquadramento prognóstico de sua fala é que “o ódio não vencerá, e vencerá o bem”, que seria o arquivamento do projeto, sendo um triunfo da “família cristã”. O enquadramento motivacional da vereadora apela ao sentimento religioso e à defesa dos valores familiares.

Sua fala é rica em hibridizações ideacionais e estratégicas. Ela mescla a retórica religiosa (“o bem da família cristã”, “graças a Deus”, “muito oração”) com a retórica política (“movimento político de esquerda”, “o discurso do ódio vem exatamente deste movimento”). A fala da vereadora se utiliza de contraenquadramentos para deslegitimar as lideranças do movimento, expondo detalhes microfundamentais das interações *online*, como a militante que “estava na minha rede social me destrutando”.

Cris Lauer utiliza de sua fala para enquadrar o resultado da votação que rejeitou a criação do Conselho, demonstrando que “o ódio não venceu, venceu o bem”, e que o arquivamento do projeto foi um triunfo da “família cristã”. Ela enquadra a situação de forma a apelar ao sentimento religioso e à defesa dos valores familiares, afirmando que a rejeição do projeto foi resultado de “muito joelho no chão da cidade de Maringá de cristãos, católicos, evangélicos, né”.

No período da tramitação do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+ (2021), Sidnei Telles era vereador pelo Avante, partido que, naquele contexto, se posicionava no campo de centro-direita, com frequente alinhamento a pautas de moralidade tradicional em nível municipal, especialmente em diálogo com setores religiosos evangélicos. Telles possui uma trajetória pública marcada por fortes vínculos com o campo evangélico, o que se reflete em suas intervenções legislativas

e em sua retórica política, ancoradas em valores cristãos e princípios de ordem familiar e religiosa. Sua atuação durante o debate sobre a criação do Conselho LGBTQIA+ foi decisiva para os rumos da tramitação: além de ter sido o vereador que solicitou a retirada de pauta do projeto em 19 de agosto de 2021, ele também chegou a cogitar a apresentação de um projeto de lei para a criação de um “Conselho da Família”, como contraponto ideológico à proposta em discussão.

Seu posicionamento ideacional pode ser caracterizado como ambíguo e estrategicamente mediador. Embora manifeste publicamente respeito à “dignidade” das pessoas LGBTQIA+, procura manter coerência com as diretrizes conservadoras de sua base eleitoral e com a lógica moral-religiosa que estrutura seu discurso político. Essa postura se expressa claramente em sua fala de 17 de agosto de 2021, quando justifica seu voto contrário na primeira votação do PL, onde Telles declara enfrentar um dilema entre defender a dignidade e o respeito e seguir o posicionamento político contrário de seu partido, mobilizando o *master frame* da “igualdade perante Deus” como recurso discursivo de mediação entre princípios religiosos universalistas e as pressões partidárias para rejeitar a proposta.

Na sessão de 19 de agosto, ele se posiciona como mediador, ouvindo “muitas pessoas preocupados” tanto com a “comunidade LGBTQI+” quanto com “outros segmentos da sociedade”. O enquadramento prognóstico de Telles é a busca por consenso, ele usa o fato de terem sido apresentadas “20 emendas ao projeto” como principal justificativa para o adiamento por “quatro sessões”. A existência das emendas é a materialização legislativa do contramovimento que ele usa para justificar uma ação procedimental (o adiamento), reforçando a legitimidade da oposição.

A fala dele é um exemplo de hibridização ideacional, ao mesclar a necessidade de garantir os direitos das pessoas em vulnerabilidade com a “liberdade da opinião” e do “culto” dos grupos conservadores.

Na sessão de 31 de agosto, Telles mantém o enquadramento de mediador, mas com um tom mais crítico ao PL original, sugerindo que ele “estabelece divisão da sociedade” e quebra o “cuidado que é preciso ter entre as diversas pessoas”. O enquadramento prognóstico dele é que as instituições que se opuseram ao PL deveriam “levem ao executivo para que refaça esse texto de lei”, transferindo a responsabilidade para outro ator. Ele finaliza sua fala com um enquadramento motivacional de “amor que o evangelho sempre manifestou”, tentando desassociar sua posição da oposição direta e reforçando seu compromisso com os valores cristãos,

ao mesmo tempo em que muda de assunto para a educação, em uma tentativa de legitimar sua preocupação com as crianças.

Em análise da transcrição do Vereador Sidnei Telles revela uma estratégia de hibridização discursiva em sua abordagem ao Projeto de Lei do Conselho LGBTQIA+. Sua fala demonstra um esforço em se posicionar como um ator que, embora contrário ao projeto, não o faz por preconceito, mas por uma defesa de princípios democráticos e de equidade.

O enquadramento diagnóstico de Telles aponta que o problema não é a comunidade LGBTQIA+ ou o combate à discriminação, mas sim o “formato da lei que nos foi apresentada”. Ele argumenta que a proposta “estabelece divisão da sociedade” e “quebra o cuidado que é preciso ter entre as diversas pessoas”, incluindo a defesa do “direito de expressão, o direito de posicionamento”. Ao reconhecer que “o nosso país tem discriminado intensamente”, ele tenta se alinhar com a pauta de direitos, mas imediatamente a desvia para sua crítica ao texto do PL, que, em sua visão, cria mais problemas do que soluções.

O enquadramento prognóstico de sua fala é que o conselho, em seu formato atual, “não é só um Conselho que discute e que valoriza”, mas um que divide, e por isso precisa ser reavaliado. A solução, portanto, seria um texto que, ao mesmo tempo em que defende a comunidade LGBTQIA+, não tire direitos de outros grupos.

A fala de Telles é um claro exemplo de hibridização ideacional, pois ele constrói um quadro híbrido que mescla a retórica dos direitos humanos com a defesa das “liberdades” e do “indivíduo”. Ele utiliza o seu posicionamento como membro de uma igreja que “longe está de querer discriminar qualquer cidadão” para legitimar sua oposição, afirmando que os documentos de sua igreja são “em defesa do indivíduo, em defesa das liberdades, em defesa da vida”. Essa estratégia permite que ele se posicione como um defensor de valores universais, enquanto se opõe a uma política pública específica para um grupo minoritário.

A materialização discursiva do vídeo no qual ele faz essa fala é uma tática de contraenquadramento, pois ele usa o vídeo para controlar a narrativa e explicar sua posição diretamente ao seu público, buscando evitar a acusação de discriminação. Sua fala é um esforço para deslegitimar a pauta do movimento social como “divisiva” e “quebra o cuidado”, em uma tentativa de gerar ressonância diferencial junto a um público que valoriza a harmonia social e a liberdade individual, mesmo que a um custo para os direitos específicos de uma minoria.

Durante a tramitação do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+ (2021), Paulo Henrique Biazon Santos era vereador pelo Partido Social Liberal (PSL), legenda situada à direita do espectro político, alinhada ao bolsonarismo e fortemente identificada com pautas conservadoras, especialmente no campo moral e religioso. Biazon construiu sua imagem política em Maringá com base em um discurso de defesa da “família tradicional”, da liberdade religiosa e da ordem moral cristã, mantendo proximidade com lideranças religiosas locais, incluindo representantes da Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá (OPEM), que desempenharam um papel ativo no contramovimento contra a criação do Conselho LGBTQIA+.

Sua atuação no processo legislativo foi estratégica, pois além de ser um dos autores das vinte emendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 16.058/2021, propostas que visavam descaracterizar o caráter deliberativo e fiscalizador do Conselho e diluir a sua especificidade identitária, Biazon também se posicionou favoravelmente à retirada de pauta da votação em 19 de agosto de 2021, justificando que a medida permitiria “melhorar a discussão na casa”. Em sua fala, reconhece que a pauta é “delicada”, afirmando que “há um lado muito machucado e o outro lado com bastante medo também”.

Esse discurso revela uma tentativa de equilibrar dois registros, de um lado, a manutenção de uma posição política alinhada ao campo conservador e religioso, materializada nas emendas e no apoio ao contramovimento; de outro, a construção de uma imagem de parlamentar aberto ao diálogo e à mediação institucional. Ao reconhecer os “dois lados”, um marcado por feridas históricas e outro pelo medo de mudanças morais e sociais, Biazon mobiliza uma retórica conciliatória que, no entanto, opera dentro de um enquadramento ideacional conservador, no qual o Conselho é visto como potencialmente ameaçador à liberdade religiosa e à ordem social tradicional. Essa posição intermediária o coloca como um ator relevante na estratégia legislativa de contenção e reformulação do PL, buscando reduzir sua radicalidade sem adotar uma postura abertamente hostil no plenário.

Ele usa o *master frame* da “igualdade formal” ao dizer que “O meu direito não pode ser maior do que o do outro nunca”. A fala de Biazon é notável por sua hibridização ideacional, ao invocar o provérbio religioso “Jesus abomina o Pecado, mas ama o pecador”, que ele usa como um quadro híbrido para conciliar a aceitação da existência de pessoas LGBTQIA+ com a oposição à sua pauta política, separando a pessoa da causa. Na sessão de 2 de setembro, ele tenta se defender da crítica de

que suas emendas “tirou a força do Conselho” e “tirou é poder”, reenquadrando a questão para a “defesa das crianças”, afirmando que “conselho não tem que mexer na educação, deixe as crianças em paz”. Esse discurso é um exemplo de pânico moral, direcionado à educação e à proteção das crianças, um dos *master frames* mais poderosos do contramovimento.

Durante a tramitação do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+ (2021), Luiz Alves de Oliveira, conhecido como Delegado Luiz Alves, era vereador pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS). O partido, naquele momento, situava-se no espectro de centro a centro-direita, frequentemente alinhando-se a pautas conservadoras em nível municipal, embora buscasse manter uma imagem pública de pragmatismo e defesa da “técnica” e da “ordem institucional”. Luiz Alves, por sua trajetória profissional como delegado de polícia, construiu sua atuação política com forte ênfase em discursos de segurança pública, legalidade e neutralidade procedimental, frequentemente evitando manifestações ideológicas diretas e buscando se posicionar como uma voz “racional” no plenário.

Sua intervenção na sessão de 19 de agosto de 2021 expressa claramente esse posicionamento. Ele enquadra a controvérsia em torno do Conselho LGBTQIA+ como parte de um “problema mundial” relacionado a extremismos ideológicos e divisões sociais, evitando tomar partido explícito em relação ao mérito do projeto. Ao afirmar que pauta seus votos em “critérios técnicos” e não ideológicos, o vereador adota um enquadramento de neutralidade técnica, que o posiciona como alguém acima das disputas morais e identitárias. Nesse contexto, considera “razoável” o adiamento da votação, justificando que, diante da apresentação de vinte emendas em curto espaço de tempo, “não tem como vereador nenhum aqui [...] analisar” adequadamente todas as alterações propostas.

Essa postura cumpre uma função política relevante, ao mesmo tempo em que não confronta diretamente o contramovimento nem se alinha explicitamente ao movimento LGBTQIA+, Luiz Alves legitima a retirada de pauta como uma medida de “cautela institucional” e “rigor técnico”. Isso permite que sua posição seja interpretada como prudente e equilibrada, evitando desgastes com diferentes setores do eleitorado. No entanto, essa neutralidade aparente opera também como uma forma de sustentação tácita do adiamento, favorecendo, ainda que indiretamente, a estratégia do contramovimento que utilizava as emendas como instrumento para retardar e reformular o projeto. Assim, Luiz Alves desempenha o papel de um ator que contribui

para a manutenção do status quo legislativo por meio da retórica da técnica e da racionalidade.

Em sua fala de 2 de setembro, após a rejeição do PL, ele defende seu voto contrário, que foi “por consciência”, mas também “observando a minha Chapa que me colocou aqui”. Ele utiliza um contraenquadramento que é a sua própria trajetória de vida, afirmando que se tornou “Delegado de Polícia, aproveitando as oportunidades que a vida me deu, fazendo que eu tinha que fazer” e que “Não obtive ajuda de organização, de conselho, de nenhuma”. Esta hibridização ideacional usa sua experiência pessoal como prova de que o sucesso vem do esforço individual, e não da ação coletiva ou de conselhos, o que deslegitima a necessidade do conselho e o próprio *master frame* de “direitos coletivos”. A fala dele, ao final, ao dizer “só a história poderá dizer se erramos ou acertamos”, eleva a decisão dos vereadores a uma dimensão de juízo histórico e moral, tentando justificar a rejeição.

Durante a tramitação do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+ (2021), Rafael Roza Camacho, conhecido politicamente como Rafael Roza, era vereador pelo Partido Novo. O partido, naquele período, posicionava-se no espectro liberal-conservador, combinando um discurso de defesa do livre mercado, redução da intervenção estatal e ênfase na igualdade formal perante a lei com um alinhamento frequente, em nível local, a pautas morais conservadoras, especialmente no que se refere à crítica à chamada “ideologia de gênero” e à oposição a políticas públicas específicas para grupos minoritários. Rafael Roza construiu sua imagem pública como um vereador jovem, articulado, com forte presença nas redes sociais, utilizando uma retórica liberal para embasar posições contrárias a pautas de diversidade, frequentemente revestindo argumentos morais e ideológicos com uma linguagem de racionalidade técnica e jurídica.

Sua fala na Sessão Ordinária de 19 de agosto de 2021 (Câmara de Maringá, 2021b) é um exemplo emblemático de estratégia de hibridização discursiva. Ao justificar seu apoio ao adiamento da votação, ele evita alinhar-se diretamente com os enquadramentos de pânico moral mobilizados por setores religiosos e grupos conservadores mais radicalizados, como a “ideologia de gênero” ou a “ameaça à família tradicional”. Em vez disso, constrói um discurso centrado na crítica à polarização e na necessidade de “debate adequado” e “amplo diálogo” antes da aprovação de uma proposta considerada sensível. Essa posição lhe permite projetar a imagem de um ator político racional, equilibrado e mediador, capaz de se diferenciar

das vozes mais estridentes do contramovimento, ao mesmo tempo em que sustenta a estratégia de adiamento da votação.

Ao adotar esse enquadramento de mediação, Rafael Roza amplia sua capacidade de ressonância diferencial junto a públicos que rejeitam tanto o ativismo LGBTQIA+ quanto as manifestações religiosas mais radicais, posicionando-se como um representante da “terceira via” discursiva: alguém que não nega frontalmente a pauta, mas exige “critérios objetivos” e “debate técnico” como condição para avançar. No entanto, essa postura funciona também como um mecanismo de neutralização política, pois, ao sustentar a retirada de pauta, contribui de forma concreta para a estratégia do contramovimento de retardar a aprovação do projeto e criar condições para a sua descaracterização por meio de emendas e negociações legislativas posteriores. Assim, sua fala articula um equilíbrio entre o liberalismo jurídico-discursivo e o conservadorismo político-pragmático, consolidando sua atuação como uma peça estratégica do campo de oposição ao Conselho LGBTQIA+.

Seu enquadramento diagnóstico central é que o problema não reside no mérito do projeto, mas na forma como o debate está sendo conduzido. Ele diagnostica a sociedade como “dividida” e critica a existência de pessoas que “gostam de polarizar coisa nesse sentido que é para inflamar as pessoas para poder causar briga”. Ele também diagnostica a falta de civilidade, afirmando que “a gente tem que parar com isso” e que o comportamento de “ficar dando indireta” na tribuna é “coisa de adolescente”.

O enquadramento prognóstico de sua fala é que a solução para o impasse é a calma, o diálogo e a tolerância. Ele defende o adiamento da votação para que o “texto seja analisado” e propõe que a discussão ocorra “na mesa de maneira clara, mas não dessa maneira brigando e arrumando confusão”. Ele também sugere que a responsabilidade pela falta de debate prévio recai sobre os vereadores que são contra e que “deveriam ter informado as pessoas discutindo isso antes”.

Em termos de hibridização ideacional, o vereador Rafael Rosa constrói um quadro híbrido ao mesclar o *master frame* da “democracia” com o da “tolerância” e da “religiosidade”. Ele argumenta que seu direito de votar como quiser é “democracia” e que a intolerância (“tolerância para algumas pessoas é quando você faz o que ela quer”) é o problema. Ao mesmo tempo, ele invoca sua identidade cristã (“nós que eu sou cristão também”) para questionar a base religiosa da oposição, perguntando: “Qual que é o medo de vocês contra eles?” e “Será que não tem LGBT que é cristão?”.

Essa estratégia o posiciona como um moderador que, embora alinhado com o voto pelo adiamento, busca se distanciar da retórica mais agressiva do contramovimento.

A fala do vereador é uma materialização performática de sua posição. Ele usa a sua experiência de ter tentado conversar “com os contribuintes, com a população” para dar concretude à sua crítica à polarização. Sua defesa da tolerância e do diálogo, mesmo diante de ataques, é uma tentativa de se apresentar como uma figura acima da “briga”. A investigação microfundamental revela um foco na desescalada, no apelo à razão e no reposicionamento estratégico, onde ele busca ocupar o centro do debate, acusando ambos os lados da polarização e do radicalismo.

A disputa de enquadramentos na Câmara Municipal não se limitou à mobilização do contramovimento. Os vereadores que se posicionaram a favor da criação do Conselho Municipal LGBTI+ também empregaram estratégias discursivas para legitimar a proposta e refutar os argumentos da oposição. Suas falas em plenário representam uma tentativa de contraenquadramento que busca reverter a narrativa de “privilégios” e “ideologia de gênero”, mobilizando quadros mestres como o da “democracia participativa” e da “igualdade de direitos”.

Durante a tramitação do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+ (2021), Ana Lúcia Rodrigues era vereadora pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). O PDT, historicamente identificado com a centro-esquerda, tem em sua plataforma princípios de trabalhismo, valorização da educação pública e fortalecimento da democracia participativa. No contexto local de Maringá, Ana Lúcia se destacou por representar um segmento mais progressista do partido, articulando pautas de cidadania e participação social com forte embasamento acadêmico e constitucional.

Na Sessão Ordinária de 17 de agosto de 2021 (Câmara de Maringá, 2021a, a vereadora utiliza um enquadramento diagnóstico institucionalista, ao afirmar que a democracia brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988, deixou de se restringir à dimensão representativa e passou a incorporar mecanismos de participação direta. Segundo ela, os conselhos de políticas públicas são instrumentos centrais dessa transformação democrática, permitindo que a sociedade civil incida diretamente na formulação, implementação e fiscalização de políticas. Ao enquadrar o Conselho LGBTQIA+ como parte desse processo, desloca o debate da esfera moral ou identitária para o terreno constitucional e institucional.

Seu enquadramento prognóstico enfatiza que o Conselho servirá para “efetivar a participação democrática”, defendendo-o como um meio legítimo e necessário de ampliação de direitos e de fortalecimento da democracia local. Assim, ela refuta os contraenquadramentos que tratavam o Conselho como um “privilegio”, sustentando que se trata de um instrumento constitucional de cidadania e de correção de lacunas históricas de representação e participação.

Ao mobilizar os quadros mestres da Democracia Participativa e dos Direitos Humanos, Ana Lúcia ancora sua argumentação em princípios normativos amplamente reconhecidos, buscando ressonância diferencial junto a públicos que valorizam a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e os mecanismos participativos. Sua fala representa um contraponto ideacional progressista relevante, oferecendo uma narrativa institucional alternativa à retórica conservadora dominante no debate, e reafirmando o Conselho como uma expressão legítima de aprofundamento democrático.

A vereadora também combate a narrativa de que o projeto estaria sendo aprovado “na surdina”, afirmando que “isso está tramitando faz tempo” e que “quem é dessa casa que propaga que a câmara está agindo na surdina está agindo de maneira errada”. Sua fala é um exemplo de como o *master frame* da “democracia” é mobilizado para legitimar a pauta do movimento social. Ela ainda justifica suas emendas, uma que retira a Secretaria de *Compliance* e inclui uma cadeira para a Câmara, e outra que suprime a palavra “pessoas” para garantir a participação de “entidades representantes atuantes no campo da promoção e dos direitos das pessoas LGBTI+”.

Em 31/08/2021a vereadora retoma o debate sobre o PL com uma profunda hibridização ideacional, ao incorporar o discurso religioso do Catolicismo. Ela fala de um “virtuoso diálogo” com as “forças evangélicas” e “forças católicas” e, inspirada pelo Concílio Vaticano II, argumenta que a Igreja deve ser uma “igreja que toda a realidade humana encontre Eco em seu coração”. Seu discurso culmina com a citação ao Papa Francisco, que teria dito a um *gay* chileno “que Deus te fez assim e te ama assim”. Esse é um poderoso quadro híbrido que utiliza a autoridade religiosa para legitimar a pauta de direitos, combatendo o *master frame* religioso do contramovimento.

Em sua fala, ela também utiliza o enquadramento diagnóstico para desmentir os argumentos da oposição. Ela refuta a ideia de “suposto gasto que o conselho traria ao orçamento Municipal”, apresentando dados de que o único conselho com verba assegurada é o CODEM, que gastou “15 milhões de reais nesse período”. Ela

diagnóstica que a verdadeira razão da oposição, superadas as questões legal e econômica, é o “preconceito e discriminação”.

Na sessão que culminou na rejeição do PL, a vereadora votou contra o arquivamento das emendas, justificando que o fez em respeito aos “pastores da comunidade evangélica” que ofereceram as emendas por terem “dúvidas”. Seu enquadramento prognóstico era de que a Câmara deveria discutir as emendas para “transformássemos então este projeto de lei num projeto de consenso que atendesse a toda essa comunidade que tanto luta pela justiça pela igualdade pelos direitos para todos”. Sua fala final é uma crítica contundente ao ódio e à hipocrisia, afirmando que a “discriminação e Preconceito fomentam ódio” e que “a verdade em algum momento aparecerá, ela entrará sim [...] nos anais da nossa história”.

No período da tramitação do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+ (2021), o vereador Dr. Manoel Sobrinho estava filiado ao Partido Liberal (PL), legenda situada no campo da direita conservadora, com forte alinhamento à agenda moral e religiosa no contexto político local e nacional, especialmente no período de ascensão do bolsonarismo. Sua atuação no debate sobre o Conselho LGBTQIA+ destoou, em parte, da linha predominante em seu partido.

Na Sessão Ordinária de 17 de agosto de 2021 (Câmara de Maringá, 2021a), Manoel Sobrinho realizou uma fala contundente, na qual utilizou um enquadramento diagnóstico que apontava para o atraso social na discussão sobre a criação do Conselho, ressaltando que “no século 21 ainda estamos discutindo direitos básicos”. Ao criticar diretamente a oposição religiosa, questionando “qual o Cristo deles?”, contrapôs a imagem de um Cristo “verdadeiro”, “que não cobra dízimo”, “não discriminaria ninguém” e é “Amor”. Essa estratégia discursiva representa uma hibridização ideacional, pois se apropria do *master frame* religioso do “amor de Cristo”, frequentemente mobilizado por grupos conservadores, para rebatê-los no próprio terreno simbólico, invertendo a lógica do contraenquadramento moralista.

Além disso, ao recorrer à sua experiência pessoal (“filho de mãe solteira”, “passei fome”) como elemento de legitimação, Manoel Sobrinho buscou construir uma autoridade moral baseada em vivências de vulnerabilidade, reforçando a defesa dos grupos marginalizados e a centralidade da educação e do combate à violência como prioridades públicas. Sua intervenção evidencia a presença de vozes dissidentes dentro de partidos alinhados ao campo conservador, complexificando o espectro ideacional do debate legislativo sobre o Conselho LGBTQIA+ em Maringá.

No dia 02/09/2021, na sua fala, o vereador Dr. Manoel Sobrinho demonstra sua frustração com a falta de diálogo da oposição, relatando ter tentado argumentar sobre as emendas, mas ter recebido a resposta “não, não, não quero saber, eu não quero saber de emenda”, “eu quero que vote contra”. Ele critica a falta de racionalidade da oposição, enquadrando-a como um movimento que “involuindo”. Ele usa o seu voto a favor da retirada como uma forma de “dar argumento” à oposição, mas reconhece que “não teve argumento”. Em seu último discurso, ele retoma o *master frame* da defesa do cidadão e da educação, argumentando que a solução para a violência não é a criação de mais cadeias, mas sim “escola integral”. Ele encerra sua fala com uma poderosa hibridização ideacional, afirmando que “Jesus não tinha partido Jesus só tem um partido o amor”, e que defender os pobres e os desempregados é defender os ensinamentos de Cristo.

No período da tramitação do Projeto de Lei do Conselho Municipal LGBTQIA+ (2021), Flávio Mantovani era vereador pelo Solidariedade (SD), partido que, à época, ocupava uma posição de centro no espectro político, com um discurso moderado que combinava pautas trabalhistas e sociais com pragmatismo político. Em Maringá, Mantovani projetava uma imagem de parlamentar técnico e racional, frequentemente ancorando suas posições em argumentos jurídicos e administrativos, evitando alinhamentos explícitos com os polos ideológicos mais polarizados.

Durante a Sessão Ordinária de 17 de agosto de 2021 (Câmara de Maringá, 2021a), Mantovani adota uma estratégia de hibridização ideacional, mesclando argumentos jurídicos com a defesa da cidadania. Ele inicia sua fala afirmando que vota “pela questão jurídica” e não por “paixão pessoal”, buscando legitimar sua posição com base na objetividade legal. Em seguida, invoca sua experiência como autor da lei que reativou o “Conselho de Bem-Estar Animal” para estabelecer um paralelo contundente, se há conselho para “cachorro, gato e papagaio”, também deve haver para pessoas.

Sua principal argumentação mobiliza o *master frame* da cidadania: ele afirma que “a população maringaense é composta também de lésbicas, gays, bissexuais [...] que são cidadãos maringaenses”. Ao fazer isso, refuta diretamente o contraenquadramento da oposição, que tratava o Conselho como concessão de “privilégios”, ao enfatizar que membros da comunidade LGBTQIA+ “pagam impostos em Maringá” e, portanto, têm o mesmo direito de “sentar junto com o poder público em pé de igualdade” para decidir “o que é bom ou não para vocês e para todo mundo”.

Na sessão que adiou a votação, Mantovani se coloca como um mediador, tentando acalmar os ânimos e criticando a polarização. Ele utiliza um enquadramento diagnóstico de que “existem pessoas que gostam de polarizar coisa nesse sentido que é para inflamar as pessoas para poder causar briga”. Ele faz um contraenquadramento direto aos *frames* da oposição, desqualificando o pânico moral através de perguntas retóricas: “Será que não tem LGBT que é cristão?” e “Será que o LGBT não tem família também?”. Com isso, ele busca mostrar que os argumentos da oposição são falaciosos e baseados em estereótipos. Ele defende que o debate deveria ser feito de maneira clara, sem “polarizar” e sem “arrumar confusão”, em uma busca por uma hibridização ideacional que valorize o diálogo e o respeito.

A análise do debate na Câmara revela a hibridização ideacional como uma estratégia central dos vereadores que se opuseram ao conselho. O discurso parlamentar não se limitou a replicar o pânico moral disseminado nas redes sociais, mas o traduziu para uma linguagem que buscava legitimação institucional. A fala de Cris Lauer, por exemplo, mesclou a retórica religiosa com a política, ao reenquadrar o “ódio” não como um sentimento da oposição, mas como um ato de violência vindo do movimento pró-Conselho, legitimando a rejeição do projeto como uma vitória do “bem” e da “Família Cristã”. Similarmente, Paulo Biazon, ao invocar o provérbio “Jesus abomina o Pecado mas ama o pecador”, criou um quadro híbrido que permitiu conciliar o discurso de “acolhimento” com a oposição à pauta, enquanto o vereador Delegado Luiz Alves utilizou sua trajetória pessoal como um contraenquadramento à necessidade de políticas coletivas. Essa capacidade de mesclar discursos religiosos, morais e biográficos com argumentos políticos e procedimentais demonstra como a oposição transformou o espaço legislativo em uma arena de disputa moral, onde a “objetividade” da lei foi subjugada por uma intensa batalha simbólica.

Em contrapartida, os vereadores favoráveis ao conselho se apoiaram na gramática institucional para defender a proposta, o que, ironicamente, revelou-se um ponto de fragilidade na disputa. Eles mobilizaram *master frames* como a “democracia participativa” e a “cidadania” para legitimar o Conselho como uma ferramenta constitucional e um direito, e não como um “privilégio”. No entanto, a força desses argumentos jurídicos e racionais foi neutralizada pela oposição, que operou com base na emoção, no medo e na desinformação. O debate deixou de ser sobre os méritos técnicos do projeto e se tornou um embate de narrativas, onde a “liberdade de expressão” dos vereadores contrários se manifestou no ataque a figuras públicas,

enquanto a fala de Flávio Mantovani, por exemplo, denunciava a “briga” e a “divisão” causadas pelo discurso do contramovimento.

**Quadro 19 – Análise dos elementos de enquadramento e estratégias discursivas nas falas parlamentares durante a tramitação do PL do Conselho Municipal LGBTQIA+**

Elemento Analítico	Evidências Identificadas	Interpretação/Função no Conflito
<b>Quadros Diagnósticos</b>	Cris Lauer enquadra o movimento pró-Conselho como “movimento político de esquerda” e agressivo; Sidnei Telles afirma que o problema está no “formato do projeto” e nas “divisões” que ele criaria; Paulo Biazon fala de “dois lados”, um machucado e outro com medo; Luiz Alves enquadra a questão como “problema mundial de extremismos”; Rafael Roza diagnostica a “polarização” e “comportamento adolescente” no debate; Ana Lúcia enquadra a criação do Conselho como parte da democratização participativa da CF/88; Manoel Sobrinho denuncia o “atraso social” e a oposição religiosa; Flávio Mantovani enfatiza a cidadania LGBTQIA+ e desqualifica a retórica de pânico moral.	Os diagnósticos revelam disputas profundas sobre a natureza do problema: de um lado, vereadores conservadores ou de centro-direita enquadram a proposta como divisão social, ameaça ideológica ou questão técnica mal formulada; de outro, vereadores progressistas enquadram como questão de cidadania e democracia participativa. Esses diagnósticos estruturam a polarização do debate e orientam as justificativas de voto.
<b>Quadros Prognósticos</b>	Lauer propõe a rejeição total do Projeto de Lei como triunfo da “Família Cristã”; Telles propõe o adiamento e posterior reformulação; Biazon defende a retirada de pauta para “melhorar a discussão”; Luiz Alves justifica o adiamento por razões técnicas; Roza defende “debate técnico” e não “briga”; Ana Lúcia propõe aprovação como instrumento de participação democrática; Manoel Sobrinho defende o Conselho como avanço civilizatório; Mantovani defende a aprovação com base em critérios jurídicos e cidadãos.	Os prognósticos conservadores operam em duas frentes: rejeição direta (Lauer) e adiamento técnico/estratégico (Telles, Biazon, Luiz Alves, Roza), o que favorece a estratégia do contramovimento de ganhar tempo e enfraquecer o PL. Os progressistas defendem aprovação como meio de efetivar direitos e aprofundar a democracia.
<b>Quadros Motivacionais</b>	Lauer apela à fé cristã (“muito joelho no chão”), à família e à luta contra o “ódio”; Telles mobiliza “amor evangélico” e “liberdade de expressão”; Biazon usa provérbio religioso (“Jesus abomina o pecado...”); Luiz Alves evoca sua trajetória individual como exemplo de superação; Roza invoca democracia e tolerância; Ana Lúcia apela à cidadania e à CF/88; Manoel Sobrinho mobiliza experiência pessoal e o “amor de Cristo” como oposição ao moralismo; Mantovani	Os enquadramentos motivacionais conservadores combinam apelos morais e religiosos com a defesa da liberdade individual, criando identificação emocional com suas bases. Os enquadramentos motivacionais progressistas apelam a valores democráticos, constitucionais e à inclusão, buscando legitimar a proposta como um avanço institucional.

	convoca igualdade tributária e cidadania.	
<b>Quadros Mestres</b>	“Ideologia de gênero”, “Família Cristã”, “Liberdade religiosa” e “Igualdade formal” dominam os discursos conservadores; “Democracia participativa”, “Cidadania” e “Direitos humanos” são mobilizados pelos progressistas.	A disputa de quadros mestres estrutura o conflito: <i>frames</i> morais e religiosos são contrapostos a <i>frames</i> constitucionais e democráticos, configurando uma batalha ideacional entre universalismo moral-religioso e pluralismo democrático.
<b>Modularidade</b>	Telles utiliza o argumento técnico de emendas; Biazon mistura “dois lados”; Roza fala em “polarização social”; Lauer localiza o “movimento de esquerda” em Maringá; Ana Lúcia aplica a CF/88 ao caso local; Mantovani compara com conselhos existentes (ex.: bem-estar animal).	A modularidade permite que <i>frames</i> nacionais (ideologia de gênero, CF/88, democracia) sejam adaptados à realidade local de Maringá, fortalecendo a ressonância com públicos específicos (religiosos, técnicos, jurídicos, ativistas).
<b>Ressonância Diferencial</b>	Discursos conservadores apelam a públicos religiosos, moralistas e eleitores de direita; progressistas apelam a setores acadêmicos, movimentos sociais e públicos constitucionais. Roza e Mantovani buscam públicos moderados.	A ressonância diferencial explica a eficácia dos <i>frames</i> : os discursos conservadores têm maior apelo emocional e capacidade de mobilização rápida, enquanto os progressistas têm maior densidade institucional, mas menor alcance emocional.
<b>Materialização</b>	Falas em plenário, vídeos nas redes sociais, hashtags (“#NãoAprovem”), justificativas de voto, proposição de emendas, menções a figuras religiosas e constitucionais.	As falas e registros parlamentares materializam a disputa ideacional em um espaço institucional legítimo, transformando <i>frames</i> em atos políticos concretos.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Telles, Biazon e Roza combinam discurso conservador com mediação técnica; Luiz Alves utiliza retórica técnica para sustentar o adiamento; progressistas mobilizam religião (ex.: Ana Lúcia e Manoel Sobrinho) para legitimar pautas de direitos.	A hibridização permite ampliar o alcance discursivo e construir legitimidade junto a múltiplos públicos, dificultando enquadramentos simplistas e binários.
<b>Quadros Híbridos</b>	Roza combina “democracia” com religiosidade; Biazon combina aceitação pessoal e oposição política; Manoel Sobrinho usa religião progressista; Mantovani combina juridicidade e cidadania.	Esses quadros híbridos revelam nuances ideacionais importantes, funcionando como pontes discursivas entre campos em conflito e ampliando a capacidade de ressonância.
<b>Análise Diacrônica</b>	Sessões de 17/08 e 19/08 marcam diagnósticos e pedidos de adiamento; sessão de 31/08 mostra intensificação e refinamento dos <i>contraframes</i> ; sessão de 02/09 culmina com arquivamento.	A disputa evolui de uma ofensiva moral e estratégica para uma consolidação parlamentar da oposição, com o adiamento funcionando como instrumento-chave para enfraquecer o PL.
<b>Investigação Microfundamental</b>	Referências a interações <i>online</i> (Lauer); experiências pessoais (Manoel Sobrinho, Luiz Alves); falas sobre “polarização” (Roza); citações religiosas; expressões emotivas (“ódio não venceu”).	Esses elementos revelam como os vereadores personalizam e tornam o debate mais emocional o debate, conectando <i>frames</i> ideacionais amplos a experiências individuais e interações concretas, aumentando a eficácia retórica e simbólica.

Fonte: Elaboração própria a partir das análises das falas dos vereadores.

Esse quadro evidencia como as arenas digital e legislativa se articularam de forma decisiva, com vereadores atuando como vetores de tradução e legitimação institucional dos enquadramentos do contramovimento, enquanto os atores favoráveis buscaram ancorar a disputa na gramática constitucional e participativa. A rejeição do Projeto de Lei revela, assim, um achado central desta pesquisa: a crise da institucionalização em contextos marcados pelo avanço do conservadorismo moral. A Câmara Municipal, longe de operar como espaço de mediação democrática, converteu-se em arena na qual a mobilização do pânico moral mostrou-se mais eficaz do que a defesa técnica e jurídica de uma política pública. A proposição de emendas que esvaziavam o poder do Conselho funcionou como estratégia institucional de bloqueio, conduzindo o debate a um impasse que culminou na rejeição da proposta. O desfecho legislativo expressa, portanto, uma disputa assimétrica na qual direitos de minorias foram sacrificados em nome de uma maioria simbólica, reafirmando a democracia como campo permanente de conflito, no qual os sentidos de cidadania, justiça e direitos são continuamente negociados e, por vezes, negados.

A votação final do projeto de lei para a criação do Conselho Municipal de Direitos LGBTI+ em Maringá foi o desfecho de um processo que começou com a aprovação em primeira discussão. O projeto foi aprovado inicialmente com 10 votos a favor, mas logo em seguida foi retirado de pauta por quatro sessões, a pedido do vereador Sidnei Telles, e após a apresentação de 20 emendas e pressão popular de grupos religiosos. As emendas propostas buscavam alterar pontos como a natureza do conselho, mudando-o de “deliberativo, consultivo, fiscalizador e propositivo” para apenas “consultivo e propositivo”, e também a composição dos membros. Após a retirada e a discussão das emendas, o projeto foi levado a uma segunda votação, onde foi rejeitado em uma virada de votos, sendo 10 contrários, contra 4 favoráveis. O resultado foi comemorado por vereadores e grupos contrários ao conselho, que se manifestaram contra o que chamaram de “ideologia de gênero” e a criação de “privilégios”.

A análise dos votos, registrados nominalmente pela Câmara Municipal de Maringá, permite observar que a rejeição do projeto não foi apenas o resultado de debates circunstanciais, mas expressou um alinhamento político-ideológico consistente. O levantamento dos posicionamentos individuais mostra uma concentração de votos contrários em parlamentares vinculados a partidos com base evangélica ou de perfil conservador, enquanto os votos favoráveis ficaram restritos a

legendas historicamente mais abertas às pautas de diversidade e direitos humanos. A seguir, apresentam-se tabelas com os resultados das votações nominais realizadas em plenário, de modo a sistematizar essa clivagem político-partidária e possibilitar uma leitura comparativa entre os dois momentos deliberativos.

**Quadro 20** – Resultado das votações nominais do Projeto de Lei Ordinária n. 16.058/2021 (Conselho Municipal de Direitos LGBTI+)

Vereador(a)	Partido (2021)	1ª Votação	2ª Votação
Alex Chaves	Podemos	Ausente	Não
Altamir Antonio dos Santos	PSL	Sim	Não
Bravin	PSD	Sim	Não
Cris Lauer	PSC	Não	Não
Delegado Luiz Alves	Republicanos	Sim	Não
Dr. Manoel Sobrinho	PL	Sim	Sim
Flávio Mantovani	Solidariedade	Sim	Sim
Maninho	PDT	Sim	Não
Mário Hossokawa	PP	Abstenção	Abstenção
Mário Verri	PT	Sim	Sim
Onivaldo Barris	PSDB	Sim	Não
Paulo Biazon	Podemos	Sim	Não
Professora Ana Lúcia	PDT	Sim	Sim
Rafael Roza	Patriota	Não	Não
Sidnei Telles	Avante	Não	Não

**Fonte:** Elaboração própria a partir de Câmara Municipal de Maringá (2021a, 2021b).

Enquanto a primeira votação, ocorrida em 17 de agosto de 2021, resultou na aprovação do Projeto de Lei n. 16.058/2021, indicando um cenário inicial de relativa adesão à proposta, a segunda votação apresentou um quadro substancialmente distinto. O intervalo entre as sessões foi marcado por intensa mobilização de grupos contrários e pela reorganização de alianças políticas dentro da Câmara, o que se refletiu diretamente na mudança de posicionamento de diversos vereadores. A tabela seguinte apresenta os resultados da segunda votação nominal, realizada em 2 de setembro de 2021, evidenciando a virada política que culminou na rejeição do projeto.

A análise articulada dos discursos parlamentares e das votações nominais evidencia que a Câmara Municipal de Maringá funcionou, nesse episódio, como um verdadeiro campo de disputa ideacional, no qual diferentes quadros interpretativos foram mobilizados para moldar percepções, legitimar posições políticas e definir o destino de uma política pública voltada à população LGBTQIA+. Longe de ser um espaço neutro ou meramente técnico, o plenário revelou-se como uma arena onde valores morais, convicções religiosas, estratégias partidárias e princípios constitucionais foram colocados em confronto direto, reproduzindo dentro da

instituição legislativa os conflitos que se desenrolaram previamente nas redes sociais e na esfera pública ampliada.

Do lado conservador, observa-se a apropriação eficiente de enquadramentos religiosos e morais, frequentemente associados à ideia de “família cristã”, “ideologia de gênero” e “proteção das crianças”. Tais *frames*, amplamente difundidos por setores religiosos e contramovimentos antigênero no Brasil, foram adaptados ao contexto local por meio de estratégias de modularidade discursiva, assumindo um caráter aparentemente técnico ou conciliador quando verbalizados por vereadores com perfil mais moderado. Sidnei Telles e Luiz Alves, por exemplo, mobilizaram a linguagem da técnica e da mediação para justificar adiamentos e críticas ao texto do projeto, desempenhando papéis fundamentais na estratégia legislativa de retardamento e enfraquecimento da proposta, sem recorrer a retóricas abertamente hostis. Já figuras como Cris Lauer e Paulo Biazon atuaram de maneira mais frontal, traduzindo os enquadramentos religiosos e morais em discursos combativos, que associavam o Conselho à ameaça de valores tradicionais e à ação de um “movimento político de esquerda”.

Por outro lado, os vereadores progressistas, liderados por Ana Lúcia Rodrigues, Manoel Sobrinho, Mário Verri e Flávio Mantovani, estruturaram sua argumentação com base em quadros mestres como democracia participativa, cidadania e direitos humanos. Suas falas buscaram reposicionar a discussão para o campo institucional e constitucional, apresentando o Conselho como uma ferramenta legítima de ampliação da participação social e de correção de desigualdades históricas. Essa estratégia discursiva se apoiou na gramática da Constituição de 1988 e nas experiências consolidadas de conselhos municipais em outras áreas, o que conferiu densidade normativa aos seus argumentos. Contudo, apesar da consistência jurídica e política dessas falas, elas tiveram menor capacidade de mobilização emocional em comparação aos enquadramentos morais e religiosos da oposição, que encontraram ampla ressonância diferencial junto a segmentos conservadores da sociedade maringense.

A virada entre a primeira e a segunda votação nominal demonstra, empiricamente, a eficácia da estratégia de adiamento articulada pelo contramovimento. Inicialmente aprovado por maioria, o projeto foi retirado de pauta por quatro sessões, tempo durante o qual foram apresentadas vinte emendas que modificaram aspectos centrais da proposta, ao mesmo tempo em que grupos

religiosos intensificaram sua mobilização social e política. Esse intervalo foi decisivo para a reorganização das forças conservadoras dentro da Câmara, resultando em uma mudança significativa de votos e, conseqüentemente, na rejeição da proposta. O Legislativo municipal, nesse sentido, funcionou como um espaço de tradução institucional das correlações de força que haviam se formado externamente.

Ao mesmo tempo, a análise das falas revela a importância dos quadros híbridos e da hibridização estratégica como recursos discursivos centrais no debate. Vereadores como Rafael Roza e Paulo Biazon construíram posições ambíguas, mesclando liberalismo jurídico, religiosidade e moralismo para ocupar zonas discursivas intermediárias. Essa plasticidade ideacional permitiu-lhes dialogar com diferentes públicos e consolidar um posicionamento politicamente rentável, nem abertamente contrário aos direitos LGBTQIA+, nem inequivocamente favorável ao projeto. Do ponto de vista analítico, esses casos ilustram como os enquadramentos não se dão de forma binária, mas operam em gradientes de significado que refletem estratégias políticas situadas.

As votações nominais sintetizam, de forma cristalina, o resultado dessa disputa. A primeira votação, marcada por maior dispersão e adesão parcial, refletiu um cenário em que o campo progressista ainda detinha alguma capacidade de articulação no Legislativo. Já a segunda votação, ocorrida após a ação coordenada do contramovimento e a intensa circulação de contraenquadramentos morais e religiosos, consolidou a derrota do projeto, com uma maioria conservadora organizada e um campo progressista isolado. A comparação entre as duas votações revela, assim, a dinâmica temporal das disputas: não se tratou apenas de uma decisão técnica, mas de um processo de correlação de forças e de circulação de significados ao longo do tempo.

Por fim, esse episódio ilustra de maneira paradigmática um achado teórico desta pesquisa, a crise da institucionalização de políticas públicas de diversidade sexual e de gênero em contextos de conservadorismo moral fortalecido. O Legislativo municipal, ao invés de servir como um espaço de aprofundamento democrático e de mediação de interesses plurais, tornou-se palco de uma batalha simbólica em que o pânico moral, a retórica religiosa e a estratégia legislativa de bloqueio se mostraram mais eficazes do que os argumentos baseados em direitos e cidadania. Essa constatação revela os limites das estratégias de institucionalização em contextos políticos adversos e aponta para a necessidade de compreender os conselhos e

outras instâncias participativas não apenas como arenas técnicas, mas como espaços profundamente permeados por disputas ideacionais, culturais e políticas.

#### 5.4 A MÍDIA LOCAL COMO ESPELHO DA DISPUTA

A disputa de sentidos entre o movimento LGBTQIA+ e o contramovimento não se restringiu às redes sociais e aos discursos parlamentares; ela se expandiu e se formalizou na esfera pública por meio da mídia local, que atuou como um espelho e, por vezes, um amplificador do conflito. Conforme a abordagem teórica dos enquadramentos interpretativos, a mídia não é um canal neutro de informação, mas um ator fundamental que, através de seus processos de seleção e apresentação da realidade, constrói as molduras de entendimento que orientam a percepção pública. Assim, em um cenário de embate intenso como o da criação do Conselho Municipal, a cobertura jornalística reflete e, simultaneamente, influencia a disputa de sentido, revelando as narrativas dominantes, os atores autorizados a falar e os *frames* que ganham maior visibilidade e legitimidade. Este item analisará como a mídia local de Maringá enquadraram o debate, observando de que forma ela espelhou a polarização, legitimou certos discursos e, por fim, contribuiu para o desfecho do processo legislativo.

A análise das matérias jornalísticas revela a atuação da mídia como um campo importante para a disputa de sentido, onde diferentes veículos enquadraram a proposta do Conselho de maneiras distintas, refletindo suas posições e influenciando a percepção pública. Esta abordagem demonstra que a mídia não é um canal neutro, mas um ator ativo na construção dos enquadramentos interpretativos que orientam o debate.


As publicações da coluna Queer do Jornal Maringá Post e do Observatório G exemplificam um engajamento direto na defesa do projeto, utilizando uma estratégia de contraenquadramento para refutar as narrativas da oposição. O artigo da Queer, do dia 03/09/2021, por Randy Fusieger, com o título “A quem interessa reprovar o Conselho LGBTI+ em Maringá?”, utiliza um enquadramento diagnóstico que identifica a oposição como motivada por interesses próprios, políticos e eleitorais.

Além de oferecer um diagnóstico crítico sobre os atores contrários ao projeto, essas colunas operam também no plano prognóstico e motivacional. Ao destacar que a rejeição do Conselho atende a “interesses próprios” e estratégias eleitorais, os

textos deslocam o debate do terreno moral ou religioso para o campo político-institucional, revelando os bastidores das articulações partidárias e religiosas. Essa estratégia discursiva é importante porque desestabiliza a narrativa dos opositores de que sua posição se basearia exclusivamente em valores éticos ou convicções religiosas, expondo dimensões de poder, cálculo político e manutenção de hegemonias locais. A atuação desses veículos, nesse sentido, aproxima-se do que Gamson e Modigliani (1989) descrevem como *framing contests*, ou seja, disputas públicas pela definição legítima do problema, das causas e das soluções.

**Figura 14** – Artigo do jornal Maringá Post – Coluna Queer, publicado em 03/09/2021

### **A quem interessa reprovar o Conselho LGBTI+ em Maringá?**

 Por Randy Fusieger Publicado em 2 de setembro de 2021 - 16:40  
Atualizado em 3 de setembro de 2021 - 10:34



Eu acredito que seria impossível começar este texto, que está cheio de perguntas, sem uma que é extremamente necessária: o papel de um(a) vereador(a) é garantir o pleno funcionamento da legislação em prol da sociedade ou fazer populismo barato e ter medo de grupos, sectários e repressores?

Como tudo o que costuma envolver a comunidade LGBTQIA+ vira polêmica (e a gente sabe bem o motivo), não poderia ser diferente com a votação pela criação do Conselho Municipal LGBTI+ em Maringá, pelo PL 16.058/2021, na manhã de hoje. Acompanhar a votação foi, para mim, um martírio. E me perguntar: “Maringá é a melhor cidade do Brasil para quem viver?” foi inevitável.

Fonte: Fusieger (2021).

Essa abordagem ataca a legitimidade moral do contramovimento, em vez de apenas refutar seus argumentos. O enquadramento motivacional da matéria é uma clara defesa do conselho como um mecanismo de combate à violência e à discriminação, ancorado no *master frame* dos direitos humanos. De forma similar, o

Observatório G enquadra a aprovação em primeira discussão como uma vitória, apresentando o conselho como um instrumento necessário para propor, defender, acompanhar e fiscalizar a política municipal de promoção de direitos da população LGBTQIA+, o que refuta a ideia de que o conselho seria um privilégio ou ideologia.

A chamada “A Câmara, ouvindo os conselhos, erra menos, eles já existem em outras áreas. Então por que não um LGBT?” sintetiza um quadro diagnóstico e um quadro prognóstico de forma concisa e estratégica. O diagnóstico implícito é de que a ausência de um conselho LGBTQIA+ representa uma lacuna institucional injustificada, dado que outros grupos sociais já contam com instâncias participativas similares. O prognóstico, por sua vez, propõe que a criação do conselho corrige essa assimetria e melhora a qualidade da ação pública, reforçando a ideia de que conselhos são instrumentos legítimos de participação e controle social.

**Figura 15 – Chamada jornalística do Observatório G, publicada em 18/08/2021**

Vitória

**Criação de Conselho Municipal LGBTQIA+ é aprovado por Câmara de Maringá**

"A Câmara, ouvindo os conselhos, erra menos, eles já existem em outras áreas, então por que não um LGBT?"

Bianca Aleixo

📅 18/08/2021 14:19

**Fonte:** Aleixo (2021).

Em contraste, a matéria da coluna Queer do Maringá Post adota um enquadramento de neutralidade jornalística que, em um contexto de pânico moral (Mello, 2006; Rubin, 1989), acaba por atuar como um espelho da disputa. O artigo reflete a polarização ao apresentar o projeto como aprovado em primeira discussão, mas imediatamente destaca a pressão de alguns vereadores e grupos religiosos e a ameaça de emendas. Ao dar igual espaço aos enquadramentos de ambos os lados, como a defesa da família utilizada pela oposição, a matéria implicitamente legitima essas narrativas baseadas no medo, tratando-as como parte de um debate equilibrado. Essa postura ilustra a assimetria da disputa, onde a defesa de direitos específicos se vê obrigada a contestar argumentos de natureza moral, que são legitimados pela mídia neutra e que reverberam com maior força no imaginário popular.

Além disso, essa formulação aciona o *master frame* da democracia participativa, deslocando o debate do terreno moral para o campo institucional e administrativo. Ao dizer que “a Câmara erra menos quando ouve os conselhos”, a matéria constrói um

quadro híbrido, que combina a linguagem técnica e racional da boa governança com a defesa normativa dos direitos humanos, tornando o argumento acessível a públicos mais amplos.

A modularidade é evidente na comparação direta com outros conselhos municipais já existentes (ex.: da mulher, da igualdade racial, de bem-estar animal), o que permite que a pauta LGBTQIA+ se insira em uma gramática institucional já consolidada, dificultando argumentos de excepcionalidade.

A escolha dessa chamada também tem alta ressonância diferencial, pois dialoga tanto com públicos progressistas (ao evocar direitos humanos e participação) quanto com públicos moderados e jurídicos (ao mobilizar a noção de eficiência legislativa e governança). Por fim, a própria materialização desse enquadramento se dá no título da matéria jornalística, um artefato comunicacional que transforma um argumento político em mensagem pública clara e compartilhável, desempenhando uma função performativa na disputa de sentidos.

A polarização e a disputa de enquadramentos que caracterizaram a cobertura da mídia especializada e a tentativa de neutralidade da imprensa local se intensificaram com o avanço do processo legislativo. À medida que a votação se aproximava, a imprensa local passou a focar na pressão exercida sobre os vereadores, refletindo uma nova dinâmica na batalha discursiva: o confronto direto entre a mobilização popular e a decisão institucional. A forma como a mídia enquadrou essa pressão e a decisão final é importante para entender como as narrativas do contramovimento e do movimento pró-conselho foram representadas na esfera pública.

Nesse novo momento, a mídia local deixa de ser apenas um espelho do debate e se torna um palco onde a pressão de rua e das redes sociais é traduzida para o ambiente político. Os títulos, as escolhas de palavras e o foco das matérias jornalísticas atuam como barômetros do clima político, revelando a força dos atores e dos *master frames* em disputa. A análise a seguir se procurará compreender sobre como as notícias enquadraram a pressão popular e as reações dos vereadores, revelando a interconexão entre mobilização, mídia e o voto final.

Em contraposição, veículos jornalísticos de maior alcance local, como a Jovem Pan News Maringá e a RPC, adotaram enquadramentos mais neutros ou, em alguns casos, reproduziram sem problematização os discursos dos setores contrários à criação do Conselho. Ao noticiar a retirada de pauta e as emendas apresentadas,

frequentemente priorizaram as falas de vereadores conservadores e lideranças religiosas, apresentando o debate como uma “polêmica moral” ou um “conflito entre dois lados”, sem aprofundar as assimetrias de poder e o histórico de discriminação que estruturam a pauta LGBTQIA+.

Esse tipo de cobertura, ainda que não abertamente hostil, contribui para reforçar quadros interpretativos dominantes ao tratar a questão como mera controvérsia opinativa, em vez de política pública e direitos fundamentais. A mídia pode funcionar tanto como espaço de visibilidade para contraenquadramentos quanto como mecanismo de reprodução simbólica de hegemonias existentes, dependendo de sua linha editorial e da forma como seleciona e apresenta os atores e discursos.

A análise das matérias jornalísticas do jornal GMC Online publicado 02/09/2021, intitulado “Câmara de Maringá rejeita criação de Conselho LGBT; veja como cada vereador votou”, de autoria de Monique Manganaro (com informações de Luciana Peña/CBN Maringá), publicada em 2 de setembro de 2021, com atualização em 20 de outubro de 2022. A reportagem trata da sessão da Câmara Municipal de Maringá que rejeitou a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa LGBTI+. O texto apresenta uma narrativa jornalística sobre a tramitação do Projeto de Lei n. 16.058/2021, destacando a mudança de posicionamento de alguns vereadores entre a primeira e a segunda votação, o contexto de mobilização religiosa e política que antecedeu a decisão, e os argumentos utilizados pelos parlamentares contrários à proposta.

No que se refere às categorias analíticas da pesquisa, a matéria permite identificar vários elementos. O enquadramento diagnóstico aparece nas falas de vereadores, especialmente na justificativa do delegado Luiz Alves, que interpreta o resultado como reflexo da “opinião pública contrária”, enquadrando a proposta do Conselho como desnecessária e redundante, ao citar a existência de outros conselhos (como o de Direitos Humanos) que estariam inativos. Esse diagnóstico se ancora em uma lógica de ineficiência administrativa e representatividade majoritária: “a grande maioria da população é contra. E nós, vereadores, estamos aqui representando”.

O enquadramento prognóstico se expressa na solução sugerida pelo vereador, em vez de criar um novo conselho, seria necessário reativar ou reorganizar os já existentes, conferindo um caráter técnico e de racionalização administrativa à sua justificativa. A matéria também destaca a estratégia discursiva de legitimar a mudança de voto como “ouvir a sociedade”, um recurso que mescla modularidade (ao aplicar

princípios gerais de representatividade e eficiência ao contexto local) e ressonância diferencial, ao apelar a valores de representatividade popular e racionalidade administrativa para justificar uma posição contrária.

No campo dos quadros mestres, identificam-se a mobilização dos *frames* de “representação democrática majoritária” e “técnica administrativa”, que são frequentemente utilizados em disputas políticas locais para neutralizar propostas de direitos específicos. Essa operação funciona como um contraenquadramento indireto aos quadros de direitos humanos e cidadania mobilizados pelos proponentes. Além disso, a matéria jornalística atua como materialização desses enquadramentos, ao reproduzir, com destaque, a fala do vereador e apresentar a mudança de votos como fato explicativo central para a rejeição do projeto.

Por fim, a reportagem permite uma leitura diacrônica do processo, ao recuperar a trajetória entre a primeira votação (17/08/2021), a retirada de pauta, a apresentação de 20 emendas e a segunda votação (02/09/2021), evidenciando o papel da mobilização contrária e da reorganização política no intervalo entre as sessões. Essa diacronia reforça a tese de que a rejeição final não foi abrupta, mas resultado de uma estratégia deliberada de contramovimento que utilizou o tempo institucional para alterar correlações de força. A investigação microfundamental, por sua vez, aparece nas justificativas pessoais do vereador delegado Luiz Alves, que usa sua trajetória profissional (“meus votos sempre foram pautados pela técnica, justiça e coerência”) como recurso de autoridade para legitimar sua posição, conectando *frames* ideacionais amplos a experiências e credenciais individuais.

Em suma, a matéria do GMC Online é uma fonte empírica midiática relevante, que funciona como registro público das justificativas parlamentares e como veículo ativo de enquadramento, reforçando narrativas contrárias ao Conselho com base em argumentos de representatividade majoritária, racionalidade técnica e eficiência administrativa. Ela evidencia como a imprensa local desempenhou um papel na amplificação e legitimação dos enquadramentos do contramovimento dentro do espaço público.

A matéria da Rede Lume, Rede de Jornalistas, por sua vez, adota um enquadramento mais neutro, mas que ainda assim espelha a disputa. O título “Maringá está mais perto de ter Conselho LGBTQIA+”, do dia 18/08/2021, por ser um veículo de comunicação local com linha editorial voltada a pautas de direitos humanos, diversidade e política municipal, verifica-se que o texto anuncia e contextualiza a

aprovação em primeira discussão do Projeto de Lei n. 16.058/2021, que cria o Conselho Municipal de Direitos LGBTQIA+ de Maringá, destacando o caráter inédito da iniciativa no município e sua relevância para a promoção de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+.

A matéria adota uma estrutura noticiosa informativa, mas com forte presença de enquadramentos interpretativos favoráveis ao projeto. Logo no título, o tom é afirmativo e celebratório: “Maringá está mais perto de ter Conselho LGBTQIA+”. A escolha lexical comunica avanço e expectativa positiva, funcionando como um enquadramento motivacional ao transmitir a ideia de vitória parcial e proximidade de uma conquista histórica. Esse tipo de título não apenas informa, mas também mobiliza afetos, sugerindo à audiência que há um processo coletivo de transformação em curso.

Na abertura do texto, a reportagem destaca que a Câmara de Maringá aprovou em primeira discussão o projeto e enfatiza que conselhos semelhantes já existem em outras áreas, como forma de legitimar a proposta por analogia institucional. Essa estratégia retórica atua em dois níveis: primeiro, enquadra a criação do Conselho LGBTQIA+ como parte de um padrão institucional consolidado, o que desloca o debate de uma arena moral para uma arena jurídica e administrativa; segundo, refuta implicitamente os contraenquadramentos do contramovimento que apresentavam o conselho como algo “inédito”, “ideológico” ou “privilegiado”. Ao mostrar que “a Câmara, ouvindo os conselhos, erra menos”, a matéria aciona um enquadramento diagnóstico institucionalista, que identifica como problema central a ausência de espaços participativos para determinados grupos, propondo como solução a criação de conselhos setoriais como mecanismo democrático de correção.

Essa formulação também ativa o *master frame* da democracia participativa, ao sugerir que conselhos são instrumentos legítimos de formulação e fiscalização de políticas públicas, em sintonia com o modelo participativo inaugurado pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988). Ao enquadrar a aprovação inicial do projeto como um passo coerente com práticas já consolidadas na gestão pública local, a matéria contribui para aumentar a ressonância diferencial da proposta junto a públicos moderados e institucionais, afastando-a das representações polêmicas e moralizantes produzidas pelo contramovimento.

Além disso, o texto emprega uma estratégia de modularidade, ao adaptar *frames* nacionais (participação social, direitos humanos, democracia) para a realidade municipal de Maringá, tornando-os mais inteligíveis ao público local. Essa

modularidade é reforçada quando a reportagem menciona que conselhos semelhantes já existem em outras áreas, um recurso discursivo que liga a proposta local a um repertório institucional mais amplo, legitimado historicamente e juridicamente.

O enquadramento motivacional da matéria é claro, apresenta o Conselho LGBTQIA+ como um instrumento necessário de combate à violência e à discriminação, ancorando-se no *master frame* dos direitos humanos. Ao enquadrar a aprovação em primeira discussão como uma vitória, a Rede Lume constrói uma narrativa que busca fortalecer a legitimidade moral e política do movimento pró-Conselho e contrapor-se, de forma indireta mas eficaz, às narrativas conservadoras que circulavam naquele momento. O discurso jornalístico, portanto, não se limita a relatar um evento, mas atua como vetor de enquadramento, posicionando-se na disputa pública de sentidos que antecedeu a votação final na Câmara.

Em conjunto, as matérias demonstram a interconexão entre a mobilização de rua e a cobertura midiática. A mídia local, ao enquadrar a oposição como “pressão popular”, atribuiu-lhe uma legitimidade democrática que o próprio movimento buscava. Essa cobertura contribui para a assimetria da disputa, onde os defensores do conselho, que se baseiam em argumentos técnicos e de direitos, se veem obrigados a dialogar em um campo minado pela emoção e por narrativas de pânico moral já enquadradas pela mídia. A análise do conjunto de matérias jornalísticas que cobriram a votação final do Projeto de Lei do Conselho LGBTQIA+ revela uma hibridização de enquadramentos que vai da constatação da pressão popular ao relato do desfecho e de suas consequências. Essa cobertura é uma materialização midiática da vitória do contramovimento e da derrota do projeto, refletindo e reforçando as dinâmicas da disputa de sentido.

O documento intitulado “Após pressão de grupos, vereadores recuam e retiram de pauta projeto sobre Conselho de Direitos LGBTI+ em Maringá”, publicado no *blog* de Ângelo Rigon, apresenta uma narrativa jornalística que se insere de forma estratégica no contexto da disputa discursiva e política em torno do PL n. 16.058/2021. Trata-se de uma matéria noticiosa de caráter opinativo-informativo, com linguagem direta, que relata o episódio da retirada de pauta do projeto após mobilização de grupos religiosos e conservadores, ao mesmo tempo em que evidencia a força do contramovimento no jogo político institucional.

Do ponto de vista analítico, a matéria oferece elementos claros de enquadramento diagnóstico, ao identificar a pressão de grupos religiosos e conservadores como o fator central para a mudança de posição dos vereadores. O título, ao enfatizar “Após pressão de grupos”, estabelece uma relação causal direta entre a mobilização desses setores e o recuo parlamentar, configurando um diagnóstico no qual a correlação de forças é explicitamente marcada. O texto não trata o adiamento como um procedimento técnico ou neutro, mas como resultado de uma ação política coordenada, o que reforça a ideia de que o contramovimento foi capaz de transformar pressão social em efeitos legislativos concretos.

No plano prognóstico, o artigo sugere implicitamente que o adiamento abre espaço para rearticulações contrárias ao Conselho, funcionando como uma vitória temporária dos opositores. Ao destacar que a retirada de pauta ocorreu “após pressão”, e não como uma iniciativa autônoma dos vereadores ou uma exigência procedimental, a matéria aponta para a capacidade dos grupos religiosos de interferir no ritmo legislativo e moldar os rumos do projeto. Assim, o enquadramento prognóstico é o de um recuo estratégico da Câmara, que favorece o contramovimento e cria condições para enfraquecer a proposta.

No âmbito motivacional, a matéria mobiliza indiretamente um *frame* de alerta para os leitores, ao enfatizar a força da pressão e sua eficácia, o texto sugere que sem mobilização equivalente, o projeto poderá ser derrotado, funcionando como uma convocação implícita à ação dos apoiadores do Conselho. Embora não haja um apelo explícito, o tom da narrativa, de surpresa e crítica velada ao recuo, reforça o sentimento de urgência política.

Em termos de quadros mestres, a matéria articula dois principais, o da liberdade religiosa e poder político dos grupos conservadores, operando como diagnóstico sobre a correlação de forças, e o da democracia participativa ameaçada, ao evidenciar que decisões legislativas estão sendo fortemente condicionadas por pressões externas moral-religiosas, e não por debate público plural ou critérios técnicos. A matéria não mobiliza diretamente o *master frame* dos direitos humanos, mas o tensiona ao mostrar o predomínio de uma agenda moral conservadora no processo político.

Por fim, do ponto de vista da materialização discursiva, trata-se de um texto jornalístico *online*, publicado em um *blog* de alta circulação local, que atua como mediador entre os acontecimentos legislativos e a opinião pública. Ele cumpre uma

função importante de tradução dos eventos institucionais para o público em linguagem acessível, ao mesmo tempo em que imprime uma leitura política própria dos fatos. A narrativa jornalística não é neutra: ela interpreta, seleciona causas, destaca atores e sugere consequências, configurando um artefato discursivo que participa ativamente da disputa de enquadramentos interpretativos.

Assim, essa matéria se insere nas categorias analíticas trabalhadas (diagnóstico, prognóstico, motivacional, quadros mestres, materialização) de forma bastante clara, evidenciando como a mídia local, mesmo em formatos de *blog*, atua como um ator relevante na construção pública do conflito, funcionando como uma espécie de “ponte discursiva” entre a mobilização religiosa e o campo legislativo

A matéria jornalística do Jornal – O Maringá, de Nelson Bortolin, intitulada “Projeto de Lei sobre a criação do Conselho é rejeitado na Câmara de Vereadores” apresenta-se como uma cobertura factual do desfecho legislativo do PL n. 16.058/2021, destacando a rejeição do projeto em segunda votação, os números da votação nominal e a decisão final da Câmara Municipal de Maringá. Publicada em veículo de imprensa local, a matéria segue um formato noticioso tradicional, privilegiando dados objetivos, sem editorialização explícita. Nesse sentido, configura-se como uma fonte relevante para compreender como os enquadramentos institucionais foram reproduzidos e estabilizados no espaço midiático.

Do ponto de vista analítico, a reportagem se ancora predominantemente no quadro mestre da legalidade institucional, enfatizando o rito legislativo, os votos e o resultado formal da votação. Ao fazê-lo, evita a mobilização de enquadramentos morais, religiosos ou de direitos humanos, distinguindo-se de veículos como o Observatório G ou a coluna Queer, que assumiram posições interpretativas mais engajadas. O enquadramento diagnóstico presente é implícito: ao relatar a virada de votos entre a primeira e a segunda votação, sugere-se que o elemento central do problema está nas correlações políticas internas e na mudança de posicionamentos parlamentares, sem atribuir responsabilidades diretas ou causas estruturais.

No plano prognóstico, a matéria aponta para a manutenção do status quo institucional: com a rejeição do projeto, não haverá Conselho Municipal de Direitos LGBTI+, encerrando-se o ciclo deliberativo sem a criação de um novo espaço participativo. Embora esse prognóstico seja apresentado de forma neutra, ele reforça a ideia de fechamento institucional, já que nenhuma alternativa ou encaminhamento futuro é sugerido no texto.

O enquadramento motivacional é praticamente inexistente, já que o texto não busca engajar ou mobilizar leitores, mas apenas informar. Essa ausência de apelo moral, emocional ou político funciona, de maneira indireta, como um mecanismo de legitimação passiva da decisão parlamentar. Ao enquadrar a rejeição como um fato consumado, naturaliza-se a decisão e reduz-se o potencial de contestação pública, contribuindo para o que Snow e Benford (1992) chamariam de cristalização de quadros dominantes.

A materialização discursiva dessa matéria consiste na transformação de um evento político em um registro jornalístico que circula publicamente. Ela desempenha uma função relevante na consolidação da memória coletiva local sobre o episódio, pois oferece uma narrativa institucionalizada que poderá ser retomada posteriormente como “referência neutra” do ocorrido. Nesse sentido, embora a matéria não atue como um ator discursivo combativo, ela cumpre um papel importante na estabilização de determinados sentidos sobre a rejeição do conselho.

Por fim, a análise sob a lente da ressonância diferencial mostra que esse tipo de cobertura tende a dialogar mais fortemente com segmentos da população que valorizam procedimentos formais e têm menor engajamento político. Ao privilegiar o rito legislativo e evitar enquadramentos ideacionais explícitos, a matéria alcança públicos que podem interpretar a decisão parlamentar como expressão natural da “vontade da maioria” ou do “processo democrático regular”, sem necessariamente acessar os conflitos interpretativos mais profundos que atravessaram o debate. Dessa forma, contribui indiretamente para a legitimação da posição vencedora no parlamento, reforçando o poder simbólico da decisão institucional.

Em conjunto, a análise das matérias jornalísticas e publicações em *blogs* evidencia a assimetria estrutural que marcou a disputa entre o movimento pró-Conselho e o contramovimento no campo midiático. Os veículos de comunicação não atuaram como meros transmissores neutros de informações, mas como arenas de disputa interpretativa nas quais diferentes enquadramentos foram construídos, difundidos e naturalizados. Enquanto colunas e *blogs* progressistas, como o Observatório G e a coluna Queer do Maringá Post, mobilizaram quadros diagnósticos, prognósticos e motivacionais alinhados aos direitos humanos e à democracia participativa, parte significativa da mídia local convencional priorizou narrativas institucionais ou de “pressão popular” que, de forma implícita, reforçaram os contraenquadramentos.

Ao enquadrar a reação conservadora organizada como expressão espontânea de uma “vontade da maioria” ou de “pressão de grupos”, essas matérias deslocaram o centro do debate da arena normativa e constitucional para um registro de legitimidade majoritária, reforçando a posição dos opositores do Conselho. Tal estratégia narrativa confere ao contramovimento uma aparência de organicidade e consenso social, ao mesmo tempo em que deslegitima a pauta de direitos como supostamente minoritária, particularista ou dissociada da sociedade civil ampla. Trata-se de um mecanismo de produção de hegemonia discursiva, no sentido gramsciano<sup>37</sup>, no qual a mídia participa ativamente da construção do “senso comum” político local.

Além disso, o enquadramento do recuo parlamentar como resultado direto dessa “pressão popular” reforça a ideia de que o processo legislativo foi conduzido por forças externas, emocionais e difusas, e não por deliberação racional ou análise técnica do projeto de lei. Essa forma de narrativa midiática contribuiu para consolidar a percepção pública de que a retirada de pauta e a posterior rejeição do projeto representavam um movimento natural de adequação política, e não uma derrota decorrente de uma disputa ideacional desigual. Em termos analíticos, essa atuação midiática funcionou como uma arena de ressonância diferencial, amplificando os quadros conservadores e minimizando a potência dos quadros progressistas, em especial os vinculados à cidadania e aos direitos humanos.

O cenário da disputa de enquadramentos não se limitou à cobertura jornalística e à pressão midiática; ele se aprofundou com a manifestação direta dos atores sociais envolvidos. A imprensa, ao publicar a voz de líderes e ativistas, passou a ser um canal para a formalização das respostas aos desdobramentos políticos, através de uma carta aberta de uma figura central do movimento LGBTQIA+, que representa uma nova fase do discurso, a resposta pública e estratégica após a derrota institucional do projeto. Esta carta, ao ser veiculada em um jornal local, busca não apenas registrar a posição do movimento, mas também disputar os sentidos que levaram à rejeição do conselho. Ela serve como uma réplica aos *frames* da oposição, buscando reenquadrar

---

<sup>37</sup> A expressão “no sentido gramsciano” refere-se à concepção de hegemonia desenvolvida por Antonio Gramsci (2000), segundo a qual o domínio político de um grupo social não se sustenta apenas pela coerção, mas principalmente pela construção de consenso e direção moral e intelectual sobre os demais grupos da sociedade. Esse consenso é produzido e reproduzido através de instituições, práticas culturais e discursos que moldam o “senso comum”, naturalizando determinadas visões de mundo e marginalizando outras. A mídia desempenha um papel central nesse processo, atuando como aparelho privado de hegemonia, ao difundir e legitimar determinadas narrativas em detrimento de outras.

a pauta e motivar a base para um novo ciclo de mobilização fora dos canais legislativos.

A carta aberta de Toni Reis<sup>38</sup>, ativista de longa data e figura de destaque no movimento LGBTQIA+, publicada em O Diário de Maringá. Em 07/09/2021, após a rejeição do conselho, constitui uma materialização discursiva e estratégica da resposta do movimento a uma derrota institucional. O discurso é uma clara tentativa de contraenquadramento que visa reverter as narrativas da oposição e reforçar a legitimidade da causa.

O enquadramento diagnóstico de Reis aponta a desinformação e o jogo político como as causas primárias da rejeição do projeto. Ele refuta diretamente os *master frames* utilizados pelo contramovimento, afirmando que o conselho não era sobre ideologia de gênero ou privilégios, mas sim sobre cidadania e políticas públicas. Ao fazer isso, ele tenta desconstruir a base do pânico moral que levou à derrota, argumentando que a oposição falhou em entender o verdadeiro propósito da proposta.

O enquadramento prognóstico da carta (discurso) é uma mensagem de resiliência e continuidade. Toni Reis reconhece a derrota institucional, mas a enquadra como um novo começo para a luta. Ele afirma que a luta não vai parar e que a comunidade está organizada e mobilizada, indicando que a estratégia do movimento irá se adaptar após o revés político. A carta é uma convocação à ação, motivando os companheiros, amigos, voluntários e militantes a continuarem o trabalho fora da Câmara.

O texto é um forte exemplo de hibridização ideacional, onde Reis utiliza a linguagem dos valores conservadores para desarmar a oposição. Ele se autodeclara e o movimento como cidadãos, pais e mães de família, pessoas que buscam o bem da cidade. Ao se associar a esses termos, ele busca desconstruir o *master frame* da defesa da família, que foi central na campanha do contramovimento. A publicação em um jornal local, um canal da mídia tradicional, é uma materialização estratégica para alcançar um público mais amplo e confrontar a desinformação em sua origem. A carta,

---

<sup>38</sup> Toni Reis: Antonio Luiz Martins Harrad Reis é um ativista de direitos humanos e uma figura central no movimento LGBTQIA+ brasileiro. É diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTQIA+ e ex-presidente e fundador da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Como professor e especialista em sexualidade humana, ele frequentemente atua como porta-voz da causa, tendo se manifestado em fóruns como o Congresso Nacional e as Nações Unidas. Em 2021, anunciou sua pré-candidatura ao Senado, mas não efetivou sua participação nas eleições de 2022.

portanto, demonstra a capacidade do movimento de adaptar sua narrativa e sua tática após uma derrota, buscando manter sua relevância e sua força na disputa de sentido.

Agora passando para uma análise de transcrições de vídeos do canal Pan News, transmitidos pelo Youtube e pela rádio Jovem Pan local, o primeiro datado de 18 de agosto, revela um enquadramento de polêmica que diferencia sua abordagem da de veículos que priorizam a neutralidade ou o engajamento direto. A matéria, com o título “Polêmica: Mesmo com votos contra conselho LGBTQIA+ é aprovado”, utiliza um quadro híbrido que mistura o dos fatos (aprovado) com o dramático (polêmica), posicionando o evento não apenas como um ato legislativo, mas como um conflito social de grande visibilidade.

O enquadramento diagnóstico da reportagem se concentra na divisão interna da Câmara. O problema é apresentado como o choque de opiniões sobre a criação de um conselho para um grupo específico. A matéria ressalta que vereadores se manifestaram em plenário se dividindo sobre o assunto e dá voz à oposição ao mencionar a preocupação com a criação de um conselho para um grupo específico e o uso do termo ideologia de gênero. Ao apresentar o conflito como uma polêmica, o vídeo implicitamente legitima os *master frames* da oposição, tratando-os como parte de um debate democrático de visões opostas.

A materialização midiática dessa reportagem, veiculada em uma plataforma como o YouTube, reforça a lógica da disputa de sentido de forma intensa. O formato de vídeo permite uma dramatização do conflito, traduzindo um debate político em um espetáculo de visões divergentes. Ao focar na polêmica e na divisão entre os vereadores, a reportagem contribui para a assimetria da disputa, pois, em vez de aprofundar os argumentos técnicos e de direitos dos proponentes, ela os coloca em pé de igualdade com os argumentos ideológicos e morais do contramovimento. A matéria, assim, funciona como um espelho da disputa, mas um que, por sua natureza sensacionalista, amplifica as tensões e os argumentos do pânico moral.

A análise das outras transcrições de vídeos do canal Pan News aprofunda a compreensão da disputa de sentido em curso, revelando como diferentes atores do debate mobilizam enquadramentos distintos para disputar a legitimidade do Projeto de Lei do Conselho LGBTQIA+. Elas demonstram estratégias opostas de contraenquadramento que se baseiam em lógicas distintas, mas igualmente eficazes na polarização do debate.

A matéria Pan News “Estão com medo do Conselho LGBTQIA+”, do dia 19/08/2021, utiliza um enquadramento diagnóstico que deslegitima a oposição por meio da atribuição de medo e hipocrisia. A fala do repórter questiona diretamente as motivações do contramovimento, perguntando “Quem tem medo desse conselho?” e sugerindo que, “se não tem algo escuso contra”, eles deveriam apoiar a proposta. Este é um poderoso contraenquadramento que busca minar a autoridade moral da oposição, em vez de debater seus argumentos ponto a ponto. O enquadramento motivacional da reportagem se apoia no *master frame* de universalidade e progresso, citando que cidades do Brasil tem um conselho e nenhuma houve reclamação. Ao fazer essa comparação, o vídeo tenta enquadrar a oposição de Maringá como uma força conservadora e reacionária, fora da norma nacional.

Já a matéria Pan News do dia 02/09/2021, com título “Conservadores são contra o conselho LGBT”, apresenta um contraenquadramento que utiliza uma sofisticada hibridização ideacional. O repórter, neste caso, não nega a necessidade de defender a comunidade LGBTQIA+, mas desvia a discussão para o formato da lei, que ele argumenta ser o real problema, por estabelecer divisão da sociedade. Ele constrói um quadro híbrido ao misturar a crítica conservadora de que a lei criará privilégios e ideologia com uma crítica liberal de que a lei pode abrir um precedente para outros conselhos ideológicos. Para isso, ele utiliza o *master frame* do anti-ideologia, que deslegitima o conselho ao associá-lo a uma agenda política ideológica específica que obviamente a maioria da população maringense não está de acordo.

A materialização midiática dessas reportagens no mesmo canal evidencia a dinâmica da disputa de sentido e a assimetria da disputa. Enquanto uma reportagem desafia abertamente o contramovimento, utilizando um tom de crítica e denúncia, a outra oferece um palanque para que os argumentos da oposição sejam apresentados de forma articulada e aparentemente racional. A reportagem que dá voz ao contramovimento, por exemplo, utiliza um *master frame* técnico-jurídico, citando a 6ª Promotoria de Maringá como um órgão que já assegura os direitos da comunidade. Essa tática busca conferir legitimidade institucional a um enquadramento prognóstico que propõe a não criação do conselho, utilizando a lógica da redundância como justificativa. O contraponto entre as duas reportagens demonstra como a mídia, ao tentar cobrir os dois lados de uma polêmica, pode inadvertidamente dar força e legitimidade a argumentos baseados em pânico moral, reforçando a percepção de que a pauta de direitos é um tema controverso e não uma demanda legítima por justiça.

A cobertura midiática da Pan News, em diferentes momentos do processo, oferece um retrato mesclado da disputa de sentido que se deu em Maringá, revelando não apenas a polarização, mas também as sofisticadas estratégias de enquadramento mobilizadas pelos atores em conflito. A análise detalhada das transcrições dos vídeos aprofunda a compreensão de como a mídia local, por meio de diferentes vozes, contribuiu para moldar a percepção pública sobre a criação do conselho.

A matéria Pan News, de 23/09/2021, com o título “Conselho LGBTQIA+ ainda tem lenha para queimar”, utiliza um enquadramento prognóstico que transforma a derrota institucional em um novo capítulo da luta. Ao afirmar que o conselho “ainda tem lenha para queimar”, o vídeo enquadra o revés na Câmara não como uma derrota final, mas como um ponto de inflexão que exige uma nova estratégia de mobilização. O enquadramento diagnóstico da matéria é o de uma falta de prestação de contas dos políticos, e o enquadramento motivacional se dá através de uma mensagem de resiliência e de responsabilização eleitoral. Essa abordagem demonstra a capacidade do movimento de se adaptar, reenquadrando sua derrota institucional em uma futura vitória eleitoral, o que é um achado teórico essencial sobre a dinâmica de movimentos sociais.

Em outra matéria da Pan News, do dia 02/09/2021, com título “Conselho LGTBIA+ vai influenciar na saúde municipal?”, a disputa de sentido se concentra em uma hibridização ideacional de natureza legal-técnica. O vídeo destaca a competência do conselho na área da saúde e questiona a justificativa da comunidade LGBT em deliberar sobre o tema. A resposta, dada por um representante da comissão da OAB, a Advogada Luiza Beltran, é um contraenquadramento que utiliza uma retórica legalista para desarmar o pânico moral. A ativista explica que as deliberações do conselho jamais poderiam usar partes dos poderes absolutos de jeito nenhum, e que qualquer política precisa passar pelo poder legislativo Municipal para ser implementada. Essa estratégia tenta trazer o debate de volta para a esfera institucional e legal, buscando neutralizar os medos e a desinformação difundidos pelo contramovimento. Esse confronto discursivo ilustra a assimetria da disputa, onde um lado é obrigado a usar argumentos complexos e técnicos para refutar narrativas emocionais e simplistas da oposição.

Por fim, a matéria Pan News, de 18/08/2021, com título – “Polêmica! Mesmo com votos contra conselho LGBTQIA+ é aprovado” – oferece um palanque para o contraenquadramento do contramovimento, que utiliza uma hibridização ideacional

para legitimizar sua oposição. O repórter, neste caso, enquadra o problema como o formato da lei, que entende a possibilidade de abrir precedente para “conselho por exemplo Municipal da família conservadora que eu também acho ruim”. Essa fala é um quadro híbrido que mescla um argumento conservador (contra o conselho) com um argumento supostamente liberal (contra conselhos ideológicos em geral), tornando a oposição mais palatável e racional. Essa estratégia revela como o contramovimento, de forma tática, cooptou elementos da gramática institucional para legitimar sua agenda e reforçar a assimetria da disputa, onde o debate técnico se tornou um campo de batalha para a mobilização de *master frames* de cunho ideológico.

As análises anteriores demonstraram como a disputa de enquadramentos foi moldada tanto pela cobertura de fatos da mídia local quanto pela linguagem dramática e polarizadora dos vídeos de YouTube. No entanto, o debate público sobre a criação do conselho não se limitou a esses formatos. A imprensa, em sua dimensão mais aprofundada, também se tornou um espaço para reflexões e análises que buscaram elevar a discussão para além da polêmica e do confronto direto, introduzindo novas camadas de sentido à disputa.

A transcrição do Programa Ao Vivo – CBN Maringá 1ª Edição (03/09/2021), veiculada no canal oficial da CBN Maringá no YouTube em 3 de setembro de 2021, constitui uma fonte empírica relevante para compreender a disputa de enquadramentos em um ambiente midiático analítico e de credibilidade jornalística local. O programa, conduzido pelos jornalistas Luciana Penha (apresentadora) e Tiago Valenciano (comentarista e cientista político), oferece uma leitura crítica do processo legislativo que culminou na rejeição do Projeto de Lei n. 16.058/2021, situando-o em um panorama mais amplo de disputas políticas, culturais e históricas na cidade de Maringá.

A entrevista tem como eixo central a análise da votação e das estratégias discursivas adotadas por vereadores e grupos opositores. Destaca-se a intervenção de Tiago Valenciano, que mobiliza quadros híbridos e *master frames* de cunho histórico, democrático e filosófico para reinterpretar o episódio, deslocando o foco do debate moral-religioso para questões estruturais relacionadas à violência, à igualdade de direitos e à função democrática dos conselhos. Essa abordagem contrasta fortemente com os enquadramentos reducionistas e moralizantes predominantes no contramovimento, permitindo observar como a mídia local, em certos segmentos,

também pode operar como espaço de reenquadramento crítico e de mediação pública qualificada.

A fala de Tiago Valenciano na CBN Maringá é um exemplo contundente de contraenquadramento que busca desestabilizar as bases morais do contramovimento por meio de uma profunda hibridização ideacional. A discussão não se limita a rebater os argumentos da oposição sobre privilégios ou ideologia, mas os coloca em perspectiva histórica e filosófica, desafiando o próprio terreno moral em que a disputa se deu.

O enquadramento diagnóstico central da fala de Valenciano é de uma profunda contradição na sociedade, onde a violência e o ódio são naturalizados, enquanto o afeto entre pessoas do mesmo sexo é escandalizado. Ele questiona: “porque o amor entre iguais escandaliza e a violência urbana não escandaliza?”. Essa pergunta é um poderoso quadro híbrido que mescla a crítica social com a psicanálise, apontando que os traumas e as rejeições pessoais podem ser a verdadeira raiz da violência expressa no ódio.

O enquadramento prognóstico de sua fala não é a simples aprovação do conselho, mas uma reavaliação social e moral. A solução, implícita em sua análise, é a necessidade de um autoconhecimento e uma crítica aos valores que permitem que chacinas, tiroteios, extermínio sejam vistos com naturalidade. O enquadramento motivacional se dá através do apelo ao pensamento crítico, incentivando os ouvintes a questionarem suas próprias contradições morais.

O discurso de Reginaldo Benedito Dias, professor do departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, também presente no programa, complementa essa análise com a mobilização de um *master frame* histórico-político. Ele enquadra a criação do conselho dentro de uma longa e tortuosa luta pelo princípio da igualdade jurídica que, desde as revoluções do século XVIII, tem sido negado a populações submetidas como mulheres e, agora, a comunidade LGBTQIA+. Essa abordagem eleva o debate de um nível local e moral para um nível universal e de direitos, refutando a ideia de que o conselho seria um privilégio e o enquadrando como mais uma etapa da luta por direitos fundamentais.

A materialização discursiva dessa entrevista, veiculada em um formato de rádio/Vídeo Youtube, demonstra a capacidade de um ator que possui seu posicionamento de utilizar a mídia para aprofundar a disputa de sentido. Em vez de uma resposta curta e reativa, a entrevista permite a construção de uma narrativa mais

complexa e analítica. Essa estratégia é um contraenquadramento à lógica midiática da polêmica e da divisão que dominou a cobertura do Pan News. No entanto, a força dessa análise, que exige reflexão e um nível de abstração maior, contrasta com a simplicidade e a ressonância do pânico moral do contramovimento, o que pode explicar a assimetria da disputa e o motivo pelo qual essas narrativas mais complexas e profundas muitas vezes não conseguem penetrar o imaginário popular com a mesma eficácia que as narrativas ideológicas e simplistas.

A análise das transcrições do vídeo do Jornal Balanço Geral, um telejornal local e bastante popular, e da Jovem Pan Maringá aprofunda a compreensão de como a mídia local, em seus diferentes formatos e estilos, atuou na disputa de sentido, enquadrando o resultado final do Projeto de Lei do Conselho LGBTQIA+ de maneiras que refletem e reforçam a polarização. Esses documentos demonstram a materialização midiática do desfecho do conflito, onde o evento político é traduzido para a linguagem de cada veículo, com suas próprias lógicas e objetivos.

O vídeo do programa Balanço Geral, veiculado pela emissora RIC Record Maringá e disponibilizado no YouTube em 8 de setembro de 2021, com o título “Vereadores rejeitam projeto que pretendia criar conselho LGBTQIA+ em Maringá”, constitui uma importante fonte empírica para compreender como a cobertura televisiva de caráter popular e sensacionalista enquadrando o episódio da votação do Projeto de Lei n. 16.058/2021. O programa, apresentado por Salsicha (nome artístico do apresentador), adota um formato noticioso de forte apelo emocional e ritmo acelerado, característico de programas policiais e de variedades, nos quais temas políticos são tratados de forma breve e dramatizada.

A construção do enquadramento diagnóstico se dá já na abertura, quando o apresentador questiona em tom de suspense: “O conselho LGBT vai ser criado em Maringá ou não?”. Em seguida, anuncia de forma categórica: “Foi reprovado aqui na Câmara dos Vereadores”, enfatizando os números da votação – “dez votos contra e quatro a favor” – antes de rapidamente passar para a cobertura de um acidente violento. Essa transição abrupta, típica da lógica de telejornais sensacionalistas, revela um enquadramento que privilegia a notícia enquanto evento pontual e polêmico, em detrimento de uma análise contextual ou processual do debate legislativo.

Essa escolha editorial tem implicações analíticas importantes. Ao centrar-se no resultado imediato e na oposição binária “aprovado x rejeitado”, o programa contribui para cristalizar uma percepção de encerramento da disputa, ofuscando as complexas

dinâmicas políticas, discursivas e sociais que antecederam a votação. A ausência de vozes favoráveis ou contrárias em profundidade, de entrevistas com atores diretamente envolvidos ou de contextualização do processo legislativo reforça a assimetria na construção dos sentidos públicos sobre o Conselho. O programa, portanto, opera como vetor de amplificação de enquadramentos superficiais e de despolitização, ao reduzir uma disputa política densa a um “fato consumado” noticioso, deslocando rapidamente a atenção do público para temas mais apelativos.

Essa abordagem midiática é um exemplo de como a assimetria da disputa é reforçada. Ao enquadrar o evento como um fato consumado, sem espaço para a reflexão sobre os argumentos, o vídeo valida a ideia de que a derrota é definitiva e que o assunto está encerrado. O estilo de hibridização midiática do Balanço Geral, que mistura o telejornalismo com o entretenimento, transforma uma complexa derrota política em um evento espetacular, contribuindo para que a narrativa do contramovimento (o fim da polêmica) se sobressaia.

O programa veiculado pela Jovem Pan Maringá, transmitido em 3 de setembro de 2021 e disponível no YouTube, constitui uma fonte empírica relevante por adotar um enquadramento jornalístico de caráter analítico e político, distinto tanto da cobertura ativista quanto da abordagem sensacionalista de outros veículos locais. O vídeo, parte do programa jornalístico matinal da emissora, apresenta uma mesa de comentaristas formada por Paulo Caetano (apresentador), Agnaldo Vieira, Angelo Rigon, Fernando Tupan, Luiz Neto, Kim Rafael e Edivaldo Magro, figuras recorrentes no debate político local. O formato do programa privilegia o debate opinativo, com ritmo ágil, mas espaço para análises detalhadas e divergentes, o que o diferencia de reportagens factuais tradicionais.

A cobertura do resultado da votação do Projeto de Lei n. 16.058/2021 foi apresentada sob a forma de um enquadramento de análise política e prognóstica, no qual os comentaristas e o apresentador examinam o desfecho do processo legislativo à luz das movimentações parlamentares e pressões externas. O repórter responsável pela introdução do tema destaca de maneira sistemática a mudança de posicionamento de seis vereadores entre a primeira votação (de aprovação) e a segunda (de rejeição), explicitando os nomes e partidos, e enfatizando a virada política como elemento central para explicar a derrota do projeto.

Esse enquadramento não se limita ao registro dos fatos, mas opera como um quadro interpretativo, identificando os vetores institucionais e políticos que explicam o

resultado. Os comentaristas analisam os efeitos da pressão exercida por grupos religiosos e setores conservadores da sociedade civil, além das negociações internas da Câmara, compondo um diagnóstico que associa a derrota do projeto à fragilidade das alianças pró-Conselho e à reorganização estratégica do contramovimento no intervalo entre as votações. Ao fazer isso, a Jovem Pan Maringá assume o papel de mediadora discursiva, traduzindo os acontecimentos legislativos em termos compreensíveis ao público, mas sem abrir espaço significativo para os atores diretamente envolvidos na mobilização social.

A escolha de enfatizar a virada de votos como indicador da “realidade política” local representa uma forma de materialização discursiva do conflito institucional: os números da votação são mobilizados como prova empírica da correlação de forças, transformando dados legislativos em argumento interpretativo. Essa ênfase na dinâmica parlamentar e nos bastidores revela um enquadramento que combina diagnóstico e prognóstico. De um lado, identifica a pressão política e ideológica exercida por setores conservadores; de outro, projeta consequências futuras, sugerindo um cenário de fortalecimento desses grupos no legislativo municipal e de retração das pautas de diversidade na arena institucional.

O enquadramento prognóstico da reportagem é de uma clara vitória do contramovimento e de uma derrota para os proponentes. O repórter e o comentarista enquadram Maringá como uma cidade conservadora e a derrota como uma lição política. O comentarista, Fernando Tupan, vai além, fazendo uma análise eleitoral estratégica e alertando pré-candidatos como Flávio Mantovani que algumas pautas, chamadas de pautas bomba, podem custar-lhes o futuro político. Ele afirma que precisam repensar alguns pontos de vista polêmicos e que a população vai ser estimulada a votar contra quem as defende.

Esta análise da Jovem Pan é um emblemático exemplo de como a mídia se insere na disputa de sentido não apenas como narradora, mas como orientadora da ação política futura. A hibridização ideacional aqui é notável: o jornalista mescla a análise dos fatos (o voto 10 a 4) com a análise de caráter (Maringá como conservadora) e um prognóstico eleitoral, utilizando a derrota do conselho como um case de estudo para a política local.

Em síntese, as transcrições do Balanço Geral e da Jovem Pan demonstram a crise da gramática institucional em um contexto de intensa polarização. Enquanto o primeiro veículo fecha o debate de forma sensacionalista, o segundo o utiliza como

uma ferramenta para reforçar a hegemonia conservadora e para orientar a ação política de futuros candidatos. Ambos os formatos, cada um à sua maneira, contribuem para que o enquadramento do contramovimento, de que a pauta é uma polêmica e que os vereadores que a apoiam estão em desacordo com a população conservadora, se torne o enquadramento hegemônico da cidade, ilustrando a complexidade da relação entre mídia, política e movimentos sociais.

O vídeo veiculado pelo canal Repórter Jota Silva, no YouTube, em 2 de setembro de 2021, com o título “Conselho LGBT é rejeitado em Maringá – Veja as manifestações”, constitui um registro audiovisual significativo da disputa de enquadramentos no espaço público físico, especificamente nas imediações da Câmara Municipal, no dia da votação final do Projeto de Lei n. 16.058/2021. Diferentemente dos programas de análise política ou dos artigos jornalísticos, essa reportagem tem caráter eminentemente de cobertura de rua, apresentando imagens e falas de manifestantes, lideranças religiosas, representantes de coletivos LGBTQIA+ e cidadãos comuns reunidos diante da Câmara no momento decisivo.

A estrutura narrativa do vídeo é conduzida pelo repórter Jota Silva, que se apresenta ao público com a premissa de “ouvir os dois lados para saber o que realmente está acontecendo”, estabelecendo um enquadramento de neutralidade jornalística. No entanto, esse enquadramento, quando aplicado a um conflito envolvendo direitos humanos e pautas identitárias, tende a produzir assimetria discursiva, pois equipara discursos que partem de posições radicalmente distintas em termos de poder simbólico e institucional<sup>39</sup>. Ao apresentar, lado a lado, falas religiosas moralizantes e reivindicações por direitos civis, a reportagem constrói uma moldura que dá igual peso a discursos estruturados em lógicas desiguais, reforçando a naturalização do conflito como “polêmica social” e não como disputa por reconhecimento e institucionalização de direitos.

A reportagem alterna entrevistas com manifestantes contrários e favoráveis ao Conselho, bem como imagens do entorno da Câmara, onde ocorrem rezas públicas, cantos religiosos e declarações inflamadas de lideranças evangélicas, intercaladas com falas de militantes LGBTQIA+ e aliados. O repórter, ao não contextualizar ou

---

<sup>39</sup> A ideia de que a neutralidade jornalística pode gerar assimetrias discursivas em disputas de direitos baseia-se na teoria dos enquadramentos competitivos (Gamson; Modigliani, 1989), na crítica feminista à esfera pública de Nancy Fraser (1990, 1992) e na sociologia crítica do jornalismo de Bourdieu (1997), que apontam como as mídias tendem a reproduzir hierarquias simbólicas, apresentando discursos desiguais como se fossem equivalentes.

problematizar as falas dos entrevistados, permite que os *frames* religiosos e moralistas do contramovimento circulem com ampla ressonância, em especial por meio de expressões como “defesa da família” e “valores cristãos”, que aparecem reiteradamente nas falas captadas. Em contraste, os enquadramentos pró-Conselho aparecem fragmentados e breves, geralmente em tom reativo, respondendo às acusações ou tentando explicar a função do Conselho.

Essa configuração evidencia o que Gamson e Modigliani (1989) chamam de “jogos de enquadramento competitivo”, diferentes *frames* coexistem em um mesmo espaço midiático, competindo pela definição legítima da situação. Contudo, no caso em análise, essa competição se dá em condições desiguais, pois os *frames* religiosos dominam o espaço sonoro e imagético da reportagem, enquanto os *frames* pró-Conselho não recebem igual densidade argumentativa ou tempo de exposição. Essa assimetria é reforçada pela própria escolha editorial de privilegiar imagens coletivas e manifestações emocionais de um lado, enquanto as falas favoráveis aparecem de forma dispersa, sem a mesma força visual ou sonora.

Além disso, a reportagem materializa no espaço público aquilo que, em outras arenas (digitais, legislativas e midiáticas), se desenvolveu como disputa discursiva. Os quadros diagnósticos religiosos (por exemplo, a ideia de que o Conselho representaria uma ameaça aos “valores da família”) e os quadros motivacionais pró-Conselho (mobilizando direitos humanos e igualdade) se confrontam diretamente, sem mediação institucional, revelando como a luta pelos sentidos se dá também por meio de performances públicas e simbólicas. As imagens de orações coletivas e cânticos religiosos configuram atos performativos que expressam a materialização motivacional do contramovimento, enquanto as intervenções dos militantes LGBTQIA+ evocam *master frames* de cidadania e direitos.

A abordagem declaradamente “neutra” do repórter, que evita oferecer análise ou contextualização crítica, opera como uma forma indireta de legitimação dos discursos hegemônicos no campo religioso conservador. A “neutralidade” jornalística, em contextos de disputa por direitos, pode funcionar como um mecanismo de enquadramento estrutural que reforça hierarquias preexistentes, ao tratar posições desiguais como se fossem equivalentes no debate público. Assim, o vídeo do canal Repórter Jota Silva não apenas documenta o conflito, mas também participa ativamente da sua configuração simbólica, tornando-se um elemento empírico

relevante para compreender a dimensão performativa e assimétrica da batalha discursiva em Maringá.

As vozes do contramovimento na reportagem demonstram uma complexa hibridização ideacional para justificar sua oposição. Seus enquadramentos diagnósticos apontam o conselho como um aparelho identitário de controle e uma iniciativa de extrema-esquerda com o objetivo de doutrinar. O discurso mescla o *master frame* do Patriotismo Conservador (de um lado Patriotas conservadores que luta pelo Brasil) com um contraenquadramento de cunho jurídico, afirmando que a Constituição Federal já assegura o direito para todo cidadão, o que tornaria o conselho redundante e desnecessário. Essa fusão discursiva cria um quadro híbrido que busca conferir legitimidade e racionalidade a uma oposição fundamentalmente ideológica e de pânico moral.

Em contrapartida, as vozes do movimento pró-conselho se engajam em um contraenquadramento direto e existencial. Eles rebatem a acusação de que o conselho busca privilégios ou doutrina, e reenquadram a luta como uma necessidade de viver com qualidade e de ter um local seguro e com medidas contra a discriminação. A criação do conselho é defendida como uma plataforma e uma forma de assegurar a vida da comunidade, refutando a ideia de que a Constituição, por si só, é suficiente. Eles também utilizam um enquadramento analógico para normalizar a proposta, comparando-a a outros conselhos já existentes, como o da Juventude e o da Mulher.

A materialização midiática desse embate, gravado no local e com a participação de populares, ilustra a dinâmica da disputa de sentido de forma intensa. A reportagem não se aprofunda nos argumentos, mas os justapõe, mostrando a batalha de narrativas em tempo real. O público, em sua maioria favorável ao contramovimento (fala do repórter: “muitas pessoas estão passando aqui do lado dos Patriotas e buzinando ao lado do povo que está contra o conselho”), reforça a percepção de que a oposição é a “voz do povo”, um enquadramento que a mídia e os vereadores contrários ao projeto buscaram construir ao longo de todo o processo. Essa dinâmica, de apelo emocional e de validação da opinião pública, exemplifica a complexidade da assimetria da disputa, onde a defesa de direitos é confrontada por um misto de pânico moral e apelos ao patriotismo e à fiscalidade.

**Quadro 21** – Elementos de enquadramento e estratégias discursivas nas matérias jornalísticas, *blogs* e programas audiovisuais locais sobre o Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá

Elemento Analítico	Evidências Empíricas Identificadas	Função Analítica/ Interpretação
<p align="center"><b>Quadros Diagnósticos</b></p>	<p><i>Observatório G e Rede Lume</i>: identificam a ausência de conselho LGBTQIA+ como lacuna institucional injustificada, comparando com outros conselhos já existentes.</p> <p><i>Coluna Queer e blogs progressistas</i>: diagnosticam a oposição como movida por interesses políticos e religiosos, desmascarando estratégias eleitorais.</p> <p><i>GMC Online e O Maringá</i>: relatam a justificativa de vereadores (ex. Delegado Luiz Alves) de que o conselho é redundante e desnecessário, ancorando-se na “opinião da maioria” e na existência de outros conselhos inativos.</p> <p><i>Pan News (18/08, 19/08)</i>: diagnosticam o medo e a hipocrisia da oposição (“Quem tem medo desse conselho?”).</p> <p><i>Repórter Jota Silva</i>: apresenta lado a lado discursos religiosos moralistas e reivindicações de direitos, construindo uma moldura “neutra” que naturaliza a polarização.</p>	<p>Os diagnósticos revelam os núcleos centrais da disputa: de um lado, progressistas enquadram a criação do conselho como correção democrática e combate à discriminação; de outro, conservadores diagnosticam a proposta como redundante, ideológica ou ameaçadora de valores morais. A mídia atua como arena onde esses diagnósticos são difundidos e hierarquizados.</p>
<p align="center"><b>Quadros Prognósticos</b></p>	<p><i>Rede Lume</i>: propõe a criação do conselho como solução institucional legítima para ampliar a participação democrática.</p> <p><i>Observatório G</i>: apresenta o conselho como instrumento necessário de formulação, fiscalização e defesa de direitos.</p> <p><i>Blogs conservadores e GMC</i>: sugerem que a solução é reativar conselhos existentes, em vez de criar novos, ou simplesmente rejeitar a proposta.</p> <p><i>Pan News (23/09)</i>: reconfigura a derrota como novo ciclo de luta (“ainda tem lenha para queimar”), prognosticando uma estratégia eleitoral futura.</p> <p><i>CBN Maringá</i>: propõe uma reavaliação social e moral mais ampla, deslocando o foco do conselho para valores democráticos e históricos.</p>	<p>Os prognósticos progressistas apontam para institucionalização e ampliação democrática; os conservadores sugerem manutenção do status quo ou readequação técnica. A mídia funciona como mediadora desses prognósticos, amplificando uns e minimizando outros conforme o veículo.</p>
<p align="center"><b>Quadros Motivacionais</b></p>	<p><i>Rede Lume e Observatório G</i>: mobilizam o <i>master frame</i> dos direitos humanos e da participação cidadã, apresentando a aprovação inicial como vitória histórica e convocando apoio público.</p>	<p>Os enquadramentos motivacionais progressistas apelam à cidadania, direitos e participação; os conservadores mobilizam fé, valores familiares e representatividade</p>

	<p><i>Blogs conservadores</i>: enfatizam “pressão popular” e “liberdade religiosa”, reforçando a ideia de mobilização moral coletiva.</p> <p><i>Pan News (19/08)</i>: convoca indiretamente à ação ao ridicularizar o medo do contramovimento.</p> <p><i>Toni Reis (Carta Aberta)</i>: convoca a base à continuidade da luta após a derrota legislativa.</p> <p><i>CBN Maringá</i>: incentiva a reflexão crítica e autoconhecimento social.</p>	<p>majoritária. A mídia funciona como amplificadora emocional de ambos os lados, mas com maior ressonância das narrativas moralistas simplificadas.</p>
<b>Quadros Mestres</b>	<p>Progressistas: “Direitos Humanos”, “Democracia Participativa”, “Cidadania”, “Igualdade Jurídica”.</p> <p>Conservadores: “Família Cristã”, “Liberdade Religiosa”, “Representação Majoritária”, “Anti-Ideologia”, “Patriotismo Conservador”.</p> <p>Mídia tradicional: “Neutralidade Jornalística”, “Eficiência Legislativa”, “Processo Institucional”.</p>	<p>A disputa de quadros mestres estrutura todo o conflito: <i>frames</i> morais e religiosos são contrapostos a <i>frames</i> constitucionais e democráticos. A mídia tradicional local tende a reforçar quadros institucionais ou moralistas, deslocando os quadros de direitos para posições marginais ou reativas.</p>
<b>Modularidade</b>	<p>Comparações com outros conselhos municipais (Mulher, Igualdade Racial, Bem-Estar Animal) nas matérias da Rede Lume e Observatório G.</p> <p>Vereadores conservadores utilizam princípios gerais de “eficiência” e “representatividade” para justificar oposição local.</p> <p>Pan News e <i>blogs</i> adaptam discursos nacionais de “ideologia de gênero” para o contexto municipal.</p>	<p>A modularidade mostra como <i>frames</i> nacionais e constitucionais são adaptados ao nível local para aumentar ressonância e inteligibilidade. Essa adaptação foi particularmente eficaz no contramovimento religioso-conservador.</p>
<b>Ressonância Diferencial</b>	<p><i>Frames</i> progressistas dialogam com públicos jurídicos, acadêmicos e militantes, mas têm alcance limitado.</p> <p><i>Frames</i> conservadores e moralistas, amplificados por telejornais populares e programas de rádio, encontram alta ressonância emocional entre públicos majoritários e religiosos.</p> <p>Títulos e chamadas de matérias (“Após pressão de grupos...”, “Vai ter conselho ou não?”) amplificam a percepção de “vontade popular”.</p>	<p>A ressonância diferencial explica a assimetria da disputa: <i>frames</i> conservadores têm maior apelo emocional e popular; <i>frames</i> progressistas, maior densidade normativa, mas menor penetração.</p>
<b>Materialização</b>	<p>Matérias jornalísticas, <i>blogs</i> e vídeos (Pan News, Balanço Geral, Repórter Jota Silva) atuam como artefatos comunicacionais que transformam diagnósticos e prognósticos em mensagens públicas compartilháveis.</p>	<p>A mídia materializa os <i>frames</i> em suportes discursivos que circulam e consolidam sentidos no espaço público, transformando debates legislativos e ativistas em</p>

	Títulos, chamadas, transmissões ao vivo e reportagens de rua funcionam como atos performativos de enquadramento.	narrativas públicas duradouras.
<b>Hibridização Estratégica</b>	<p>Toni Reis utiliza linguagem conservadora (pais de família, bem da cidade) para defender direitos.</p> <p>CBN Maringá combina <i>frames</i> históricos, filosóficos e democráticos para contraenquadrar moralismo.</p> <p>Pan News mistura crítica liberal e conservadora (“conselhos ideológicos” + “valores da família”).</p> <p><i>Blogs</i> religiosos combinam liberdade religiosa e técnica legislativa.</p>	A hibridização ideacional amplia o alcance discursivo, permitindo que atores dialoguem com múltiplos públicos. Tanto movimento quanto contramovimento recorreram a essa estratégia, com destaque para o uso tático de linguagem liberal por setores conservadores.
<b>Quadros Híbridos</b>	<p>“Família + Técnica” (contramovimento).- “Democracia participativa + Governança” (Rede Lume).</p> <p>“Cristianismo + Direitos Humanos” (Ana Lúcia e Toni Reis).</p> <p>“Anti-ideologia + Liberalismo Jurídico” (Pan News).</p>	Os quadros híbridos funcionam como pontes entre campos discursivos distintos, aumentando o potencial de ressonância com públicos moderados e disputando sentidos no interior da linguagem institucional e moral.
<b>Análise Diacrônica</b>	<p>Cobertura jornalística acompanha o percurso: aprovação em 1ª votação (17/08), retirada de pauta após pressão (19/08), apresentação de 20 emendas, rejeição final (02/09), repercussão pós-derrota (23/09).</p> <p>Mídia destaca momentos de virada (mudança de votos) e fases distintas da disputa.</p>	A análise diacrônica permite observar como a cobertura midiática acompanhou e influenciou as mudanças de correlação de forças ao longo do processo legislativo, funcionando como cronista e agente da disputa.
<b>Investigação Microfundamental</b>	<p>Fala pessoal de Delegado Luiz Alves sobre trajetória de vida (“me tornei delegado sem ajuda de conselho”) usada como argumento político.</p> <p>Entrevistas de rua (Repórter Jota Silva) revelam emoções, rezas, buzinas e performances públicas que corporificam os <i>frames</i>.</p> <p>Intervenções individuais (Tiago Valenciano, Reginaldo Dias) trazem análises históricas e filosóficas personalizadas.</p>	A investigação microfundamental revela como experiências pessoais, performances públicas e enunciações individuais articulam <i>frames</i> abstratos a práticas sociais concretas, dando corpo à disputa de sentidos.

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise das coberturas midiáticas.

Esse quadro demonstra como a mídia local foi um ator ativo, e não apenas reflexivo, na disputa de sentidos sobre o Conselho LGBTQIA+ em Maringá. Ela funcionou simultaneamente como espelho, amplificador e arena de legitimação, com diferentes veículos desempenhando papéis assimétricos na consolidação de narrativas concorrentes. Os veículos progressistas buscaram rebater ou resignificar

*frames* conservadores, enquanto os veículos de massa os reproduziram ou amplificaram, conferindo-lhes maior penetração social.

A sistematização apresentada no quadro permite observar com nitidez a complexidade e a densidade da disputa de enquadramentos no espaço midiático local durante o processo de tramitação do Projeto de Lei n. 16.058/2021. Ao condensar os elementos analíticos derivados da abordagem teórica-metodológica dos enquadramentos interpretativos, quadros diagnósticos, prognósticos e motivacionais (Snow; Benford, 1988, 1992), quadros mestres (Gerhards; Rucht, 1992), modularidade, ressonância diferencial, hibridização ideacional e materialização midiática, torna-se possível visualizar a maneira pela qual diferentes veículos e atores midiáticos contribuíram para produzir, difundir, disputar e estabilizar sentidos em torno da proposta de criação do Conselho Municipal LGBTQIA+.

O primeiro aspecto que emerge da leitura do quadro é a assimetria estrutural entre os enquadramentos progressistas e conservadores. Enquanto os primeiros se apoiam em quadros mestres normativos (direitos humanos, democracia participativa, cidadania) e em estratégias discursivas que demandam maior elaboração racional, os segundos articulam *master frames* morais e religiosos de alta ressonância emocional, muitas vezes reforçados por títulos sensacionalistas, transmissões ao vivo e formatos jornalísticos voltados para a dramatização do conflito. Essa diferença não é apenas retórica: ela expressa posições distintas em termos de poder simbólico, institucional e de circulação discursiva. Como apontam Snow e Benford (1992), a eficácia de um enquadramento depende não apenas de sua coerência interna, mas também de sua capacidade de ressonância com audiências amplas, e, nesse caso, os *frames* conservadores lograram maior inserção nos circuitos midiáticos populares e religiosos.

Outro elemento relevante diz respeito à modularidade e à hibridização estratégica, que foram mobilizadas por ambos os lados, mas de formas diferentes. Os defensores do Conselho adaptaram *frames* nacionais de direitos humanos e participação social para a gramática institucional local, comparando a proposta com conselhos já existentes e utilizando uma linguagem jurídico-administrativa para ampliar a legitimidade pública. Por outro lado, setores conservadores recorreram a uma sofisticada hibridização ideacional, combinando argumentos religiosos, jurídicos e liberais para ampliar o alcance de suas narrativas e disputar públicos moderados. Ao mesclar o *master frame* da “defesa da família” com o discurso técnico da “eficiência legislativa” e o *frame* liberal “anti-ideologia”, o contramovimento conseguiu apresentar

sua posição não apenas como religiosa ou moral, mas como racional, representativa e supostamente universal.

A dimensão materializadora da mídia também merece destaque. Os diferentes veículos analisados não atuaram como meros transmissores neutros de informação, mas como arenas de disputa interpretativa e, em muitos casos, como agentes de cristalização de sentidos. Títulos de matérias, chamadas radiofônicas, reportagens de rua e transmissões ao vivo funcionaram como atos performativos que transformaram diagnósticos e prognósticos em mensagens públicas circulantes, estabilizando determinadas narrativas e marginalizando outras. A mídia pode operar tanto como espaço de visibilidade para contraenquadramentos quanto como mecanismo de reprodução de hegemonias simbólicas; no caso maringense, verificou-se um predomínio da segunda função, especialmente em veículos de maior alcance popular.

A análise diacrônica evidencia ainda que a cobertura midiática acompanhou e influenciou os deslocamentos estratégicos dos atores ao longo do processo legislativo. A ênfase em determinados momentos, como a retirada de pauta “após pressão de grupos” ou a virada de votos entre a primeira e a segunda votação, funcionou como um marcador público das correlações de força, contribuindo para reforçar a percepção de que a rejeição do Conselho representava um “movimento natural” da vontade majoritária, e não o resultado de uma disputa ideacional assimétrica e profundamente marcada por enquadramentos religiosos e morais.

Por fim, a incorporação da investigação microfundamental revela como trajetórias individuais, performances públicas e enunciações singulares (como a fala do delegado Luiz Alves ou as rezas coletivas captadas nas reportagens de rua) funcionaram como pontos de ancoragem empírica para a circulação de quadros mais amplos. Essa dimensão é importante para compreender a densidade performativa e afetiva da disputa de sentidos, que se desenrolou não apenas em textos e programas, mas em corpos, vozes, gestos e experiências pessoais.

Em conjunto, esses elementos demonstram que a mídia local operou simultaneamente como espelho, arena e vetor ativo da disputa interpretativa em torno do Conselho LGBTQIA+. A assimetria entre os enquadramentos progressistas e conservadores não decorre apenas de diferenças de conteúdo, mas de condições desiguais de circulação, ressonância e legitimação pública. O quadro, portanto, não apenas sintetiza categorias analíticas, mas revela a estrutura profunda de uma batalha

discursiva localizada, inserida em dinâmicas nacionais de moralização da política e desdemocratização dos espaços participativos.

A análise da cobertura midiática local demonstra que a imprensa não atuou como um observador passivo do conflito, mas como um campo ativo da disputa de sentido que se deu em Maringá. Enquanto a mídia especializada engajou-se em um claro contraenquadramento, utilizando *master frames* de direitos humanos e cidadania para legitimar a pauta do conselho, a imprensa *mainstream* e a sensacionalista, de forma consciente ou não, espelharam a polarização e, com isso, amplificaram os *frames* do contramovimento. O enquadramento de pressão popular e a narrativa de que o conselho era uma polêmica legitimaram o pânico moral da oposição, dando-lhe uma roupagem de vontade da maioria. Essa dinâmica reforçou a assimetria da disputa, onde os defensores do conselho, com sua linguagem técnica e de direitos, viram sua pauta ser neutralizada por narrativas emocionais, ideológicas e de fácil digestão, mostrando que a batalha midiática foi um fator determinante para a derrota institucional do projeto.

## 5.5 A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA DA DISPUTA

Uma fonte empírica relevante para esta pesquisa é o documentário O Quase Conselho (2021), produzido em Maringá e veiculado no canal homônimo no YouTube logo após a votação que rejeitou o Projeto de Lei n. 16.058/2021. Diferentemente dos materiais analisados nos subitens anteriores, este documento não inaugura uma nova fase do conflito nem amplia empiricamente o campo da disputa, mas permite observar um momento específico de elaboração simbólica posterior ao desfecho legislativo. Trata-se de um material audiovisual independente que reúne depoimentos de atores diretamente envolvidos no processo político e social de criação do Conselho Municipal LGBTQIA+, incluindo militantes de coletivos locais, representantes da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB, gestores da Gerência da Diversidade da Prefeitura de Maringá, parlamentares da Câmara Municipal e lideranças da sociedade civil organizada.

O documentário foi desenvolvido como uma série de quatro episódios, com recursos oriundos do prêmio “Bolsa Pesquisa e Fazer Artístico Cultural de Maringá” e da Lei Aldir Blanc (Lei Federal n. 14.017/2020), e teve como propósito registrar e interpretar o episódio da rejeição do Conselho, destacando suas repercussões

políticas, sociais e simbólicas. Produzido em formato acessível e distribuído em canal público, o projeto não se orienta pela pretensão de neutralidade analítica, mas se insere explicitamente no esforço de preservar a memória do processo, organizar narrativas sobre a derrota legislativa e produzir sentidos compartilhados acerca da disputa. Nesse sentido, o material não opera como mera reconstituição factual, mas como um artefato de elaboração coletiva da experiência política vivida.

Mais do que narrar acontecimentos, O Quase Conselho deve ser compreendido como parte do repertório de resistência e de produção de memória dos movimentos sociais locais. Como observa Melucci (2001), os movimentos não apenas agem, mas produzem significados que estruturam identidades, interpretam derrotas e sustentam a continuidade da ação coletiva. Assim, o documentário ocupa uma posição analítica específica nesta tese: não a de aprofundar a dinâmica do confronto em tempo real, já examinada nos subitens anteriores, mas a de captar o momento em que os próprios atores reorganizam narrativamente a disputa, reinterpretam o revés institucional e fixam enquadramentos destinados a circular no tempo.

A narrativa é organizada a partir de entrevistas e imagens de mobilizações, compondo um mosaico de perspectivas que revela como os atores construíram, modularam e contestaram enquadramentos interpretativos. Ainda que não inclua a visão direta de parlamentares contrários ao projeto, a ausência reforça seu caráter de contraponto à narrativa conservadora que predominou no legislativo.

A análise desse material pela abordagem teórica-metodológica dos enquadramentos interpretativos permite identificar a tríade clássica de Snow e Benford (1988), os *frames* diagnósticos, prognósticos e motivacionais. Esses elementos aparecem de forma articulada, produzindo uma narrativa coesa que busca explicar a rejeição do Conselho e, simultaneamente, legitimar a luta pela sua criação.

O diagnóstico apresentado pelos entrevistados caracteriza a violência contra pessoas LGBTQIA+ em Maringá como estrutural, e não episódica. Expressões como “a cidade é muito preconceituosa” e a metáfora de “enxugar gelo” ao tratar casos isolados reforçam a ideia de que se trata de um problema sistêmico, inscrito nas estruturas sociais. Esse enquadramento aproxima-se do quadro mestre dos direitos humanos, em sintonia com Fraser (2006), ao evidenciar a homofobia e a transfobia como violações persistentes que combinam injustiças de reconhecimento e redistribuição.

Esse diagnóstico ganha força ao ser articulado a outras desigualdades. A comparação com as lutas de mulheres, negros e indígenas amplia a legitimidade da pauta LGBTQIA+, ao situá-la em uma gramática mais abrangente de opressões estruturais. A interseccionalidade, nesse caso, funciona como recurso de ressonância e de formação de alianças, em diálogo com a contribuição de Crenshaw (2002) sobre sistemas sobrepostos de exclusão.

No plano prognóstico, as falas apontam a institucionalização de políticas públicas como única alternativa efetiva para reduzir a violência e ampliar a inclusão. O conselho é apresentado como mecanismo capaz de transformar denúncias e demandas fragmentadas em respostas consistentes do Estado. A criação da Gerência da Diversidade em 2021 e o mapeamento da população LGBTQIA+ são citados como passos iniciais, mas insuficientes, reforçando o argumento de que apenas uma estrutura mais sólida poderia garantir políticas duradouras.

O prognóstico também aparece em propostas concretas, como a elaboração de protocolos de atendimento, a capacitação de agentes públicos e a produção sistemática de dados. Trata-se de um esforço de cristalização discursiva em ferramentas institucionais, em um movimento que traduz diagnósticos em instrumentos administrativos.

No campo motivacional, os depoimentos recorrem a símbolos de cidadania e dignidade. A frase “se há conselho até para animais, por que não para LGBTs?” mobiliza indignação e senso de injustiça, transformando frustração em energia para novas mobilizações. Como ressaltam Benford e Snow (2000), *frames* motivacionais operam sobretudo pela dimensão moral e emocional, e o documentário oferece exemplos claros desse processo.

A centralidade atribuída aos corpos trans reforça esse apelo motivacional. Ao destacar que são os mais vulneráveis e os que mais sofrem violência, o discurso confere urgência moral à causa, transformando a interseccionalidade em elemento estratégico de engajamento. Essa dimensão conecta emoção, justiça social e identidade coletiva em um único quadro.

O uso de quadros mestres de direitos humanos, democracia e participação social confere legitimidade ampliada à pauta. A constante referência à Constituição de 1988 (Brasil, 1988) como “Constituição cidadã” ancora a defesa do conselho em um repertório normativo amplamente reconhecido, fortalecendo a ressonância simbólica.

A modularidade desses quadros se revela na sua adaptação ao contexto local. As comparações entre o Conselho LGBTQIA+ e outros já existentes em Maringá, como os da Mulher, da Igualdade Racial e até de Proteção Animal, ilustram a flexibilidade desses enquadramentos. Essa plasticidade amplia alianças possíveis e dificulta argumentos de rejeição baseados em especificidade.

Apesar disso, o documentário mostra que a ressonância no legislativo foi limitada. A rejeição da proposta indica que, mesmo diante de diagnósticos claros e prognósticos consistentes, os argumentos não sensibilizaram a maioria dos vereadores. Como argumentam Snow e Benford (1992), a ressonância depende não apenas da coerência dos quadros, mas também da predisposição cultural e política das audiências.

Essa distância entre discurso e decisão é atribuída, nas falas, à pressão de contramovimentos conservadores. Termos como “covardia” e “traição” atribuídos à Câmara sugerem que a negativa foi resultado de uma correlação de forças desfavorável, em consonância com análises sobre *backlash* (Mansbridge; Shames, 2008; Meyer; Staggenborg, 1996), que interpretam retrocessos como reações organizadas a avanços anteriores.

A estratégia híbrida adotada pelos movimentos aparece de forma clara. Ao mesmo tempo em que se engajaram em protestos, denúncias e mobilizações públicas, também elaboraram projeto de lei e buscaram negociações institucionais. Essa combinação produziu quadros híbridos que mesclam contestação radical e pragmatismo institucional. Exemplo disso é a fala sobre o prefeito ter “mastigado” o projeto, atendendo parcialmente às demandas, mas sem satisfazer integralmente a comunidade. Esse discurso ambíguo revela a plasticidade dos quadros híbridos, que permitem manter diálogo com autoridades sem romper a coesão interna.

A materialização dos enquadramentos também se expressa no documentário. O projeto de lei, o mapeamento da população e a criação da Gerência da Diversidade são traduções institucionais dos quadros interpretativos. Contudo, a rejeição do Conselho evidencia os limites dessa materialização, mostrando que não basta transformar demandas em instrumentos, e é necessário que haja abertura política para sua implementação.

A perspectiva diacrônica reforça esse ponto. O documentário rememora antecedentes, como a criação do comitê permanente e a atuação da CDSG OAB, revelando um processo gradual de construção da pauta. Ao relacionar o Conselho a

conquistas anteriores, como o direito ao nome social e a criminalização da LGBTfobia, o filme insere o episódio em uma trajetória mais ampla de avanços e retrocessos, em sintonia com McAdam, Tarrow e Tilly (2001), que destacam o caráter processual e cíclico das mobilizações.

Além disso, a diacronia revela como o contexto nacional incidiu sobre o local. O fortalecimento de discursos antigênero no governo federal criou um ambiente político desfavorável, repercutindo diretamente na Câmara de Maringá. O documentário, assim, evidencia a conexão entre dinâmicas nacionais e os impasses locais.

Em conjunto, o material revela a complexidade das disputas de enquadramento no plano municipal. Mostra como militantes mobilizaram diagnósticos precisos, prognósticos viáveis e motivações potentes, mas encontraram um contexto institucional refratário, marcado pelo peso dos contramovimentos conservadores.

Ao mesmo tempo, evidencia como quadros mestres puderam ser modulados, como estratégias híbridas foram necessárias e como a materialização dos discursos encontrou limites. Esse conjunto de elementos reforça a pertinência da abordagem teórica-metodológica dos enquadramentos interpretativos como lente analítica para compreender a cena política de Maringá.

**Quadro 22 – Enquadramentos e estratégias discursivas no documentário *O Quase Conselho* (2021)**

<b>Elemento Analítico</b>	<b>Evidências identificadas</b>	<b>Interpretação/Função no Conflito</b>
<b>Quadros diagnósticos</b>	Entrevistados caracterizam a violência contra pessoas LGBTQIA+ em Maringá como estrutural (“a cidade é muito preconceituosa”, “enxugar gelo”), relacionando-a a injustiças de reconhecimento e redistribuição (Fraser, 2006). Comparam a pauta LGBTQIA+ às lutas de mulheres, negros e indígenas, ampliando a gramática da denúncia.	O diagnóstico apresenta o problema como sistêmico, conectando homofobia e transfobia a estruturas sociais mais amplas. A interseccionalidade atua como elemento de legitimação e formação de alianças, situando a luta local em um quadro nacional e histórico de opressões estruturais.
<b>Quadros Prognósticos</b>	O Conselho é apresentado como solução institucional necessária para transformar denúncias dispersas em respostas consistentes do Estado. Propõem-se protocolos de atendimento, capacitação de agentes públicos e produção de dados. A criação da Gerência da Diversidade e o mapeamento populacional são citados como passos iniciais.	O prognóstico traduz diagnósticos em propostas concretas de institucionalização, alinhadas à literatura sobre disputa em arenas institucionais (Abers; Tatagiba, 2018). O Conselho é enquadrado como instrumento de política pública e garantia de direitos, não como pauta identitária isolada.

<b>Quadros Motivacionais</b>	Frases como “se há conselho até para animais, por que não para LGBTs?” mobilizam indignação moral e senso de justiça. A centralidade dos corpos trans reforça a urgência emocional da pauta.	Os enquadramentos motivacionais operam com forte carga moral e emocional, transformando frustração em energia para mobilização. A interseccionalidade é usada como ferramenta estratégica para gerar engajamento e solidariedade ampla.
<b>Quadros Mestres</b>	Direitos Humanos, Democracia Participativa, Constituição de 1988 (“Constituição cidadã”).	O uso de quadros mestres universalistas amplia a legitimidade simbólica da pauta e ancora a defesa do Conselho em fundamentos normativos amplamente reconhecidos, aumentando seu potencial de ressonância.
<b>Modularidade</b>	Comparações com outros conselhos municipais já existentes (mulher, igualdade racial, proteção animal) e com conquistas anteriores (nome social, criminalização da LGBTfobia).	A modularidade permite adaptar quadros universais aos repertórios locais, facilitando alianças e reduzindo objeções baseadas em “excepcionalismo” LGBTQIA+.
<b>Ressonância Diferencial</b>	Forte ressonância entre movimentos sociais e setores progressistas, mas fraca ressonância junto à maioria legislativa, resultando na rejeição do projeto. Entrevistas atribuem isso à “covardia” e “traição” da Câmara diante da pressão conservadora.	A coerência dos quadros não foi suficiente para superar barreiras políticas e culturais no Legislativo. A análise confirma que ressonância depende também da receptividade da audiência (Snow; Benford, 1992).
<b>Materialização</b>	Projeto de lei, mapeamento da população LGBTQIA+, criação da Gerência da Diversidade, e o próprio documentário como artefato cultural de resistência.	O documentário opera como testemunho político e ferramenta de construção de memória coletiva. Ele materializa narrativas em um produto cultural público, que amplia a circulação dos <i>frames</i> para além dos espaços institucionais.
<b>Hibridização Estratégica</b>	Movimentos combinam ação institucional (projeto de lei, negociações) e ação contestatória (protestos, mobilização pública). A fala sobre o prefeito ter “mastigado” o projeto ilustra o jogo ambíguo entre cooptação parcial e resistência.	A estratégia híbrida articula pragmatismo institucional e contestação, típica de contextos de fechamento político (Pereira, 2018b). Isso permitiu manter o diálogo com autoridades sem diluir a coesão interna do movimento.
<b>Quadros Híbridos</b>	Discursos combinam linguagem jurídica (constitucionalidade, institucionalização) com registros emocionais (corpos trans, dignidade, urgência moral).	Os quadros híbridos conciliam racionalidade política e emoção, ampliando o alcance da narrativa e construindo uma identidade coletiva articulada em torno de direitos e afetos.
<b>Análise Diacrônica</b>	Documentário rememora trajetória política local (comitê permanente, CDSG OAB, avanços jurídicos nacionais) e contextualiza a votação em um ciclo de avanços e retrocessos. Destaca impacto de discursos	A análise temporal situa a disputa no longo curso da luta por direitos, conectando dinâmicas locais e nacionais (McAdam; Tarrow; Tilly, 2001). O episódio de 2021 aparece como ponto de inflexão, não como evento isolado.

	antigênero nacionais no ambiente local.	
<b>Investigação Microfundamental</b>	Expressões linguísticas (“covardia”, “traição”), metáforas (“enxugar gelo”), emoções nas entrevistas, escolha dos enquadramentos visuais e sequências narrativas.	A análise microfundamental revela como emoções, linguagem cotidiana e recursos audiovisuais produzem significados políticos, permitindo compreender a densidade simbólica do documentário como ferramenta de luta.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de *O Quase Conselho* (2021).

Acima, tem-se a síntese forma clara e sistemática da contribuição do documentário *O Quase Conselho* (2021) para a disputa de sentidos em torno da criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá. Ele evidencia como a obra funciona simultaneamente como registro memorialístico, instrumento de resistência política e veículo de elaboração de enquadramentos interpretativos complexos.

Dessa forma, *O Quase Conselho* (2021) atua simultaneamente como documento histórico, ferramenta política e registro simbólico da luta LGBTQIA+. Ele não apenas preserva a memória de uma disputa, mas ilumina os sentidos e dilemas da ação coletiva, evidenciando a articulação entre discursos, práticas e contextos que marcaram a tentativa de institucionalizar políticas de diversidade sexual e de gênero na cidade.

Em conjunto, o documentário evidencia como a rejeição do Conselho Municipal LGBTQIA+ não encerrou a disputa, mas inaugurou um novo momento de elaboração simbólica, no qual os próprios atores passaram a narrar o conflito, reorganizar seus sentidos e reinscrever o revés institucional em uma trajetória mais ampla de luta por reconhecimento e participação. Ao transformar a derrota legislativa em memória coletiva, o material revela tanto a potência dos enquadramentos mobilizados pelos movimentos quanto os limites impostos por um contexto político atravessado pelo avanço de contramovimentos conservadores e pela fragilidade das instituições democráticas locais. Nesse sentido, *O Quase Conselho* não apenas registra o desfecho do caso analisado, mas ilumina, de forma reflexiva, as tensões centrais que atravessam toda esta pesquisa: a relação entre institucionalização e resistência, a assimetria das disputas de enquadramento e os impasses da ação coletiva LGBTQIA+ em contextos de conservadorismo moral. É a partir dessas tensões, agora observadas em sua dimensão memorial e retrospectiva, que a conclusão retoma os principais achados da tese e discute suas implicações teóricas e analíticas mais amplas.

## 5.6 SÍNTESE DO CONFRONTO E DOS FATORES DE REJEIÇÃO

Discutir a dinâmica geral do *framing contest* que marcou o processo de tentativa de criação e a rejeição do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIA+ em Maringá exige um olhar atento para a interação entre os diversos quadros interpretativos em disputa, suas articulações estratégicas e os contextos institucionais e culturais em que emergiram. A análise empírica revela que os atores sociais envolvidos, tanto os movimentos LGBTQIA+ quanto os grupos conservadores, mobilizaram enquadramentos concorrentes que buscaram não apenas interpretar a realidade, mas influenciar diretamente os rumos da política pública, disputar legitimidades e produzir efeitos materiais concretos. Conforme apontam Benford e Snow (2000), o êxito de um enquadramento não depende apenas de sua coerência interna, mas de sua capacidade de ressonância cultural, da consonância com as oportunidades políticas e da habilidade de se impor como dominante no campo discursivo.

Nesse caso, a disputa não se deu apenas sobre o mérito da proposta de criação do conselho, mas sobre o significado social e político da população LGBTQIA+ e de seus direitos enquanto agenda pública. A rejeição do projeto, portanto, não pode ser compreendida apenas como resultado de divergências técnicas ou legislativas, mas como produto de uma complexa competição simbólica, em que valores morais, estratégias retóricas e alianças institucionais foram decisivos para a cristalização de um contraenquadramento eficaz. Como demonstram os estudos de Gamson (1992) e Polletta (1998), nesses contextos, o embate entre quadros interpretativos rivais tende a se intensificar quando há sobreposição entre estruturas institucionais fragilizadas e campos culturais polarizados, como é o caso observado. A seguir, retomam-se os principais achados da análise empírica, com o intuito de sintetizar as dinâmicas desse confronto discursivo e elucidar os fatores determinantes da não aprovação do conselho.

A dinâmica do *framing contest* observada em Maringá evidencia um processo contínuo de choque, reconfiguração e disputa entre os quadros interpretativos mobilizados pelos defensores da criação do Conselho LGBTQIA+ e aqueles articulados pelo contramovimento conservador. Essa interação não se deu em termos paralelos ou meramente divergentes, mas assumiu a forma de uma disputa frontal pela definição legítima do problema público, das soluções cabíveis e dos sentidos

atribuídos à presença da população LGBTQIA+ na arena institucional. Como salientam Benford e Snow (2000), *frames* concorrentes se engajam em processos de disputa não apenas sobre o que deve ser feito, mas sobre como nomear o problema e quem tem legitimidade para propor soluções.

Enquanto os proponentes ancoravam sua mobilização em *frames* como “direitos humanos”, “participação cidadã” e “enfrentamento da violência estrutural”, o contramovimento conseguiu operar um deslocamento semântico, mobilizando quadros de forte apelo moral e político. Entre os mais eficazes, destaca-se o enquadramento da “ideologia de gênero” como ameaça aos valores familiares, um *frame* de alta ressonância cultural e provocativo, sendo sustentado por uma retórica de proteção à infância, à fé e à soberania das famílias, elementos amplamente explorados em sessões legislativas, redes sociais e manifestações públicas. Esse contraenquadramento logrou obscurecer o conteúdo técnico da proposta e deslocou o debate para um campo simbólico carregado de medo e desconfiança, típico daquilo que Gamson (1992) define como “*frames* emocionais negativos”.

Outro enquadramento eficaz foi o da “inutilidade institucional” do conselho, que reconfigurou o debate como um problema de gasto desnecessário, de criação de estruturas ineficazes ou de sobreposição administrativa. Essa retórica se alinhou a um discurso de racionalização da máquina pública e foi amplamente utilizada por parlamentares opositores como um instrumento de deslegitimação técnica e política da proposta, convertendo-a em um suposto privilégio identitário. Ao esvaziar o debate sobre direitos e convertê-lo em disputa sobre legitimidade orçamentária e prioridades administrativas, o contramovimento mobilizou um *frame* tecnocrático que dialogou com setores mais moderados e reforçou resistências já existentes.

Esses enquadramentos conservadores, embora diferentes em sua estrutura retórica, operaram de forma complementar, criando um ambiente discursivo hostil à proposta. Conforme observa Polletta (1998), *frames* bem-sucedidos não apenas convencem, mas deslocam os termos do debate e impõem aos adversários a necessidade de se defenderem em terreno simbólico desfavorável. No caso maringense, o movimento LGBTQIA+ viu-se obrigado a responder às acusações de doutrinação, a justificar sua presença institucional e a reiterar sua legitimidade política, o que limitou sua capacidade de propor novos sentidos com autonomia e coesão.

A análise do embate discursivo em torno da criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá evidencia com clareza a capacidade dos *master frames*

conservadores de operarem com maior *ressonância diferencial*, superando os enquadramentos progressistas ancorados em valores universais, como direitos humanos e cidadania. Essa supremacia não se explica unicamente pela força interna desses quadros, mas sobretudo pela sua adaptação eficiente aos valores, emoções e tradições culturais locais, o que conferiu maior poder de mobilização e legitimidade pública às posições contrárias à institucionalização da agenda LGBTQIA+.

Os *frames* centrais utilizados pelo contramovimento, “ideologia de gênero”, “defesa da família tradicional” e “liberdade religiosa”, são representações já consolidadas no repertório conservador contemporâneo e funcionam como *master frames* de alta plasticidade. Conforme aponta Tarrow (2013), essa característica permite que tais quadros sirvam como linguagens comuns para múltiplos atores, unificando posições diversas sob um guarda-chuva discursivo abrangente. No caso maringense, esses *frames* foram habilmente modularizados para se ajustarem ao contexto da proposta de criação do conselho, sendo ressignificados como uma ameaça à soberania das famílias, ao controle educacional dos filhos e aos valores cristãos da comunidade.

Em contraste, os *master frames* progressistas mobilizados pelos proponentes, como “direitos humanos”, “diversidade” e “participação cidadã”, apresentaram menor aderência à cultura política local, sendo frequentemente percebidos como exógenos, abstratos ou elitistas. Ainda que esses quadros oferecessem fundamentos normativos sólidos, careciam de densidade afetiva e de ancoragem simbólica em tradições e práticas cotidianas da maioria social. A eficácia de um *master frame* não reside apenas em sua universalidade formal, mas em sua capacidade de evocar significados situados, produzindo reconhecimento simbólico em contextos específicos. Essa ausência de *ressonância diferencial* dificultou a popularização do discurso pró-conselho e o tornou vulnerável às estratégias de deslegitimação moral e política.

Além disso, os *frames* conservadores se beneficiaram da capacidade de articulação emocional que Jasper (2011) destaca como necessária para a mobilização coletiva. A retórica da ameaça à infância, da invasão do espaço familiar e da imposição ideológica funcionou como catalisadora de afetos como medo, indignação e repulsa moral, afetos que foram amplificados pela mídia local e pelas redes sociais, conforme mostrado na análise realizada. Ao explorar emoções negativas associadas à mudança social, os opositores conseguiram ativar comunidades morais defensivas e posicionar

o projeto de lei como um risco existencial, deslocando-o do campo técnico-político para o campo moral-religioso.

Essa supremacia dos *master frames* conservadores não foi um acaso retórico, mas resultado de um processo contínuo de tradução cultural e ancoragem simbólica. Em um contexto de retração democrática e avanço de valores ultraconservadores na política institucional brasileira, tais quadros encontraram terreno fértil para se expandir, ganhando densidade discursiva e capacidade de bloquear alternativas interpretativas. A proposta de criação do Conselho LGBTQIA+, por sua vez, passou a ser lida não em seus próprios termos, mas sob a ótica desses *frames* hegemônicos, que impuseram seus códigos semânticos ao debate público. No entanto, reduzir o episódio a uma derrota significaria obscurecer os efeitos políticos e simbólicos da mobilização. A disputa, ainda que não tenha conquistado o espaço participativo pretendido, produziu visibilidade, fortaleceu alianças e sedimentou repertórios de resistência que permaneceram atuantes. Assim, mais do que um fracasso, o processo revela como o movimento LGBTQIA+ foi capaz de tensionar a cena pública, gerar narrativas alternativas e consolidar memória coletiva, mesmo diante de um resultado institucional adverso.

A análise da disputa em torno da criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá revela que o enfrentamento entre movimento e contramovimento não se deu por meio de discursos totalmente homogêneos, mas por constantes estratégias de hibridização discursiva, ou seja, combinações entre quadros ideacionais distintos, às vezes até contraditórios, que visam ampliar a base de apoio e ressignificar termos e conceitos centrais. Tais hibridizações podem ser fundamentais em contextos de disputa intensa, pois produzem novos sentidos a partir do entrelaçamento de lógicas divergentes, permitindo ao enquadramento alcançar públicos diversos e aumentar sua eficácia persuasiva.

Do lado do movimento LGBTQIA+, uma das estratégias de hibridização mais evidentes consistiu na combinação entre o *master frame* dos direitos humanos e o léxico da política institucional local, ancorando a proposta em noções de “governança democrática”, “participação cidadã” e “fortalecimento das políticas públicas setoriais”. Esse tipo de hibridização buscou despolitizar moralmente a pauta ao apresentá-la como parte de um processo técnico e administrativo de aprimoramento da gestão municipal. A tentativa era clara: converter um tema potencialmente controverso em um problema de boa administração, superando resistências morais por meio da

linguagem da eficiência e da inclusão institucional. Entretanto, como mostra a análise empírica, essa estratégia não alcançou plena efetividade, pois não conseguiu romper com a percepção de que a pauta LGBTQIA+ era portadora de uma “carga ideológica” exógena à tradição local.

Por outro lado, o contramovimento operou com hibridizações mais bem-sucedidas, articulando elementos religiosos com argumentos jurídicos e até mesmo tecnocráticos. A associação entre o discurso da “liberdade religiosa” e o princípio da “laicidade do Estado”, por exemplo, é emblemática dessa estratégia: embora partam de premissas diferentes, foram combinadas para reforçar a narrativa de que o conselho ameaçaria a neutralidade do Poder Público ao privilegiar uma população específica. Do mesmo modo, a apropriação seletiva de conceitos do liberalismo político, como “liberdade individual” e “neutralidade do Estado”, serviu para legitimar a rejeição à política pública como defesa da igualdade entre cidadãos, invertendo, assim, o próprio argumento base do projeto. Essa recombinação de *frames* conservadores e liberais conferiu maior versatilidade argumentativa aos opositores, permitindo que seu discurso circulasse tanto em meios religiosos quanto jurídicos e institucionais, alcançando diferentes públicos com adequações sutis de linguagem e ênfase.

Além disso, o contramovimento soube utilizar com eficácia a ambiguidade estratégica, ajustando seus quadros conforme a audiência e a arena discursiva. Em contextos formais, como audiências públicas e pronunciamentos legislativos, priorizou a linguagem jurídica e institucional; nas redes sociais e nos púlpitos religiosos, intensificou os discursos morais e afetivos. Essa flexibilidade discursiva foi essencial para manter a coesão interna sem renunciar à expansão externa, revelando-se uma tática poderosa na obstrução da proposta.

Em suma, enquanto o movimento LGBTQIA+ apostou em uma hibridização institucionalizante e tecnocrática que visava legitimar sua pauta pela via da racionalidade administrativa, o contramovimento logrou combinar religiosidade, liberalismo e tecnicismo de forma mais eficaz, conferindo ao seu discurso maior mobilidade estratégica e ressonância política. Essa assimetria na eficácia das hibridizações ajuda a compreender por que, mesmo em um ambiente institucional formalmente democrático, propostas progressistas podem ser derrotadas quando não conseguem traduzir seus *frames* em linguagens compatíveis com o universo simbólico predominante.

A análise empírica evidencia que a rejeição do Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá não pode ser compreendida apenas como produto de uma correlação de forças momentânea, mas sim como resultado de um conjunto complexo de fatores. Entre esses fatores, destacam-se oportunidades e ameaças políticas, polarização cultural, cristalização de contraenquadramentos e limites estratégicos dos próprios movimentos sociais. Esse conjunto de variáveis contribuiu para configurar uma ambiência desfavorável à institucionalização da política pública proposta, revelando o enraizamento das disputas simbólicas no tecido das decisões formais.

No plano das oportunidades e ameaças políticas, o ciclo político-institucional vigente se mostrou ambíguo. Por um lado, a criação da Gerência da Diversidade e a realização do Censo LGBTQIA+ indicavam janelas de oportunidade favoráveis à agenda da diversidade, reforçando o quadro mestre dos direitos humanos. Por outro, o avanço de forças conservadoras no Legislativo Municipal e a ausência de uma articulação coesa com o Executivo para sustentar o projeto revelaram limitações estruturais da oportunidade política (Tarrow, 1998). A ambivalência institucional permite compreender que as instituições democráticas não operam como espaços neutros, elas funcionam, ao mesmo tempo, como arenas abertas à disputa e como filtros seletivos que regulam quais demandas e enquadramentos conseguem ingressar e adquirir legitimidade. Assim, embora possam oferecer canais formais de participação e reconhecimento, essas instituições também impõem critérios de aceitabilidade política, podendo restringir, reorientar ou bloquear frames que destoam da hegemonia dominante e das gramáticas morais e administrativas em vigor. A ausência de comprometimento efetivo do Executivo com a defesa do projeto, limitando-se ao envio do PL sem articulação estratégica posterior, constituiu uma ameaça silenciosa à consolidação da proposta.

A polarização cultural emergiu como uma força estruturante na consolidação dos contraenquadramentos. A evocação de quadros mestres como “ideologia de gênero”, “defesa da família” e “neutralidade do Estado” permitiu que os opositores da proposta articulassem discursos moralizantes com linguagem institucionalmente aceitável. Essa cristalização de contraenquadramentos operou por meio da ressonância diferencial, adaptando *frames* globais a repertórios locais, como se observou nos discursos parlamentares que utilizavam expressões religiosas ao lado de argumentos técnico-jurídicos. A gramática da ameaça moral mostrou-se eficaz na mobilização de setores amplos da sociedade civil conservadora, reforçando a ideia de

que o conselho representaria a imposição de uma agenda minoritária sobre a maioria silenciosa.

Outro aspecto fundamental para compreender o desfecho desfavorável ao movimento diz respeito às tensões internas e aos limites de ampliação semântica dos enquadramentos progressistas. Embora os coletivos LGBTQIA+ tenham construído uma narrativa ancorada em direitos, cidadania e gestão democrática, a tentativa de hibridizar *frames* técnicos com identitários esbarrou em dificuldades de comunicação pública. Como argumenta Polletta (1998), a eficácia dos quadros híbridos depende de sua inteligibilidade e da capacidade de mobilizar afetos compartilhados. No caso analisado, embora o movimento tenha formulado o quadro “diversidade como valor institucional” com base em evidências e experiências prévias, ele não encontrou ampla adesão pública, sendo frequentemente interpretado como tecnocrático ou desvinculado das prioridades imediatas da população. Ao mesmo tempo, a ausência de um eficaz alinhamento interno quanto às estratégias de visibilidade e negociação com o Poder Público limitaram a capacidade de formação de uma frente ampla, o que comprometeu a expansão do apoio social necessário à aprovação do PL.

Por fim, os efeitos materiais da não criação do conselho evidenciam a ambivalência institucional como expressão de um poder que acolhe e repele simultaneamente. Embora a pauta da diversidade tenha conquistado espaços em momentos anteriores, como a criação da Gerência da Diversidade e o reconhecimento formal de datas simbólicas, a ausência de uma estrutura deliberativa permanente revela a fragilidade dos mecanismos de institucionalização em contextos de alta polarização. No entanto, essa limitação não significou o esvaziamento da mobilização. Pelo contrário, ao mesmo tempo em que expôs os limites do reconhecimento formal, a rejeição fortaleceu a dimensão simbólica da luta, reafirmando o papel da ação coletiva como produtora de sentidos, visibilidade e memória política. No caso maringense, a não aprovação do conselho provocou desmobilização momentânea em alguns segmentos, mas também estimulou a reinvenção de estratégias e a ampliação da disputa em arenas informais e paralelas ao Estado, como campanhas públicas, articulações com universidades e atuação em outros conselhos já existentes. Assim, mais do que um ponto de ruptura, o episódio representou uma inflexão no repertório do movimento, que, mesmo diante da negativa institucional, manteve viva a agenda de direitos e reconfigurou sua presença no espaço público.

Dessa forma, o processo de rejeição do conselho não foi um simples ato legislativo, mas o ponto culminante de uma disputa interpretativa que envolveu múltiplas camadas: *frames* concorrentes, *master frames* em conflito, estratégias híbridas, oportunidades ambíguas e efeitos institucionais concretos. A análise do caso reafirma que a institucionalização de políticas públicas voltadas para populações marginalizadas exige tanto a formulação de bons projetos, quanto a construção de ambientes simbólicos e políticos capazes de sustentá-los diante da resistência organizada dos contramovimentos, pois, ainda que iniciativas tecnicamente consistentes sejam apresentadas, sua efetividade depende da construção de ambientes simbólicos e políticos que deem sustentação à proposta, sobretudo em contextos de intensa polarização.

Nesse sentido, o estudo contribui ao demonstrar que a trajetória de institucionalização está atravessada por disputas de enquadramento, na medida em que os sentidos atribuídos às políticas podem ser apropriados, ressignificados ou bloqueados por contramovimentos organizados. Assim, a não aprovação do Conselho LGBTQIA+ de Maringá não deve ser interpretada exclusivamente como um fracasso administrativo ou como resultado da falta de qualidade do projeto, mas como expressão da força de uma gramática política conservadora capaz de impor seus quadros interpretativos ao debate público.

A rejeição do Projeto de Lei que instituía o Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá pode ser compreendida como o desfecho de um intenso *framing contest*, no qual os enquadramentos propostos pelos movimentos sociais foram progressivamente deslocados por contraenquadramentos mais eficazes, sustentados por uma coalizão conservadora organizada, emocionalmente mobilizada e discursivamente coesa. Embora o movimento LGBTQIA+ tenha formulado um enquadramento diagnóstico ancorado na universalidade dos direitos humanos, na legitimidade da participação cidadã e na necessidade de enfrentamento da violência estrutural, esse *frame* não encontrou condições contextuais suficientes para sua cristalização como hegemônico no debate público e institucional.

Conforme Benford e Snow (2000) indicam, a eficácia de um enquadramento interpretativo está diretamente relacionada à sua ressonância cultural, capacidade de articulação com oportunidades políticas e habilidade de gerar mobilização coletiva. No caso analisado, os contraenquadramentos conservadores, centrados em *master frames* como “ideologia de gênero”, “defesa da família” e “liberdade religiosa”,

apresentaram alta ressonância diferencial, sendo rapidamente absorvidos por parlamentares, lideranças religiosas e parcelas da sociedade civil. Essa plasticidade semântica permitiu ao contramovimento articular múltiplas dimensões do discurso, jurídica, moral, religiosa e administrativa, compondo um repertório híbrido, versátil e eficaz na obstrução da proposta.

Além disso, como argumenta Jasper (2011), a mobilização emocional desempenha um papel central na formação de comunidades morais reativas. A construção do conselho como ameaça à infância, às famílias e à liberdade religiosa ativou afetos negativos que foram intensificados pela linguagem moralizante e pela repetição midiática, gerando um campo simbólico de forte coesão identitária no campo conservador. Essa dinâmica é corroborada por Biroli (2020), ao destacar que a gramática do medo e da ameaça moral tem sido um instrumento poderoso para a deslegitimação de pautas feministas e LGBTQIA+ na América Latina contemporânea.

Por sua vez, o movimento LGBTQIA+ enfrentou limitações tanto no campo institucional – dada a fragilidade da aliança com o Executivo e a ausência de engajamento parlamentar expressivo – quanto na capacidade de promover uma abertura semântica que dialogasse com parcelas mais amplas da sociedade. Ainda que tenha produzido argumentações técnicas, evidências empíricas e apelado ao repertório dos direitos, seu enquadramento permaneceu circunscrito a uma bolha discursiva, incapaz de disputar o senso comum moral da população e a gramática dominante do Legislativo.

Ainda que os enquadramentos morais e contranormativos tenham exercido papel relevante na rejeição da proposta, é necessário considerar outras variáveis. A análise dos votos evidencia um alinhamento de rejeição concentrado em partidos com base evangélica ou conservadora. Ademais, o receio de desgaste eleitoral junto a segmentos religiosos, a ausência de coesão entre os apoiadores do projeto e a fragilidade de sua tramitação institucional também contribuíram para o insucesso da medida. Esses fatores sugerem que a rejeição não se explica apenas pela retórica contrária, mas também por dinâmicas político-institucionais mais amplas.

Nesse sentido, a rejeição do PL não deve ser lida apenas como uma derrota legislativa, mas como a cristalização de uma correlação de forças simbólicas e políticas marcada por assimetrias discursivas, ambivalência institucional e alto grau de polarização cultural. A não criação do conselho representa o fechamento de uma janela de oportunidade institucional e evidencia os limites dos quadros progressistas

diante de contramovimentos capazes de operar com agilidade, transversalidade e forte conexão com as estruturas morais locais. Como Tarrow (1998) adverte, as oportunidades políticas são, por definição, instáveis, e sua conversão em ganhos institucionais depende da habilidade dos atores em traduzir sua legitimidade em hegemonia interpretativa. Em Maringá, essa tradução não foi possível naquele momento histórico, o que reafirma a importância da disputa contínua pelos sentidos da política, da cidadania e da democracia.

## 6 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender como se deu a disputa em torno da criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá, revelando-a como um caso emblemático de embate entre enquadramentos interpretativos concorrentes. Através de uma análise qualitativa, amparada na abordagem teórica metodológica dos *frames* e em abordagens complementares dos estudos sobre movimentos sociais, investigaram-se as dinâmicas simbólicas e materiais que estruturaram esse confronto, seus protagonistas, linguagens e desfechos parciais.

Para tal, o estudo se organizou retomando os objetivos iniciais, realizando uma leitura crítica sobre os fatores que explicam a rejeição da proposta de criação do Conselho, identificando as estratégias discursivas de ambos os lados, os efeitos das interações entre *frames* e contraenquadramentos, os limites e potencialidades da hibridização ideacional e a materialização institucional, ou sua ausência, como expressão de um campo político profundamente marcado pela polarização cultural e pela ambivalência das oportunidades políticas. Ao mesmo tempo, apontam-se as contribuições desta pesquisa para o campo dos estudos sobre ação coletiva, com especial ênfase no contexto brasileiro contemporâneo, em que a institucionalização dos direitos de minorias sexuais e de gênero tem sido objeto de crescentes disputas simbólicas, jurídicas e morais.

A presente pesquisa oferece uma contribuição ao campo dos estudos sobre movimentos sociais ao evidenciar, empiricamente, como as disputas por reconhecimento e institucionalização de direitos se estruturam a partir da competição entre enquadramentos interpretativos concorrentes. Ao mobilizar a abordagem teórica metodológica dos *frames* como lente analítica central, demonstrou-se que a luta pela criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá transcendeu os aspectos normativos e jurídicos do processo legislativo, configurando-se como um verdadeiro *framing contest*, quadro de contestação (Benford; Snow, 2000), no qual atores sociais buscaram moldar a definição legítima do problema, das soluções possíveis e da moralidade da ação pública.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa reforça a relevância da articulação entre as três dimensões dos enquadramentos – diagnóstica, prognóstica e motivacional –, para compreender como movimentos sociais constroem sentido, atribuem responsabilidade e convocam à mobilização (Benford; Snow, 2000). Ao mesmo tempo,

evidencia-se a importância dos *master frames* como estruturas discursivas amplas que possibilitam tanto a formação de alianças quanto o embate simbólico, como no caso da disputa entre os quadros de direitos humanos e os contraenquadramentos baseados em moral sexual e em defesa da família tradicional. A análise revelou, também, a complexidade das hibridizações estratégicas, nas quais *frames* locais se articulam a linguagens universais, mas, frequentemente, enfrentam os riscos da ambivalência semântica e da cooptação, conforme alertam Fraser (1997) e Polletta (2006).

Em termos metodológicos, buscou-se adotar a abordagem qualitativa multimodal, combinando análise de documentos oficiais, publicações em redes sociais, matérias da mídia local, observação participante e interações em grupos virtuais. Essa triangulação metodológica permitiu capturar a dinâmica multifacetada dos enquadramentos em disputa, atentando tanto para sua dimensão pública e institucional, quanto para suas manifestações cotidianas e emocionais. A articulação entre análise diacrônica e microfundamental revelou-se especialmente frutífera para compreender como os *frames* evoluem, se confrontam e ganham materialidade, além de iluminar os momentos críticos em que determinados discursos alcançam cristalização política, ao passo que outros são silenciados ou desviados de sua intenção original.

A nível prático, a pesquisa pode oferecer subsídios para ativistas, gestores públicos e formuladores de políticas que atuam na promoção dos direitos da população LGBTQIA+, ao explicitar os mecanismos discursivos que sustentam avanços e retrocessos institucionais, tornando-se possível desenvolver estratégias mais eficazes de mobilização, comunicação e construção de alianças. A identificação dos limites enfrentados pelo movimento LGBTQIA+ local na tentativa de institucionalizar um espaço deliberativo próprio evidencia a necessidade de maior atenção às oportunidades e às ameaças políticas, bem como aos efeitos da polarização cultural e dos contraenquadramentos morais. A pesquisa também aponta para a importância da continuidade na produção de narrativas públicas que articulem demandas identitárias com os valores democráticos amplos, capazes de ampliar a ressonância dos *frames* progressistas mesmo em contextos adversos.

Assim, esta investigação pretendeu contribuir para o aprofundamento do debate sobre os limites e as potencialidades da institucionalização das pautas de gênero e sexualidade no Brasil, reafirmando que a política pública é sempre um

terreno em disputa simbólica e material. Ao compreender o processo de rejeição do Conselho Municipal LGBTQIA+ como expressão condensada de um conflito mais amplo sobre os sentidos da cidadania, da moralidade e da democracia, a pesquisa se alinha à tradição crítica dos estudos sobre ação coletiva e oferece ferramentas analíticas úteis para compreender outras experiências similares em contextos municipais e nacionais.

A partir da análise empírica desenvolvida e da interlocução com o referencial teórico, foi possível responder à pergunta central da pesquisa: quais enquadramentos interpretativos estiveram em disputa no processo de tentativa de criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá e como eles contribuíram para sua rejeição? A investigação evidenciou que o movimento LGBTQIA+ construiu um enquadramento diagnóstico pautado na invisibilidade institucional, na ausência de políticas públicas específicas e na urgência do enfrentamento à violência e à discriminação. O enquadramento prognóstico se expressou na defesa da criação do Conselho como mecanismo de participação cidadã e fortalecimento das políticas públicas setoriais, enquanto a dimensão motivacional articulava os princípios de dignidade, reconhecimento e justiça social. No entanto, tais *frames* progressistas foram confrontados por contraenquadramentos conservadores articulados por lideranças religiosas, parlamentares e atores da sociedade civil, que enquadraram o Conselho como instrumento de privilégio identitário, ameaça à moral tradicional e imposição ideológica à sociedade.

A análise revelou que os contraenquadramentos alcançaram maior ressonância no campo institucional, em parte devido à sua capacidade de mobilizar *master frames* com forte apelo moral e cultural, como defesa da família e liberdade religiosa. O contramovimento soube operar com hibridizações eficazes entre moralidade religiosa e retórica jurídica, convertendo seus enquadramentos em ações legislativas e discursos públicos com forte capacidade de desmobilização da proposta. A pesquisa também demonstrou que a ausência de uma estratégia integrada e organizada, entre Executivo, Legislativo e sociedade civil, enfraqueceu a sustentação política do projeto. Em síntese, os achados indicam que a rejeição do Conselho não resultou apenas da correlação numérica de votos contrários na Câmara, mas da hegemonia interpretativa alcançada pelos contraenquadramentos, sustentada por uma estrutura discursiva mais eficaz, emocionalmente mobilizadora e politicamente oportuna. Assim, a pesquisa contribui para a compreensão das disputas simbólicas em contextos locais

e para o aprimoramento das estratégias dos movimentos sociais em ambientes marcados pela ambivalência institucional e pela crescente polarização cultural.

À luz dos dados empíricos e da fundamentação teórica que embasou esta pesquisa, pode-se afirmar que o objetivo geral foi alcançado. O estudo investigou, de maneira aprofundada, os enquadramentos interpretativos em disputa na tentativa de criação do Conselho Municipal LGBTQIA+ de Maringá, elucidando os sentidos construídos, os mecanismos discursivos acionados e as razões que levaram à rejeição da proposta legislativa. A abordagem qualitativa permitiu compreender não apenas os conteúdos dos *frames* mobilizados, mas, também, suas dinâmicas de circulação, tradução e enfrentamento nos diferentes espaços públicos, institucionais e midiáticos.

Os objetivos específicos também foram atendidos. Foi possível (i) identificar os principais quadros interpretativos formulados pelos atores favoráveis ao Conselho e por seus opositores, (ii) analisar como tais quadros se materializaram em documentos oficiais, mídias sociais, discursos legislativos e interações cotidianas, (iii) compreender os mecanismos de ressonância, hibridização e contraenquadramento presentes no conflito e (iv) refletir sobre os efeitos institucionais e simbólicos da não criação do Conselho, especialmente no que se refere às estratégias dos movimentos LGBTQIA+ e ao reposicionamento do poder público frente à pauta da diversidade sexual e de gênero.

A hipótese da pesquisa – de que a rejeição do projeto de criação do Conselho LGBTQIA+ de Maringá não se explicaria apenas por fatores institucionais e conjunturais, mas, sobretudo, pela força dos contraenquadramentos morais, religiosos e políticos que lograram hegemonia interpretativa sobre o tema – foi confirmada. Verificou-se que tais contraenquadramentos conseguiram operar com eficácia discursiva ao articular *master frames* como ideologia de gênero e defesa da família, alcançando ampla ressonância no Legislativo e junto à opinião pública conservadora. Ao mesmo tempo, identificou-se que o movimento LGBTQIA+ enfrentou dificuldades para ampliar a ressonância de seu próprio enquadramento, em especial diante de um ambiente político permeado por ameaças simbólicas, ambivalência institucional e fragilidade nos canais de articulação intersetorial.

Essa constatação reforça a relevância de estudos que priorizam a dimensão simbólica e discursiva da política, evidenciando que a disputa por direitos é, antes de tudo, uma disputa por sentidos.

Não obstante à confirmação da hipótese e ao alcance dos objetivos propostos, é necessário reconhecer que toda pesquisa está situada em um conjunto de condições e de escolhas que delimitam tanto seus potenciais quanto suas fronteiras. Nesse sentido, esta investigação apresenta algumas limitações que merecem ser explicitadas, não como fragilidades metodológicas, mas como indicativos dos contornos empíricos e analíticos assumidos pelo estudo.

Em primeiro lugar, a própria delimitação temporal e espacial do caso, centrado na cidade de Maringá e no período de tramitação do projeto de lei, impôs restrições quanto à generalização dos achados. Embora o caso estudado seja ilustrativo de dinâmicas mais amplas de disputa por direitos em contextos conservadores, suas especificidades históricas, institucionais e culturais requerem cautela ao extrapolar conclusões para outras realidades. Em segundo lugar, a análise baseou-se, prioritariamente, em fontes documentais, registros digitais e observação participante, o que conferiu grande riqueza à reconstrução dos enquadramentos, mas limitou a possibilidade de incorporar, de forma mais sistemática, as percepções subjetivas dos atores envolvidos, o que poderia ser complementado por entrevistas em profundidade.

Essas limitações abrem caminhos promissores para futuras pesquisas. Estudos comparativos entre diferentes municípios ou estados poderiam aprofundar a compreensão sobre as variações nos enquadramentos e nas estratégias dos movimentos LGBTQIA+ frente a distintos arranjos institucionais. Da mesma forma, investigações que integrem análises discursivas com métodos quantitativos, como mapeamentos de redes sociais ou experimentos de ressonância de *frames*, poderiam oferecer novas percepções sobre os mecanismos de difusão e o impacto dos enquadramentos. Ademais, seria relevante ampliar o foco sobre os próprios contramovimentos, explorando suas formas organizativas, matrizes ideológicas e articulações transnacionais. Por fim, pesquisas que acompanhem, longitudinalmente, a evolução dos enquadramentos em contextos de retração democrática, como os vividos no Brasil na última década, poderão contribuir significativamente para o campo dos estudos sobre ação coletiva, movimentos sociais e disputa simbólica por direitos.

A caracterização da mobilização subsequente como expressão de resiliência requer refinamento analítico. Se, por um lado, a continuidade das ações públicas e das denúncias evidencia um não recuo discursivo, por outro, a literatura sobre movimentos sociais alerta que a resiliência não se limita à presença simbólica, mas envolve a manutenção de capacidade organizativa, reconfiguração de estratégias e

inserção nos espaços institucionais. Ainda que haja sinais de persistência, a ausência de um reposicionamento institucional concreto ou de novos apoios governamentais pode indicar uma resiliência mais discursiva do que estrutural.

O percurso desenvolvido nesta pesquisa doutoral permitiu evidenciar que, mais do que um impasse local, a rejeição do Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá expressa uma dinâmica política mais ampla e preocupante: a crescente eficácia dos contraenquadramentos conservadores em capturar o espaço público, esvaziar propostas emancipatórias e reverter avanços históricos das lutas por direitos. Ao analisar essa disputa sob a ótica da abordagem dos enquadramentos interpretativos, foi possível desnudar os mecanismos discursivos, simbólicos e institucionais pelos quais agendas reativas se impõem mesmo diante de propostas democraticamente elaboradas, amplamente justificadas e legitimadas por setores organizados da sociedade civil.

Esta pesquisa, ao trazer uma análise empírica detalhada e metodologicamente delineada, demonstra que a mera existência de marcos legais e de canais institucionais de participação não assegura, por si só, a consolidação de políticas públicas inclusivas. Ao contrário, a tese evidencia como esses próprios espaços podem ser capturados ou neutralizados quando o jogo político é estruturado por assimetrias de poder simbólico e discursivo, alimentadas por ondas conservadoras, discursos moralizantes e estratégias de mobilização digital altamente eficazes. A institucionalidade democrática, nesse sentido, aparece aqui não como espaço neutro ou garantido, mas como arena em permanente disputa, vulnerável a recuos normativos mesmo diante de intensos esforços de participação cidadã.

Do ponto de vista acadêmico, esta tese contribui de forma a confirmar que os enquadramentos interpretativos não apenas constroem sentidos sobre a realidade, mas operam como dispositivos de poder que orientam, bloqueiam ou deslegitimam políticas públicas. Ao articular uma lente crítica sobre o funcionamento do *framing contest* em um contexto de retração democrática e de avanço de agendas antigênero, a pesquisa oferece insumos importantes para o aprofundamento dos estudos sobre a interseção entre ação coletiva, disputa simbólica e participação institucional. A crítica que emerge do caso analisado é contundente: sem enfrentar os limites estruturais e simbólicos da institucionalidade, os direitos das populações LGBTQIA+ permanecerão vulneráveis a retrocessos travestidos de technicalidades, moralismos ou retóricas da neutralidade.

Ainda que a proposta tenha sido rejeitada, a mobilização em torno do Conselho Municipal LGBTQIA+ constituiu um espaço de aprendizagem política, consolidou redes de solidariedade e fortaleceu a capacidade de resistência em Maringá. A relevância desse processo está em mostrar como, mesmo diante de retrocessos, a ação coletiva é capaz de reinventar repertórios e manter viva a disputa por cidadania sexual.

Em tempos de reconfiguração conservadora, a contribuição mais urgente da presente tese talvez seja a de reafirmar que a defesa da cidadania sexual e de gênero exige mais do que presença institucional: exige vigilância crítica, estratégia discursiva e coragem política. Não se trata apenas de conquistar conselhos, mas de sustentar os sentidos de justiça, equidade e dignidade que esses espaços simbolizam frente à constante ameaça de esvaziamento por parte de projetos hegemônicos que se reorganizam para resistir à pluralização democrática. A política dos sentidos, como aqui demonstrado, é também a política da sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca. **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ABERS, Rebecca; TATAGIBA, Luciana. Institutional activism: mobilizing for women's health from inside the Brazilian bureaucracy. **Politics & Gender**, Cambridge, v. 14, n. 1, p. 49-73, 2018. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315609546-4/institutional-activism-mobilizing-women-health-inside-brazilian-bureaucracy-rebecca-neaera-abers-luciana-tatagiba>. Acesso em: 17 out. 2025.

AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

AHO, James A. **The Politics of Righteousness: Idaho Christian Patriotism**. Seattle: University of Washington Press, 1990.

ALEIXO, Bianca. Criação de Conselho Municipal LGBTQIA+ é aprovado por Câmara de Maringá. **Observatório G**, 18 ago. 2021. Disponível em: [https://observatoriog.com.br/mundo-gay/politica/criacao-de-conselho-municipal-lgbtqia-e-aprovado-por-camara-de-maringa/#google\\_vignette](https://observatoriog.com.br/mundo-gay/politica/criacao-de-conselho-municipal-lgbtqia-e-aprovado-por-camara-de-maringa/#google_vignette). Acesso em: 14 nov. 2025.

ALMEIDA, Leonardo Monteiro Crespo de. O constitucionalismo através do conflito: uma reflexão e alguns comentários em torno da ideia de constituição radical. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 59, n. 3, p. 167-196, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/37163/23796>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXXz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AMARAL, Lucas Alves. Ativismo institucional e enquadramentos interpretativos: discutindo as causas do ativismo de burocratas na criação do Programa de Aquisição de Alimentos. In: ABERS, Rebecca Neaera (org.). **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2021. p. 53-81.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/6pHpmRWCWhM57s9svCdHZyB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2025.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BALANÇO GERAL MARINGÁ. **Vereadores rejeitam projeto que pretendia criar conselho LGBTQIA+ em Maringá**. YouTube, Canal Ric RECORD Maringá, 8 set. 2021. 1 vídeo [11m57s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O3A4-RmLoCk>. Acesso em: 4 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BECKER, Howard S. **Tricks of the Trade: How to Think about Your Research While You're Doing It**. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

BENFORD, Robert D. Frame Disputes within the Nuclear Disarmament Movement. **Social Forces**, [s. l.], v. 71, n. 3, p. 677-701, 1993. Disponível em: <https://academic.oup.com/sf/article-abstract/71/3/677/2232558?redirectedFrom=fulltext&login=false>. Acesso em: 23 out. 2025.

BENFORD, Robert D. An Insider's Critique of the Social Movement Framing Perspective. **Sociological Inquiry**, [s. l.], v. 67, n. 4, p. 409-430, 1997. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-682X.1997.tb00445.x>. Acesso em: 23 out. 2025.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Master *frames* and cycles of protest. In: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol (org.). **Frontiers in Social Movement Theory**. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 133-155.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 611-639, 2000. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.soc.26.1.611>. Acesso em: 16 out. 2025.

BIROLLI, Flávia. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. In: BRITO, Adriane Sanctis de; REIS, Luciana Silva (org.). **Direitas, radicalismos e as disputas pela linguagem de direitos no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, 2020. p. 186-209.

BORTOLIN, Nelson. Maringá está mais perto de ter Conselho LGBTQIA+. **Redelume**, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://redelume.com.br/2021/08/18/maringa-perto-de-ter-conselho-lgbtqia/>. Acesso em: 14 set. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm). Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. **Lei n. 14.017, de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l14017.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.017%2C%20DE%2029%20DE%20JUNHO%20DE%202020&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%C3%A7%C3%B5es%20emergenciais%20destinadas,20%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14017.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.017%2C%20DE%2029%20DE%20JUNHO%20DE%202020&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%C3%A7%C3%B5es%20emergenciais%20destinadas,20%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020). Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Petição inicial na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.277**. Brasília, DF: STF, 2009. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADI&numProcesso=4277>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Petição inicial na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 132/RJ**. Brasília, DF: STF, 2008. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&numProcesso=132>. Acesso em: 20 out. 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Sessão Ordinária de votação 17 de agosto de 2021 – Votação do PL**. Dispõe sobre a criação, composição e estruturação do conselho municipal de direitos LGBTI+ (COMLGBTI+) e dá outras providências, 17/08/2021. Maringá: CMM, 2021a.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Sessão Ordinária de votação 19 de agosto de 2021 – Votação do PL**. Dispõe sobre a criação, composição e estruturação do conselho municipal de direitos LGBTI+ (COMLGBTI+) e dá outras providências, 19/08/2021. Maringá: CMM, 2021b.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Sessão Ordinária de votação 2 de setembro de 2021 – Votação do PL**. Dispõe sobre a criação, composição e estruturação do conselho municipal de direitos LGBTI+ (COMLGBTI+) e dá outras providências, 02/09/2021. Maringá: CMM, 2021c.

CBN Maringá. **Conselho LGBTQIA+ é rejeitado pela Câmara de Maringá.** YouTube, Canal CBN Maringá, 3 set. 2021. 1 vídeo [10m36s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B2WceQhXfjQ>. Acesso em: 4 out. 2024.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics.** London: MacGibbon & Kee, 1972.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers.** 3. ed. Londres: Routledge, 1989.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer.** Salvador: EDUFBA, 2015.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, e185301, 2018a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2025.

CORRÊA, Sonia. **Ideologia de gênero: rastros e significados em tempos de autoritarismo.** Rio de Janeiro: ABIA, 2018b.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *In*: CRENSHAW, Kimberlé *et al.* (org.). **Violência de gênero no Brasil: relatórios apresentados ao Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero.** Brasília, DF: UNESCO, 2002. p. 171-188.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Movimentos sociais: uma introdução.** Petrópolis: Vozes, 2006.

DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael. **Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **The Sage Handbook of Qualitative Research.** 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2011.

ELIASOPH, Nina; LICHTERMAN, Paul. Culture in interaction. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 108, n. 4, p. 735-794, 2003. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/367920>. Acesso em: 17 out. 2025.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, [s. l.], v. 10, n. 18-19, 2003. Disponível em: [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf). Acesso em: 15 out. 2025.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, Natal, n. 4, p. 131-158, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300/1733>. Acesso em: 16 out. 2025.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, n. 3, p. 54-81, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/article/view/41/245>. Acesso em: 15 out. 2025.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Direitos em disputa: LGBTI+ poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2020.

FASSIN, Éric. National Identities and Transnational Intimacies: Sexual Democracy and the Politics of Immigration in Europe. **Public Culture**, Durham, v. 22, n. 3, p. 507-529, 2010. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/public-culture/article-abstract/22/3/507/31960/National-Identities-and-Transnational-Intimacies>. Acesso em: 13 nov. 2025.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 79, p. 201-233, 2010.

FERREIRA, Anderson. **Projeto de Lei n. 6.583, 16 de outubro de 2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>. Acesso em: 20 out. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, Durham, n. 25-26, p. 56-80, 1990. Disponível em: [https://carbonfarm.us/amap/fraser\\_public.pdf](https://carbonfarm.us/amap/fraser_public.pdf). Acesso em: 20 out. 2025.

FRASER, Nancy. Politics, culture, and the public sphere: Toward a postmodern conception. In: NICHOLSON, Linda; FRASER, Nancy. **Feminism/Postmodernism**. New York: Routledge, 1992. p. 123-156.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “póssocialista”. **Cadernos de Campo**, [S. l.], v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50109/54229>. Acesso em: 20 out. 2025.

FUSIEGER, Randy. A quem interessa reprovar o Conselho LGBTI+ em Maringá? **Maringá Post**, Maringá, 2 set. 2021. Disponível em: <https://maringapost.com.br/queer/2021/09/02/a-quem-interessa-reprovar-o-conselho-lgbti-em-maringa/>. Acesso em: 20 out. 2025.

GAMSON, William A. **Talking Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, William A.; MODIGLIANI, Andre. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2780405>. Acesso em: 17 out. 2025.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

GERBAUDO, Paolo. **Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism**. London: Pluto Press, 2012.

GERHARDS, Jürgen; RUCHT, Dieter. Mesomobilization: Organizing and framing in two protest campaigns in West Germany. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 98, n. 3, p. 555-596, 1992. Disponível em: <https://bibliothek.wzb.eu/pdf/1991/iii91-101.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Tradução de Maria Cecília Pereira de Souza. Petrópolis: Vozes, 2012. Obra original publicada em 1974.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em movimentos sociais. **Investigação em Educação**, II Série, n. 1, p. 15-41, 2014. Disponível em: [https://epale.ec.europa.eu/sites/default/files/gohn\\_2014.pdf](https://epale.ec.europa.eu/sites/default/files/gohn_2014.pdf). Acesso em: 27 out. 2025.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2019.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Frances. **Passionate Politics: Emotions and Social Movements**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Frances. Emotional dimensions of social movements. *In*: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter (org.). **The Blackwell Companion to Social Movements**. Malden: Blackwell Publishing, 2004. p. 413-432.

GOULD, Deborah B. **Moving Politics: Emotion and ACT UP's Fight Against AIDS**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 1.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução de Cristina Fino e Cássia Maria Nasser. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

GUSFIELD, Joseph R. **The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

HOOKS, bell. **Teaching to Transgress**. New York: Routledge, 1994.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JASPER, James M. Emotions and Social Movements: Twenty Years of Theory and Research. **Annual Review of Sociology**, [s. l.], v. 37, p. 285-303, 2011. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1886857](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1886857). Acesso em: 23 out. 2025.

JOHNSTON, Hank. Verification and proof in frame and discourse analysis. *In*: KLANDERMANS, Bert; STAGGENBORG, Suzanne (org.). **Methods of Social Movement Research**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002. p. 62-91.

JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. (org.). **Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.

JOVEM PAN MARINGÁ. **Programa de 03 de setembro de 2021**. YouTube, Canal Jovem Pan Maringá, 3 set. 2021. 1 vídeo [11m23s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UfhwyGMlyeM&t=5s>. Acesso em: 4 out. 2024.

JOVEM PAN MARINGÁ. **Estão com medo do conselho LGBTQIA+?** YouTube, Canal Jovem Pan Maringá, 19 ago. 2021. 1 vídeo [3m43s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/p68JVI-PhnE>. Acesso em: 4 out. 2024.

JOVEM PAN MARINGÁ. **Conselho LGBTIA+ vai influenciar na saúde municipal?** YouTube, Canal Jovem Pan Maringá, 1 ago. 2021. 1 vídeo [3m11s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b2RWiGGkZgk>. Acesso em: 4 out. 2024.

JOVEM PAN MARINGÁ. **Conselho LGBTQIA+ ainda tem lenha para queimar**. YouTube, Canal Jovem Pan Maringá, 23 set. 2021. 1 vídeo [2m42s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WefZfEksRdo>. Acesso em: 4 out. 2024.

JOVEM PAN MARINGÁ. **Pan News 18/08 | Polêmica! Mesmo com votos contra conselho LGBTQIA+ é aprovado**. YouTube, Canal Jovem Pan Maringá, 18 ago. 2021. 1 vídeo [1h10m27s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/p68JVI-PhnE>. Acesso em: 4 out. 2024.

JOVEM PAN MARINGÁ. **Pan News 02/09 | Conservadores são contra o conselho LGBT?** YouTube, Canal Jovem Pan Maringá, 2 set. 2021. 1 vídeo [1h9m0s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/p68JVI-PhnE>. Acesso em: 4 out. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519-549X2018000300004](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004). Acesso em: 17 out. 2025.

MANGANARO, Monique. Câmara de Maringá rejeita criação de Conselho LGBT; veja como cada vereador votou. **GMC Online**, Maringá, 2 set. 2021. Disponível em: <https://gmconline.com.br/noticias/camara-de-maringa-rejeita-criacao-de-conselho-lgbt-veja-como-cada-vereador-votou/>. Acesso em: 17 out. 2025.

MANSBRIDGE, Jane; SHAMES, Shauna L. Toward a theory of backlash: Dynamic resistance and the central role of power. **Politics & Gender**, Cambridge, v. 4, n. 4, p. 623-634, 2008. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/toward-a-theory-of-backlash-dynamic-resistance-and-the-central-role-of-power/D368EF191B6ACD06D4ABA028B50D7265>. Acesso em: 17 out. 2025.

MARINGÁ. **Secretaria da Juventude promove Mapeamento da população LGBTQIA+**. Prefeitura de Maringá, 17 mar. 2021a. Disponível em: <https://www.maringa.pr.gov.br/noticias/secretaria-da-juventude-promove-mapeamento-da-populacao-lgbtqia/34797>. Acesso em: 27 out. 2025.

MARINGÁ. **Prefeitura implantará Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá**. Prefeitura de Maringá, 17 mar. 2021b. Disponível em: <https://www.maringa.pr.gov.br/noticias/prefeitura-implantara-conselho-municipal-lgbtqia-em-maringa/35376> <https://www.maringa.pr.gov.br/noticias/prefeitura-implantara-conselho-municipal-lgbtqia-em-maringa/35376>. Acesso em: 27 out. 2025.

MARINGÁ. **Lei n. 9.882, de 26 de novembro de 2014**. Cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) e o fundo municipal de políticas de promoção da igualdade racial, e dá outras providências. Maringá: Prefeitura Municipal, 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/2014/989/9882/lei-ordinaria-n-9882-2014-cria-o-conselho-municipal-de-promocao-da-igualdade-racial-compir-e-o-fundo-municipal-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MARINGÁ. **Lei n. 9.965/2015**. Concede nova regulamentação ao conselho municipal da mulher, instituído pela Lei Municipal n. 4.258/1996, com redação dada pela Lei Municipal n. 6.636/2004, e dá outras providências. Maringá: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/2015/997/9965/lei-ordinaria-n-9965-2015-concede-nova-regulamentacao-ao-conselho-municipal-da-mulher-instituido-pela-lei-municipal-n-4258-96-com-redacao-dada-pela-lei-municipal-n-6636-2004-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MARINGÁ. Câmara Municipal. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). **Sessão n. 1253, Votação Nominal – Projeto de Lei Ordinária n. 16.058/2021**. Maringá: Câmara Municipal, 2021a. Disponível em: <http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001/sessao/1253/votacao-nominal-transparencia/23747/42750?&materia=ordem>. Acesso em: 4 out. 2024.

MARINGÁ. Câmara Municipal. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). **Sessão n. 1254, Votação Nominal – Projeto de Lei Ordinária n. 16.058/2021**.

Maringá: Câmara Municipal, 2021b. Disponível em: <http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001>. Acesso em: 4 out. 2024.

MARINGÁ. **Lei Complementar n. 1.269**. Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Maringá e dá outras providências. Maringá: Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/2015/997/9965/lei-ordinaria-n-9965-2015-concede-nova-regulamentacao-ao-conselho-municipal-da-mulher-instituido-pela-lei-municipal-n-4258-96-com-redacao-dada-pela-lei-municipal-n-6636-2004-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 nov. 2025.

McADAM, Doug. **Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930–1970**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Dynamics of contention. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977. Disponível em: <https://users.ssc.wisc.edu/~peoliver/SOC924/Articles/McCarthyZald1977.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.

MELLO, Luiz. **Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 197-225, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/d357G9dYTP7sNVQSkJp576p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20.out.2025.

MELLO, Luiz. **Novas famílias? Conjugalidade homossexual no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes: Collective Action in the Information Age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDES, Paulo *et al.* Midiativismo: ferramentas da tecnologia discursiva e padrões de acesso ao discurso. *In*: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (org.). **Interfaces do midiativismo: do conceito à prática**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p. 132-150.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ptZ9Qp9Qn7n7PdZDJZZXv3L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2025.

MEYER, David S.; STAGGENBORG, Suzanne. Movements, Countermovements, and the Structure of Political Opportunity. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 101, n. 6, p. 1628-1660, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2782114>. Acesso em: 17 out. 2025.

MIGUEL, Luís Felipe. **Dominação e resistência**: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, Richard. Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MISKOLCI, Richard. Repensando os estudos sobre “ideologia de gênero”. **Le Monde Diplomatique Brasil**, jul. 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/repensando-os-estudos-sobre-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.

NOBRE, Marcos. Judicialização da política: déficits explicativos e questões de pesquisa. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 91, p. 5-22, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/FJ9GdyNwsYN8Syfy8zTGPdt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

NUNES, João Hélio Ferreira. Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p. 57-75, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/XCFsJtjdpvLNSvBVdSt7bxs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2025.

O QUASE CONSELHO. Direção: Marcus Carr e Gusta Valim Rossi. Produção: Coletivos de Maringá. Maringá, 2021. 1 vídeo (12 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CXW24s2JpKk>. Acesso em: 25 maio 2025.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 3116, 5 out. 1989. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=9779&codItemAto=97592>. Acesso em: 27 out. 2025.

PEÑA, Luciana. Câmara de Maringá retira de pauta projeto para criação de Conselho LGBT. **GMC Online**, ago. 2021. Disponível em: <https://gmconline.com.br/noticias/politica/camara-de-maringa-retira-de-pauta-projeto-para-criacao-de-conselho-lgbt/>. Acesso em: 16 out. 2025.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Enquadramento interpretativo, lógicas de ação e dinâmicas interativas**: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia. 2014a. 161 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014a. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102192/000930133.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 out. 2025.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Molduras do protesto: desafios e perspectivas da abordagem do enquadramento interpretativo no estudo de movimentos sociais. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, p. 221-236, 2014b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n27p221/27809>. Acesso em: 16 out. 2025.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão**: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182964>. Acesso em: 16 out. 2025.

POLLETTA, Francesca. It Was Like a Fever: Storytelling in Protest and Politics. **Social Science History**, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 491-516, 1998. Disponível em: [https://sites.socsci.uci.edu/~polletta/Articles%20and%20Book%20Chapters\\_files/Fever\\_article.pdf](https://sites.socsci.uci.edu/~polletta/Articles%20and%20Book%20Chapters_files/Fever_article.pdf). Acesso em: 13 nov. 2025.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2022a.

QUINALHA, Renan (org.). **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. São Paulo: Editora Autêntica, 2022b.

RIGON, Ângelo. Após pressão de grupos, vereadores recuam e rejeitam Conselho Municipal de Direitos LGBTI+ em Maringá. **Blog Ângelo Rigon**, Maringá, 2 set. 2021. Disponível em: <https://angelorigon.com.br/2021/09/02/apos-pressao-de-grupos-veredores-recuam-e-rejeitam-conselho-municipal-de-direitos-lgbti-em-maringa/>. Acesso em: 16 out. 2025.

RIOS, Roger Raupp. Proteção de direitos LGBTQIA+ no Direito brasileiro: momentos e descompassos jurídicos e políticos. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 659-680, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/qkVFdsjFTJdZxwLbchfcWGz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2025.

RODRIGUES, Sílvia Aguião. **“Fazer-se no Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/934653>. Acesso em: 13 nov. 2025.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. *In*: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle A.; HALPERIN, David (org.). **The Lesbian and Gay Studies Reader**. New York: Routledge, 1989.

RUIBAL, Mariana. Movement and counter-movement: a history of abortion law reform and the backlash in Colombia 2006-2014. **Politics & Gender**, Cambridge, v. 11, n. 1, p. 1-31, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25555762/>. Acesso em: 17 out. 2025.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 18-50, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6wD3fTrnTjTpZDJQdGvrRzH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2025.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes e identidade: políticas pós-identitárias e o multiculturalismo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

SILVA, Jota. **Conselho LGBT é rejeitado em Maringá – Veja as manifestações**. YouTube, Canal Reporter Jota Silva, 2 set. 2021. 1 vídeo [1m6s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EkCchySJ7zQ&t=10s>. Acesso em: 4 out. 2024.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Revista Sociologia e Política**, Florianópolis, v. 25, n. 61, p. 143-164, fev. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hVvv5JGFRbMgw9wLt6GF6cM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2025.

SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 20, p. 26-49, set./dez. 2020. Disponível em: [https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/rbs.647/pdf\\_647](https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/rbs.647/pdf_647). Acesso em: 17 out. 2025.

SNOW, David A. *et al.* Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. **American Sociological Review**, [s. l.], v. 51, n. 4, p. 464-481, 1986. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/2095581?origin=crossref?utm\\_source=researchgate](https://www.jstor.org/stable/2095581?origin=crossref?utm_source=researchgate). Acesso em: 17 out. 2025.

SNOW, David A. *et al.* **The Wiley Blackwell Companion to Social Movements**. 2. ed. Hoboken: Wiley Blackwell, 2018.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. **International Social Movement Research**, Greenwich, v. 1, p. 197-217, 1988. Disponível em:

<https://users.ssc.wisc.edu/~oliver/SOC924/Articles/SnowBenfordIdeologyframeresonanceandparticipantmobilization.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Master *frames* and cycles of protest. *In*: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol (ed.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 133-155.

STAGGENBORG, Suzanne. **Social Movements**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2014.

STAKE, Robert E. **The Art of Case Study Research**. Thousand Oaks: Sage, 1995.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2013.

TARROW, Sidney. **The New Transnational Activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TILLY, Charles. **Repertoires and Cycles of Collective Action**. Durham: Duke University Press, 1995.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. Boulder: Paradigm Publishers, 2006.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. 2. ed. Mass.: Addison-Wesley, 2006a.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires: Political Regimes and Contentious Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 2006b.

TILLY, Charles. **Contentious Performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **O retorno do ator: ensaio de sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

VILLELA, Hebert de Paula Giesteira; GIMENES, Éder Rodrigo. Diagnóstico social sobre a população LGBTI+ como instrumento à conformação de políticas públicas: relato de experiência. *In*: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSECCIONALIDADES, 2021. **Anais [...]. [S. l.]: CEEINTER, 2021**. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/anaisseminariodepoliticaspública/article/view/296/318>. Acesso em: 20 out. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZALD, Mayer N.; USEEM, Bert. **Movement and countermovement: Loosely coupled conflict**. CRSO Working Paper No. 276. Michigan: University of Michigan, 1983.

## APÊNDICE A – QUADRO GERAL DE FONTES ANALISADAS

n.	Data	Tipo de Material	Título/Descrição	Origem/Fonte
1	17/03/2021	Mídia Institucional	Publicação “Secretaria da Juventude promove mapeamento da população LGBTQIA+”	Site da Prefeitura de Maringá (Maringá, 2021a)
2	04/05/2021	Redes Sociais	Publicação Instagram @juventudeecidadania sobre reunião entre grupos LGBTQIA+ e poder público	Secretaria da Juventude e Cidadania
3	22/06/2021	Mídia Institucional	Publicação “Prefeitura implantará Conselho Municipal LGBTQIA+ em Maringá”	Site da Prefeitura de Maringá
4	30/06/2021	Documento Administrativo	Processo Administrativo n. 43.463/2021 (início das tratativas técnicas)	Prefeitura Municipal de Maringá
5	08/2021	Documento Oficial	Ofício Conjunto n. 07/2021	Coalizão LGBTI+
6	30/07/2021	Documento Legislativo	Projeto de Lei Ordinária n. 16.058/2021	Câmara Municipal de Maringá
7	08/09/2021	Documento Legislativo	Emendas Parlamentares ao PL n. 16.058/2021	Câmara Municipal de Maringá
8	08/2021	Vídeo Religioso/Institucional	Pronunciamento da OPEM (pastor Tiago Almeida)	Circulou pelas Redes sociais
9	08/2021	Vídeo Individual	Vídeo de Matheus Moreno Coleoni sobre o PL do Conselho	Circulou pelas Redes sociais
10	18/08/2021	Redes Sociais	Cartaz da Coalizão LGBTI+ convocando para votação	@coalizaolgbt (Instagram)
11	18/08/2021	Mídia Online	“Maringá está mais perto de ter Conselho LGBTQIA+”	Rede Lume
12	18/08/2021	Vídeo – Programa Pan News	“Polêmica: Mesmo com votos contra, conselho LGBTQIA+ é aprovado”	Jovem Pan Maringá
13	19/08/2021	Blog Jornalístico	“Após pressão de grupos, vereadores recuam e retiram de pauta projeto...”	Blog Ângelo Rigon
14	19/08/2021	Vídeo – Programa Pan News	“Estão com medo do Conselho LGBTQIA+”	Jovem Pan Maringá
15	08/2021	Redes Sociais	Cards de apoio institucional à criação do Conselho	Diversas organizações

16	08/09-2021	Redes Sociais	Publicações de Rafael Roza (Instagram)	@rafaelrozaoficial
17	08/09/2021	Redes Sociais	Publicações de Homero Marchese (Instagram)	@homeromarchese
18	02/09/2021	Portal de Notícias	“Câmara de Maringá rejeita criação de Conselho LGBT; veja como cada vereador votou”	GMC Online
19	02/09/2021	Portal de Notícias	“Projeto de Lei sobre a criação do Conselho é rejeitado na Câmara de Vereadores”	Jornal O Maringá
20	02/09/2021	Vídeo – Canal Repórter Jota Silva	“Conselho LGBT é rejeitado em Maringá – Veja as manifestações”	YouTube / Repórter Jota Silva
21	03/09/2021	Programa de Rádio/YouTube	“CBN Maringá 1ª Edição” – Análise pós-votação	CBN Maringá
22	03/09/2021	Vídeo – Programa Pan News	“Conservadores são contra o conselho LGBT”	Jovem Pan Maringá
23	08/09/2021	Vídeo – Programa Balanço Geral	“Vereadores rejeitam projeto que pretendia criar conselho LGBTQIA+ em Maringá”	RIC Record Maringá
24	2021	Documentário Audiovisual	O Quase Conselho	Canal Quase Conselho (YouTube)